

AUDÁLIO
DANTAS

Prefácio de Fernando Morais

TEMPO DE

REPOR- TAGEM

Histórias que marcaram
época no jornalismo
brasileiro

LEYa

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

Ficha Técnica

Copyright © 2012, Audálio Dantas

Diretor editorial Pascoal Soto

Editora Tainã Bispo

Produção editorial Fernanda Ohosaku

Indicação editorial Eliane Brum

Preparação de textos Débora Tamayose Lopes

Revisão de textos Alessandra Maria Rodrigues da Silva e Hudson T. Machado da Silva

Capa Gabriel Calou

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dantas, Audálio

Tempo de reportagem. — São Paulo : Leya, 2012.

ISBN 9788580447187

1. Dantas, Audálio 2. Jornalismo

3. Repórteres e reportagens I. Título.

12-07157 CDD-070.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Reportagens : Jornalismo 070.43

2012

Todos os direitos desta edição reservados à

TEXTO EDITORES LTDA.

[Uma editora do grupo Leya]

Rua Desembargador Paulo Passaláqua, 86

01248-010 — Pacaembu — São Paulo — SP — Brasil

www.leya.com.br

A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso.
A palavra foi feita para dizer.

Graciliano Ramos

Aos meus filhos

José Dantas,
que mais sofreu as minhas ausências,
no tempo da reportagem e das lutas políticas,
e às minhas três meninas

Ana

Mariana

e Juliana, que também escolheu o jornalismo como profissão

A Vanira, companheira das batalhas do dia a dia

Aos mestres que me mostraram os caminhos da reportagem

Cícero Afonso Vieira

Mário Mazzei Guimarães

e em memória de

Carlos Laino Júnior

Hélio Pompeu

Hideo Onaga

Mário de Araújo Lobo

Moacir Corrêa

Aos companheiros fotógrafos que comigo trilharam os mesmos
caminhos

Jean Solari

Maureen Bisilliat

E em memória de

Gil Passarelli

Luigi Mamprin

Ronaldo Moraes

PREFÁCIO

Fernando Morais

Um outro Audálio. Tão bom quanto o que peitou a ditadura

ALÉM DAS EXCELSAS VIRTUDES DAS QUAIS falarei em seguida, este livro terá o condão inicial de revelar a boa parte dos jovens jornalistas um Audálio Dantas que eles talvez desconhecem: o Repórter. Isso mesmo, repórter com erre maiúsculo, repórter de longo curso. Digo isso porque nas minhas andanças Brasil afora, fazendo proselitismo político ou vendendo meus livrinhos – “camelô de mim mesmo”, como diria Nelson Rodrigues –, sou sempre indagado por iniciantes na profissão sobre os grandes nomes da imprensa nativa em cujo trabalho me inspirei e me inspiro. Entre estes incluo sempre o do autor deste livro, Audálio Dantas. Nove entre dez brasileirinhos reagem sorridentes, quase sempre com as mesmas palavras:

– Audálio Dantas? Sei quem é. É aquele que peitou a ditadura na morte do Herzog, não é?

É. Quer dizer, é e não é. Ou, como bem poderia dizer um dos personagens do Audálio, um é um, o outro é o outro, mas os dois são o mesmo. A importância política de que se revestiu o mandato de Audálio à frente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo após o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, já é parte da história do Brasil. A repercussão internacional do episódio acabou por obscurecer uma faceta desse alagoano que levou os brasileiros a darem um basta à tortura e ao “desaparecimento” de presos políticos no Brasil: a do grande repórter.

À exceção daquela que talvez tenha sido a mais célebre de suas reportagens – a história da favelada Carolina Maria de Jesus, publicada pela *Folha da Noite* – os demais trabalhos de Audálio selecionados para este belo livro saíram originalmente nas revistas

O Cruzeiro e Realidade. A primeira fora comprada por Assis Chateaubriand em 1928, com dinheiro alheio, como sempre, mas só passaria a ter relevância a partir da década seguinte, quando sua direção foi assumida por Frederico *Freddy* Chateaubriand, sobrinho do dono. Graças a um singelo ingrediente – grandes reportagens –, *Freddy* levou *O Cruzeiro* a atravessar décadas de sucesso, para chegar aos anos 1950 vendendo em bancas, sem o socorro das assinaturas, 700 mil exemplares por semana. Isso em uma época que a população do Brasil era quatro vezes menor que a atual e os índices de analfabetismo atingiam níveis estratosféricos.

Como quase todo o império de Chateaubriand, *O Cruzeiro* definhou após o Golpe Militar de 1964 para morrer de forma inglória, anos depois, nas mãos do informante do SNI Alexandre von Baumgarten. Em 1966, quando ela ainda agonizava, a Editora Abril colocou nas bancas a revista *Realidade*. A grande diferença entre as duas era visível a olho nu: a qualidade gráfica. Se a revista de Chateaubriand “parecia impressa com cocô”, como dizia Millôr Fernandes, *Realidade* parecia saída das mais sofisticadas gráficas europeias. No miolo, porém, a receita era a mesma de *Freddy*: grandes reportagens. E tal como ocorrera com *O Cruzeiro*, em pouco tempo *Realidade* estourou em todo o país e se converteu em um fenômeno editorial.

Assim como seria impossível contar a história do jornalismo brasileiro sem falar das duas revistas, não se pode contar a história de *O Cruzeiro* e de *Realidade* sem falar de Audálio. Este livro é a melhor prova dessa certeza. Aqui está o filé mignon, o glacê do trabalho realizado por ele entre os anos de 1958 e 1973, além de um temporão, em 1993. Com a vantagem de que aqui as reportagens vêm acompanhadas de saborosos making ofs, uma espécie de pulo do gato em que o autor revela as dificuldades, as alegrias e os conflitos que ele viveu em cada trabalho.

Acompanhado de alguns dos maiores craques do fotojornalismo brasileiro, como, entre outros, Luiz Carlos Barreto, Luigi Mamprin, Maureen Bisilliat e Jean Solari, Audálio mergulha no fundo da alma, nos grotões e nos burgos podres do Brasil e sai de lá com histórias e personagens que dariam filmes, novelas e minisséries de

televisão. Na redação de *O Cruzeiro*, convive com figuras como Millôr Fernandes, Zuenir Ventura, Jânio de Freitas e Ziraldo, que trabalhava na Arte e já fazia sucesso com uma revistinha chamada *Pererê*.

Ao chegar ao final deste *Tempo de reportagem*, não pude deixar de me lembrar de uma recente declaração do grande jornalista americano Gay Talese, segundo o qual “o jornalismo é a arte de sujar os sapatos”. Em uma época como a nossa, em que páginas e páginas de jornais são preenchidas diariamente com reportagens feitas por telefone ou por e-mail, sem que o autor saiba se o entrevistado é gordo ou magro, branco ou preto, feio ou bonito, é um refrigério jornalístico ler este livro de Audálio Dantas. Um jornalista do tempo em que se praticava a arte de sujar os sapatos.

Diário de uma favelada: a reportagem que não terminou

Maio de 2012

Quando propus a Hideo Onaga, chefe de reportagem das *Folhas*¹, uma matéria sobre uma favela que crescia no bairro do Canindé, às margens do Tietê, ele vibrou como um foca. Eu me propunha a acompanhar, pelo tempo que fosse necessário, o dia a dia da favela que começava a incomodar por estar bem próxima do centro da cidade, exibindo a miséria até então escondida na periferia.

O Hideo, que discutia a pauta comigo, não era o chefe naquele momento; era o repórter que se destacara no jornal pela qualidade do texto, em memoráveis reportagens. Ele carregava experiência acumulada desde os anos 1940, quando iniciou a carreira, e logo ganhou a fama de ser o primeiro nissei a se destacar no jornalismo brasileiro. Diziam dele na redação: “O Japonêsinho não nega fogo”.

Ficou acertado com o Japonêsinho que eu ficaria pelo menos uma semana fora a vasculhar a favela. Voltei à redação três dias depois, fui direto à mesa dele:

— Pronto, a reportagem tá aqui.

— Já?

Respondi que sim e pus sobre a mesa meia dúzia de cadernos encardidos.

— Que é isso? – ele perguntou, meio ressabiado.

— A reportagem – respondi.

Eu não havia escrito uma linha sequer, mas a reportagem estava, de fato, naqueles cadernos, especialmente em um que continha um diário iniciado três anos antes, em 15 de julho de 1955, pela favelada Carolina Maria de Jesus, moradora do Canindé.

Hideo lia o diário e comentava alguns trechos, entusiasmado:

— Isso dá um livro!

Além do diário, havia contos, poesias, até um começo de romance. Num instante o pessoal da redação rodeava a mesa para

folhear os cadernos. Ali mesmo surgiu a ideia de fazer uma “vaquinha” para custear a impressão do livro sugerido por Hideo.

Nos três dias de visitas à favela, eu tinha recolhido informações suficientes para contar como o povo de lá vivia, mas, por mais que tivesse me enfiado pelo labirinto de barracos, pisado o chão lamacento, sentido o fedor das valas de esgoto, ouvido lamentos, xingamentos, blasfêmias e até palavras de conformismo, estava convencido de que não conseguiria retratar aquele mundo miserável com a mesma força e a mesma verdade contidas naqueles cadernos.

Cabia-me, então, apenas contar como se dera o encontro com Carolina Maria de Jesus e os caminhos que ela havia percorrido para chegar à favela do Canindé, algo como uma introdução ao texto extraído do diário.

Foi o que fiz. Deixei de lado a minha “experiência”, a sensação que foi conhecer uma favela por dentro, um feito que seria considerado uma demonstração de coragem, a aventura de um repórter enfrentando o perigo de andar sozinho por ali, um antro de marginais, de bandidos perigosos, segundo se dizia. Por tudo isso, a reportagem poderia até ser considerada um feito heroico.

Mas não foi. O encontro daqueles cadernos não me custou nenhum esforço de reportagem. Foi fácil. Eu assistia à festa que uns marmanjos faziam nos brinquedos – uma gangorra, um balanço e um pequeno carrossel – que a prefeitura tinha instalado havia poucos dias num canto da favela. Falavam que aquilo era um *playground*, coisa para criança brincar. Mas poucas conseguiam chegar perto. Algumas ficavam por ali, rodeando, de olho comprido, mas mantendo prudente distância.

Arrisquei perguntar a um dos grandalhões por que não deixavam os brinquedos para as crianças; ele respondeu que nunca tinha brincado num brinquedo daqueles quando menino, agora tinha chegado a sua vez. Cheguei a romantizar mentalmente a coisa, comparando a cena com a dos “Capitães da areia”, meninos de rua do livro de Jorge Amado, que aproveitavam a madrugada para girar num carrossel de um parque de diversões deserto.

A conversa não progrediu. Acabava de chegar, irada, voz potente, Carolina Maria de Jesus, a fazer uma ameaça:

— Vou botar o nome de vocês no meu livro!

Aos poucos, os ocupantes foram se esgueirando por um canto. Um deles xingava, entre dentes:

— Cala a boca aí, puta veia!

Carolina acabava de dar uma demonstração de força e, ao mesmo tempo, me dado um recado. Ela sabia, como toda a favela, que por ali andava alguém estranho, “de fora”, um policial, talvez; ou, como ela preferia imaginar, um repórter.

Durante anos, ela andara pelas redações, anunciando-se como “poetisa”, mas repórter nenhum acreditou. Um deles ali na favela vinha a calhar, parecia de encomenda. Carolina continuou, em voz alta, a reclamar contra os “vagabundos” que iriam parar nas páginas de seu livro. Fiz-lhe a pergunta inevitável:

— Que livro é esse?

— O livro em que estou escrevendo as coisas daqui da favela.

Entre mais de vinte cadernos guardados em seu barraco, num armário de caixotes, estava um que, dias depois, viraria reportagem, com fotos de Gil Passarelli.

O título da matéria que a *Folha da Noite* publicou no dia 9 de maio de 1958 resumia tudo: “O drama da favela escrito por uma favelada”.

A reportagem ocupou quase uma página inteira, com fotos de Carolina, de seus filhos e da favela.

A repercussão foi grande. Muitos leitores telefonavam dizendo a emoção que sentiram, outros levantando dúvidas sobre a autenticidade do texto da favelada. “Isso é invenção de repórter, pra vender jornal”, diziam alguns. Outros expunham sem rodeios o preconceito:

— Onde já se viu, uma negra semianalfabeta, e ainda por cima favelada, escrevendo desse jeito!

Ninguém fez críticas ao texto que escrevi como “introdução” ao diário de Carolina. Relendo-o hoje, passados mais de 50 anos, faço autocrítica. Nele encontro impropriedades, excesso de adjetivos, alguma pieguice e imperdoáveis falhas de informação. Registro, por

exemplo, a existência dos filhos de Carolina, pobres crianças que passam fome, mas os deixo sem nomes, os quais só aparecem no diário escrito por ela, repórter mais atenta.

A despeito de todas as falhas – eu já escrevera textos bem melhores e muitos outros escreveria depois –, considero até hoje que aquela foi a mais importante reportagem que fiz em toda a minha carreira.

A repercussão da matéria foi maior ainda no ano seguinte, quando fui convidado para integrar a equipe da revista *O Cruzeiro*, a mais importante do país naquela época. Lá publiquei uma segunda reportagem, mais elaborada e com novos trechos do diário, que Carolina retomara em 1958.

A história correu mundo. Trabalhei quase um ano inteiro fazendo a compilação dos textos para publicação em livro. Já não era preciso fazer a “vaquinha” sugerida por Hideo Onaga: o romancista Paulo Dantas, meu velho amigo, entusiasmado com os escritos de Carolina, propôs a edição do livro pela Editora Francisco Alves, da qual era o coordenador editorial em São Paulo.

A reportagem crescia. Em agosto de 1960, quando o livro saiu, com o sugestivo título de *Quarto de despejo*, os 10 mil exemplares da primeira edição – um recorde para a época – esgotaram-se em uma semana.

Não demorou para Carolina virar celebridade internacional. Jornais e revistas mais importantes do mundo abriram espaço para a novidade, entre os quais *Time*, *Life*, *Paris Match*, *Le Monde*. A *Time* mandou um enviado especial ao Brasil, David St. Clair, que chegou disposto a mostrar como Carolina passara, de um momento para outro, a viver um estranho sonho de Cinderela. A revista patrocinou sua ida ao Rio de Janeiro, para que ela desfrutasse as maravilhas da vida na “sala de visitas”. No Rio, Carolina viveu, em uma semana, várias primeiras vezes: o voo de avião, a compra de vestidos novos, a hospedagem no hotel mais luxuoso da cidade, o Copacabana Palace, as incursões pelos restaurantes e pelas festas mais badaladas. No Antonio’s, se não me engano, montaram uma impressionante cena de preparação de uma sobremesa flambada

em meio a altas chamadas. Carolina registraria mais tarde em seu diário: “Comi aquela confusão toda e não gostei”.

Com o livro, Carolina começou a ser consumida. Era uma excitante novidade. Para alguns, uma espécie de bicho estranho. Exibiam-na em jantares elegantes nos bairros finos de São Paulo.

Foi quando comecei a me preocupar com o sucesso de minha reportagem. Disse a Carolina para se cuidar com tantos festejos, ela reagiu mal. Disse que eu estava querendo mandar nela, ser o seu tutor.

Enquanto isso, o livro fazia sucesso, aqui e no exterior, traduzido em treze idiomas, isso até quando acompanhei a trajetória de *Quarto de despejo*. Críticos de prestígio consideraram-no um documento importantíssimo de uma realidade social, outros apontavam qualidades literárias na autora. A edição italiana trazia o prefácio assinado por Alberto Moravia.

Por aqui, as opiniões se dividiam. Dos palpites de colunistas às opiniões de alguns críticos de peso, tinha-se de tudo nos jornais. Muitos insistiam em duvidar da autenticidade do livro; alguns resvalavam, em linhas tortas, para as insinuações de que eu estava ganhando dinheiro à custa da pobre favelada. Até ela, que gastava páginas inteiras de seus cadernos a me elevar à categoria de anjo salvador, vez ou outra entrava na onda.

O sucesso da reportagem crescia, para o bem e para o mal. Até alguns colegas diziam, meio de brincadeira:

— Rapaz, você teve um trabalhão para inventar o livro da negra!

Um dia, na coluna que escrevia para o jornal *O Globo*, o poeta Manuel Bandeira pôs as coisas no lugar: ninguém, disse, seria capaz de “inventar” um texto como aquele de Carolina.

Senti-me vingado.

Carolina não dava conta das solicitações. Foi a feiras de livros, brigou com Jorge Amado, dizendo que ele estava enciumado com seu sucesso, viajou para a Argentina, depois para o Chile, onde arranhou um namorado, um professor da universidade, dizia. Continuava a escrever o seu diário, publicou um novo livro – *Casa de alvenaria* –, contando todas essas coisas da nova vida. Não repetiu o sucesso de *Quarto de despejo*, mas logo apareceu um

editor esperto que já vinha com o título de um romance engatilhado, no jeito de fazer grande sucesso: *Pedaços da fome*. Apenas um detalhe: Carolina deveria arcar com os custos da edição. E assim foi. E assim foi também com outros livros que vieram depois, um deles intitulado *Provérbios de Carolina Maria de Jesus*.

O dinheiro gasto não foi suficiente para realimentar o sucesso.

Um dia, já morando em casa nova no Alto de Santana, Carolina arrumou um saco e foi catar papel na rua. Um repórter importante escreveu que ela estava de volta à miséria.

Enquanto isso, *Quarto de despejo* continuava a correr mundo. Virou tema de centenas de teses universitárias e até de livros de brasilianistas da moda. A discussão já não era sobre a autenticidade do texto, mas sobre o talento literário da autora, examinado de mil ângulos no mais fino jargão acadêmico. Alguns autores gastaram centenas de páginas, em densos textos. Muitos me acusaram de ter "interferido" no diário, suprimindo trechos dos relatos do dia a dia de Carolina, quando eu deveria manter a sua integridade, mesmo que isso resultasse em vários volumes de centenas e centenas de páginas.

As coisas iam nessa toada quando, quase trinta anos depois do lançamento do livro, a questão da autoria voltou com o peso da análise de um dos mais importantes críticos literários brasileiros, Wilson Martins. Para ele, tudo não passava de um grande embuste, esperteza de jornalista.

Fui obrigado a voltar à reportagem escrita em 1958. Respondi ao crítico num longo texto publicado na revista *Imprensa*. Wilson Martins guardou silêncio por alguns anos, mas não desistiu. Voltou ao tema nos anos 1990, no *Jornal do Brasil*, dessa vez dizendo por que o texto de *Quarto de despejo* não podia ser de Carolina: continha expressões rebuscadas como "astro-rei" em vez de sol, simplesmente; ou frases inteiras, como "acordei, abluí-me e aleitei-me", o que, jurava, só podia ser coisa de jornalista.

Aí fiquei bravo de verdade, preparei uma longa resposta que enviei ao *Jornal do Brasil*, com ameaça de processo contra o crítico. Tinha como testemunhas os cadernos escritos por Carolina, que

mantive sob minha guarda até outro dia, quando decidi doá-los à Biblioteca Nacional.

Mas a reportagem ainda não terminou. Rara é a semana em que não me telefona um estudante aflito, solicitando ajuda para o trabalho de conclusão de curso que está fazendo sobre *Quarto de despejo*.

¹ As *Folhas* eram três jornais diários editados pela Empresa Folha da Manhã, que hoje edita a *Folha de S. Paulo*.

O drama da favela escrito por uma favelada

Folha da Noite

09 de maio de 1958

AROLINA MARIA DE JESUS MORA NO BARRACO número 9 de uma "rua" sem nome, na favela do Canindé. Para comer e dar de comer aos seus três filhos, apanha papel no lixo e vende num depósito da cidade. Sua vida não é melhor nem pior do que a dos demais favelados. Levanta-se muito cedo, vai para a fila da água e volta com uma lata na cabeça, como o fazem milhares de Marias em todas as favelas deste país: se tem pão, come e dá aos filhos; se não tem, eles choram, e ela chora também. O pranto é breve, porque ela sabe que ninguém ouve, não adianta nada.

Então, toma de um velho saco e sai para a cidade a catar papel velho. Quando regressa ao barraco, traz alguma coisa de comer para as crianças que esperam. As crianças comem e riem. Ela também ri. Amanhã, depois de amanhã e em todos os dias que virão, a vida será a mesma constante de miséria. Mas o momento é de estômago cheio. Carolina Maria de Jesus não sabe se conseguirá pão amanhã. Não se desespera, como muitos de seus irmãos de infortúnio. Amanhã, se o dia amanhecer pleno de sol, ela será feliz mesmo que não haja pão em casa. Ela sabe "ver" além da lama do terreiro, da nudez das crianças, da sordidez da vida. Só por isso ela é diferente dos outros favelados: vive integralmente a miséria da favela, mas tem o seu "mundo interior", às vezes feliz, outras vezes profundamente angustiado. E, quando entra no seu "mundinho", não esquece o outro que a cerca, miserável, cruel, sofrido, que é por ela "biografado".

Biografia é bem o termo para o que Carolina Maria de Jesus faz em relação à favela em que vive. Em seu barracão há quase uma dezena de cadernos nos quais ela escreveu o dia a dia daquele aglomerado humano. Com sua caligrafia nervosa, ela conta coisas

que nenhum escritor do mundo será capaz de contar com tanta propriedade: traça um retrato sem retoques da favela, que aparece nítida, impressionantemente revelada em um “diário” em quadrinhas, que são quase notícias de jornal, ou em “contos” e “romances” cujos personagens fervilham sob telhados de lata e zinco.

A miséria desperta o espírito

Carolina Maria de Jesus tem 44 anos de idade. Nasceu em Sacramento, Minas Gerais, onde permaneceu até a juventude e onde aprendeu a ler (cursou dois anos de escola primária) e a gostar dos livros. Depois os pais foram para a roça, e ela veio para São Paulo, sozinha, em 1927, trabalhar como doméstica. Aqui, sofreu a desilusão da grande cidade. Não se casou. Sem orientação, sem que ninguém a amparasse, procurou uma vida melhor, um emprego que lhe proporcionasse um salário mais digno, mas não encontrou. Terminou morando num cubículo sórdido, na antiga favela dos baixos do Viaduto Santa Ifigênia.

Desde então, vive de apanhar papéis no lixo para vender. Entre eles, achava velhos livros, muitos incompletos, faltando páginas inteiras. E tudo que achava ia lendo. Foi quando começou a escrever. Primeiro descobriu a poesia, e tudo era motivo para quadrinhas ingênuas, de lamento pela vida miserável que levava; depois bem ingênuas, de amor, de pobreza, de incompreensão, histórias que ela mesma vivera. Começou, então, uma fase de exaltação. Ela descobrira algo em si própria, e isso lhe trouxe inquietação. Um dia, alguém viu o que ela escrevera e aconselhou-a a ir a um jornal. Peregrinação através das redações: olhavam-na de alto a baixo, a pele escura coberta de andrajos. Uns sorriam, outros tinham pena, diziam-lhe palavras formais de incentivo. Uma vez um jornal publicou sua fotografia com uma pequena legenda “curiosa”, e só. Dos jornais passou a percorrer as editoras, pois alguém dissera que ela era uma autêntica escritora.

Quando era recebida, o máximo que acontecia era dizerem-lhe, por piedade, que não podiam publicar suas histórias porque “está faltando papel”. Desistiu, mas continuou a escrever. E até hoje

escreve, mas não visando a uma publicação e sim por necessidade que sente de escrever, simplesmente pôr no papel o que ela quer dizer ao mundo, e o mundo não quer ouvir.

Entre os seus cadernos, há um que narra a sua vida desde a infância até o capítulo negro da favela. Em poesia, ela conta, quase no fim, toda a sua mágoa por não haver encontrado quem compreendesse a sua ânsia de dizer alguma coisa ao mundo:

*Não digam que eu fui rebotinho
que vivia à margem da vida
digam que eu procurava trabalho
mas fui sempre preterida
digam ao meu povo brasileiro
que o meu sonho era ser escritora,
mas eu não tenho dinheiro
para pagar uma editora.*

Quarto de despejo

Os cadernos de Carolina Maria de Jesus são divididos em “poesia”, “contos”, “romances e provérbios”. Folheando-os, descobrimos coisas surpreendentes. Antes de tudo, ela é dotada de agudo senso de observação e talvez por isso retrate tão bem o meio em que vive. Dentre os seus escritos, o mais surpreendente é um “diário” em que ela descreve a vida no seu barraco e, talvez sem querer, faz uma autêntica reportagem da favela, que define como sendo o “quarto de despejo de São Paulo”. Quando a vimos pela primeira vez, ela protestava contra um grupo de marmanjos que se apossara de um parque infantil instalado para as crianças da favela do Canindé. Reclamava contra os brutos e se queixava da favela:

— Aqui é assim. Não há ricos, só pobres, uns prejudicando os outros.

No seu barraco ouvimos mais coisas sobre a favela e, finalmente, vimos os cadernos de Carolina Maria de Jesus. Um deles, empoeirado, folhas amarelecidas, era o “diário”, iniciado no dia 15 de julho de 1955. Dele transcrevemos alguns trechos, conservando

a forma, as frases curtas que muito dizem. Apenas a grafia de uma ou outra palavra será corrigida aqui. Eis como começa o "diário":

"15 DE JULHO, aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela, mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei três litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e me deu pão.

"DIA 16 DE JULHO... Fui buscar água. Fiz café. Avisei às crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comessem carne com farinha.

... "Pensei na vida atribulada que levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera Eunice não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça.

... "O João José (seu filho) veio avisar-me de que a perua que dava dinheiro estava chamando os favelados para dar mantimentos. Peguei a sacola e fui. Era o dono do Centro Espírita da Rua Vergueiro, 103. Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. Fiquei contente.

"17 DE JULHO, 1955. Domingo. Um dia maravilhoso, o céu azul sem nuvens. Deixei o leito às 6 e meia. Fui buscar água. Fiz o café. Tenho só um pedaço de pão e 3 cruzeiros.

"Chamei o senhor Ireno Venâncio da Silva para fazer um balanço para os meninos. Para ver se eles permanecem no quintal para os vizinhos não brigarem com eles.

"21 DE JULHO, 1955. Despertei com a voz de dona Maria perguntando-me se eu queria comprar banana e alface. Olhei as crianças. Estavam dormindo. Fiquei quieta. Quando eles veem as frutas, sou obrigada a comprar. Deixei o leito e fui buscar água. Estava numa fila de latas, e as mulheres esperando a sua vez de encher a lata.

“Os meus filhos estão insuportáveis. Já dei uns tapas no José Carlos. O João correu, mas quando ele entrar vai ver! Agora eu vou almoçar. Arroz, feijão e peixe que sobrou de ontem.

“24 DE JULHO, 1955... Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de 6 anos, passava e dizia: ‘Está escrevendo, nega fedida!’ A mãe ouvia e não repreendia.

“Saí e fui no Klabin catar papel. Levei a Vera. Que suplício catar papel carregando criança.

“Hoje eu estou cantando. Estou alegre e já pedi aos vizinhos para não me aborrecer. Todos nós temos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu!

“Suporto as contingências da vida, resoluta. Eu não consegui armazenar dinheiro para viver. Resolvi armazenar paciência.

“Hoje as artistas refere-se às vizinhas não vieram dar espetáculo na minha porta. Estou residindo nesta favela, mas, se Deus me ajudar, hei de mudar daqui. Espero que os políticos extingam as favelas. Há os que prevalecem no meio em que vivem, demonstram valentia para intimidar os fracos. Há casas que têm cinco filhos, e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há mulheres que os esposos adoecem e elas no período da enfermidade mantêm o lar. Os esposos, quando veem que as esposas mantêm o lar, não saram nunca mais. E as coitadas, para não ver os filhos passarem fome, trabalham ininterruptamente. Que espécie de homens são estes que não têm dó das esposas?

“27 DE JULHO, 1955... Quando voltei, passei no Klabin. Fiquei horrorizada! Haviam queimado os meus cinco sacos de papel. A neta da dona Elvira, a que tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse: ‘Nós vimos a fumaça. Também, a senhora põe os sacos ali no caminho! Ponha lá no mato onde ninguém vê. Eu ouvi dizer que vocês lá da favela vivem uns roubando os outros’.

“Quando elas falam, não sabem dizer outra coisa. Percebi que foi ela quem queimou os meus sacos. Resolvi me retirar com nojo dela. Aliás, já haviam dito que eles são malvados. Que a dona Elvira nunca fez um favor a ninguém. Não fiquei ressentida. Já estou tão habituada com a maldade humana. Sei que os sacos vão me fazer falta.”

Eis uma pequenina amostra das coisas que Carolina Maria de Jesus nos conta. Tudo isso ela escreve em seu barracão, às vezes ouvindo o choro dos filhos, que pedem comida, outras, as implicâncias dos vizinhos.

Repórteres editarão Carolina

O repórter que assina esta reportagem e um grupo de companheiros que tiveram oportunidade de ler os escritos de Carolina Maria de Jesus resolveram cotizar-se para custear a edição dos “Diários” e outros trabalhos sobre a favela. No volume serão reunidas também algumas das quadrinhas e, possivelmente, alguns “contos”.

O circo do desespero

Maio de 2012

FAZIA TEMPO QUE A PROPAGANDA e o noticiário dos jornais sobre aquele “concurso de resistência carnavalesca” me chamavam a atenção. Era uma competição de dança que começava no sábado e terminava na terça-feira de carnaval, promovida pela TV Record e patrocinada por uma empresa de produtos de limpeza.

Em 1963, o concurso já era antigo, fazia parte do calendário do carnaval paulistano. Tinha começado onze anos antes e voltava a ser anunciado em grande estilo. Os anúncios e as chamadas na televisão diziam que a competição, da qual participariam mais de duzentos dançarinos, seria “sensacional”.

Eu era, então, repórter da revista *O Cruzeiro*, a mais importante do país, e comecei a pensar num tema “original” para a edição de carnaval. Aquele concurso, talvez. Mas tinha dúvidas sobre se a matéria emplacaria. Os chamados “festejos do Momo” dominavam a pauta.

Semanas antes do carnaval, a redação da revista, no Rio de Janeiro, agitava-se numa espécie de prévia jornalística da folia. Discutia-se a escalação das equipes que fariam a cobertura dos bailes do Copa e do Municipal, dos concursos de fantasias e dos desfiles das escolas de samba.

Na redação de São Paulo, onde eu trabalhava, as coisas corriam mais maneiras, até porque o carnaval da cidade era morno, fechado e comportado nos salões dos clubes. Os repórteres procuravam escapar da cobertura insossa, repetitiva dos bailes, dos quais o mais incitante era o do Grande Hotel do Guarujá, onde o pessoal da chamada *high society* paulistana costumava se esbaldar. Por isso, entrava na pauta da revista ano após ano.

Decidi, então, dourar a pílula da maratona carnavalesca paulista. Tratava-se de um assunto “diferente”.

No ano anterior eu tinha visto alguns pedaços do espetáculo montado no Ginásio de Esportes do Ibirapuera. Só alguns pedaços,

porque ali, naquele palanque em que dezenas de pessoas teriam de dançar durante três dias e três noites em busca de um prêmio, nada havia da prometida alegria do carnaval. De qualquer modo, era um carnaval "diferente".

Na redação do Rio de Janeiro a coisa rolou como matéria curiosa, algo extravagante. "Sensacional", disse um dos editores, repetindo sem querer o que dizia o anúncio da maratona de dança. Isso já era meio caminho andado para a matéria entrar na pauta.

Na mesa do diretor de redação, Odylo Costa, filho, a matéria proposta foi entendida de outra maneira. Escritor, intelectual respeitado, um tipo sensível, Odylo era uma figura um tanto deslocada no ambiente de exaltação pré-carnavalesca que dominava a redação. Ele considerou que a matéria não fugia ao tema da edição; tratava-se, disse, de uma reportagem sobre uma "tragédia de carnaval".

Era exatamente como eu via aquela espantosa competição, cujo início estava marcado para as 3 horas da tarde de sábado, com final previsto para as 9 horas da noite de terça-feira.

No tablado armado no centro do ginásio, os 246 participantes da maratona aguardavam, tensos, o momento da partida, a primeira música. Tudo começou quase sem testemunhas. As arquibancadas, com capacidade para 20 mil pessoas, estavam vazias no meio da tarde de sábado de carnaval. As testemunhas estariam em casa, no sofá da sala, vendo aquilo pela televisão.

Os participantes da prova de resistência tinham pela frente o desafio de dançar conforme a música durante exatas 70 horas (a competição era dividida em duas etapas de 36 horas, com intervalo de seis horas entre uma e outra; em cada etapa, os concorrentes teriam uma hora de parada, que poderiam repartir em minutos).

O meu desafio era acompanhar aquela dança de aflitos.

Decidi dedicar o máximo de tempo possível à cobertura, queria acompanhar de perto toda a movimentação durante os três dias.

A coordenação do concurso mostrou-se entusiasmada com a possibilidade de obter um grande espaço na principal revista do país, por isso nos ofereceu, a mim e ao fotógrafo Ronaldo Moraes,

todas as facilidades. Coordenadores e fiscais empenhavam-se em demonstrar que os competidores receberiam toda assistência durante a realização do evento: sanduíches e refrigerantes, em breves paradas, médico de plantão, para examinar os que dessem sinal de exaustão ou para atendimento em casos de emergência, ambulância a postos e tudo o mais.

Ronaldo, fotógrafo de grande sensibilidade, enfiou-se no meio dos dançarinos e conseguiu, nos primeiros momentos, colher expressões de alegria e esperança. Mas, com o passar das horas, as imagens iam aos poucos se transformando, o cansaço estampado no rosto dos mais fracos, e em todos o medo de ser eliminado ou ter de desistir. Ronaldo comentou comigo:

— É dureza, cara!

Era mesmo. O regulamento, seguido com rigor pelos fiscais, exigia que todos dançassem de acordo com o ritmo. Sempre que a dança se mostrava “desanimada” no tablado, os alto-falantes despejavam música mais quente no ginásio. Às 6 da tarde, um dos fiscais me confidencia:

— O senhor preste atenção: tem nego aí que já está esmorecendo com três horas de dança. Tem que botar frevo pra cima deles! Quem não aguentar o tranco cai fora logo.

Dava para prever o que aconteceria dali em diante. Vi que, escapando da vigilância dos fiscais, alguns dançarinos disfarçavam o passo, mal arrastando os pés; outros não conseguiam manter os olhos abertos, davam a impressão de que dormiam em pé. Além dos que iam sendo eliminados, vários desistiam. Desciam cambaleantes do palanque, alguns em prantos, a lamentar-se pela derrota.

A “tragédia de carnaval” estava em cena naquele tablado.

Assim, como tragédia, a matéria seria tratada. O texto, o mais desprovido possível de adjetivos, começava a ser construído na minha cabeça. Não havia necessidade de dizer que a promoção daquele concurso era uma indignidade, algo que beirava o crime. Bastava-me contar, descrever o que via e sentia.

Essa técnica, digamos, de simplesmente narrar o fato, com a melhor qualidade possível do texto, era, digamos, a minha “marca”. Não era, porém, a submissão à tão decantada objetividade dos manuais de jornalismo. Eu não podia ser um observador neutro daquele massacre. Para escrever sobre tudo aquilo, era preciso, pelo menos, uma boa dose de compaixão.

Decidi acompanhar a maratona durante o tempo que aguentasse. Sem ter de dançar, permaneceria ali o máximo de tempo possível, para medir o meu próprio cansaço. Consegui vencer as primeiras doze horas, até as 3 da madrugada de domingo, quando 85 dançarinos já haviam desistido.

Fui derrotado pelo sono e pela náusea.

Mas ainda havia muita dança pela frente. Voltei várias vezes até a terça-feira de carnaval. Na madrugada de segunda, quando terminou a primeira etapa — 36 horas de dança —, fui conhecer os dançarinos de perto, saber suas histórias, por que enfrentavam aquela competição. Havia entre eles uns poucos que participavam por exibicionismo do que poderia ser chamado de uma estranha modalidade de atletismo, mas a maioria buscava o prêmio em dinheiro para suprir necessidades. Como na história do sapo, não pulavam por boniteza, mas por precisão.

Como se verá, o texto da reportagem a seguir não cita o nome de nenhum dos concorrentes. Ali naquele tablado todos eles eram números, grandes números escritos numa cartolina pendurada no pescoço.

No texto, permiti-me fazer algumas comparações. Coisas apenas insinuadas, como a semelhança do espetáculo com os do antigo circo romano. Além disso, uma comparação quase sacrílega com as três quedas de Cristo a caminho do Calvário, ao descrever o drama do concorrente número 70, que a pouco mais de uma hora do final, arrastava-se no tablado com as mãos cruzadas no peito. Levantou-se das três quedas, mas na quarta não conseguiu. A coordenação do concurso condeu-se. E o 70, como outros quatro concorrentes que caíram na última hora, foi classificado.

Ao todo, sobraram 18 no tablado. Os 13 que haviam resistido até o fim festejaram a vitória dançando um frevo.

Mandei a matéria no dia seguinte, por telex, para a redação do Rio de Janeiro. Ao terminar a leitura, Odylo Costa, filho me enviou um telex de volta. Tinha chorado ao ler o texto.

Foi o maior elogio que recebi em toda a minha história de repórter. Se Odylo, escritor e jornalista experimentado, responsável por uma das mais importantes reformas editoriais de um jornal no país — a do *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1950 — tinha se emocionado tanto, imaginei o que poderiam sentir milhares de leitores da revista.

Eu não pretendia, com aquele texto — nem com nenhum outro que tinha escrito até então —, fazer ninguém chorar. Mas considerei que aquele era o jeito certo de contar uma história.

• • •

O circo do desespero

O Cruzeiro

23 de março de 1963

O ALTO-FALANTE SOA ESTRIDENTE, com a primeira música de carnaval. Os 246 participantes da maratona começam a dançar, e está iniciado o XI Concurso de Resistência Carnavalesca, promovido por emissoras de rádio e TV e patrocinado por uma companhia de produtos químicos. Os dançarinos agitam-se no tablado armado no centro do Ginásio de Esportes do Ibirapuera, São Paulo. As arquibancadas (o ginásio tem capacidade para 20 mil pessoas) estão vazias. Mas os dançarinos não sentem o vazio porque cada um dança para si próprio. Como melhor puder, porque há fiscais que estão atentos aos seus movimentos.

Dançar conforme a música é uma das exigências do regulamento, e, passadas as primeiras três horas, já há concorrentes sob a mira dos muitos fiscais do concurso. Porque não estão dançando conforme a música, principalmente conforme o frevo, música que o alto-falante repete com frequência e que elimina os primeiros dançarinos.

Agora (19 horas), há grande agitação no tablado por causa do frevo "Vassourinha". Até que o volume da música baixa, e ouve-se a voz do locutor: "Atenção, atenção! Concorrentes 193 e 213 desclassificados!". E logo a seguir: "Atenção, 33, atenção, 33, advertido!".

O 33 (na maratona os homens são números que dançam) toma um susto, estremece em ritmo de frevo e pula como um desesperado. As primeiras desclassificações e advertências servem para que os participantes da prova cuidem de dançar mais de acordo com a música. Mas, aos poucos, vão cansando. E muitos deixam o tablado. Às 3 horas de domingo, dia 24 (doze horas depois de iniciada a maratona), 59 que não dançaram conforme a música já haviam sido desclassificados, e 26 que não aguentaram desistiram por conta própria ou por determinação do médico (há

sempre um médico de plantão, durante as 72 horas do concurso). Restam 161 no tablado. Todos os que saem reclamam do frevo: “Música desgraçada!”.

Os 161 que venceram as primeiras 12 horas fazem tudo para continuar. Os mais fracos deixam transparecer, apesar do esforço, o grande cansaço. Aos poucos vão cedendo, os mais teimosos só quando ouvem a sentença do locutor: “Desclassificado”.

Domingo, às 15 horas (24.^a hora da prova), estão no tablado apenas 94 concorrentes — 70 homens e 24 mulheres.

Desde a noite anterior, há espectadores nas arquibancadas. Agora, tarde de domingo, há milhares de pessoas que assistem ao espetáculo daqueles 94 cristãos que dançam sem parar. O ginásio de esportes é um imenso e barulhento circo, em cujo picadeiro se desenvolve uma tragédia de carnaval.

Com menos gente no tablado, os concorrentes aparecem mais como homens do que como números (todos eles trazem um cartão pregado no peito com o número de inscrição). Há gente de todos os tipos, de todas as origens. Brancos, negros, mestiços, amarelos — síntese brasileira sobre um tablado.

Madrugada, 2 horas do dia 25, segunda-feira. Daqui a uma hora estará terminada a primeira etapa da maratona de dança. Os concorrentes que permanecerem dançando até lá estarão classificados para a segunda etapa e poderão descansar durante seis horas. Restam apenas 48 no tablado. Entre os mais animados, o 87, grande negro vestido de trapos e que diz estar fantasiado de pajé. Pula grandes pulos, dança rigorosamente de acordo com a música. Durante o dia anterior (domingo) e parte da noite, quando o ginásio recebeu muitos espectadores (com entrada paga), as simpatias do público foram para a sua figura imponente de dançarino exímio, e, por isso, recebera muitas doações de admiradores. Também animado, o 99, igualmente grandalhão, fantasiado de índio pele-vermelha. E o 4, tipo baixo, de músculos rijos, firme sem fazer alardes. O 5 e o 32 fazem uma dupla de dançarinos tranquilos, ao som de marcha, batucada, samba ou frevo.

Mas há as expressões dolorosas, como a do negro 238, que cochila em ritmo de frevo, em sua camisa listrada. E o 1 — o que primeiro se inscreveu —, de olhos fixos em nada, dança de lado, como caranguejo. Uma velhota gorda e negra — a 51 — consegue manter-se bem durante as marchas e os sambas, mas faz caretas com os frevos. Quem parece muito bem é a 186, negrinha de cara enfezada que estica muito o beijo. (No começo da noite ela andara quase baqueando, tentaram convencê-la a desistir, ela protestou, chorou e ficou.) Agora que faltam poucos minutos para completar 36 horas consecutivas de dança, ela está elétrica e pula até com marcha-rancho!

Às 2h42, faltam 18 minutos para terminar a primeira etapa. Pelo alto-falante são convocados os fiscais: “Compareçam à mesa com urgência”. Daí a pouco estão todos no tablado e começam a botar os dançarinos em fila. Alguns ficam indecisos, sem entender, e não querem parar (é proibido parar), com medo de desclassificação. Finalmente, todos dançando em fila, ao redor do tablado, chega a esperada hora.

São 3 horas, a voz do locutor soa forte, reboa pelo ginásio, vazio (apenas uns poucos espectadores sonolentos restam nas arquibancadas): “Parabéns, senhoras e senhores. Estão classificados para a segunda etapa”.

O 162, um amarelo, quer sair. Um fiscal o impede. Até que volta a voz pelo alto-falante: “Os senhores têm 6 horas de descanso; podem se retirar”.

Nos vestiários destinados a atletas (o Ginásio do Ibirapuera pertence ao Departamento de Esportes e Educação Física do Estado) há alguns colchões. Quando chegam os vencedores da primeira etapa, os colchões já estão tomados pelos que caíram e agora dormem o sono agitado dos perdedores. Os vencedores protestam (o 127 estrila em altos brados). Alguns acordam, olhos esbugalhados, interrogando sobre a repentina invasão. E voltam a dormir. Um mulatinho magro, meio dormindo, meio acordado, quer saber se pode voltar: “Tiraram eu. Pode tirar a gente assim? Pode? Eu estava com fome, o doutor disse que era só eu comer e ficar bom. Já comi, estou bom. Quero voltar. Será que eles deixam?”.

Ninguém responde.

Muitos dos vencedores vão se arrumando como podem, espremendo-se nos colchões, deitando-se nos bancos ou no chão. Muitos, também, não procuram lugar para dormir. Medo de não acordar para recomeçar a maratona. Ah, dormir, é um perigo para quem dança 36 horas. “A gente esfria o corpo e não levanta mais”, sentencia o 32, negro forte que ostenta uma faixa de tricampeão. Homem de experiência que influencia os que concorrem pela primeira vez. Assim, muitos ficam em vigília. O 234, tipo seco, alto, faces encovadas, muito amarelo, faz ginástica. Depois, anda de um lado para outro (“Uma vez perdi só por quatro horas”) para não ser traído pelo sono. Começa a arrumar garrafas de refrigerante vazias, num canto do vestiário.

Há conversa — vozes dos que estão em vigília e vozes dos que acordam — no vestiário. Os dramas de cada um vão sendo contados.

O 32 (o tricampeão) quer o dinheiro do prêmio para poder pagar uma passagem até Garanhuns (Pernambuco) e ver a família. Respira fundo, faz massagens nos pés e comenta: “Tá muito difícil este ano. Tem muito frevo. Duas marchinhas, um sambinha, e tome frevo em nós!”. Sorte que já tem experiência, sabe reservar energia para os frevos. Um se queixa de que as músicas ficam martelando nos ouvidos, e sua voz de concorrente experiente sentencia: “O negócio é a gente não prestar atenção em música nenhuma. A gente mistura tudo, sem separar nenhuma. Se não, fica doido”.

Diante de um armário aberto, o drama do 70, mulato muito magro fantasiado com uma espécie de camisola. Roubaram-lhe a roupa “de voltar pra casa”. Está muito aflito, mãos no rosto, dizendo: “Só faltava isto, só faltava isto!”. A quem pergunta, ele não responde; só fala da roupa roubada: “Desgraçados! Não chega eu arriscar a minha vida, ainda me levam a roupa”.

Já o 87 (o grande negro fantasiado de pajé) é uma euforia no vestiário. Ninguém diz que ele acaba de dançar 36 horas. Só lamenta não ter sido avisado de que podia comer “comida de casa”. Se soubesse, era “muito melhor do que esses sanduíches que eles dão” (a direção do concurso fornece sanduíches e refrigerantes a

todos os concorrentes). Suas impressões, como concorrente estreante: “É tanta música que a gente fica tonto. Aquela da lavadeira enche!”. Por que participa da maratona? Ah, tem uma história comovente:

— O meu menino furou as vistas, eu preciso mandar operar as vistas do meu menino.

E se não conseguir chegar ao fim?

— Tenho de dar outro jeito de operar as vistas do meu menino.

O 91, mulato baixo entroncado, ouve a história do 87 e diz que seu caso é muito importante, também: botou um botequim a funcionar na Vila Moraes, vendeu fiado, não pagaram. Agora está “assim de dívida” que precisa pagar. “Por isso estou aqui arriscando a minha vida.” Por que arriscando a vida? Explica que já participou de outros concursos e viu “muito negro sair carregado pra ambulância”. E, da outra vez que concorreu, até ficou com medo de endoidar. Diz que a música “ficou pra mais de um mês” na cabeça: “A gente fica distraído um pouquinho, começa a ouvir a música, que não para mais”.

Quem está em dúvida é o 232, que chega ao vestiário, respira aliviado e diz:

— Esta eu aguentei; amanhã, não sei, não.

O 232 tem um sonho: terminar de construir um barraco no Jardim da Saúde. Cai num pedaço de colchão e dorme.

Tipo do homem tranquilo é o 5, que vem de outros concursos, com vitórias e derrotas. Desta vez ele quer o dinheiro do prêmio para voltar a sua terra (União dos Palmares, Alagoas). Será que o prêmio dá para tanto? São 300 mil cruzeiros para divisão em partes iguais entre os que chegarem ao fim da prova. Julga ele que dá. “Acho que vai sobrar pouca gente” — pelo menos “uns 15 contos a gente leva.” E comenta com o 32 sobre outros concorrentes — os que ele acha que aguentam ou não.

— Aquela baixinha preta é danada, mas tá no fim. Chorou que nem uma condenada, deixaram ela ficar, mas ela não aguenta, não.

E a conversa continua, para ajudar a espantar o sono, porque é perigoso dormir. O 32 (o tricampeão) comenta o concurso do ano

passado: “Foi duro mesmo. Precisa ver os meus retratos que eu tirei antes de começar e depois, no fim: eu parecia um defunto!”.

Muitos estão na conversa. Cada um tem a sua história, o seu pequeno drama a contar. Um tem filho doente, outro está sem emprego, outro quer construir casa. “Se sobrar pouca gente, dá pra comprar os tijolos” — ou comprar bicicleta que não pôde comprar no Natal para dar ao filho.

O 234 continua agitado, a andar de um lado para outro:

— O que mata é esse pão com presunto. E esses fiscais. Eles não têm dó da gente, não! A gente tem de ficar de olho neles, senão eles mandam a gente pra fora. Sabe como é: dançar 30 e tantas horas e sair assim, sem mais nem menos, é duro.

E o pessoal que paga para ver?

— Ah, esses que ficam aí acham engraçado a gente lá se acabando, não sabem o que é a dor nos pés da gente!

No vestiário das mulheres a agitação é menor. São 13, apenas. Duas ou três acordadas. Uma delas, a 56, resume o seu drama num pedaço de chocolate. Foi comer um pedacinho “para ficar mais forte”, quase desmaiou. Foi o chocolate bater na barriga, deu uma agonia tão agoniada que ela quase caiu. “O chocolate quase me derrotou” — diz com tristeza. Mas Deus Nosso Senhor bem sabia que ela não podia cair (caiu mais tarde), porque é preciso construir um barraco “pra botar os filhos dentro”.

A 57, que fora desclassificada à meia-noite, acorda, esfrega os olhos e vai contando: “Me deu aquela coisa, escureceu tudo, e eu caí. Agora estou boa. Acho que vão me deixar voltar. Tava quase no fim, não tava?”.

E volta a dormir.

Como dormindo está a negra 51, cuja história é contada com muito respeito pela branca 56:

— Ela tem seis netos, tem que fazer comida pra eles, mas não tem fogão. Ela quer comprar um fogão pra fazer comida pros netos dela. Deus ajude ela.

Isso dito, faz-se silêncio no vestiário. Restam apenas os movimentos dos pés de uma negrinha que dorme. Talvez sonhando

com um frevo!

Segunda-feira de carnaval, 9 horas. Tudo recomeça. Dos 48 que terminaram a primeira etapa, voltam 46 (a 56 e o 76 desistiram). E os 46 permaneceram mais ou menos firmes até as 16 horas, quando um desistiu.

À tarde, há grande público (o ginásio está com meia lotação), porque vai haver circo de verdade, com palhaços, domadores de bichos, trapezistas. Quando começa a função circense, o público esquece por alguns instantes os 45 no tablado. A 186 (a que chorou para não sair) tenta manter os olhos abertos e arrastar os pés conforme a música.

As câmeras de TV colhem flagrantes no tablado. Do público presente e dos telespectadores, chegam ofertas para determinados concorrentes. O 87 (continua firme) é o que mais recebe e o que mais se agita (ele precisa operar a vista do seu menino). Baixa a música, o locutor diz que o público tem sido muito carinhoso, incentivando os concorrentes. Um telespectador acaba de oferecer 10 mil cruzeiros para o 87. E o 87 pula em agradecimento.

21 horas de segunda-feira, 25 — 42 concorrentes ainda estão no tablado. Com a madrugada — diz um entendido do concurso —, o cansaço aumentará, e muitos cairão.

2 horas da madrugada, dia 26, terça-feira de carnaval. A direção da maratona manda todos os concorrentes (um por vez) para exame médico. Cinco tiveram de sair, por “ordem do doutor”. Entre eles, o 87, que pulava muito, mas estava com 20 de pressão. Saiu de pé e mais ou menos consolado: as doações já atingiam 67 mil cruzeiros.

Pena deu a 186 (a que chorou para não sair). Recebeu só 1.500 cruzeiros de doações. Tinha pensado até em comprar uma orquídea para enfeitar os cabelos, “depois que terminasse”. Mas a pressão baixou muito, o médico disse que não podia continuar. Chorou, mas saiu.

4h55 — sai o número 1. Ele mesmo resolve sair porque não aguenta mais. Sai com 55 horas e 55 minutos de dança. Imediatamente, alguém da pequena assistência (há os fãs da maratona) oferece-lhe 200 cruzeiros. O saldo, com outras doações:

Cr\$ 1.480,00. No vestiário, ele se lamenta: mecânico sem emprego, queria comprar ferramentas para trabalhar. Mas tem um consolo: melhor sair do que ser desclassificado.

5h20, o 234 chega ao vestiário, mais amarelo ainda, para um descanso (os concorrentes têm direito a uma hora, em cada etapa, que repartem em minutos para descansar). Está assustado. Diz que “está arrepiando o corpo”, tem medo de não poder voltar. Indeciso, pensa em tomar banho frio, alguém aconselha que não. Deita-se, depois resolve consultar o médico. Volta logo depois, feliz:

— O doutor disse que eu posso continuar!

6 horas — apenas umas 10 pessoas (dormindo) nas arquibancadas. E os fiscais muito fiscais, zelosos no mister de não deixar que ninguém dance fora do ritmo. Chega um grupo de rapazes e moças, evidentemente vindos de um baile de carnaval. Estão alegres e vêm assistir à maratona. Meninos ricos, pelo jeito. Começa uma alegre torcida por determinados candidatos.

Quem não anda lá muito bem das pernas, no tablado, é o 70, curvado na sua magreza. Uma das moças comenta:

— Puxa, como é que ele aguenta?

E as outras iniciam uma campanha junto dos rapazes para ajudar o 70:

— Dá dinheiro para o 70. Coitado do 70.

A distribuição (100, 200, até 500 cruzeiros) se estende a outros concorrentes, e o locutor observa que “as belas jovens incentivam os concorrentes”. E toca um frevo. A negra 51 consegue pular, e outra mocinha lamenta:

— Ah, pobrezinha, tão velhinha...

Um negro da assistência acorda com o frevo e comenta:

— Esses caras estão aí se matando por necessidade!

Um dos rapazes, com ar de entendido em literatura, lembra um livro chamado *Mas não se mata cavalo*, história de uma maratona de danças nos Estados Unidos.

Terça-feira, 9 horas — 24 horas vencidas na segunda etapa. Restam 22 concorrentes no tablado. Os mais firmes se dividem entre os que

sentem pena dos baqueados e os que torcem (não dizem, mas torcem) para que saiam mais, para aumentar o prêmio.

A tarde de terça-feira traz multidão ao ginásio, que fica superlotado (mais de 20 mil pessoas). Além da maratona, há concurso de fantasias infantis, sorteios, escolas de samba. Assim, são milhares para ver os 22 cristãos quase no fim do sacrifício.

18 horas (faltam três horas para o fim) — segundo o regulamento, deveria ser às 22 horas, mas a direção resolveu antecipar para as 21. Muitos dos desclassificados rondam o tablado, lamentando-se. Quase todos dizem que sofreram injustiça, ninguém é capaz de convencê-los de que continuar seria perigoso.

18h15, o 28 não consegue mais dançar conforme a música, mandam-no para o médico, ele volta 15 minutos depois, mas não consegue reencontrar o ritmo. Sai novamente. Volta. E não consegue. Suas pernas não têm as articulações em funcionamento. Sai de uma vez.

18h55, o 70 (o que perdeu a roupa) está mais curvado ainda. Não dança, arrasta-se. Há grande tolerância da direção do concurso, já que tudo está para terminar. Às 19 horas, o 70 quer parar. A voz do locutor: “O candidato 70 está querendo desistir; nós queremos que ele continue. Aplausos para ele”. O público aplaude muito, o 70 continua a se arrastar, olhos parados, pernas a se dobrarem. Alguém lhe oferece 500 cruzeiros, ele nem agradece. Um dos fiscais segue seus passos. O 70 anda pelo tablado com as mãos cruzadas sobre o peito, a dor estampada no rosto magro. Mas anda, como um Cristo mulato.

19h12 — o 70 cai pela primeira vez.

19h20 — o 70 volta ao tablado, carregado por um fiscal e uma enfermeira. Continua a andar, agora seguido de perto por dois fiscais.

19h25 — o 70 cai pela segunda vez.

Levam-no para o médico, trazem-no de volta. Continua a paixão do 70. É preciso continuar, para não perder o prêmio faltando tão pouco tempo.

19h44 — o 70 cai pela terceira vez.

Mais uma vez, sai do tablado, carregado. E mais uma vez volta. Para arrastar-se, mais curvado ainda.

19h52 — o 70 cai pela quarta vez.

Então, sai definitivamente. A direção resolve classificá-lo, como ao 28. O público, comovido, aplaude demoradamente. Pena que o 70 não ouça os aplausos!

Na penúltima hora (20 horas de terça-feira de carnaval), cai a negra 51, a que tem seis netos e não tem fogão para fazer comida para eles. Foi rápido. Ela estava dançando conforme a música, de repente parou, inclinou o corpo para a frente. Braços providenciais evitaram a queda.

Agora, resta apenas uma mulher no tablado, a negra 164, jovem e forte.

O 259 é que não anda bem (dançar já não é possível). Seus olhos crescem muito na cara amarela. Restam 15 no tablado. Cai o 259, quando os seus olhos ficam maiores, e seu rosto, mais amarelo. E depois mais um, o 275. Ficam 13 no tablado. Que dançam até o fim. Os cinco que saíram são considerados classificados, com grandes aplausos do público.

Mais aplausos (principalmente dos concorrentes) se ouvem quando o locutor, com emoção na voz, anuncia: o patrocinador resolveu aumentar o prêmio de 300 para 600 mil cruzeiros. Cada um dos 18 receberá mais de 30 mil cruzeiros!

21 horas, terça-feira — grande final. Três dos caídos — o 259, o 275 e a 51 — voltam (trazidos) ao tablado. E recebem, sentados, uma grande ovação do público. E treze que ficaram de pé dançam o último frevo. Conforme a música.

Nossos desamados irmãos loucos

Maio de 2012

DE TODOS OS TRABALHOS QUE FIZ em minhas andanças de repórter, este foi, ao mesmo tempo, o mais difícil e o mais fácil. Pelas condições em que se encontrava o Juqueri, hospital psiquiátrico mantido pelo governo do Estado de São Paulo, podia-se considerar impossível a qualquer jornalista acompanhar de perto uma realidade que apresentava motivos para, sem exagero, ser comparada à dos campos de concentração nazistas.

No máximo, seria possível conseguir algumas imagens com câmeras escondidas e informações fornecidas por um ou outro funcionário cansado de lidar com tanta desgraça, sob a condição de que seu nome não fosse revelado. Mas a própria dimensão da tragédia contribuiu para que, de certa forma, ela se revelasse por inteiro para mim e para o fotógrafo Ronaldo Moraes, experiente profissional, companheiro de muitas outras reportagens.

Em nosso primeiro dia de trabalho, depois de passarmos sem problemas pela portaria, ele comentou:

— Assim, até eu!

Era como se fosse rotina a presença de jornalistas naquele inferno.

O difícil era suportar o espetáculo de miséria humana que aquele lugar expunha. Além de tudo, precisava tampar o nariz. Não era à toa que tantos urubus sobrevoassem os pátios, de onde se elevavam todos os maus cheiros misturados.

Íamos entrando, afundando pelos pátios, apenas cuidando para não pisar em dejetos. Ou tropeçar em algum paciente deitado no caminho.

Toda essa facilidade se devia a um longo e paciente trabalho junto a alguns médicos que, afinal, se convenceram da importância

de denunciar o crime que era praticado entre os altos muros do Juqueri. Eles haviam chegado ao limite, tudo que fizessem para aliviar as condições degradantes dos doentes seria praticamente inútil. No espaço planejado para 3 mil pacientes, amontoavam-se quase 13 mil. Faltava de tudo ali: atendimento médico adequado, remédio, comida, roupas — muitos dos pacientes vagavam nus pelos pátios.

Não perguntei, mas tive a certeza de que o diretor do hospital sabia, mas fingia não saber, que dois jornalistas passavam dias a percorrer pátios, dormitórios, enfermarias, conversando com pacientes e funcionários. Um deles um dia me perguntou:

— O senhor está aqui com ordem do diretor, não está?

Fez a pergunta e antes de obter a resposta me chamou de lado:

— Venha, vou mostrar uma coisa ao senhor.

Já era noite, e eu o segui até um pavilhão da 8^a.ª Colônia. Acima da porta, em letras graúdas, estava escrito: “Clínica”. Antes de abrir, ele avisou que era preciso ter estômago para ver o que acontecia lá dentro. “Estômago e coragem” — acrescentou. E insistiu:

— O senhor tem coragem de ver?

Entre no que, com toda propriedade, podia ser chamada de antessala da morte. A luz mortiça das lâmpadas que pendiam do teto permitia ver as camas, muitas delas sem colchão, nas quais se amontoavam os pacientes. E no espaço entre as duas alas de camas, no chão de cimento, outros pacientes amontoados.

Aquele lugar já fora, em outros tempos, uma das clínicas em que os pacientes com doenças físicas eram atendidos, passando por uma triagem antes de irem, se fosse o caso, para o Hospital Central. Mas transformara-se, com o tempo, naquele salão de horrores. Ainda na véspera — disse-me o funcionário — tinham encontrado um morto no amontoado.

Ele não era enfermeiro. Os enfermeiros estavam em falta, e a ele e outros funcionários cabiam algumas tarefas, como verificar se era feita a limpeza possível ou se as refeições eram servidas aos que ainda conseguiam ingerir a comida comum do hospital. Ou, ainda, avisar aos médicos sobre os casos mais graves. Ele fazia contas: naquele dia, descontado um que morrera na véspera, havia 91

pacientes na “clínica”, que, em condições normais, tinha capacidade para 56.

Não se podia falar em “condições normais” no Hospital Psiquiátrico do Juqueri. Tudo, ali, era uma anomalia só. Mas mesmo assim havia algumas histórias que podiam ser consideradas engraçadas no meio de tantas desgraças. Contava-se, por exemplo, o caso de um paciente diagnosticado como pp — Personalidade Psicopata —, do tipo que em liberdade consegue aplicar os golpes mais incríveis. Num dia de visita, ele conseguiu convencer um comerciante da cidadezinha em que se localizava o hospital, Franco da Rocha, a comprar a preço de ocasião algumas dúzias de galinhas de uma granja que, não sabia como, funcionava dentro do hospital, no meio de uma horta. Ficou combinado que, em determinada hora da noite, ele jogaria dois jacás cheios de galinhas por cima dos muros. Para tanto, exigiu receber adiantado metade do valor combinado. Na hora da entrega, como combinado, os jacás foram lançados por cima do muro. Só que, em vez de galinhas, estavam cheios de urubus, que, pacientemente, durante vários dias, ele havia capturado nos pátios onde muitos deles andavam pelo chão.

Na pressa de recolher os jacás, o comerciante só foi descobrir o engodo quando chegou em casa. No Juqueri, a história ficou conhecida como “o golpe dos jacás premiados”.

Distanciado no tempo, rememoro o cenário de horror do Juqueri. E mais uma vez constato que a reportagem que fiz para a revista *O Cruzeiro* em 1963, agora republicada neste livro, subverteu as regras, os padrões, a “normalidade”, digamos, do texto jornalístico. O “normal” seria o ordenamento dos fatos presenciados, a construção de um texto “objetivo”, com números, datas, declarações, opinião de especialistas etc.

Mas a tragédia do Juqueri não cabia em nenhuma receita. Por isso, o texto saiu fragmentado, um painel composto de cenas que, em conjunto, expunham uma realidade absurda. “Perdido no meio da tragédia”, como escrevi na abertura do texto, fui “fotografando” cenas que me faziam sentir asco, aflição, revolta, vergonha, compaixão. Compaixão, sobretudo.

Ao escrever, eu me indagava: como ordenar toda aquela desordem? Assim fui puxando da memória ainda perturbada pelas cenas vistas e sentidas aquelas que haviam deixado as impressões mais fortes. Por exemplo, a que descrevi num texto a que dei o título de “Fome à mesa”, no qual falo em “disputa pelos maus bocados servidos”. A cena era o refeitório da 4^a.ª Colônia de Homens, onde dezenas de pacientes, impacientes, inquietos pela fome, aguardavam o jantar, do lado de fora. As portas só eram abertas quando os pratos com a comida eram colocados nas grandes mesas dispostas em três ou quatro fileiras. Os homens invadiam, atropelando-se, o refeitório, onde acontecia um “banquete desesperado”, os mais fortes a tomar a comida dos mais fracos.

Na descrição da cena, pergunto: “Que dignidade pode ter um jantar de homens nus?”.

Positivamente, a pergunta não caberia numa reportagem produzida segundo os padrões da objetividade. Samir Curi Meserani, professor da cadeira de Processos de Redação Criativa da PUC-SP, escreveria depois sobre a matéria: “Perdido no meio da tragédia que descobre, o repórter se encontra como escritor, inventor das transgressões da linguagem, normalizador das anomalias”.

Releio o texto hoje e verifico que, além das “transgressões”, cometi alguns equívocos. Ao me referir à “fórmula” da correta informação jornalística, falo em cinco mandamentos, quando na verdade são seis — *o que, quem, quando, onde, como, por quê*. Deixei de lado o *quando*. Ao mesmo tempo, justifico-me: a tragédia do Juqueri não tinha propriamente um *quando* — aquilo era coisa de um tempo sem memória. Mas sobram expressões que eu não escreveria hoje: *A gente repórter*, por exemplo, usada para evitar a primeira pessoa do singular, um simples *eu*.

Apesar desses escorregões, a reportagem causou grande impacto. Mesmo antes de ser publicada. No departamento de arte da revista, o jovem Zivaldo sacudia as laudas de texto, gritando:

— É tragédia grega, é tragédia grega!

A matéria foi diagramada por ele, entre exclamações. Foi Ziraldo que escolheu a foto de abertura, em página dupla. Mostrava, numa escadaria, em vários planos, pacientes, alguns parados, outros em largos gestos. Quase todos nus. “É um teatro absurdo”, dizia.

Quando saiu, a reportagem causou furor, principalmente entre os políticos da oposição, que reclamaram providências urgentes, que as autoridades prometeram tomar. Entidades médicas discutiram sobre a situação do hospital, alguns especialistas discutiram a questão do confinamento dos doentes mentais, falava-se em reforma manicomial.

Ao longo dos anos, o hospital foi sendo desativado. Anunciado em 2011, um acordo entre o governo de São Paulo e o Ministério da Educação prevê a transformação do espaço num *campus* universitário.

A reportagem que se vai ler aqui traz em sua parte final um texto que dá as respostas à grave situação a que chegou o hospital. Escrito por um dos médicos que haviam facilitado o meu trabalho, o Dr. José Mário Amâncio de Camargo, o texto foi além das fronteiras do Juqueri. Sintetizava:

O problema dos métodos de assistência ao psicopata não está calcado nas limitações do Hospital do Juqueri. (...) Que se verifica, então, sistematicamente, como tipos de ocorrências graves no seio das grandes massas da nossa população? A fome, a subnutrição, a miséria, as más condições de habitação, a mortalidade infantil, a tuberculose e outras anomalias que fragmentam a personalidade e alienam impiedosamente o homem. Se nós percorrermos o Brasil, vamos constatar que o Juqueri está em toda parte, em maior ou menor condensação.

• • •

Nossos desamados irmãos loucos

O Cruzeiro

30 de março de 1963

DENTRO DAS FRONTEIRAS DO JUQUERI, o repórter sente que está numa encruzilhada da profissão: olha para todos os lados, perde-se no meio da tragédia e conclui que não é possível fazer uma reportagem comum, dessas de contar simplesmente o que vê. Porque não é possível contar. Tudo aquilo que a gente vem aprendendo desde os tempos de "foca" se desmorona aos nossos pés.

Um bom repórter — manda a regra — deve obedecer a cinco mandamentos para fazer uma boa reportagem: "o que", "quem", "onde", "como", "por quê". Mas "que" é o Juqueri? "Quem" é responsável pela chaga? "Onde" se vive, como aqui, em condições tão degradantes? "Como" se pode explicar a tragédia desses nossos desamados irmãos loucos? "Por que" ninguém, até hoje, tomou providência?

Só essas perguntas já seriam suficientes para a reprovação sumária de um candidato a repórter, pois a boa reportagem é a exposição de fatos, e não indagação, segundo a regrinha aí de cima. Mas no Juqueri nenhuma regra é válida, porque o Juqueri é uma anomalia. A humanidade anormal que aqui está confinada é vítima de outra anormalidade — a de administrações que se sucederam surdas, cegas e mudas para o seu clamor.

Urubus são denúncias negras que voam sobre o Juqueri. Se nada nos fosse dado ver, lá nos escondidos do hospício, os urubus serviriam para que pudéssemos imaginar o que acontece. Por que eles agitam tanto as asas sobre os pátios do que já foi um hospital?

A explicação está aqui dentro: todos os pátios do Juqueri são de muros altos, muito altos, de modo a esconder muita miséria humana. Chão nu, duro de pisado por muitos passos aflitos. Alguns têm uma ou outra árvore (sempre coalhadas de urubus) a derramar um pouco de sombra sobre muita infelicidade. O que completa a

paisagem dos pátios são criaturas humanas — nossos desamados irmãos loucos — que choram, gritam, urram, blasfemam, rezam ou fazem gestos sem beleza. Sobre elas, manchando o azul dos céus, os urubus. Voam, à pequena altura, em irritantes movimentos circulares, depois descem e pousam sobre cabeças esquecidas. O objetivo pode ser a ferida de um homem grandalhão ou de uma velha mirrada. Pode ser também o corpo todo de uma criança, que o pátio é denominador comum de misérias.

O repórter assiste a tudo isso, tonteia, quer reter o máximo na memória para fazer uma reportagem fiel e tecnicamente perfeita — a descrição de um todo. E verifica que o todo, de tão anormal, não pode ser descrito. Por isso, a reportagem vai sendo marcada pelos fatos isolados, tragédias dentro de uma grande tragédia, que é o Juqueri; o particular que é síntese do geral. Assim:

Passarinho preso

Pátio da 1.^a Colônia de Mulheres. A mulher nua está num canto de muro, encolhida. Diante dela, avultando em negrume de asas, um urubu. De vez em quando ela faz um gesto que espanta a ave (por que insiste o urubu em comer aqueles dejetos?) e repete a mesma frase:

— Lá em casa eu tinha um passarinho preso, tão bonito na gaiola. E agora? E agora?

O rosto perdido

Mesmo pátio. Bem distintos de outros gritos (no pátio estão 366 mulheres, mais da metade nuas), os gritos da mulher que tenta envolver a nudez com um pequeno pedaço de cobertor:

— Perdi as minhas feições. Não tenho espelho, mas sei que perdi as minhas feições!

De repente, o repórter é “médico”; todas o tratam por doutor. “Por que o senhor não vem sempre, doutor, pra ver a nossa desgraça?”, em queixas sem fim. Os momentos de consciência lhes são terríveis, muito mais do que a ausência total da razão. A pequena centelha de juízo revela tudo, de chofre: a nudez do corpo, o cheiro ruim que outros corpos desprendem, a sujeira em que se

pisa, a ausência de outra paisagem que não aquela que termina nos muros — o mundo sórdido do pátio.

— Perdi as minhas feições, repete a mulher que tentar esconder a nudez com pedaço de cobertor.

O gesto de amor perdido

Outro pátio (o do 8.º pavilhão), onde estão as mulheres mais velhas, entre elas, uma que aperta contra o corpo magro umas bonecas de trapos. Ela é toda amor quando faz o gesto de estreitar aquelas bonecas contra o peito e sorri inteirinha. Até que a cena se desfaz, no gesto violento de outra mulher que passa e lhe dá um safanão. As bonecas caem no chão, sobre dejetos, e a mulher que as apertava contra o peito abre os braços, na inutilidade do protesto.

A velha, bem velhinha e quase lúcida, assiste à cena, diz que “é sempre assim”, sente muita pena da pobrezinha, “porque ela pensa que aquelas bonecas são criancinhas dela”, e continua o seu trabalho de costura, com sua agulha feita de um grande espinho. O que ela costura é um trapo irremediável. Por quê? “É bom a gente fazer alguma coisa, senão começa a ficar de juízo atrapalhado. Trabalhar não cansa; descansar cansa.”

A mocinha atendente explica que é sempre assim: muitos doentes, em fase de recuperação, gostam de trabalhar. Mas, como não há meios, “eles ficam doidos novamente”.

Verônica sozinha no mundo

O repórter ouve muitos apelos aqui no Juqueri. Em cada pátio, em cada dormitório, em cada enfermaria onde não há enfermeiros, há criaturas que pedem socorro. Às vezes, desejam apenas o socorro de uma palavra. Ou de uma presença que não seja a de outras desgraças. A velhinha na cama da enfermaria sem enfermeiros pediu socorro assim:

— Ô, meu filho! Venha cá.

A gente chega perto, ela diz:

— Vocês que estão aqui são meus parentes, não são?

A gente diz que sim, ela ri e chora:

— Ah, hoje encontrei alegria no meu inferno. Nunca veio parente meu aqui.

A gente fica um pouco, quer sair, ela apela:

— Me deixem aqui não!

Seu nome — ela ainda se lembra — é Verônica. Sozinha na cidade alucinada do Juqueri. Sozinha no mundo também, informa uma serviçal. Aqui, Verônica serve como símbolo. Porque, como ela, muitas são as criaturas esquecidas no grande depósito do Juqueri.

Um banco no pátio

No pátio do Pavilhão de Menores há bancos, sob árvores nuas. E há meninas nuas e mocinhas, quase mulheres, também nuas. Todas andam sem rumo, todas pisam a sujeira que seus próprios corpos deixaram no pátio. E com elas passeiam — ah, a presença constante! — os urubus. Num dos bancos está a menina-moça de grandes olhos negros e parados. Está inquieta: senta-se, deita-se, fica de pé sobre o banco. Vêm um, dois, três, quatro urubus, pousam no encosto do banco, depois tentam pousar no corpo da menina-moça. A terrível explicação para a cena é dada por uma serviçal:

— A menina ficou mulher; os bichos sentem que ela é mulher.

Uma flor para Maria

O nome daquela moça que olha através da grade, a gente não sabe. Seja Maria, que é nome bonito, e porque ela está olhando o jardim lá de fora (o pavilhão fica perto da administração). No inferno do Juqueri, há o milagre desse jardim, com flores e tudo. Maria na janela pede uma flor. É preciso dar uma flor a Maria, a gente vai e dá. Maria sorri, vira-se e ergue sua flor para que todos, lá dentro do pavilhão malcheiroso, desfrutem o seu momento de beleza.

Homem nu acuado

Num dos pátios da 8.^a Colônia, estão mais de quatrocentos homens, quase todos nus. Sol a pino, os homens prostrados em sua

nudez. Poucos se dão conta desse fato. Num canto de muro, acuado como bicho, um deles grita:

— Eu não sou mais homem!

Não é mesmo. Como não o são os outros desamados do pátio. Mas há quem ache que seja homem, só porque a administração mandou algumas calças para distribuição na 8.^a Colônia. Um que acabou de receber calças corre como um cavalo pelo pátio:

— Eu já sou homem, eu já sou homem!

— Esse luxo é uma desgraça — comenta um que não ganhou calças.

Fome à mesa

A fome é presença constante aqui no Juqueri (a maioria dos óbitos é por inanição). Além da falta de comida, e da comida ruim, há a disputa pelos maus bocados servidos. Para ilustrar, basta descrever um momento, da hora do jantar, na 4.^a Colônia de Homens. Sobre as grandes mesas vão sendo colocados os pratos, com a comida — arroz, feijão, pelancas de carne, polenta, tudo uma papa só —, primeiro para as moscas e depois para os homens que esperam impacientes, lá fora. Quando todos os pratos estão na mesa, deixam-nos entrar. É uma avalanche que invade o refeitório. Olhos ávidos de fome sobre os pratos. Também, que dignidade pode ter um jantar de homens nus? Só o estômago fala, agora. E o drama está posto à mesa: quem é mais agressivo toma o prato de quem é passivo (ou mais fraco), sempre cuidando para que um ainda mais agressivo (ou mais forte) não lhe tome a presa. E come tudo sem remorso (nem nós, de fora, sentimos remorso), diante dos olhos dos que estão com fome à mesa — nesse banquete desesperado.

Pesadelo no dormitório

Um pesadelo, em si, é cada dormitório, de cada pavilhão, de cada colônia do Juqueri. Na 8.^a Colônia é assim: a porta se abre, a gente recebe o impacto do calor abafado lá de dentro. E do cheiro, que a gente não pode dizer como é — resultado de todas as misérias humanas aqui reunidas. Não se vê nada, assim, de entrada. Aos poucos, a luz fraca vai permitindo que a gente assista ao terrível

espetáculo (dantesco é adjetivo que não serve, por ser lugar-comum, mesmo aqui neste dormitório infernal). Há camas sobre camas, no jeito de beliche. E corpos sobre corpos, no jeito de trastes empilhados. Uma ou outra cama tem um resto de colchão, por isso os doentes dormem sobre os estrados de arame, no jeito de ficarem seus corpos cheios de chagas. O sono deles é feito de gemidos, Senhor Deus dos Desgraçados!

A paz, que poderia vir com o sono, também lhes é negada. Quem grita essa verdade é o velho nu que anda de ponta a ponta pelo corredor, no seu lamento:

— Comeram o meu colchão, comeram o meu colchão!

Clínica para a morte

Em cada pátio, em cada dormitório, em cada canto do Juqueri, cada homem está morrendo — uns mais depressa, outros mais devagar. Mas a morte está em toda parte, bem o anunciam esses urubus que voam em círculo lá em cima. Pode-se morrer em qualquer lugar, a qualquer hora, mas o lugar de morrer mesmo é chamado clínica. Cada colônia tem a sua clínica para receber os que são descobertos com doenças de corpo — disenteria, pneumonia, caquexia (fome, em linguagem vulgar), desidratação. Mesmo que haja uma assistência médica regular, as condições dessas clínicas não permitem a recuperação dos doentes. Para exemplo — mau exemplo — serve a Clínica da 8.^a Colônia de Homens. Por que chamam isso de clínica, a gente não sabe, pois o que a gente vê é assim: salão com camas, doentes amontoados nas camas, colchões podres de sujeira. Gente para cuidar, não há. Só um homem, que fecha a porta para não sentir o cheiro (ninguém, a não ser aqueles condenados, pode suportar o cheiro da clínica) terrível. A capacidade da clínica é de 56 doentes, mas aqui estão 91 (agora há pouco eram 92, mas um acaba de morrer). O homem encarregado (um simples serviçal) só chama o médico de plantão, no Hospital Central, se consegue descobrir no amontoado alguém que está em agonia.

O homem encarregado, chave na mão, pergunta:

— O senhor tem coragem para ver?

A gente tem, que esta profissão exige.

Então, o homem encarregado abre a porta. A clínica é um salão de horrores, com repórter no meio. Doentes gemem no amontoado das camas e no amontoado do chão de cimento. Há uma pasta fétida que cobre tudo, nesta sala de morte para a qual não há palavras.

A paz

O fim é a paz, aqui no Juqueri. E a paz está no cemitério do hospital, dentro mesmo do hospital. Paz sob cruzes de quem morreu tão desamado. Amanhã, aqui estará aquele homem que morreu na clínica da 8.^a Colônia. Na paz que foi possível aos nossos desamados irmãos loucos.

Um monstro de muitos braços

Para atender a uma população enferma de quase 13 mil pessoas, o Hospital do Juqueri conta com apenas 76 médicos.

O Dr. José Mário Amâncio de Camargo, jovem idealista, acompanha há 13 anos o drama que ali se desenrola. Aqui, ele depõe — um depoimento que poderia ser dado pela maioria de seus colegas, que sabem não ser o problema restrito às fronteiras de um campo de concentração como é, de fato, o Juqueri:

O problema dos métodos de assistência ao psicopata não está calcado nas limitações do Hospital Juqueri. A psiquiatria, embora seja uma especialidade médica, está muito mais interligada às ciências sociais do que outros ramos da medicina. Se nós atinarmos para a realidade brasileira, analisando com cuidado os seus aspectos social, econômico, financeiro, verificaremos que o nosso país não realizou ainda os estágios necessários para qualificar o homem, para integrá-lo numa estruturação socioeconômica que permita oferecer todo o respeito à dignidade humana.

Que se verifica, então, sistematicamente, como tipos de ocorrências graves no seio das grandes massas da nossa população? A fome, a subnutrição, a miséria, as más condições de habitação, a mortalidade infantil, a tuberculose e outras anomalias

que fragmentam a personalidade, alienam impiedosamente o homem. Se nós percorrermos o Brasil, vamos constatar que o Juqueri está em toda parte, em maior ou menor condensação.

O Hospital do Juqueri, por tantas vezes e em diversas épocas estampado nas páginas dos jornais, nada mais é do que o reflexo da realidade brasileira, da situação de inquietação em que vive o povo.

Como agir de modo efetivo diante de tão grave situação? Se nós reconhecermos que a psiquiatria superou a sua condição de especialidade médica, para tornar-se o lugar-comum de psicólogos, psiquiatras, psicoterapeutas, sociólogos e filósofos, sem dispensar as contribuições de qualquer tipo de atividade — porque o homem vive, luta, realiza, ele entra nas fronteiras da psiquiatria e invade o Hospital Psiquiátrico —, começaremos por atacar o problema, procedendo a um trabalho de equipe.

Seria uma consciência nova a despertar, que, dinamizada pela mobilização dos recursos necessários, daria atendimentos às necessidades reais da nossa população, com um trabalho profilático de profundidade, cuja essência poderá ser apresentada a qualquer momento por colegas especializados que possuem planos bem elaborados de assistência à saúde pública.

Finalmente, o problema do Hospital do Juqueri, em que termos deve ser colocado e quais as medidas básicas realmente necessárias? De tudo quanto foi dito, depreende-se que o Juqueri é uma resultante social, é um processo histórico. Seus problemas têm raízes profundas e desde que surgiram foram num crescendo ininterrupto, até a fase de saturação atual, com as mais graves consequências. As internações aumentavam assustadoramente, comprometendo o controle assistencial e desorganizando as atividades funcionais do hospital, com suas dependências superlotadas. Na proporção que essa população de enfermos aumentava, mais se evidenciava a desintegração total (hospital e enfermos).

Essas influências perturbadoras se somam ao fato de que o nosso hospital é aquele hospital padrão vigente até por volta de 1900, com sua estrutura alienante, que dificulta a aproximação cordial do

médico, com o paciente. O enfermo identifica sempre as condições agressivas e hostis do hospital com a figura do médico, responsabilizando-o pelo precário atendimento de suas necessidades. Creio que essa é, em síntese, a situação a que chegou o Hospital do Juqueri.

Como medidas de urgência a serem tomadas, estão em primeiro lugar o fornecimento de medicamentos, roupas e alimentação adequados. Mas o trabalho realmente efetivo consiste em uma revisão ampla dos seus métodos e de sua estrutura. Temos de organizar uma realidade assistencial que atenda às nossas verdadeiras necessidades. E essa realidade só será possível com um trabalho de equipe, pois, à luz da psiquiatria, o homem não é só uma criatura natural, senão um ser cultural.

Atendendo de fato à situação real do paciente, o psiquiatra não pode mais se satisfazer com conclusões limitadas às concepções clássicas, mas sim formulando diagnósticos pluridimensionais, que atendam à biografia, às condições ambientais e à conseqüente compreensão das suas reações individuais.

Sem dúvida, o Centro de Reabilitação é uma exigência que se impõe categoricamente pelas características dos problemas de estrutura do Hospital Juqueri.

No caso específico do Juqueri, esse Centro de Reabilitação significaria a integração de sua população de enfermos, dentro de uma estruturação social, com uma praxiterapia diversificada, aproveitando-se as aptidões profissionais de cada doente e testando as tendências daqueles que ainda não se definiram no sentido profissional. Além disso, o Centro de Reabilitação encerra em seu conteúdo jogos, leitura, cinema, teatro, música e outras recreações. Esses fatores praxiterápicos e recreativos emprestam uma nova significação para o doente mental, dando-lhe uma consciência que simboliza o reencontro com o seu "eu" e com os valores da vida.

Além do extraordinário valor terapêutico, representaria também, o que é importante, a própria readaptação social, favorecendo o reajustamento mais rápido do paciente quando de sua volta para o lar. Temos de levar em conta o fato de que o custo de manutenção

de um doente pertencente ao Centro de Reabilitação diminuiria, tendo em vista a sua produção. O funcionamento estaria afeto a um grupo de terapeutas, que trabalharia em sintonização com os psiquiatras.

Toda essa atividade social, mantendo-se intercâmbio com um Centro de Pesquisas (anatomia), fisiologia, patologia do sistema nervoso, com um hospital para doentes agudos e um hospital para doentes crônicos, condicionaria uma realidade assistencial que permitiria fosse essa população de doentes do Juqueri revista caso por caso, porque é bastante possível que milhares de pacientes crônicos sejam, na realidade, a consequência de uma psicose aguda indevidamente tratada.

Com a criação do Centro de Reabilitação estariam erradicadas as condições negativas do nosso ambiente, responsáveis por uma infinidade de quadros reativos. Se nós imaginarmos os nossos pacientes entretidos em suas atividades praxiterápicas, concluiremos com facilidade que influência terá o Centro de Reabilitação, na disciplina hospitalar, facilitando as normas gerais administrativas. Seria uma porta aberta para a aproximação construtiva do médico com o paciente.

Sim, porque o conhecimento e a solução dos sofrimentos, dos conflitos, das angústias do enfermo jamais serão possíveis por meio da razão ou de qualquer forma de explicação, mas sim através do encontro e da compreensão. Somente a experiência afetiva é que permitirá a construção do binômio médico e doente. Vamos humanizar o Juqueri?

A nova guerra de Canudos

Maio de 2012

QUANDO VOLTEI A CANUDOS, num fim de tarde de novembro de 1964, tive a impressão de que chegava a uma cidade fantasma. O sol ainda brilhava, projetando no chão batido da rua e sobre as ruínas do que fora o povoado erguido no início do século a sombra das últimas casas que restavam de pé.

Não havia ninguém na rua, na única rua, duas fileiras de casas mal alinhadas na direção do rio Vaza-Barris.

Eu estivera ali em 1957, como repórter das *Folhas*, três jornais (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) que se transformaram num só, anos depois — a *Folha de S. Paulo*.

Para mim, ainda “verde” na profissão, aquela era uma missão muito importante; deveria fazer a reportagem da segunda destruição de Canudos. O governo decidira construir uma barragem no Vaza-Barris, um rio temporário, formando uma grande represa cujas águas sepultariam para sempre o trágico cenário da guerra ali ocorrida 60 anos antes.

Eu tinha proposto a matéria e deveria escrever sobre o destino daquele povo depois da inundação de suas casas, de suas roças, de suas criações de bodes.

Perto da barragem em construção, num trecho a que chamavam Garganta de Cocorobó, viviam os trabalhadores, em casinhas construídas pelo Departamento de Obras Contra as Secas. Quase todos tinham sido recrutados no povoado que seria inundado. Viviam ali, também, alguns sobreviventes da guerra, entre os quais Pedrão, um dos mais valentes defensores de Canudos, comandante das tropas de jagunços que enfrentaram cinco batalhões do Exército.

Pedrão, já velho e doente, arqueado, em nada lembrava o jagunço a quem Euclides da Cunha chamou de “Terrível defensor de Cocorobó”. Conformado, ele encarava como uma fatalidade a

anunciada segunda destruição de Canudos. Era o destino, quem sabe o cumprimento de uma profecia do Conselheiro, que um dia disse num sermão que o sertão ia virar mar.

Era assim, também, que o povo de Canudos esperava, conformado, a invasão das águas.

A viagem de 1957 rendeu uma boa série de reportagens nas *Folhas*. Os engenheiros da barragem anunciavam para breve o fim do povoado e de seu entorno, um pedaço de sertão de 26 quilômetros quadrados. Mas faltaram verbas, e as obras, que se arrastavam desde 1951, foram paralisadas, e, assim, prolongara a agonia de Canudos.

Canudos não era um povoado qualquer. Fora erguido no mesmo lugar em que existiu um imenso aglomerado de casebres que abrigava milhares de seguidores do beato Antônio Conselheiro, no final do século XIX. Ali, naquele ajuntamento caótico que Euclides da Cunha chamou de Jerusalém de Taipa, os fanáticos do Conselheiro resistiram até o fim, em 1897, quando milhares de soldados do Exército transformaram tudo em escombros.

Em 1964, quando voltei a Canudos para fazer a reportagem que seria publicada pela revista *O Cruzeiro*, o fim do povoado era mais uma vez anunciado para breve.

Canudos agonizava.

Cheguei lá sozinho naquela tarde de novembro. Eu estava hospedado no canteiro de obras da barragem, no alojamento dos engenheiros, mas tinha decidido dormir no velho povoado. Queria viver a experiência de uma noite na Canudos que estava para morrer.

Hoje, passados tantos anos de experiências acumuladas, avalio que tal decisão não acrescentou quase nada à reportagem. Mas para mim custou uma noite insone e cheia de evocações da tragédia que levara Canudos à sua primeira morte.

Foi conversando com uns meninos que brincavam com os bodes nas ruínas de um casarão, quase em frente de outra ruína, a que sobrou de uma igreja do tempo do Conselheiro, que fiquei sabendo que havia uma pensão no povoado. Um dos meninos encarregou-se

de avisar a dona de que havia um hóspede. Saiu correndo rua acima e voltou dizendo: “Ela já vem”.

Veio a mulher, que abriu a porta da pensão, a última casa da rua, ao pé da ladeira onde começava um terreno plano, vazio, que se estendia até a barranca do Vaza-Barris. A mulher, de poucas palavras, acendeu um candeeiro preso a uma das paredes da sala, sumiu para a cozinha, de onde voltou pouco depois com o jantar de cuscuz de milho, carne de bode assada e ovos fritos.

Mal terminei de comer, ela recolheu os pratos e logo se despediu, sumindo no meio da rua escura. Havia uma rede armada num canto da sala, tentei, mas não consegui dormir. Ali, sozinho, não consegui tirar da cabeça as histórias de horror sobre a destruição de Canudos, algumas delas ouvidas durante o dia de sobreviventes da guerra.

O chão sobre o qual se ergueram aquele povoado e aquela casa em que eu estava era, de fato, um imenso cemitério em que jaziam milhares de vítimas da tragédia sertaneja de Canudos.

Não havia como contar na reportagem o pesadelo que vivi acordado naquela noite — concluí na manhã seguinte. Aquilo não tinha passado de uma aventura inconsequente.

Mas tinha sido uma “experiência” e tanto.

A verdade da guerra eu ouvira na véspera, da boca de Antônio Ferreira Mattos, mais conhecido como Antônio Bruega, que morava no meio da caatinga, a umas três léguas de Canudos. As águas do açude, diziam, cobriam também sua casa, sua roça e seu criatório de bodes.

Bruega era um menino de 13 anos quando Canudos chegou ao fim. Ele participava de um piquete que juntava os últimos homens válidos numa luta desesperada contra os soldados que haviam cercado o arraial por todos os lados. Depois, quando já não havia como resistir, deixou-se ficar no fundo de um buraco, a última trincheira, até chegar a noite, quando saiu, pisando devagar, e se enfiou no meio do mato até alcançar a casa de uma tia. Mas ali não aguentou muito, a fome e a sede o levaram aos vencedores.

Havia sede de vingança entre os soldados, muitos prisioneiros foram degolados. Bruega não sabia direito como conseguiu escapar.

— Mas escapei, acho que foi pra contar a história.

Contar aquela história, para ele, era como se estivesse cumprindo uma missão. Dava o seu testemunho preocupado com a verdade. Dizia:

— A verdade eu digo e não piso nela, senão escorrego e caio.

Quando escrevi o texto, dias depois daquele encontro na caatinga, não conseguia deixar de remoer a frase de Bruega. Ela poderia constar de um manual de redação qualquer.

Dediquei quase metade da matéria ao testemunho que Bruega me deu sobre a Guerra de Canudos. Dei ao texto um tratamento que me pareceu adequado à fala do entrevistado, um tom próximo do bíblico. Bruega falava como um apóstolo de Antônio Conselheiro.

Tratava-se de uma experimentação. Fazia parte da busca do que, com não pouca pretensão, eu entendia um “texto novo”. Hesitei bastante ao escrevê-lo, aquilo poderia ser considerado como um “desvio” dos cânones jornalísticos, mas fui em frente.

Até hoje, quando releio o texto, me pergunto se o repetiria tal como ficou.

Acho que sim.

• • •

A nova guerra de Canudos

O Cruzeiro

5 de dezembro de 1964

NO ANO 1896, MEADOS DE NOVEMBRO, o Governo, que morava e dava presença somente nas "terras grandes" de perto do mar, chegou pela primeira vez às terras do sertão de Canudos, num ranger de dentes, para combater o povo de lá, que andava de cabeça virada por causa de um certo Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como "O Conselheiro".

O governo era a República, há pouco nascida; e, até então, como no "tempo do Rei", o sertão vivia ignorado. Foi preciso que um homem de longos cabelos desgrenhados, vestido num camisolão azul atado à cintura por um cordão de frade franciscano, gritasse por todo o sertão o seu grito louco de "enviado de Deus", a anunciar terríveis profecias e depois amaldiçoar a República — a "Lei do Cão" — para que o Governo desse presença no sertão de Canudos, síntese de muitos sertões.

Só que aquele sertão estava em pé de guerra "de nação contra a mesma nação" — a guerra mais terrível que já se travou em terras do Brasil.

Tenente Pires Ferreira, com 104 soldados, foi quem primeiro chegou lá, em nome da República, para dar combate ao grupo de "fanáticos monarquistas" de Antônio Conselheiro, gente que do rei só ouvira falar. Chegar a Canudos, que ficava, com seus cinco mil casebres, no meio do sertão mais brabo da Bahia, os soldados não chegaram. Voltaram de Uauá, depois de uma batalha terrível; a tropa fora assaltada de surpresa por um bando de jagunços que até ali chegara de madrugada, numa fantástica procissão em que se misturavam aos estandartes religiosos as espingardas, os facões, os chuços de vaqueiros, as foices — as armas que possuíam para enfrentar a "força do governo", bem aparelhada com armas de repetição. Foi uma luta desigual, muita gente do sertão caiu, dez soldados também. O chão do Uauá ficou encharcado de sangue — o

primeiro sangue que correu na guerra fratricida. E muito mais sangue correria, do ano 1896 ao 1897, mês de outubro, quando Canudos — Jerusalém cabocla, tapera mártir — foi arrasada a ferro e fogo sem se render, porque homem nenhum de lá ficou de pé. Lutando por um Deus vingativo que lhes anunciava Antônio Conselheiro e vagamente por um regime de governo que para eles fora sempre uma abstração, aqueles sertanejos brancos escreveram páginas incomparáveis de heroísmo. Durante quase um ano, a guerra ensanguentou o chão seco do sertão, para onde convergiram forças militares de todo o país. E, depois de sucessivos reveses sofridos pela “força do governo”, que os jagunços, diante de suas vitórias, já chamavam de “fraqueza do governo”, houve o grande cerco final, a fulminante investida de milhares de soldados contra a fortaleza de Canudos. E não restou pedra sobre pedra: ficaram “muitos chapéus e poucas cabeças”, conforme anunciara muitas vezes, em suas delirantes profecias, Antônio Conselheiro.

A República, que ignorava aquele povo e não soubera julgar as verdadeiras razões de sua loucura coletiva, cometera o que Euclides da Cunha, o grande intérprete dos sertões, tão bem classificou de “crime da nacionalidade”. Mas a honra da República fora salva. Canudos, a imensa tapera que se erguera à beira do rio Vaza-Barris como uma cidade sagrada, para acolher o “povo escolhido de Deus”, transformou-se num montão de ruínas e de cadáveres insepultos. Os “monarquistas fanáticos” haviam finalmente sido exterminados.

Mas um dia, poucos anos depois da tragédia, gente daquele mesmo povo voltou e ergueu no mesmo local — o imenso cemitério em que se transformou Canudos — outro povoado. De gente pacata, talvez a mais pacata desta nossa vasta República.

Canudos viveu, desde o seu ressurgimento, por volta de 1907, até 1951, a sua vida “sem muita vida”, a modorrar sob a soalheira que faz o mundo tremer. Vida igualzinha à de centenas de outros povoados dos sertões. Continuava esquecida pelo governo da República.

Gente de lá só era lembrada de vez em quando, após a passagem de um repórter ou de um turista mais contemplativo.

Ainda se encontrava jagunço brigador com nome bem grande gravado na História, como Pedrão e Manuel Ciríaco, que saíram antes do extermínio. E poetas sertanejos, contando e cantando em versos as histórias dos Belos Montes do Conselheiro e das lutas ferozes que se travaram nas caatingas.

Gente de lá, basicamente a mesma dos tempos do Conselheiro, só não sabia era explicar aquelas histórias. Os mais velhos, no seu jeito desconfiado, ainda evocavam a figura do grande místico com uma simpatia mal disfarçada. Alguns deles até se lembravam de frases pronunciadas pelo Conselheiro nos sermões pregados na igreja nova, que também foi fortaleza e terminou sendo destruída por balaços de canhão. Palavras que têm também assentamento fiel na História, como aquela profecia, que escreveu assim:

“Em 1896 hade rebanhos mil correr da praia para o certão, então o certão viverá praia, e a praia viverá certão”.

O sertão do Conselheiro, pregador inculto que se abeberara nuns poucos livros litúrgicos, como *Horas marianas* e *Missão abreviada*, era ainda mais sertão, assim escrito: “certão”. Um sertão que seria redimido no dia em que o rebanho de gente das “terras grandes” de perto do mar visse a grande transformação e corresse para lá, terra que deixaria de ser “certão”.

Pois o povo mais velho de Canudos contava essas histórias, a olhar para os lados do Vaza-Barris, rio que corre por lá, quando o governo da República chegou pela segunda vez e anunciou: “Canudos será destruída”. Acreditaram uns, não acreditaram outros: só se fosse ainda por castigo. Mas a sorte de Canudos estava selada, escrita nuns papéis trazidos por um doutor engenheiro — o projeto de uma barragem para represar as águas do Vaza-Barris, na garganta de Cocorobó, e sepultar sob as águas todo aquele trágico pedaço de chão.

Quase certo, gente mais velha de lá deve ter pensado que a profecia do Conselheiro estava por se cumprir e que chegada estava a hora de o sertão virar praia. Um poeta sertanejo logo escreveu versos saudando as águas que viriam, purificadoras, para matar a sede e criar vida e para fazer praias enfeitadas com muita fartura de legumes nos lugares onde só há mandacaru e xiquexique. As

águas que chegariam “procurando dar aos sertanejos agasalho e dos mortos de Canudos apagando o pó”. E outros versos compôs o poeta, chamado José Aras, enquanto os engenheiros faziam os primeiros estudos no local destinado à barragem:

*O vasto cemitério de Canudos
Coberto d’água será um dia
A lua melancólica e os astros mudos
Glorificarão os mortos em harmonia.*

Foi assim, em alvoroço sertanejo, que o povo do sertão de Canudos recebeu os homens do governo que lá chegaram com a missão de destruir pela segunda vez o arraial. A República se fizera novamente presente, só que agora a missão era de paz. Em lugar de canhões e das “manulichas”, vieram máquinas de escavar terra, que logo começaram, como enormes e estranhos bichos, a roncar nas margens do Vaza-Barris, na garganta do Cocorobó, exato lugar onde os jagunços comandados por Pedrão lutaram uma luta terrível contra cinco batalhões comandados pelo General Savaget. Pedrão, a quem Euclides da Cunha chamou de “o terrível defensor de Cocorobó”, ainda estava vivo (morreu em 1958) e foi muitas vezes assistir àquela invasão. Olhava, com admiração quase infantil, o trabalho daquelas máquinas — a nova “força do governo” — que roncavam na beira do Vaza-Barris, cujas águas vira muitas vezes tintas de sangue.

Pedrão morreu e não viu o açude, as águas claras da paz a fazer o sertão virar mar.

Porque a missão de paz do governo em Canudos foi, aos poucos, transformando-se numa guerra contra o povo de lá. Dessa vez, apenas uma irritante guerra burocrática, de marchas e contramarchas, enquanto se joga dinheiro na garganta do Cocorobó e — diz o povo, voz de Deus — também em gargantas muito maiores, de gente que manobra com ele.

Em 1954, três anos depois de iniciadas as obras da barragem, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — Dnocs — já promovia desapropriações de casas e roças no povoado de Canudos e em toda a área prevista para ser inundada (26 quilômetros

quadrados). Pela casa de Maria Mendes, irmã de Manuel Ciríaco, sobrevivente da guerra anterior, deram 2.600 cruzeiros, que terminaram se reduzindo a 1.900, porque um tal de procurador que foi receber o dinheiro em Salvador cobrou 700 pelo trabalho. Quem tinha roça de beira de rio, com muito legume crescendo, também recebeu seus “poucos contos de réis” e ficou desorientado, sem saber se continuava ou não, pois, enquanto uns diziam que “o açude vai ficar pronto no ano que vem”, o pessoal do governo não informava nada com precisão. Muitos abandonaram casas e roças, antes que um dia vissem a inundaçãõ. Em muitos casos o dinheiro recebido a título de indenizaçãõ não deu nem para as despesas da mudançã. Desse jeito, em verdade, o açude de fazer o sertão virar mar não era construído para o povo de Canudos, indiretamente expulso do seu pedaço de chão — o chão seco e triste da caatinga, mas o chão amado de sempre.

Há os que ficaram, à espera da água (Canudos ficará sob 11 metros de água), e há os que vieram ocupar casas vazias, gente retirante de outros sertões. Enquanto isso, a barragem subia, a barragem descia, porque primeiro ia ser uma barragem em curva, mas depois os técnicos descobriram que era melhor uma barragem reta. E recomeçaram tudo, entra engenheiro, sai engenheiro, obras param e obras recomeçam, até hoje, treze anos depois daquele dia em que o governo da República chegou a Canudos em missão de paz.

Nem um engenheiro nascido nas mesmas terras de Canudos, chamado Accioly, conseguiu levantar a barragem. Saiu de lá em julho deste ano e foi responder a um inquérito, acusado de desvio de verbas e material.

Agora, lá estão dois novos engenheiros — Waldemar Correia Lopes e Antônio Carlos de Mello — em nome do governo atual. São moços e estão com vontade de trabalhar. Mas não sabem — nem podem dizer — quando o açude estará terminado. Tudo dependerá, naturalmente, da boa vontade (e das verbas) do pessoal das “terras grandes” de perto do mar e agora também das terras de outro sertão — Brasília.

O açude que o povo de Canudos espera será possível quando estiver concluída a barragem reta, a última a ser projetada, de 1.300 metros de extensão, 32 metros de altura e 196 metros de largura (na base). Os dois novos engenheiros encontraram as obras na seguinte situação: prontas as fundações e iniciados os trabalhos de construção de um enrocamento de sustentação da barragem, que será de terra. Atualmente se processa também o tratamento de rocha das fundações, por meio de injeção de cimento. Isso feito, a barragem poderá ser erguida acima do nível do rio. Se houver os recursos necessários, será possível barrar as águas do Vaza-Barris no próximo ano, aproveitando-se o período entre duas enchentes (o rio é seco praticamente durante dez meses). Se isso for conseguido, em janeiro de 1966, quando se comemora o centenário de nascimento de Euclides da Cunha, as terras de Canudos começarão a ser cobertas pelas águas que apagarão, simbolicamente, uma imensa nódoa em nossa História. Os senhores das verbas poderão prestar essa homenagem ao nosso grande escritor, ao mesmo tempo que acabarão com a angústia do povo que tão bem ele soube interpretar. Depois, o açude não será só "um mar no meio do sertão"; será, principalmente, fator de melhoria para o povo de lá. A Várzea do Canché, de terras planas e boas a se estenderem até os limites de Jeremoabo, está incluída no plano de irrigação (10.000 hectares) que empregará as águas represadas. Não se destruirá Canudos em vão.

A Canudos da espera, do sai não sai, é uma cidade que morre aos poucos, por causa desse açude que o governo mandou fazer em Cocorobó. Uma agonia que se prolonga há treze anos. Gente de lá, hoje, vive como o próprio lugar: bocejando à espera do último dia, que poderá ser daqui a um ano, ou dois, ou dez, quem sabe?

São umas noventa casas, a maioria em ruínas. Umas vinte e poucas famílias têm morada lá, umas vivendo de plantar em tempo de chuva e criar bode; outras, do trabalho na estrada que passa perto ou nas obras do açude (em Cocorobó moram umas 2.000 pessoas, gente dos trabalhadores nas obras); e outras, "do que Deus for servido". Ao sol, presença constante de todos os dias, Canudos é já uma cidade morta. A paradeira, o mormaço a tudo

encobrem — casas e gentes. Vez ou outra, uma velha de xale negro à cabeça atravessa a praça, em pleno tremer do sol sobre o chão avermelhado e seco. Mas passa como uma sombra, quase irreal, e logo desaparece, engolida por uma porta qualquer.

Sinal de vida, vida, que ainda há são os meninos que aparecem quando o sol se faz menos presente, nos fins de tarde, a brincar no vazio da praça ou por entre as ruínas do que já foi casa de moradia. Esses meninos, que se misturam aos bodes saltadores em seus brinquedos, ignoram a agonia de Canudos, como ignoram o drama terrível que ali se desenrolou. Essas casas que restam intactas e as ruínas em meio às quais eles brincam foram edificadas com o barro embebido de sangue e sobre os ossos dos que tombaram, indomáveis.

Essas crianças e esses bodes pulam, alegres, no chão do maior cemitério nacional. Um cemitério que se fez um povoado e agora agoniza. Até o dia de ser sepultado para sempre sob as águas.

Memória de Antônio Bruega, que dá testemunho de tudo

E disse Antônio Bruega, que foi menino de olhos e ouvidos abertos para tudo o que aconteceu:

Tudo aquilo foi uma "ordem", muito alta, que tinha de ser cumprida, uma profecia que corria o Mundo dando o aviso: neste sertão vai ter uma guerra de irmão contra irmão.

E disse mais Antônio Bruega, ao começar a dar seu testemunho, na sala de chão batido de sua casa, no meio da caatinga, três léguas distante de Canudos:

A verdade eu falo; gosto da verdade e não piso nela, senão escorrego e caio.

Do apóstolo Antônio Conselheiro e do que veio depois por via dele, nos espantos do sertão, é que Antônio Bruega, de nome verdadeiro Antônio Ferreira Mattos, dá testemunho de muito valimento, porque dele nunca antes se ocupou repórter perguntador nenhum. Não foi ele nenhum jagunço brigador, que idade para isso

não tinha nos tempos da guerra. Mas viu e sentiu tudo — o desenrolar daquele drama sem paralelo na História.

Só sei que eu tinha treze anos em 1897, porque assim falou meu pai dentro dum piquete, uns dias antes do fim de tudo. Agora, o senhor faça a conta e confira: já vou entrando nos oitenta. Mas memória boa eu tenho e vou contar tudo, exato como foi.

No princípio, pelos 1893, quando o Conselheiro chegou nos Canudos, já foi por via de um destempero que houve no lugar Bom Conselho, onde ele se revoltou e disse pro povo não pagar os impostos pra Lei da República. Saiu de lá já sabendo que vinha força atrás dele. E levou muita gente, no rumo de Canudos, mas parou no Masseté, e lá a força o alcançou, e houve briga, e houve sangue.

Era a "ordem" que principiava a ter cumprimento, vigie o senhor.

Contar esse pedaço de história, de que não foi testemunha de vista, Antônio Bruega conta porque ouvia tudo da boca dos mais velhos, "dentro do Canudo", antes e durante a guerra que lhe matou pai, mãe e seis irmãos. Dentro de Canudos, mesmo, ele viveu e sobreviveu para contar tudo. Foi no tempo que durou a guerra. O pai tinha roça ali perto, nos lados do Angico, uma légua retirada. A gente dele ia quase todo dia ouvir sermão do Conselheiro e, quando começou a chegar tropa do governo, foi toda morar "dentro da rua", onde havia mais proteção.

Como era o Conselheiro?

Ah! Era ver um dos apóstolos. O traje era comprido, batendo nos pés, e o cabelo batia no ombro. E dizia pra ninguém aceitar a Lei da República, que de Deus não era. Quem estava do lado de Deus Bom Jesus não morria; só fazia se mudar pro céu.

O menino Bruega, como toda a gente que lá vivia, acreditava em verdade que o Conselheiro era santo mesmo. E hoje, pelo sim, pelo não, há a dúvida, Bruega nega e afirma. E a justifica:

Naquele tempo todo mundo dizia que ele era santo, e eu também acreditava.

Não era o Santo Conselheiro figura que se mostrasse a toda hora, não senhor. Vivia quase sempre dentro da casa dele, com guardas e beatos. Bruega o viu nos sermões e quando, já a guerra tomando

conta do sertão, mandava fazer fogueira com o dinheiro maldito da República. E quando, um dia, uma tropa tomando chegada, os homens foram ouvi-lo sobre o que fazer. Quem mandar para receber a “fraqueza do governo”?

E respondeu-lhes o Conselheiro:

João Abade ou qualquer outro desses homens de vergonha.

Menino Bruega viu muito e ouviu muito, da igreja nova, na beira do Vaza-Barris, na Rua da Caridade, num dos extremos da cidadela de Canudos. E muitos foram os seus espantos, nesse ver e ouvir. Um foi no dia em que as tropas do Major “Febrone” (Febrônio de Brito) chegaram à serra do Cambaio, já esperadas pelos jagunços entrincheirados. Bruega faz um parêntese na sua história e diz que “na obra deles (a história escrita fora do sertão) escreveram que era 8 mil jagunços, mas não era, não”. Pois naquele dia, bem cedinho, o pai mandou-o à roça, no Angico, a ver se a chuva (caíra trovoadão na véspera) não enchera demais o riacho das Umburanas e invadira as plantações. Foi e voltou, numa carreira. Quando estava numa baixada, perto do Alto do Mário, ouviu o estrondo de um trovão. Olhou pro céu, estava limpo, sem nuvem nem jeito nenhum de chuva. Houve o segundo estrondo, e “então eu conheci que não era trovão, era o fogo da tropa, era o fogo da ‘peça’ (canhão) de que tanto o povo falava na rua”.

Quando chegou a Canudos, viu o alvoroço, que um aviso tinha vindo do Cambaio — “morreu muita gente nossa”. O irmão mais velho dele estava lá, e o menino pensou com mais intensidade na morte. Mandaram um reforço — “uns 50 homens, que não mandavam de muitos, não”. João Abade era quem escolhia os combatentes e dizia: “Vão vocês, se tiver precisão, vai mais”.

Naquele fogo morreu gente muita, gente da Rua do Canudo, no combate que se deu na Lagoa do Cipó, lugar de acampamento do Major “Febrone”. Água da lagoa, depois, ficou uma vermelhidão e ficou sendo aquele lugar chamado a Lagoa do Sangue.

Bruega dá testemunho, bem dado, e tudo confere com a História, com pequenas diferenças, principalmente de pontos de vista, que o dele é o do povo de Canudos, já se vê. Major “Febrone”, militar de muita correção, viu que a luta, naquelas condições encontradas na

caatinga, que seus soldados não conheciam, com gente braba como aqueles jagunços, seria um inútil derramamento de sangue. E ordenou a retirada. Arma de soldado, ficou por lá, na caatinga, e serviu para os combates que vieram depois. Como o de Moreira César, que chegou “num cavalo pampa do tamanho desta casa”, querendo acabar com Canudos num instante e terminou se acabando ele, quando já ia entrando na rua. Foi um tiro que um jagunço deu, e o comandante ferido foi a desgraça da tropa, que terminou numa debandada de fazer dó, a correr pela caatinga, “os macacos na frente, os jagunços atrás deles”. Na debandada deixaram até o corpo do comandante ferido no caminho.

E disse Bruega:

Foi muita gente fidalga correndo de pé no chão!

E veio o fim, depois, quando chegaram forças de tudo que era lugar, mais de 5 mil soldados, para acabar tudo de uma vez, cercando Canudos por todos os lados. Quem tinha saído antes, muito bem; quem não, jeito nenhum tinha mais “nem que a gente voasse, mesmo assim era derrubado; quanto mais andando no chão”. O cerco durou muitos dias, pra deixar o pessoal sem remissão de comida e de água. E quem não morreu de fome e de sede morreu no grande incêndio final. Restavam poucos homens para a luta, assim mesmo com fome e sem munição. Nem respondiam a tiro de soldado, pra não ficar sem bala na hora de uma precisão maior. E o bombardeio era de manhã a noite, sem paradeiro. Mulher e menino ficavam dentro da igreja toda de pedra ou não davam presença na rua.

No dia do fim de tudo, o menino Bruega estava num piquete, junto com o pai. Quem comandava era um Antônio Félix do Campo Alegre, morador na rua que lhe dava o nome. A força foi apertando o cerco, assim “como quem fecha a boca de uma mochila”. Do piquete, o menino via “o mundo fervendo”. O tiroteio era tão grande “que tomava as oíças da gente e estremecia a terra”. Assim ele considerava quando veio um portador, com aviso:

Vamos socorrer a igreja, que os soldados estão entrando!

Os que estavam na Rua do Campo Alegre eram os últimos defensores de Canudos. E desceram na direção da igreja-fortaleza,

mas não tiveram valia, que os soldados já a haviam tomado. Gente de Canudos brigava como podia, no ferro frio, que munição já não tinha.

Antônio Félix do Campo Alegre descobrira uma trincheira, buraco no chão, e lá ficou. Foi quando um beato do Conselheiro levantou uma bandeira branca e desceu na direção da igreja, para pedir paz. Depois voltou dizendo que todos se entregassem, mas ninguém quis isso, não. Antônio Félix do Campo Alegre disse, o menino Bruega ouviu e agora dá testemunho:

Se esse beato vier aqui, o primeiro a atirar nele sou eu!

Antônio Félix do Campo Alegre morreu no seu buraco, com outros companheiros, a ferro frio. O irmão do menino Bruega, Evaristo, foi apanhado vivo naquele dia, mas morreu no outro, degolado, como todos que escaparam do fogo vingativo da República. A mãe morreu sob os escombros da igreja nova, e ele ficou na casa de uma tia, de nome Rufina, até que a fome e a sede o levaram aos vencedores. Queria se entregar de noite, mas a tia disse que não, porque soldado, embriagado pela vitória, andava abusando de mulher que pegava de noite na rua. Por isso, muitas delas se jogavam nos incêndios dos casebres, com os filhos, para não sofrerem a afronta.

Com Antônio ficara o irmão menor, chamado Pedro, de 6 anos. E foram, junto com as mulheres e outros meninos, para um campo de prisioneiros no riacho do Papagaio. Deitaram-se na areia, exaustos, mas soldado não deixava ninguém dormir, não, senhor. Obrigavam a gente jagunça a dar vivas à República vitoriosa.

Viu soldado procurar arma enfiando a mão em seio de mulher. E pensou, lembrando os sermões do Conselheiro, que aquilo era a Lei da República, "Lei do Cão"!

Depois foi a marcha dos prisioneiros — só mulheres e crianças, que os homens morreram todos — no rumo de Monte Santo. E a ordem era matar quem parasse no caminho. Dividiram os prisioneiros em grupos, cada qual vigiado — aqueles infelizes rotos e mortos de fome — por 10 ou mais soldados.

No grupo que ia ele, uma mulher ferida na perna, de nome Juana, não aguentou, apesar de todo o esforço. Foi quando pararam para beber água no Calumbi que Juana disse: "Não aguento mais, valha-

me Nossa Senhora”, mas as companheiras a animaram, e ela conseguiu ir até o lugar chamado Boa Esperança e lá caiu. E então três soldados descarregaram as carabinas nela. Menino Bruega olhou pra trás, mandaram que ele olhasse para a frente. Ele mesmo tinha ferimentos (nas mãos e na clavícula), cujas marcas tem até hoje, mas olhou sempre para a frente. Até chegar a Monte Santo, prisioneiro da República.

Logo a República perdoou àquele menino o crime de haver nascido em sertão de tão longe. E ele voltou ao chão de Canudos, para ser pastor de bodes. Hoje, sem querer e sem dizer, é ainda jagunço — na paz de sua caatinga. Quando dava o seu testemunho, dividia bem o seu povo (“nós”) e os de fora (“eles”).

— Quando os “macacos” vieram aqui...

— No tempo da guerra?

— Não, senhor, outro dia mesmo.

Velho Bruega falava de uma comissão militar que estivera há poucos dias em Canudos.

Oh, Minas Gerais!

Maio de 2012

BELO HORIZONTE ANDAVA AGITADA no final da década de 1960. E a agitação ia, aos poucos, avançando pelo interior de Minas, mexendo com costumes antigos e dando o que falar.

O jovem sociólogo mineiro Fábio Lucas, de quem me vali para tentar entender o que se passava com Minas Gerais, apontava para “uma sociedade em transformação”, produto da industrialização que alterou as relações sociais. A indústria, dizia ele, “criou uma classe média e uma classe operária, conseqüentemente relações muito diferentes das que existiam na cidade pequeno-burguesa que era Belo Horizonte até bem pouco tempo...”

Por lá chegava a revolução de costumes que varria o mundo. Chegava, por exemplo — com certo atraso, é verdade —, a minissaia. Mas não se chegava a extremos como a queima de sutiãs. As noites agitavam-se em bares que se multiplicavam pelos cantos outrora bem-comportados da cidade, e — suprema ousadia — o Teatro Marília exibiu a peça *Na selva das cidades*, de Brecht, dirigida por José Celso Martinez Corrêa, com a atriz Ítala Nandi nuazinha no palco.

O próprio Fábio Lucas, oriundo de uma cidadezinha cujo nome — Esmeralda — evocava antigos sonhos de riqueza mineira, deixava a sociologia um pouco de lado para se espantar com a velocidade com que se davam as mudanças.

Claro que tudo isso não se passava sem reação. A Minas profunda, agarrada às suas tradições, gritava que tudo aquilo prenunciava o fim do mundo.

Quando fui despachado para Belo Horizonte, no final de 1969, o diretor de *Realidade*, Paulo Mendonça, tinha-me dito simplesmente:

— Vá e me traga uma boa reportagem sobre Minas Gerais.

O tom era meio brincalhão, mas não o suficiente para aliviar o peso da encomenda. Como tratar de assunto daquele tamanho tendo duas ou três semanas para acompanhar, *in loco*, as transformações que sacudiam Minas Gerais? Como enfiar tudo aquilo numa simples reportagem? Tratava-se de missão quase impossível.

Mas comecei por me agarrar à sabedoria de um conhecedor profundo de Minas-sertão-adentro, João Guimarães Rosa, que dizia em um de seus livros: "Cada qual cuide de si, impossível não há".

Dias depois, eu e meu companheiro de viagem, o fotógrafo italiano Luigi Mamprin, estávamos no meio da fervura de um *happening*, cujos participantes anunciavam a chegada dos novos tempos. Eram todos jovens, a maioria bem-nascidos, filhos do que se chamava de Tradicional Família Mineira, a TFM, mas dispostos a proclamar um novo Estado de Minas Gerais. Eles falavam uma língua diferente, quase desprovida de *uais*.

Uma jovem poeta do grupo anunciava, num poema muito aplaudido, que estava a caminho um bebê de cobalto que sobreviverá "ao nosso ato de descrê-lo".

E quem, ao presenciar o fervor com que aqueles jovens se manifestavam, deixaria de acreditar que a Tradicional Família Mineira estava por um fio?

Parecia mesmo que os meninos anunciavam o fim do mundo em Minas Gerais.

Jovens economistas do Banco de Desenvolvimento do Estado, que acabavam de produzir um diagnóstico inquietante sobre a economia mineira, não chegavam a tanto, apesar de serem apontados como os "Profetas da Catástrofe".

Mas o fato é que eles revelavam um Estado empobrecido, muito distante da Minas opulenta dos tempos do ouro.

Eram tempos de inquietação geral, que ia da reação escandalizada de dona Lalá Fernandes, a dona Lalá que encarnava a Tradicional Família Mineira em defesa da moral e dos bons costumes capaz de proibir a exibição de filmes de "mulher pelada", às discussões dos tradicionais banqueiros mineiros acusados pelos "Profetas" de privilegiar operações em outros Estados.

Para mim, continuava o dilema: como enfiar tudo aquilo numa reportagem? Troquei ideias com meu companheiro Mamprin, um sujeito de largos conhecimentos que carregava até a experiência de ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, como *partisan* das tropas de Tito contra os nazistas que ocuparam a Iugoslávia em 1941.

Além de grande fotógrafo, Mamprin era um sábio. Recomendou-me:

— Estamos em Minas, vamos com calma.

Fomos. Começamos por escolher personagens que representassem o jeito mineiro de ser. Juntos, eles comporiam um retrato de Minas. Melhor dizendo, um painel. Foi assim que juntamos dona Lalá; o Padre Felisberto, torcedor fanático do Atlético que rezava missa embaixo de uma trave de futebol; um velho político do tipo raposa, José Maria de Alkmin; um novo político não menos raposa, mas tocado pelas modernas técnicas de marketing eleitoral, Murilo Badaró; e um banqueiro famoso pela liberalidade com que emprestava dinheiro, tanto que de João do Nascimento Pires passou a ser conhecido como Joãozinho Mamãe.

Outros “mineiros típicos” foram compondo o retrato de Minas: entre eles, Guilhermina Nunes, a Dona Guili, observadora da vida de todo mundo em Curvelo, no miolo do estado; e Salvador Urbano da Cruz, que vivia a cavar buracos sobre buracos antigos, a se afundar na terra e no sonho de encontrar diamantes.

Para ver de perto como um velho político mineiro praticava a arte de cavar votos, acompanhei José Maria de Alkmin numa viagem a Bocaiuva, sua cidade natal, no Norte do Estado. Ele não estava concorrendo a nenhum cargo político — era o secretário da Educação —, mas não deixava de cultivar o eleitorado que lhe garantia, ao longo de 40 anos, ocupar os cargos mais importantes, de deputado a ministro da Fazenda e vice-presidente da República.

Viajamos de táxi aéreo, e, já na chegada, ele mostrou como se faz para manter eleitores fiéis: distribuiu abraços, um a um, a todos os que o aguardavam no aeroporto. Depois foi à missa, percorreu a pé as ruas centrais, distribuindo novos abraços, fez discurso num encontro com professoras e se reuniu com velhos compadres

políticos, alguns dos quais mereceram a honra de partilhar com ele um almoço de sabor bem mineiro, um frango com quiabo e angu.

De volta a Belo Horizonte, Alkmin teve mais uma oportunidade de mostrar que, apesar dos ventos novos que começavam a soprar em Minas, o velho jeito mineiro de fazer política ainda funcionava.

O aviãozinho voava em círculos no espaço congestionado sobre o Aeroporto da Pampulha. Tínhamos de aguardar na fila para descer, o piloto fazia insistentes contatos com a torre, mas a permissão para pouso não vinha. Apelou:

— Eu estou aqui com o Dr. Alkmin.

Aí começou uma conversa mineira. O controlador de voo saudou o ilustre passageiro, declarando que seu pai era antigo eleitor e admirador de Alkmin, que logo pegou o microfone e entrou na conversa:

— Como se chama o seu pai?

Mal veio a resposta, Alkmin declarou:

— Conheço muito, é meu velho amigo.

Não demorou quase nada, da torre veio o aviso:

— Espere só mais um bocadinho, Dr. Alkmin. O senhor vai descer já, já.

Em poucos minutos o aviãozinho rolava na pista. Estávamos em terra firme de Minas Gerais.

• • •

Oh, Minas Gerais!

Realidade

Janeiro de 1970

UM *HAPPENING*. Moços gritam “abaixo a TFM (Tradicional Família Mineira)” e falam em romper as amarras. A Livraria Atalaia, no centro de Belo Horizonte, é grande, mas não tem espaço suficiente para conter a inquietação dos jovens. A menina de longos cabelos lê o poema de outra menina, Magda Frediani Martins, que preconiza um bebê de cobalto, capaz de sobreviver “ao nosso ato de descrê-lo”. No meio de tudo, dois rapazinhos agitam nervosamente suas echarpes vermelhas. Como se fossem bandeiras. E duas garotas proclamam-se “amantes” solidárias de um mesmo rapaz. Um convidado pergunta:

— Mas isso é verdade?

— É nada, sô. É só de mentirinha.

De mentirinha ou não, o acontecimento provocaria passeata de indignado protesto na Avenida Afonso Pena, uns poucos anos atrás. Hoje, a perplexidade diante da atitude de “independência” dos jovens é muito comum em Belo Horizonte, ou simplesmente Belô, na linguagem dos frequentadores das boates e dos barzinhos que começaram a tomar conta da cidade de uns três ou quatro anos para cá.

Belo Horizonte não mudou apenas seu perfil urbano, que era para se conter em 50 km², de acordo com projeto de 1894, e hoje ocupa uma área superior a 300 km². Esparramou-se para todos os lados, livre e desordenada. Nesses últimos dez anos, a população cresceu mais do que o dobro, pulou dos 600.000 para 1.333.000 habitantes. É a terceira cidade do país. No centro, os arranha-céus sobem cada vez mais. Na periferia, espalham-se os casebres. Aumenta a torcida do Atlético, o Galo, capaz de, sozinho, lotar o Mineirão. O Mineirão, estádio de 150.000 lugares, segundo o sociólogo Fábio Lucas, foi um dos principais responsáveis pelas mudanças de comportamento que vêm ocorrendo em Belo Horizonte. Com o crescimento da

cidade, devido principalmente à implantação da indústria, surgiu a necessidade de lazer, de diversão. É aí que o Mineirão entra, abrigando espetáculos de democracia em suas arquibancadas. E provocando fenômenos discutidos. Como a missa do Galo Forte, rezada na Pampulha por padre Felisberto, que deixou a batina e hoje tem um supermercado. Foi no pátio, o altar embaixo de uma trave de futebol, com rede e tudo. Na hora do ofertório, o time do Atlético, completo, ofereceu bandeiras e troféus, porque “jogador de futebol oferece a Deus aquilo que tem — futebol”; a parte do “Eu Pecador” foi rezada no lugar do pênalti, que é a maior falta do jogo de bola, “e assim nós concretizamos os pecados dos jogadores”. E na hora do *Agnus Dei*, dois torcedores do Cruzeiro — o grande rival do Atlético — abraçaram os atleticanos, “simbolizando a paz entre as torcidas”.

Nessa missa, tudo tinha as cores do Atlético: o paramento branco, com uma cruz preta na frente, junto com o escudo do clube. Nas costas, o galo em cima da cruz. O cálice, o crucifixo, a alva — tudo preto e branco. Já a patena, só preta.

— Mas a hóstia é branca.

Fábio Lucas explica:

— A indústria criou uma classe média e uma classe operária, conseqüentemente um volume de relações muito diferentes das que existiam na cidade pequeno-burguesa que era Belo Horizonte até bem pouco tempo, quando abrigava principalmente funcionários públicos e estudantes. Eram pequeno-burgueses voltados para si e para as especulações metafísicas. A industrialização fez aparecer novas atividades: salões de beleza, boates, casas de espetáculos. Mas foi no esporte que se concentrou a principal atenção do belo-horizontino.

Fábio Lucas acrescenta que a paixão esportiva atinge com maior intensidade os mais humildes. Mas, numa sociedade em transformação, a mulher, que também quer ser alguém capaz de opinar, exhibir suas roupas, gritar, divertir-se, foi igualmente ao Mineirão torcer. De minissaia.

— No Mineirão, ela dá o tom de sua independência.

A reação da família conservadora a essas “liberdades” é ainda muito forte. Na verdade, como diz um estudante universitário que viveu três anos no Rio e voltou a Belo Horizonte de barbicha, “o que há aqui é meia liberdade, um brinquedinho consentido”. Outro concorda que muitas mudanças são só na aparência, “mas há muita gente querendo mudar e vai terminar conseguindo”.

E a moçada entope os barzinhos, as boates. Até meia-noite, é verdade, mas com muito empenho. De vez em quando, o delegado de Costumes, Sebastião Franco, resolve mostrar que Minas ainda “é aquela”. Organiza a chamada *ronda moral* e dá voz de prisão para todo mundo, nos “antros de perdição”. Não é difícil acontecer: certa vez, um rapazola entrou em pânico e pediu, chorando:

— Não me prendam, por favor. Eu disse à mamãe que ia ao cinema, na sessão das 10...

Fábio Lucas resume:

— Há permissão para as manifestações da juventude, mas o controle ainda se exerce rigidamente. A maioria está ainda sob o domínio econômico dos mais velhos, que fixam os padrões de comportamento.

Um grupo de universitários, num bate-papo. O assunto é o *trem* de vida que se leva em Belo Horizonte. A maioria concorda que houve mudanças, mas eles próprios estão marcados pelo peso da tradição, do moralismo, dos preconceitos.

— Eu tinha um namorado — conta uma das moças — que vivia pregando igualdade dos sexos. Mas, um dia, ele vem e diz: “Olha aqui, eu não quero que você ande com aquela fulana; ela não presta mais”. Tudo porque a moça passou a trabalhar e a morar sozinha.

Os rapazes do grupo admitem que é assim mesmo: a maioria gosta de sair com mocinha “de ideias avançadas”. Só que, na hora de casar, escolhem uma menininha da TFM. Bom é que “já se tem consciência dessas limitações, luta-se contra elas — dentro da gente mesmo”. E os resultados já são visíveis. “Pelo menos ninguém mais se escandaliza com as minissaias”.

Nem dona Lalá Fernandes, presidente da Associação de Donas de Casa, da Associação das Mães Cristãs e diretora de mais doze

entidades assistenciais e religiosas, inclusive uma de amparo às viúvas:

— Eu mesmo tenho filhas, sobrinhas que usam minissaias. Quando não há imoralidade, não é condenável.

— E essas boates, dona Lalá?

— Sendo casa decente, não vejo nada demais. Eu não quero é falar de certas moças... Mas isso desde Cristo existe a sociedade desesperada que anda pelos lados perdidos.

A sociedade que, durante uma semana, aplaudiu a peça de Bertolt Brecht, montada por José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Marília, com a atriz Ítala Nandi se despindo tranquilamente no palco. Márcio Rubens Prado, cronista do *Diário de Minas*, fez uma constatação importante:

— Não há como negar: o padrão de moralismo de fachada da TFM evoluiu. Há poucos anos, a coitada da Norma Bengell nem pôde vir a Belô para o lançamento de *Os Cafajestes*, por causa de que aparecia pelada.

Dona Lalá, que já conseguiu proibir filmes “indecentes”, ainda se espanta com a permissão de *Na Selva das Cidades*. Mas se justifica:

— A gente deve permitir essas peças de vez em quando, para que haja revolta dos próprios assistentes.

Mas há coisas que vão além das inocentes minissaias. No setor religioso, por exemplo:

— Minas sempre foi considerada a filha diletta da Igreja no Brasil, mas ultimamente nós estamos com a sociedade partida, em matéria de religião. Muitos adotam a fórmula nova dos padres, o pensamento dos padres modernos; outros viram protestantes. Belo Horizonte é hoje uma cidade completamente modificada no sentido daquele trato mineiro. Até os padres são rebeldes, um fez festa para as raparigas da Pampulha.

Foi uma festa de Natal que o Padre Felisberto organizou, para tentar “converter as prostitutas da paróquia ao caminho do bem”.

— Nós protestamos. A sociedade antiga, conservadora, teve de protestar. Nós temos de admitir a Igreja nova, esses padres com essas novidades, mas a Igreja também tem de ser intransigente. Essa intransigência é que tem sido a vitória da Igreja Católica.

Mesmo com todas as modernidades que tomam conta de Belo Horizonte, dona Lalá garante que a tradição é forte o bastante para resistir, pelo menos a certas vulgaridades. A Tradicional Família Mineira — TFM — é fechada, mantém-se íntegra nos seus costumes. Não importa que não gostem disso.

— Quer saber duma coisa? Dizem que sou a própria TFM. Pois eu sou!

Essa sigla — TFM — começou a ser usada pelos cronistas sociais para elogiar gente importante. Logo, os jovens que iniciavam a “rebelião” passaram a usá-la como sinônimo de coisa velha, ultrapassada. Hoje, quem quer falar de resistência às mudanças, em Minas, bota a TFM na frente, como símbolo dessa resistência. Mas, enquanto dona Lalá acha que na TFM está a salvação, os jovens reclamam contra a “silenciosa vigilância” exercida sobre eles, que desejam apenas viver de acordo com o tempo, “que não é mais dessa velharia”. Mas há quem se conforme:

— O controle ainda pertence à geração anterior.

Já se procurou de todo jeito rotular o mineiro. O mínimo que dizem dele é que é um tranquilo. Mas agora anda agitado. Nos últimos anos, Minas andou montando fábricas, abrindo estradas, instalando usinas hidrelétricas e siderúrgicas. Montou até um Instituto de Pesquisas Radiativas que opera um reator atômico e desenvolve vasto programa a longo prazo.

Durante muito tempo — desde a descoberta do ouro e das pedras preciosas —, só se falava em Minas grande, rica, opulenta, o “coração de ouro num peito de ferro”. As realizações dos últimos governos e a fase de industrialização, principalmente, deram lugar a outro tipo de ufanismo, que prevalece pelo menos em quem não acredita nos rapazes do Banco de Desenvolvimento de Minas (o líder, Fernando Reis, tem 36 anos; os outros andam por volta dos 30). Eles fizeram uma análise fria e objetiva, o “Diagnóstico da economia mineira”, e descobriram que a riqueza do Estado “é um mito”. A indústria siderúrgica, por exemplo, “é um mito do espetacular”, segundo os economistas, porque, como Volta Redonda, ela contribui bastante para o crescimento de outras áreas

mais industrializadas, como São Paulo e Guanabara, e muito pouco para Minas. E a energia elétrica, quando Minas a obteve em larga escala, não tinha a quem ser vendida no próprio Estado, e a Cemig — Companhia Energética de Minas Gerais — foi obrigada a exportar para outros: São Paulo, Guanabara, Espírito Santo.

Os “Profetas da Catástrofe”, como ficaram conhecidos os autores do “Diagnóstico”, não perdoaram nem os bancos mineiros, cuja pujança “é um dos mitos mais difundidos”, mas seus interesses são vinculados com predominância a outros Estados, principalmente São Paulo e Guanabara.

O “Diagnóstico” traz uma conclusão inquietante: o sistema econômico-social de Minas Gerais apresenta todas as características de subdesenvolvimento. As primeiras medidas para corrigir essa situação começaram a ser aplicadas: na área fazendária, um esforço concentrado para diminuir a sonegação de impostos, e, na do planejamento, trata-se de racionalizar a administração pública.

A “ousadia” dos jovens economistas é, para muitos, mais um sintoma das mudanças que se operam em Minas. Há uma inquietação que só pode ser benéfica. Só o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, de onde partiu o “alarm”, investiu em 1969 mais de 100 milhões de cruzeiros novos.

Empresários, líderes das classes produtoras, técnicos e dirigentes de entidades públicas reuniram-se em mesa-redonda organizada pelo *Diário de Minas*, para a elaboração de um memorial destinado a “mostrar Minas” ao presidente da República. Minas que, segundo um líder de classe que participou da reunião, “poderá entrar em colapso se não forem tomadas urgentes medidas por parte das autoridades competentes”. E, na Câmara Federal, o deputado Batista Miranda (Arena, MG) dizia: “Nosso Estado está com 13 milhões de habitantes. Dessa população, 60 por cento vive na zona rural. E a arrecadação do Tesouro Estadual, em 1968, não ultrapassou 600 milhões de cruzeiro novos, o que significa parcela inferior à metade do orçamento efetivamente arrecadado pela Prefeitura de São Paulo”. No mesmo dia, os jornais publicavam: o rebanho bovino mineiro foi reduzido à metade. E, quando a crise atinge o boi em Minas, a coisa não está mesmo boa. Algumas

causas apontadas para o sumiço do boi de corte: 1) venda de gado para o Nordeste, onde os criadores, ajudados pela Sudene, podem pagar melhores preços; 2) abate desordenado de matrizes, para obter dinheiro urgente; 3) falta de assistência financeira.

Até hoje, o governo de Minas não sabe quantos funcionários tem nem quanto gasta com folhas de pagamento. Mas já tem a coragem de revelar esse fato incrível. No dia 20 de novembro passado, um representante do Escritório Técnico de Racionalização Administrativa anunciou que, “dentro de três meses, no máximo, o governo saberá, pela primeira vez na história da administração pública em Minas, quantos funcionários tem o Estado”.

Desses problemas, sabe também dona Lalá, que não cuida apenas de suas catorze associações: é a representante federal da Campanha Nacional de Alimentação Escolar e viaja pelos caminhos — ou veredas — do sertão mineiro, em missões especiais. Ela discorda de muita coisa, protesta, faz passeata, mas concorda que Minas está realmente muito pobre.

— Nós estamos em cima das pedras preciosas. Minas era a terra da pecuária. E hoje, cadê o boi? Nos 722 municípios de Minas, tudo uma pobreza... No vale do Jequitinhonha há coisas de cortar o coração — principalmente a mortalidade infantil. Das professoras, coitadas, nem é bom falar: a que está com pouco atraso no pagamento está com quatro ou cinco meses.

Na Câmara Federal, o deputado Batista Miranda reforçava:

— Minas é, hoje, um problema nacional.

Ainda há quem se lembre, com saudades, dos tempos em que o mineiro “mandava mais”. Um que mandou muito — até no dinheiro do Brasil, como ministro da Fazenda — foi o Sr. José Maria Alkmin, um dos últimos representantes da “velha força” de Minas. Aos 70 anos — ele faz política há 40 —, continua um “homem político” por inteiro, um “pessedista orgânico”, dizem. Mais pessedista do que ele só Benedito Valadares. Suas qualidades: é um perfeito cavalheiro, cordial, de gesto tranquilo, tanto para receber uma visita informal como para bater no ombro de um possível eleitor. É baixinho, mas isso não lhe prejudica a elegância, sóbria, mas notável, à primeira

vista. A voz grave, pausada, faz contraponto com o olhar, de olhos muito pequenos e vivos, sempre atentos. “Uma raposa legítima”, dizem os políticos da “força nova” com ironia.

Sobre esse homem, contam-se muitas histórias, algumas verdadeiras, outras simplesmente inventadas. A mais reveladora de sua capacidade de sair de “embrulhos” é esta: acabavam de cassar Juscelino, os jornalistas apanharam Alkmin de surpresa e lascaram a pergunta:

— Como o senhor recebeu a cassação de JK?

— Pelo Telex — respondeu Alkmin, escapando por uma porta.

Esse homem sábio, nascido em Bocaiuva, cidadezinha do norte de Minas, já foi coroinha e mensageiro do Telégrafo Nacional. Depois, telegrafista, repórter, diretor da Imprensa Oficial, deputado, ministro da Fazenda, vice-presidente da República. Agora é secretário da Educação em Minas.

Mesmo com as dificuldades do Estado em pagar as professoras (muitas não recebem há mais de seis meses), ele mantém um entusiasmo de menino pelo programa que vem desenvolvendo, principalmente os cursos intensivos para professoras não tituladas, em todo o Estado.

Enquanto dá a entrevista, em seu gabinete da Secretaria da Educação, Alkmin anuncia que tem missão importante a cumprir, dentro de dois dias: visitar Bocaiuva, sua terra, para entregar diplomas a um grupo de professoras que concluíram um curso de atualização. A visita mais importante que fez a Bocaiuva foi logo depois de eleito vice-presidente de Castelo Branco, em 1964.

— Fui eleito no meio da semana, numa eleição muito disputada no Congresso e, no domingo seguinte, bem cedinho, peguei um avião da FAB e voei para Bocaiuva. Quando cheguei, a missa das 9 estava começando. Dom Geraldo Trindade, bispo de Montes Claros, era o celebrante e, quando me viu ali, no meio do povo, fez sinais para que eu ocupasse um lugar junto ao altar. Para mim, foi um momento de viva emoção ficar ali junto ao altar em que, numa infância bem remota, eu fui coroinha.

Sobra política atual, em Minas, ou no Brasil, não se fala. Será que está desaparecendo aquele político mineiro, caladão e matreiro,

porém eficiente? Alkmin não acredita e diz por quê:

— Sempre que esse político está em atividade, o país está tranquilo.

Na visita a Bocaiuva, para entregar diplomas às professoras, ele mostrou como é que se faz amigos. Toda a cidade foi ao encontro do Zé Maria, que tem uma palmadinha amiga para as costas de cada um. Mesmo tendo de negar pedidos de emprego e outros favores, sabe ser gentil, atenciosíssimo. E fez também uma confissão: um dos seus sonhos era ser prefeito de Bocaiuva. Pena que não dê, a essa altura.

Murilo Badaró, de família que mandou — o pai foi prefeito, deputado e ministro —, está se preparando para mandar. Mas de um jeito novo, como representante de uma “força nova” que detesta os métodos tradicionais da conversa ao pé do ouvido, do “raposismo”. Está com 38 anos, começou a fazer política aos 26, foi duas vezes deputado estadual pelo PSD e agora é deputado federal pela Arena. Alto, andar desengonçado, compõe uma figura um tanto austera, mas nada formal. Ele vem há muito tempo se preparando para mandar em Minas. Quer ser governador.

Sua campanha de pré-candidatura, interrompida com a suspensão das eleições diretas, foi organizada em bases quase científicas por ele e por um grupo de economistas e sociólogos. Durante a última campanha eleitoral nos Estados Unidos, ele estava lá, vendo como era. Trouxe quilos de material, mandou fazer *slides*, gráficos, tudo que pudesse comunicar rapidamente as suas ideias, e correu Minas inteiro. Sobre o sucesso de sua campanha, ele comenta:

— A política mineira era tão na base da inverdade que a simples verdade passou a arrastar eleitores.

Murilo Badaró não teve tempo de ser muita coisa. Antes de deputado, fez política estudantil na Faculdade de Direito, foi cantor de ópera (barítono) com o pseudônimo algo mexicano de Ricardo Villas e cantor de valsinhas saudosas em serenatas estudantis. Seresta ainda canta, quando encontra parceiros em suas andanças pelo interior. Com os mesmos parceiros de serenatas, pregava cartazes de sua campanha.

— E a crise econômica?

— Minas é uma área de grande pressão social. O subdesenvolvimento é tão grande que a nomeação de um servente de grupo escolar provoca uma crise, pois esse cargo representa valor econômico. A renovação só será possível com novos métodos políticos, com jovens tomando as rédeas. Nós já estamos tomando um pouco dessas rédeas. Fomos um pouco prejudicados pela eleição indireta, mas o importante é não desistir da luta. Acho que nós perderemos a Revolução brasileira, essa que fizemos com tanto sacrifício, se não reformarmos Minas Gerais.

Com eleições diretas, Murilo Badaró acha que dificilmente perderia. Com eleição indireta, ficou difícil, mas assim mesmo vai tentar.

— Mas e o raposismo político?

— O raposismo é um método superado, mas ainda presente. Eu luto contra ele. E lutar também é uma qualidade mineira.

Assim como gosta de política, mineiro também tem mania de banco, juros, papagaio. Tanto que às vezes mistura as duas coisas: durante muitos anos, todos sabiam, dois grandes bancos — o Nacional de Minas e o da Lavoura — lutavam por trás dos dois maiores partidos políticos de então: a UDN e o PSD.

Mas Joãozinho Mamãe, banqueiro típico e nome importante da “força financeira” de Minas, não faz política. Fez, é certo, uma carreira para chegar aonde está. Há muitas histórias em Minas parecidas com a dele. Igual, não. João do Nascimento Pires, Joãozinho Mamãe, como todos o conhecem, tinha 17 anos quando entrou no Banco da Lavoura, como contínuo. Hoje, com 45 anos, é dono do Banco Mineiro do Oeste. O apelido pegou há dezesseis anos, quando era gerente de uma agência do Banco Nacional de Minas Gerais. Um gerente tão amigo que os clientes comentavam: “Esse sujeito é uma mãe”. Em 1961, foi para uma pequena casa bancária — a Cruzeiro do Sul —, mas como sócio de seu amigo Antônio de Carvalho. Levara, principalmente, uma vasta experiência de bancário. A casa bancária logo virou o Banco Mineiro do Oeste, que cresceu, cresceu e hoje tem 33 agências em todo o Brasil. O capital inicial pulou de 12 milhões para 35 bilhões velhos. E não é

só o Banco. São também as outras empresas que nasceram dele: a Minas Oeste, a Capital de Minas e a Economia (todas as três de crédito, financiamento e investimento), a Minas Oeste Imobiliária e a Minas Valores Corretora. Tudo junto dá um capital de 62 milhões de cruzeiros novos.

— O Banco é hoje o que é — diz Joãozinho no seu falar macio — pelo trabalho dos rapazes, quase todos criados por mim, desde meninos, por onde eu passei. Todos eles agora são gerentes, diretores. Esse banco é uma escola de bancários. E tudo aqui é ganho tostão por tostão.

Há uma tradição mineira, o *papagaio*, que ainda funciona, mas no banco de Joãozinho Mamãe está caindo de moda.

— Não se pode negar em certos casos — diz. — Numa doença, num aperto de última hora, a gente tem de atender.

Joãozinho não desmerece o nome que lhe deram, mas também quer mostrar que num banco moderno o que vale é o crédito orientado, dirigido para produzir dinheiro. Problemas de amigos podem ser resolvidos, mas na base da amizade.

No fim da tarde, os meninos tomam conta da praça principal de Curvelo, a 182 quilômetros de Belo Horizonte. Muitos deles, quando não estiverem mais em idade de brincar na praça, irão para a capital, para o Rio ou para São Paulo, como muitos meninos que crescem em Minas, o Estado que mais exporta gente no Brasil.

No sítio de Geraldo Martins da Silva, a 10 quilômetros da praça, o menino Eimar, sozinho com seus pensamentos, não tem a alegria de brincar no jardim e por isso já se preocupa em sair, ganhar o mundo, como o irmão mais velho, que foi ser soldado na Base Aérea de Belo Horizonte. Eimar tem 15 anos, já disse ao pai que vai embora, vai ser "sargento ou outra coisa". Só ficaria se tivesse uma fazenda grande e boa.

— Eu vou dizer pro senhor: pra gente gostar daqui, era preciso ter bastante boi. Agora, eu só fico aqui porque ainda sou menor, não tenho idade pra sair.

O velho Geraldo, seu pai, esse fica. Cuidando de seu sítio de 3 alqueires e plantando à meia na terra dos outros. As quatro vacas

que tinha foram para o matadouro, que o pasto não dava; dinheiro para plantar capim não havia.

Outro que fica é Marcos Valadares Mascarenhas Diniz, dono da Fazenda Varginha, 203 alqueires herdados do pai. Ainda rapaz (agora tem 32 anos), pensou em ser engenheiro, depois fez um curso técnico de comércio, mas terminou plantando capim e criando boi, consultando o agrônomo da cooperativa, tentando melhorar. Mesmo com todas as dificuldades e a falta de crédito para manter o rebanho sem precisar vender vaca antes do tempo. Com tudo isso, tem lá as suas quinhentas cabeças de gado.

— Sabe como é, a gente vai tocando o boi. Com crise ou sem crise.

Em Curvelo, a praça moderna, com monumento, concha acústica, lagozinho, fonte luminosa e tudo mais, é um orgulho para os 43.000 habitantes. A cidade, que fica exatamente no centro de Minas Gerais — a coluna no meio do jardim simboliza a situação geográfica —, tem seus problemas iguais aos de outras cidades mineiras — pequenas, médias ou grandes — como ela. Além dos problemas comuns, falta dinheiro para calçar rua, fazer esgotos, botar luz, há as modernidades de Belo Horizonte, que chegam ou passam para outras cidades em dezenas de ônibus diários, ou pela televisão (há mais de 1.500 televisores na cidade), que dão muita dor de cabeça às famílias locais. A menina aderiu à minissaia e até ao biquíni. E tem uma boate, o Caldeirão, que ferve à noite e dá uma concorrida vespéral aos domingos, para a turma que não consegue autorização dos pais para a esticada noturna. Quem inventou o Caldeirão foi Ernesto Ricardo, dentista, diretor de clube, jornalista, promotor de concursos de *miss* e dono de um time de futebol de salão. Ele está empenhado em mostrar que a juventude local está apta a acompanhar a evolução do mundo.

Ernesto Ricardo tem o apoio de toda a juventude, do dono do jornal — *O Monumento* —, Nilson Gonçalves, e até de pais de família, que chegaram à conclusão de que a boate “é um lugar de diversão decente”.

— E, se é decente, nada há de condenável — diz o vigário José Garcia.

Há reações contrárias, claro. Guilhermina Nunes, que todo mundo chama de Guili, não fala nada, mas não gosta dessas coisas modernas. As saias curtas das mocinhas, por exemplo — “um horror que nunca se viu” —, Guili acha que os padres deviam proibir. Mas Ângela Diniz de Oliveira, garota de 16 anos, vê a sua cidade mudando depressa e ela gosta disso, apesar dos comentários, dos cochichos do pessoal da “Diva — Departamento de Informação da Vida Alheia —”, instituição que ainda tem muita força ali.

Curralinho é o nome velho da aldeia.

Ela é como se fosse muito antiga, dos começos de Minas, da mineração, mas sem riqueza, sem esplendor. É toda uma humildade só, à beira do córrego que escondeu — e esconde ainda, em avareza e mistérios — as pedras preciosas que foram o princípio e serão o fim. Umas dez ruas, becos e praças — um quadrado, sem jardim nem nada, uma grama capim nascida à vontade, pasto. Um cavalo, um burro, uma vaca sempre podem ser vistos lá, na paz de Deus. A única claridade de beleza, e alteando sobre tudo, é a igreja, branca e verde.

Na praça cabem, sem muita juntação, todos os habitantes (oitocentos) de Curralinho e os seus pertencidos mais importantes — as três geladeiras (uma de casa de família e duas de bar), os dois televisores, os cinco carros, o telefone, os quatro fogões a gás, os quarenta rádios. Mas só junta muita gente na praça nos terceiros domingos de cada mês, que é quando vem o padre de Diamantina (fica a 10 quilômetros da aldeia) rezar a missa na Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Curralinho perdeu muito de seu antigo movimento, dos tempos de sua origem garimpeira. Perdeu até o nome. Faz uns trinta anos que mudaram para Extração de Diamantina, só porque lá se extraíam alguns diamantes. Seu povo, porém, continua a chamá-la pelo velho nome. Extrair diamante, alegrar-se com o brilho da pedra no meio do cascalho, é apenas sonho. Um sonho geral que se realiza de vez em quando, em particulares alegrias.

Todo mundo, do vereador ao marido da professora, vive a ânsia diária de procurar diamantes nos escondidos da terra vermelha que

margeia o córrego. São as catas, as *grupiaras* cavadas à custa de muito suor e de esperança. Um dos habitantes de Currealinho que espera com mais ansiedade o brilho dos diamantes é Salvador Urbano da Cruz, dono de três prateleiras vazias, do que foi antes o Armazém São Geraldo, o maior e mais bem sortido da cidadezinha. O clássico cartaz em que aparecem dois homens, um gordo e um sorridente (o que vendeu a dinheiro) e outro magro e triste (o que vendeu fiado), ainda está lá, armazém vazio, colado não se sabe por que numa vitrininha que servia para mostrar doces e balas. Salvador é um homem magro e triste: tudo o que seu armazém tinha foi vendido fiado para os garimpeiros que não encontraram diamantes. Só é feliz quando reúne os amigos, no fim da tarde, para um jogo de truço, no balcão, e quando fala de seus projetos de desviar um trecho do córrego, furar pedra, procurar diamantes. No ano passado, já tentou, perdeu dinheiro. Precisa máquina de perfurar, precisa bomba, precisa um sócio com dinheiro.

— Posso perder outra vez, mas acho que vou tirar diamante.

Enquanto espera, vai jogando. Fornece dinheiro — 15 contos por semana — na base do *meio jornal*: o que o garimpeiro tira é dividido meio a meio; se não tirar nada, a dívida morre.

Quem achou uma pedrinha, faz muito tempo, foi o menino Zé Isidro, peneirando cascalho que o pai tirava de uma cata. Foi o único diamante que o menino encontrou, em três anos de garimpagem. E só pensa em achar outro — o pai já disse que, no dia em que aparecer um *diamantizin* maior e o dinheiro der, volta para Curvelo, de onde veio. Aí, o menino vai achar bom:

— Em Curvelo tem muita coisa boa e bonita. É até difícil a gente explicar.

Currealinho não tem médico, não tem soldado, não tem cinema. Tinha uma agência dos Correios, mas fechou no ano passado porque dava prejuízo. Agora há um encarregado, nomeado pela Prefeitura de Diamantina. É o Toquinho, dono de uma das três vendas abertas, e ele mesmo é quem compra os selos para botar nas cartas. Telefone tem um, de manivela, que é da companhia de luz. Fica na casa do vereador Antônio Marcelino, o único eleito pelo distrito.

Artista e sábio, há um Levy José Martins, que aos 71 anos faz esculturas em madeira e barro e tem um livro da vida, onde registra desde o nascer do sol até o nascer da lua por trás da serra de pedra cinzenta, que se eleva no fundo da aldeia. Ele já saiu, foi ver e aprender o mundo “lá de fora” e voltou para “devolver os ossos”. Esse lugar, essa pobre aldeia, vai acabar:

— Todo mundo, aqui, vive cavando o buraco em que vai ser enterrado.

Além de Curralinho, há sertão puro, o vazio. Gente que vive nesses meios, em veredas perdidas, chega de vez em quando ou passa para Diamantina, tangendo burros. Sertão deles não é de garimpo, é de plantação. Um que vem sempre, trazendo abóbora, batata-doce, inhame, farinha, é Manuel Fortunato, nato de Serra Azul, dois dias sertão adentro em lombo de burro. Os burros dele são o Rodage, o Gaúcho e o Espanto.

Manuel Fortunato não sonha com diamante; arranca certezas da terra. Mas tem outros sonhos, sim, senhor — uns negados e logo revelados:

— Sombração, não, nada; tem disso, não. Só em uns cantos, de pessoa que morre em desvio que não tem estrada de carro, a gente leva na rede e por onde passa fica no mal-assombro.

Há muito mistério no meio do sertão. Principalmente no Urucuia, onde Manuel já foi boiadeiro tocador de muita boiada — “tem, que eu vi e revi”. Agora, tem também o capeta, o tihoso solto por essas gerais. Em sonho, Manuel já foi até o inferno, um quadro-extensão do seu próprio mundo. Para chegar, é preciso passar três porteiras. Lá dentro, um ferreiro, uma tacha com feijão cozinhando, um barreiro, umas vacas, uma casa amarela com varanda, uma dança com mulher dançando. Inferno isso. Mas tem gente que vê mesmo o capeta, o de verdade.

— Vê, lá tinha um home, um Zé Darede. A família dele toda morreu tudo enforcada, morreu na água, morreu na foice. Ficou ele só, mais um filho, e o capeta atentando. Chegava numa mula toda arreada de prata. Foi no que o Zé Darede morreu, medo puro. Ficou só um filho dele, mas um cunhado dele achou ele no meio da rua, matou de foice.

É de tardezinha, Manuel vai-se arrancar. Na casa de Salvador ligaram a televisão, e a sala de jantar está atopeçada. Tem novela e tem noticiário — Belo Horizonte, Cabo Kennedy, Lua. Salvador sabe que há muita coisa neste mundo, além do Currálinho e além do que a gente imagina:

— Agora, eles foram na Lua, mas não guenta só com isso, não. Agora eles vão ver se a Lua tem coisas valorosas, se tem garimpo, se tem diamante, se tem cristal e ouro. Depois vão mais pra cima, pra outro planeta.

Doença de menino

Maio de 2012

NO POSTO DE SAÚDE DE AMARAJI, cidadezinha de 6 mil habitantes a 80 quilômetros do Recife, o único médico, Victor Rojas Nogales, declara-se cansado de ser “doutor de papel”.

Nogales, boliviano formado pela Universidade Federal de Pernambuco, explica o que é ser “doutor de papel”: vive a preencher receitas que não servirão para nada, pois o posto não dispõe dos remédios, e a maioria dos que o procuram não tem condições de comprá-los na única farmácia da cidade.

No início de janeiro de 1970, o doutor Nogales andava seriamente preocupado com o aumento de casos de morte de crianças na cidade. Considerava que, havendo os medicamentos necessários no posto ou uma ambulância que pudesse transportar os doentes em estado mais grave para hospitais do Recife, poderia evitar muitas mortes. Mas não tinha o que fazer, sentia-se impotente para, pelo menos, remediar aquela situação. Lamentava-se em portunhol:

— *És uma desgracia. Qualquer dia me voy!*

Fazia uma semana que eu e o fotógrafo Luigi Mamprin percorríamos a Zona da Mata Sul de Pernambuco, uma vasta região de terras férteis ocupadas pelas plantações de cana-de-açúcar. Por aqui, as cidades são manchas urbanas cercadas de cana por todos os lados. Todas elas são marcadas pela tragédia da mortalidade infantil. Apresentam os mais altos índices do Brasil, e, dentre todas, Amaraji é a que tem os números mais alarmantes. Às vezes, absurdos: dados obtidos no cartório da cidade indicavam que no ano anterior, de janeiro a novembro, tinha-se registrado mais que o dobro do número de mortes do que de nascimentos de crianças. Havia uma explicação para tanto: na miséria em que vivia, grande parte dos trabalhadores da cana-de-açúcar deixava de registrar os filhos por falta de recursos, mas, quando eles morriam antes de

completar um ano de idade, eram obrigados a fazer, de uma só vez, o registro de nascimento e o de óbito. Desse jeito, o número de mortes era maior do que o de vidas.

Em Amaraji acompanhamos vários casos de crianças que, segundo o doutor Nogales, estavam condenadas à morte. Mesmo que se conseguissem remédios e internação num hospital do Recife, já não havia esperança de vida para elas, vítimas de um mal endêmico na região: a fome. Desnutridas, morriam de doenças que, se fossem tratadas a tempo, não seriam fatais.

A morte de crianças, entre o povo do lugar, era encarada como coisa natural. Não se indagava se elas morriam dessa ou daquela doença. Simplesmente eram chamadas por Deus, viravam anjos, morriam de “doença de menino”, um mal que um curandeiro local, José de Sena, diagnosticava como “mulesta soturna”.

Dessa mesma moléstia morreu no Recife, no bairro de Beberibe, o menino Charles Barbosa Dias, de 7 meses. Charles morreu sem tempo de conhecer assistência médica, no dia 28 de dezembro de 1969. Foi uma das 1.468 crianças que, segundo estatísticas oficiais, morriam por dia no Brasil, país que aparecia nas estatísticas como um dos campeões de mortalidade infantil no mundo.

Na redação de *Realidade*, a foto de Charles no caixãozinho branco que Severino, seu pai, levava na cabeça até o Cemitério de Beberibe passava de mão em mão. Poderia ser a capa da revista, diziam uns, “para mostrar a situação de miséria em que vive o país”; mas logo vinha a ponderação:

— Imagine se a censura vai deixar!

O menino Charles, que não recebera assistência médica em sua brevíssima vida, corria, então, o perigo de ser um “anjo” censurado.

• • •

Doença de menino

Realidade

Fevereiro de 1970

NO SALA-QUARTO-COZINHA, Elza Barbosa Dias só sabia contar, em choque e revolta, as horas de padecimento do filho. O caixãozinho branco enfeitado de galões prateados estava sobre a única mesa da casa, Charles de olhos semiabertos, todo coberto de flores, algumas roxas, da cor de seu rosto pequeno e descarnado. Ao lado, quase encostado na mesa, o berço vazio. As duas camas em que dormem as outras seis crianças, os irmãos de Charles, serviam de assento para o grupo que velava o morto: o pai Severino, a madrinha Dijanete, os meninos de casa e uns poucos da vizinhança. O silêncio só era rompido pelo choro da mãe debruçada sobre o caixão e pelos sons, meio grunhidos, que André Valério emitia enquanto girava sem parar em torno de si mesmo. André, de sete anos, teve uma doença que ninguém sabe dizer qual, quando ainda era bebê como o *irmãozinho* Charles. Escapou, mas ficou assim, débil mental. A mãe botava os olhos de sua piedade sobre o filho morto e sobre o filho vivo. E chorava pelos dois.

A história dos sofrimentos de André é muito longa. Mas a de Charles é curta: pegou uma *mofineza*, vomitava tudo o que comia. Tomou chá de canela, chá de carambola, tomou até remédio de farmácia, mas nada adiantou. Quando a mãe saiu para procurar médico grátis, não encontrou. Voltou para casa com a certeza de que o filho iria morrer. Estava com essa doença de menino, igual à que mata os filhos de muitas outras mães, ali no Beberibe, bairro do Recife. Uma tal de desidratação, como dizem os que conseguem chegar aos hospitais.

Charles morreu de madrugada. Severino e sete crianças silenciosas o levaram ao cemitério na tarde do mesmo dia. Uma caminhada longa, de 6 quilômetros, que deixou as crianças cansadas (Severino fazia-as andar depressa, senão iam encontrar o cemitério fechado). Para os meninos acompanhantes, o enterro foi

só cansa e tristeza, não houve nem aquela compensação de que fala o poeta João Cabral de Melo Neto:

Festa meio excursão meio piquenique ao ar livre, boa para dia sem classe; nela, as crianças brincam de boneca e, aliás, com uma boneca de verdade.

Charles só foi enterrado naquele dia porque Severino mandou a comadre Dijanete ir correndo ao cemitério, dar o aviso antes que terminasse o expediente. Em vida e em morte, Charles foi perseguido por essa questão de expediente, de horário. Mesmo na véspera de morrer, sábado pela manhã, quando a desidratação estava no ponto mais grave, ele não foi examinado pelo médico porque não havia expediente no ambulatório da CTU (Companhia de Transportes Urbanos, do município), onde Severino trabalha como motorista de ônibus. Expediente, só na segunda-feira. Charles morreu no domingo. Médico nenhum soube de sua morte. O atestado de óbito, Severino conseguiu com a casa funerária que cuidou do enterro.

Na conta do coveiro, Charles Barbosa Dias foi o anjo número 10 da semana, no cemitério de Beberibe. Como o caixãozinho chegou atrasado, já ao anoitecer, Charles foi, de todas as crianças menores de 1 ano que morreram naquele dia no Brasil, a última a ser enterrada. Nesse domingo, 28 de dezembro de 1969, Charles foi o *anjo nacional* 1.468. Porque todo dia morrem 1.468 crianças brasileiras.

Beberibe, o bairro em que Charles nasceu e viveu por sete meses, aparece como uma enorme mancha marrom nos mapas feitos pelos médicos da Pesquisa Interamericana de Mortalidade na Infância, patrocinada pela Organização Mundial da Saúde, órgão da ONU. A pesquisa vem sendo feita em três bairros do Recife — Casa Amarela, Beberibe e Encruzilhada —, com uma população total calculada em 392.000 habitantes. E o marrom indica as áreas onde as condições de vida são as piores, onde a maioria das casas não tem privada nem água encanada, e onde os índices de mortalidade são, naturalmente, os mais altos. No bairro de Charles, a mancha marrom ocupa cerca de 90 por cento da área total. Ele nasceu e morreu nessa cor que virou símbolo de miséria.

No mesmo dia em que enterraram Charles, as gêmeas Marilene e Marileide completavam 1 mês de vida em Amaraji, cidadezinha de uns 6.000 habitantes, a 80 quilômetros do Recife. Nos braços da mãe, Emília Maria da Silva, as duas menininhas provocavam admiração das vizinhas:

— Tão minguadinhas. Só Deus pra fazê umas coisinhas dessas vivê.

A mãe exibia suas crianças como se elas fossem o resultado de um milagre. Dois milagres, quilo e meio cada um.

Em Amaraji, que fica na Zona da Mata, de extensos canaviais, a região mais rica de Pernambuco, não se sabe em que proporção se opera o milagre da sobrevivência. Rara é a família que não tenha pelo menos um anjo no céu. Como cidade, pouco difere das outras da região, onde vive mais de 1,5 milhão de habitantes, a maioria sofrendo de um mal endêmico — a fome. No centro, a pracinha e três ou quatro ruas calçadas, casas de alvenaria alinhadas em cores vivas. Fora desse miolo, as casas vão perdendo o alinhamento e a cor, vão-se mostrando em barro escuro, em chão batido.

Foi numa dessas casas tristes que nasceram Marilene e Marileide. A cana-de-açúcar que rodeia tudo é uma verde e doce paisagem que essas meninas poderão ver — de seu meio marrom e sujo —, se conseguirem sobreviver. A possibilidade não é maior nem menor do que a de muitas outras crianças que nascem em Amaraji. Ou em qualquer um dos quarenta municípios da Zona da Mata, onde as estatísticas de mortalidade infantil são quase impossíveis.

Sabe-se mais ou menos quantos morrem, mas não se pode estabelecer os índices corretos em relação aos que sobrevivem. Por uma razão muito simples: registrar filhos é um luxo muito caro para a maioria dos trabalhadores da cana. O registro de uma criança custa 5 contos, mais do que um homem ganha (Ncr\$ 3,40) por dia de trabalho. Por isso é possível contar a morte e impossível contar a vida. O registro da morte é obrigatório. E foi por essa razão que Amaraji apareceu nos jornais do Recife — e depois em revistas, até do estrangeiro — como um município campeão de mortalidade infantil do país que, por sua vez, apresenta uma das taxas mais elevadas do mundo. A notícia dizia que todas as crianças nascidas

de junho a dezembro de 1968 haviam morrido antes de completar 1 ano de idade. Porém, há mais um dado.

Gérson Jefferson Barbosa, senhor de engenho e assistente de administração do posto de saúde de Amaraji, mostra os números reais, exatos e desconcertantes: por eles se verifica que, na verdade, morreram mais crianças do que nasceram, pois, para 79 registros de nascimento, havia 121 certidões de óbito. A explicação para tamanho disparate: quando a criança morre com menos de 1 ano de idade, os pais são obrigados a fazer simultaneamente os registros de nascimento e de óbito. Se a criança morre com mais de 1 ano, eles só precisam tirar a certidão de óbito e economizam o dinheiro de um papel. É ano de um documento só. A conclusão de uma enfermaria do posto:

— Eles só existem oficialmente depois que morrem.

De janeiro a novembro de 1969, o cartório de Amaraji registrou o nascimento de 89 e a morte de 221 crianças, das quais 76 com menos de 1 ano de vida. Quantos nasceram realmente no município, ninguém sabe. Mas a proporção de mortos por nascidos pode ser avaliada facilmente no meio miserável das famílias. Três delas, entrevistadas ao acaso, contavam estes números: a primeira, oito filhos (três mortos); a segunda, dezoito (sete mortos); e a terceira, treze (cinco mortos). Foram 15 mortos em 39 nascidos, um índice de mais de 40 por cento.

A presença tão constante da morte entre crianças de Amaraji tem uma causa principal, comum, em maiores ou menores proporções, a quase todo o Brasil: a fome. Em Amaraji ninguém levantou dados, mas, no Recife, maior cidade do Nordeste e a que conta com maiores recursos médicos na região, uma pesquisa revelou desnutrição de segundo e terceiro graus em 69 por cento dos casos de óbito estudados. A desnutrição de primeiro grau, normal mesmo nos centros urbanos, não chega a ser grave. Uma criança de 1 ano com desnutrição de segundo grau pode chegar a pesar cerca de 6 quilos, quando o ideal seria entre 9 e 10,700 quilos. Com menos de 6 quilos, a criança de 1 ano já está em terceiro grau e caminha para a morte por desnutrição.

A Pesquisa Interamericana de Mortalidade na Infância, que revelou esses dados, vem sendo feita há um ano e meio por uma equipe dirigida pelo professor Fernando Figueira e pelo Dr. Roberto Nunes da Silva, do Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco, de acordo com um programa da Organização Mundial da Saúde, em vários países americanos. Um de seus principais objetivos é estudar as causas reais da morte de crianças menores de cinco anos. E uma das causas reais encontradas é justamente a fome. Com base nos dados já obtidos, diz o professor Fernando Figueira:

— Embora os números sejam ainda parciais e, portanto, passíveis de restrições, exibem uma realidade cruel e assustadora.

Se é cruel no Recife, cidade onde se encontram serviços médicos razoáveis, é muito mais em Amaraji, onde o único posto de saúde, desaparelhado, mal pode atenuar as consequências que a fome provoca no organismo das crianças. Na região, onde as condições permitem uma alimentação à base de feijão, farinha e charque, as pessoas recebem apenas metade das calorias necessárias. O médico (um só para os 17.000 habitantes do município), Victor Rojas Nogales, boliviano de 27 anos, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, está há dois anos em Amaraji, tempo suficiente para tomar consciência de que é um doutor de papel, ou seja, um passador de receitas inúteis, pois a quase totalidade da população não tem condições de comprar os remédios. Os que o posto recebe dão para atender a cerca de 30 por cento dos casos, mas nem sempre são os indicados para cada doença. O médico dá o que tem, numa tentativa de cura por aproximação.

Frequentemente, ele assiste à morte de crianças por falta de remédio ou de meios para interná-las no hospital do Recife. Quase todos os casos de internamento se transformam em dramas que envolvem os pais da criança e o médico. A morte de uma menina com pneumonia foi um desses dramas muitas vezes repetido: o Dr. Victor preencheu uma guia de internação, entregou à mãe, que ficou onde estava, os olhos fixos na criança arquejante. Foi chamada à realidade pela voz do médico:

— A menina precisa ser internada com urgência. Se não for, morre.

A mulher não disse nada. Levantou-se, ajeitando nos braços a criança descarnada (a pneumonia juntou-se à desnutrição de segundo grau), atravessou a praça e tomou o rumo de Nova Descoberta, o bairro mais miserável de Amaraji. No dia seguinte, o Dr. Victor recebeu a notícia de que uma criança estava morrendo num casebre de Nova Descoberta. Correu para lá, já encontrou a menina morta.

— Eu não disse que precisava levar para o hospital?

— Sim, sinhô, mas não tinha jeito, não.

No rosto marcado da mulher havia apenas tristeza. A menina morta em cima de um banco de madeira era o sétimo anjo da casa onde nasceram dez. Já não havia lágrimas para ela. Só a tristeza sem muita expressão no rosto da mãe, uma velha de 26 anos. Foi um dos primeiros casos que o Dr. Victor acompanhou. Ele teve a impressão nítida de que ali ninguém dava importância à morte de uma criança, a morte encarada sem muita emoção, porque frequente e farta.

— Morreu de quê?

— Doença de menino.

A menina tinha morrido porque não havia dinheiro para remédio nem para a passagem de ônibus até o Recife. Algumas vezes, uma criança doente consegue chegar a tempo ao hospital: é quando o carro da Prefeitura, uma camioneta rural que também já serviu de carro mortuário, está desocupado. O prefeito de Amaraji, José Gomes, tem duas metas que pretende ver realizadas até o fim de seu governo: conseguir uma ambulância e água encanada e tratada para a cidade (atualmente, apenas 17 das 1.300 casas recebem água de um encanamento provisório).

Na maternidade construída pelo Estado e pronta para entrar em funcionamento há mais de um ano, o prefeito já não faz fé. Recebeu a informação de que não funcionará, pois descobriram que a manutenção seria muito cara (como maternidade ou como pequeno hospital). Difícil é entender por que gastaram tanto dinheiro na construção, no aparelhamento e até na placa de bronze para a festa de inauguração que não houve. Tanto dinheiro daria para comprar várias ambulâncias.

A falta de uma ambulância diminuiu as possibilidades de Raquel, garotinha de 1 ano e meio, escapar da morte. Ela morreu na semana do Natal. De sarampo.

O Dr. Victor não chegou a ver Raquel. Amara, a mãe da menina, explicava, alguns dias depois, por que não a levou nem ao posto de saúde:

— O sarampo acochou forte, era um perigo ela tomá vento.

O perigo definitivo veio com a morte. O médico tem quase certeza de ter sido causada por pneumonia, que atacou depois do sarampo. Sarampo é doença que não devia matar. Mata muito no Brasil, principalmente nessa região, da cana-de-açúcar, porque, quando ataca, sempre conta com uma aliada: a desnutrição.

— Há pouco tempo — diz o Dr. Victor —, uma epidemia de sarampo matou muita criança aqui. Só escaparam as que se apresentavam razoavelmente nutridas.

Outro médico, o Dr. Malaquias Batista, do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, faz pesquisas há mais de cinco anos na Zona da Mata, onde o órgão mantém dois Centros de Recuperação Nutricional e presta assistência técnica a dois outros, mantidos pelo Estado e por instituições religiosas. O quadro, nessa área, é dramático.

— Das crianças entre 1 e 4 anos de idade — informa o Dr. Batista —, 20% são desnutridas de segundo a terceiro grau. Apenas 30% poderiam ser consideradas normais.

O sarampo, que provocou a morte de Raquel e de centenas de outras crianças na Zona da Mata, não agiu sozinho. Na pesquisa feita no Recife pela equipe do Instituto de Medicina Infantil (1.044 causas de morte), o sarampo veio em segundo lugar, com 209 óbitos. Só perdeu para a gastroenterite, que matou 267.

Amara, mãe de Raquel, não sabe que o sarampo é uma doença benigna, que isoladamente não podia matar sua filha. Na verdade, Amara ignora muitas outras coisas dentro de seu mundo. Não sabe a própria idade, nem o nome completo. É Amara, só, mulher amarga. Filha de Maria e neta de Severina.

Sua grande preocupação, naquele dia, era o Zé Zaquié, irmão gêmeo de Raquel, derreado também pelo sarampo, ardente em febre. José Ezequiel, olhos fundos e sem brilho de vida na cara mirrada, era um morto-vivo nos braços de Amara. Mãe e filho compunham um retrato tirado em Biafra.

O Dr. Victor só precisou olhar o menino para avaliar a gravidade de seu estado.

— Precisa internar. A senhora quer internar?

— Sei não. Vamo vê o que Amaro diz.

Amaro, marido de Amara, estava longe, no alto de um morro, derrubando madeira que a cana-de-açúcar não conseguia engolir. Talvez dormisse por lá mesmo e só voltasse no dia seguinte. E, sem ele, Amara não podia decidir nada. O médico escreveu uma receita, era preciso dar um antibiótico ao menino, com urgência. Como não havia no posto, o jeito era comprar na farmácia. Amara só tinha jeito de coçar a cabeça, angustiada, porque dinheiro não havia. Quando o marido voltasse, talvez. Mas Zé Zaquié não podia esperar, o médico comprou o remédio. Gesto praticamente inútil, pois ele sabia que, mesmo internado e recebendo toda a assistência necessária, o menino tinha muito poucas possibilidades de sobreviver.

Quando Amaro chegou da mata, começou a estudar as possibilidades de levar Zé Zaquié para o Recife. Difícil. Mesmo para ele, caboclo disposto. Salvar o menino seria mais uma luta, como as que ele vem enfrentando desde que desistiu de limpar e cortar cana e resolveu plantar roça. Plantou três vezes, em terra arrendada, mas, toda vez que ia colher, os donos da terra arranjavam um pretexto para expulsá-lo. Foi à Justiça, não conseguiu justiça, mas não parou de lutar: quando não está derrubando mata para vender madeira, está cuidando de uma nova roça, a quarta de sua vida. Dessa vez espera chegar à colheita. Como espera poder arranjar um jeito de levar Zé Zaquié para um hospital do Recife. Mas Amaro considera:

— Só se Deus reservou ele para morrer dessa doença.

Os olhos parados de Zaquié, o sopro curto de sua respiração, a tosse guardada no fundo do peito, sem força para sair — tudo nele

dizia que era difícil fugir ao destino de morrer antes que o pai encontrasse um jeito de levá-lo ao Recife.

Maria José teve nove filhos numa casa de barro, coberta de palha de cana. Três de suas crianças morreram porque o pai, que trabalha num engenho limpando cana, não encontrou jeito de levá-las para o hospital do Recife. Maria tem 29 anos, mas parece ser a avó de seus seis filhos vivos, que, por sua vez, parecem muito mais novos do que são. O mais velho, de 14 anos, parece ter 8. O penúltimo, de 2 anos, ainda não anda; é um menino de barriga muito grande, passa o dia pedindo leite, que raramente consegue. É o José Marcos, cuja ficha no posto de saúde indica um estado agudo de verminose. Se ele não for tratado, como não são os muitos outros meninos que a verminose ataca em Amaraji, vai morrer. A mãe tem quase certeza disso, porque um de seus três filhos morreu da mesma doença.

— Morreu botando as bichas pela boca.

Preocupação maior tem com a menorzinha, menina de 9 meses. O leite em pó que entra em casa é minguado, contado em pequenas doses só para “essa menina, senão ela não tira um ano”. Como aconteceu com o Marcos José, um que morreu com 6 meses.

— Ele num tinha mais nem carne em cima dele, parecia um velhinho. Parecia que ele tinha saído da cova, de tão magrinho que tava.

Foi um caso de diarreia. O menino não teve jeito de se acostumar com papa de farinha de mandioca sem leite.

Mas há os que resistem, como Elisabete, filha menor de Maria Ana de Brito. Já está com 1 ano e 9 meses e come feijão com farinha, quando há dessa comida em casa. Muitos dias de sua vida foram vencidos com garapa de água e açúcar. Açúcar que os vizinhos, quando tinham, davam em colheres, pois em Amaraji, que produz tanta cana, açúcar é muito mais caro do que no Recife.

Maria Ana de Brito teve treze filhos, cinco morreram. O marido foi embora quando a menorzinha, que conseguiu escapar tomando garapa, começava a engatinhar. Para não deixar que os oito filhos morram de fome, Maria tem feito o impossível. Mas há dias em que impossível não há. É quando vem o desespero:

— Ando dum canto pra outro, caço serviço, peço o de comer pelas casas, uns num têm, outros num têm obrigação de dá. Caço a terra debaixo dos pés, num encontro. Aí eu imagino matá eles tudinho antes que a fome mate.

Maria Ana se lembra de Deus nessas horas. Deus — ela considera — já levou cinco, deixa os oito viver como ele for servido.

Mais anjos no céu e mais conformada ainda é Severina. Severina da Conceição, mulher gasta, amarela, que teve dezoito filhos, e Deus chamou sete. Todos anjinhos, menos uma menina que morreu aos 10 anos, com uma “dor de banda”. Só esta foi ao médico, na hora de morrer. Os outros, garante Severina, morreram porque tinham de morrer.

— Doença de menino.

O marido de Severina, Alcides Luís, corta cana desde que se entende por gente. Na safra consegue ganhar até 25 contos por semana, mas no “inverno”, quando trabalho é só limpar, a semana que dá mais dá 10 contos. Sorte que os dois meninos maiores, o Zé Amaro e o Ciço, já dão uma demão. Além disso, seu Raul, o dono do Engenho Animoso, onde ele é morador, deixa plantar uma roça de mandioca, uns pés de banana. Seu Raul é um homem muito bom. Porque a maioria não deixa plantar nada, a não ser cana.

Severina, mulher acostumada a ver filhos morrerem, estava com uma menina de 15 dias nos braços. A menina morrer, virar anjo como os outros, era uma coisa que Severina encarava como normal. Porque, para ela, a sorte das crianças se explica:

— Menino adoce e morre.

Tentativa de salvá-los, sempre se faz. Severina e muitas outras mães de Amaraji costumam levar os filhos doentes para seu Zé de Sena benzer. Zé de Sena, velho rezador, que mora no caminho do Engenho Animoso, conhece oração forte para tudo que é doença. Nos filhos de Severina e em muitos outros, as rezas falharam, mas isso tem explicação:

— Eles tinha que morrê.

Zé de Sena vive sentado o dia inteiro, olhando para o tempo pelo buraco que serve de única porta em seu rancho de palha. Vive

sempre sentado porque não pode levantar. A perna esquerda não deixa, tem uma ferida enorme a lhe comer as carnes, do pé ao joelho. Aonde a ferida não chegou, a carne murchou, “secou até em riba, nos quartos”. Zé de Sena reclama da ferida, mas o pior mesmo é um “indigesto medonho” que tem, uma dor nas tripas, acompanhada de febre alta.

Com todos esses padecimentos, não pode rezar nenhuma reza forte em causa própria. É um mistério que ele mesmo não sabe como explicar. Mas a sua imagem — a de um trapo humano — consegue despertar a fé em outras criaturas. Ele reza para gente, para bicho, para planta. Dos viventes, os que aparecem mais em seu rancho são os meninos, que apanham muitas doenças: mau-olhado, ventre caído, moléstia do tempo. E há uma, a de cura quase impossível, tão feia que Zé de Sena, quando reza para menino que está com ela, omite o nome. É para não dar mais força à condenada. Informando, ele baixa a voz e diz o nome da doença:

— É a *mulesta soturna*!

Essa moléstia, pelo jeito com que o rezador explica, é uma síntese de todas as outras que atacam as crianças. Zé de Sena diz que ela tem muitas “qualidades”, dá de todo jeito: de tremer, de bater, de espumar, de ficar quieto e parado sem bulir nem os olhos. Difícil o cristãozinho que pega a maldita escapar. Mesmo com a reza forte de Zé de Sena, reza inspirada nos astros, que tem toda a força das “águas mareantes”, águas fortes, do centro do mar e da lua, com a “estrela mareante”.

O que dá uma doença tão brava assim, não se sabe. Pode ser que seja a fome? Zé de Sena não sabe direito:

— Menino veve com muita fraqueza. É só tomá um susto, pega a mulesta.

A *mulesta soturna* e os mistérios de Zé de Sena preocupam muito os poucos médicos que trabalham na Zona da Mata. O Dr. Malaquias Batista, que corre pelas estradas que cortam os canaviais, desconhece essa doença misteriosa, mas sabe de uma que ajuda todas as outras. Ele atende nos dois Centros de Reabilitação Nutricional mantidos pelo Instituto de Nutrição nas cidades de Ribeirão e Água Preta e nos de Gameleira (da Secretaria

de Saúde) e Primavera (mantido por uma associação protestante). Nesses centros (há projeto para mais sete), o remédio que as crianças tomam é simples: comida. Há quem critique esse tipo de serviço não só pela pequena quantidade de crianças que pode atender, como pela possibilidade de todo o esforço ser perdido a partir do momento em que o doente volta para casa, onde não há mais o que comer. O Dr. Batista diz:

— Como a situação é de emergência, com esse trabalho nós ganhamos tempo contra a morte. Na fase de recuperação, criamos nutricionais na criança e assim temos oportunidade de reduzir uma parte da mortalidade em que o componente básico é a desnutrição.

No posto que funciona em Primavera, cidadezinha a cerca de 15 quilômetros de Amaraji, tem-se um retrato perfeito do que se pode chamar de *doença da fome*. São 26 crianças, todas desnutridas de segundo e terceiro graus. E terceiro grau pode matar, mesmo que não haja outra doença para ajudar. No centro de recuperação, muitas crianças entre 1 e 2 anos não falam nem andam. Arrastam-se, como pequenos animais silenciosos. Na hora da comida, arrastam-se mais depressa. A comida boa que não podem comer em casa é uma mágica força de atração, apesar de ser feita com os componentes comuns da região. O cardápio do almoço pode ser, por exemplo, feijão, arroz, abóbora, picadinho de charque e ovo.

O Dr. Fernando Figueira, do Instituto de Medicina Infantil, acha que, na luta contra a fome, que mata tantas crianças no Brasil, muito mais tem de ser feito, é necessária uma luta em termos de mobilização nacional.

— De nada valem medidas tímidas ou de temporização. É preciso que se interprete a situação como se estivesse em risco a própria soberania nacional. Que se unam todas as forças e que se façam todos os esforços na luta contra esta vergonha: a criança faminta.

Comadre Nenzinha, uma das seis parteiras curiosas de Amaraji, que cuidou das gêmeas Marilene e Marileide, já fez nascerem mais de quinhentas crianças e garante que nenhuma morreu durante o parto. Mas, que se criem todas, ela sabe que é impossível. Já pegou

criança de todo jeito, de todas as posições — “travessado, de inviés, sentado”.

Para chegar a ser parteira de gente, Nenzinha treinou primeiro com os bichos. Fazia muitos benefícios aos animais em horas difíceis. Partos de vacas, de cabras, de porcos. Uma vez chegou a tirar três cabritinhos que estavam atravessados. E os bichinhos se criaram, cresceram gordos, comendo capim.

Com gente é diferente. Menino nasce direitinho, só que muitos não se criam, como os bichos. A razão, comadre Nenzinha não sabe direito:

— Sei não. Só sei que eles adocece e morre.

Povo caranguejo

Maio de 2012

EU TINHA DUAS MANEIRAS de fazer a reportagem sobre a caça aos caranguejos.

A primeira me exigia apenas conversar com os caçadores, perguntando-lhes sobre a dureza que era aquela vida, como faziam para apanhar os bichos no mangue, o esforço que o trabalho exigia, quantos conseguiam caçar por dia, quanto chegavam a apurar com a venda, se o ganho era suficiente para viver etc. Depois era dar uma olhada, mesmo a distância, no trabalho que eles faziam.

Na hora de escrever, era só ajeitar alguns adjetivos para contar a aventura diária dos homens no mangue, acentuando as dificuldades de suas vidas miseráveis. Quanto aos caranguejos, seriam apenas produtos da caça, algumas vezes chamados de “crustáceos”, um jeito de não ficar repetindo a palavra caranguejo.

A segunda exigia apenas a disposição de enfiar o pé na lama. Foi o que fiz. Depois, no conforto da redação, o problema seria outro: como contar aquela história, como compor o texto. Para mim, não bastaria seguir a regrinha do *que, quem, quando, como, onde e por quê*.

Enfiar o pé na lama, no caso, é só uma maneira de dizer, pois muitas vezes, dependendo do terreno em que se pisa, a lama engole quase o corpo inteiro.

Conheci o mangue por dentro, seguindo os passos de velhos e experientes caçadores de caranguejo. Comigo ou explorando outras partes do pântano, a fotógrafa Maureen Bisilliat. Ela só temia uma coisa: que a lama atingisse as lentes de sua máquina, seu segundo olhar.

Maureen, irlandesa mais do que aclimatada aos nossos trópicos, agitava-se numa farta colheita de imagens que ilustrariam a reportagem que foi parar na capa da *Realidade*. Imagens fortes em

luz e sombra que depois comporiam um de seus livros, entremeando versos de João Cabral de Melo Neto.

Acostumada a andar de sandálias de dedo, no dia a dia da redação ou mesmo em locais dados a formalidades, Maureen só teve um problema: proteger os pés para evitar ser espetada pelas raízes das árvores do mangue. A que exige mais cuidado é a do mangue chamado sapateiro, cujas raízes se afundam na lama, formando labirintos, as *grades*, como dizem os caçadores de caranguejo.

Maureen se arranjou com seus sapatos baixos bem presos aos pés por embiras fornecidas pelos caçadores. Quanto a mim, decidi pelos "sapatos" que eles usam no dia a dia do mangue: pedaços de sola grossa atados aos tornozelos, formando uma couraça.

Fiz três "viagens" ao mangue durante a semana em que acompanhei a vida na aldeia de Livramento, que fica, pode-se dizer, no fim da terra firme, às margens de um braço do rio Sanhauá, que por ali se mistura às águas do mar e na maré alta invade as terras moles do mangue onde fervilham os caranguejos. Não havia condições de hospedagem na aldeia, íamos todos os dias de João Pessoa a Livramento, a cerca de 30 quilômetros, no município de Santa Rita.

Os caranguejos garantem a vida dos habitantes de Livramento. Ali, no chão firme, pude complementar as lições que recebi durante as caminhadas no mangue.

Caminhar não é a palavra apropriada para quem pisa o chão incerto do mangue. A rapidez com que um pé se afunda na lama se transforma num grande esforço para se dar o passo seguinte.

Ao seguir os homens em sua caçada, várias vezes me perguntei se a reportagem que fazia exigia mesmo aquele esforço. E como iria contar a história daquela caçada? Via o caçador pisar forte na entrada dos buracos em que os caranguejos se refugiavam, fechando-lhes a saída, e pensava: "É só isso?"

Mas o esforço que isso exigia era muito grande. E os caranguejos que ficavam aprisionados teriam meios de escapar? Naquela luta desigual, eles eram vencidos pelo cansaço, na busca desesperada pela volta à superfície da lama.

Comecei a “construir” o texto ao imaginar o drama dos bichos sob a lama. Pensava em como eles reagiam à prisão. Mas esse pensar era incerto como o chão coberto de lama do mangue. Surgiu, então, a ideia, que só se completaria na redação: montar um “diálogo” entre caça e caçador.

Quando dei o trabalho por concluído, era um domingo de manhã, quase meio-dia. Estava reunido com alguns moradores de Livramento, no portinho das canoas. Maureen, que acompanhara um grupo de mulheres numa caçada “extra” num mangue próximo, ainda não tinha voltado. Resolvi aguardá-la ali, enquanto ouvia elogios que o pessoal lhe fazia. Mulher corajosa, até parecia uma daquelas de Livramento.

Uma canoa apareceu na curva do rio, foi-se aproximando devagar. Vinha cheia de gente, as mulheres vestindo roupas de domingo, coloridas. Na proa da embarcação, empertigado em um terno preto, de gravata e tudo, um homem carregava um livro debaixo do braço. Lamentei que Maureen não estivesse ali para registrar a cena, que parecia arrancada de um filme de Buñuel.

Era um pastor que vinha de João Pessoa para um culto dos evangélicos locais. Logo que desceu, fui-lhe apresentado:

— É o homem da revista.

O pastor me cumprimentou, entusiasmado:

— Então é o senhor que faz reportagem. Parabéns. Acabei de ver a sua esposa ali na beira do mangue. Mulher disposta, nunca vi nenhuma da cidade assim.

E reforçando os elogios:

— Aquilo é que é mulher. Parece um homem!

A parte mais difícil do trabalho só fui enfrentar quando voltei à redação. Veio forte a preocupação com o texto, coisa antiga que me acompanhava desde os tempos de foca. Uma história como aquela, contada de acordo com os padrões, poderia cair no lugar-comum, mesmo sem deixar de ser uma boa reportagem. Dizer que naquele lugar escondido do litoral paraibano tantas pessoas dependiam dos caranguejos para sobreviver, falar da vida dura que levavam, do

pouco dinheiro que ganhavam — tudo isso comporia uma matéria bem arrumada e rica de informações.

Decidi pelo texto que aí está, contando a luta entre o caçador e a caça. Atrevi-me a dar “voz” aos caranguejos.

A matéria causou discussão. Alguns disseram que parecia um conto, peça de teatro; outros, que a forma de contar subvertia as normas do texto jornalístico. Isso era o óbvio.

A discussão terminou quando perguntei se no texto faltava a informação, essência do jornalismo. Não faltava.

Apesar de tudo, a reportagem foi parar na capa da revista. Mas, antes, uma nova discussão: a foto escolhida, a de uma jovem coberta de lama, parecendo uma estátua do mangue, foi considerada “muito forte”, revelava as formas do corpo, podia provocar a censura, que era feita a distância, mas não deixava de causar temores na direção da empresa. Além de tudo, era uma imagem reveladora da miséria daquele povo. O título arranjado para a chamada na capa parecia justificar a imagem da pobreza: “Vida corajosa”.

Ainda hoje, quando vejo a capa, não deixo de considerar aquele título postiço — a única informação não verdadeira da reportagem.

• • •

Povo caranguejo

Realidade

Março de 1970

OS HOMENS ESTÃO VOLTANDO AO PÂNTANO. Vai recomeçar o drama de cada dia nas entranhas negras da lama onde vivem os caranguejos. O grande silêncio que boiava sobre o mundo pegajoso do mangue começa a se desfazer à medida que os homens avançam: no princípio, galhos secos estalando sob os pés encourados contra a terra ainda firme; aos poucos, o ruído macio da lama sendo pisada e engolindo pés, depois pernas, coxas, barrigas. Os homens estão chegando ao centro do pântano. Os caranguejos, assustados, refugiam-se nos buracos. Na superfície escura fica apenas o rastro de suas patas — as marcas do lento passeio em busca de comida, de mistura com as marcas da fuga precipitada. A vida dos caranguejos palpita em sobressalto sob os pés dos homens. A luta está para começar.

Homem

Compadre Ota, Zé Preto, Luciano e Sabino reúnem-se no alpendre da venda de dona Nevinha, sobre o pequeno Porto do Livramento. A aldeia ainda está mal amanhecida, dormindo em seus ranchos debaixo das jaqueiras e das mangueiras. As luzes de João Pessoa ainda brilham a distância, sumidas e trêmulas, acima da massa escura dos mangues. Eles são os primeiros homens a chegar e começam a preparar as canoas — *Nazaré* e *Correio da Ilha* — para a viagem em busca dos caranguejos.

Quando o sol brilha, ilumina primeiro o rosto do velho Sabino, 70 anos de vida, 70 de luta na lama. Sabino está desamarrando a canoa *Nazaré*, que dormiu presa a uma estaca. A luz do sol, quase horizontal, desenha o perfil de cobre do velho caçador de caranguejo, patriarca dos pântanos, homem respeitado pela força de seu trabalho, um dos principais meios de vida do povo de Livramento. Menino ainda, brinquedo de Sabino era pegar

caranguejo com *ratoeira* improvisada, feita de lata de óleo vazia. Agora, esse brinquedo é de seus netos e dos outros meninos de Livramento. Ele vai ao mais fundo do mangue, às moradas mais escondidas dos caranguejos. Se soubesse fazer contas, veria o resultado de seus 60 anos de trabalho: mais de um milhão e meio de caranguejos arrancados da lama.

Pelo braço estreito do rio que chega à aldeia, saem as duas canoas. Sabino conduz *Nazaré*, sua canoa, ajudado por Zé Preto; na outra vão compadre Ota e Luciano. O rumo é a Ilha do Tiriri, formada por dois braços maiores do rio Sanhauá, onde fica o mangue do Bueiro, um dos mais fartos. Nos fundos das canoas, os poucos apetrechos necessários à *pesca*: cesto com embiras para amarrar os caranguejos, cabaça com água, cuia e o *boi de fogo*, fumaçando. O boi de fogo é uma lata de tamanho médio em que são acesas pequenas achas de lenha, para espantar mosquito e acender cachimbo. Navegando, os quatro homens fumam os seus cachimbos, com gosto.

A conversa, de uma canoa para a outra, é sobre assuntos restritos, da vida circunscrita à geografia do mangue: a maré, que está baixa, felizmente (em tempo de maré, diz compadre Ota, ninguém aguenta os mosquitos; tem um, mosquito-do-mangue, menorzinho de todos, que “morde que nem peste”), a próxima *andada* dos caranguejos quando chegar a lua nova, o vento, a chuva, a lama. A comida: não há comida na canoa, que o trabalho no mangue é duro, não deixa Teo. Na volta, há uma panela com água no fogo, esperando os caranguejos, ao lado de outra panela cozinhando o feijão. Compadre Ota brinca com Sabino:

— Tem carne hoje, Sabino?

— Home, deixe de pilhéria. Já viu pobre comê carne?

Luciano comenta que anda enjoado de caranguejo, “a gente, que lida com ele a vida inteira, tem dia que não quer nem sentir o cheiro, abusado demais”. Mas não tem jeito, não. Feijão puro com farinha também enjoa, caranguejo volta para o prato, com pirão. Sabino exagera: pobre que vive de caranguejo tem lá seus dias de carne, charquezinho comprado aos gramas, ou mesmo carne fresca de boi, comprada com dinheiro que caranguejo dá, em dias mais

felizes, na feira de João Pessoa. Sabino mesmo conseguiu vender vinte cordas (cada corda tem doze caranguejos) na feira de sábado, a 70 centavos (700 cruzeiros velhos) cada uma. Apurou 14 contos e voltou para casa com 1 quilo de carne. É bem verdade que, naquele dia, trouxe menos farinha e menos feijão. E até deixou de comprar uma camisa de que anda muito precisado.

— Taí, comeu carne, mas a camisa tá que é remendo só — compadre Ota faz troça com Sabino.

Zé Preto, que anda meio amarelo, entra na brincadeira:

— Apois, eu só comi carne nas festas; agora só vou comê outra vez em São João.

Assim eles passam o tempo a caminho do mangue: brincando com a própria miséria. Compadre Ota, uma espécie de líder, é o mais falador. Sabino tem um agudo senso de humor, aprecia as brincadeiras dos companheiros, dá deixas para ser gozado e ri um sorriso bom que lhe ilumina a cara trigueira e angulosa. É preciso brincar, dizer asneiras, que logo todos eles estarão chafurdando na lama, em luta de morte contra os caranguejos. Às vezes há silêncio de conversa, só se ouve o barulho dos remos ferindo a água. As canoas vão, chegando ao portinho de Tiriri, enquanto o sol vai subindo cada vez mais e fazendo brilhar as folhas verde-amareladas dos mangues.

Caranguejo

Onde termina o mato comum, o capim rasteiro de terra arenosa, começa o mato mangue. Por aí, na fronteira entre a terra firme e o pântano, vivem caranguejos mais raros, os guaiamus, que exigem muita paciência de quem os quer apanhar: homem se planta ao lado do buraco, com um longo talo de capim florado; o lado da flor penetra até as profundezas, o bicho tenta alcançar, o homem puxa um bocadinho, depois mais outro, o jogo se repetindo até o caranguejo sair, e a mão do homem, rápida, cair sobre a carapaça azul. Caranguejo de rico sabor que alcança preço mais alto no mercado.

Começa o pântano, ainda raso, sustentando árvores menores de mangue, das variedades canoé e manso. A lama cobre, com uma

camada fina que mal dá para engolir um pé, os restos de terra firme. Depois, é a fusão de terra e água, solo incerto, mal consolidado, que os mangues construíram através dos tempos. Não é terra nem é água esse mundo viscoso. Caranguejos menores e mais escassos vivem pelas bordas. Mais para dentro, onde as árvores do mangue são mais viçosas, agarradas em mil raízes na terra frouxa, vivem os caranguejos mais comuns, os uçás.

Na solidão e no silêncio sombrios do lamaçal, caranguejo é rei. Riscam a face lisa e negra da lama com suas patas cabeludas, as molas atentas, agressivas, movendo-se como alicates, à espera das folhas de mangue, que caem de maduras ou derrubadas, pelo vento. As molas — patas maiores — recolhem rapidamente as folhas, que são o alimento principal dos caranguejos desses pântanos distantes de cidade (quando encontram, eles comem de tudo — dejetos humanos, frutas, bichos mortos). O charco fervilha — o lento fervilhar dos caranguejos. Um ouvido bem apurado perceberá o chiado que eles produzem, espumando pela boca, uma espuma amarelada, dizem que de fome, quando o tempo é seco e não há chuva para derrubar as folhas. O mundo é lama, raiz, água, buraco, agitar de patas — tudo o que o caranguejo vê com seus olhos compridos que saltam para fora ou se recolhem aos escondidos do corpo.

De repente, o fervilhar aumenta. Há uma enorme agitação, um rápido correr de lado, para todos os lados. Os homens estão chegando, a pisar forte e profundamente a lama. Fuga. Fundo de buraco. Medo.

Homem

Na entrada do mangue, os homens renovam a lenha dos bois de fogo, que levam presos aos dedos por um gancho de arame. Vestem calções amarrados à cintura por uma embira grossa de carrapicho, fibra forte, da qual pendem embiras mais finas, próprias para encangar caranguejo. Cada qual leva a sua faca, peixeira larga. Um samburá, comum, guarda o fumo e, se for dia de dinheiro mais folgado, uma garrafa de cachaça. Os pés, envolvidos em pedaços de sola fortemente atados aos tornozelos, vão afundando

cada vez mais na lama. É a única proteção que têm em sua briga pela vida. Muitos não usam esses sapatões improvisados, mas geralmente terminam estrepados nas raízes do mangue manso ou do canoé, que brotam da lama como espetos afiados. Mesmo com sapatos, resta o perigo de cortar as pernas, os braços ou o lombo nas cascas de ostras, que se grudam nas raízes submersas do mangue-sapateiro.

O mangue-sapateiro é o que mais cresce, ocupando a parte central dos pântanos.

É também o mais forte. As raízes, em forma de garras, vão do tronco ao meio do caule: nascem lá em cima e crescem para baixo, curvas, até que mergulham na lama e se subdividem em outras raízes, num incrível emaranhado. São as *grades*, labirintos entre os quais o trabalho é duro, mas o caranguejo dá em maior quantidade e tamanho. Quando o pé de sapateiro cresce isolado, parece, com suas raízes, um caranguejo monstruoso que virou árvore. A diferença é o tronco esguio, que sobe até 8 ou 10 metros de altura.

Os homens já estão com a lama até a cintura quando chegam ao labirinto formado pelos sapateiros. Caranguejo à vista, nenhum. Todos estão escondidos no fundo dos buracos. Passeando, quase indiferentes, apenas os aratus, espécie pequena, avermelhada, raramente caçada pelos homens. Luciano observa:

— É a ciência dos bichos. Eles sabe que não são perseguidos, não carece se escondê como os outros.

Cada homem escolhe um rumo para iniciar a caça. Vão em leque, na primeira etapa do trabalho, que é a *tapagem*: escolhido o buraco — os maiores, que guardam caranguejos mais avantajados —, geralmente no meio de uma poça de água, enfiam o braço direito para saber a direção; depois pisam fortemente a lama, sapateiam de modo a obstruir o caminho dos bichos. E seguem em frente, repetindo a operação, arrastando-se por baixo ou pulando as raízes do mangue. Em pouco tempo, os homens são estátuas de lama, parece que fazem parte do meio escuro e pegajoso. Ainda próximos uns dos outros, conversam, brincam. Sem fazer conta, cada qual sabe dizer quantos caranguejos já conseguiu aprisionar. Ota, em tom de orgulho, grita de seu lado:

— Já tapei duas cordas!

Duas cordas, 24 caranguejos, bom resultado para menos de uma hora de trabalho. Sabino vai mais devagar, jogando o seu velho corpo com certa dificuldade pelo meio das grades do sapateiro. Tapou uma corda, se muito, mas vai alegre, filosofando: não sabe como, mas esses bichos cheios de pernas pensam do jeito da gente. Senão, como é que eles sentem que estão sendo caçados? Uma ciência. Como a do homem, que, sem fazer conta de cabeça, sabe quantos caranguejos presos têm no fundo das tocas. Sabino e os outros vão sapateando sobre os buracos e pensando nesses mistérios da vida. Já não se falam, estão cada vez mais distantes uns dos outros. Só voltarão a comunicar-se daqui a umas duas horas, tempo suficiente para iniciar o recolhimento dos caranguejos que terão conseguido retornar à superfície. A comunicação será por sinal, um toque de reunir.

— Hi, hi, hi.

O último *hi*, prolongado, é a resposta de todos. Começa o caminho de volta ao ponto de partida, de onde se seguirá o mesmo roteiro, no trabalho de *furagem*, ou de retirada dos caranguejos. No reencontro, um ligeiro descanso, para um gole de água, uma cachaça.

— Quantas cordas?

— Quatro e um bocadinho.

Compadre Ota, o mais rápido, conseguiu aprisionar 48 caranguejos, que a esta altura estão em sua luta desesperada pela liberdade.

Caranguejo

Os pés dos homens pisaram sem dó nem piedade, comprimindo a lama. No fundo dos buracos, os bichos acossados, perdidos no escuro total. O inimigo retirou-se, não há mais a pressão forte sobre as carapaças, o barulho surdo está mais longe, mas não há saída. É preciso sair, não há mais ruído por perto, mas o perigo continua na prisão de lama. A liberdade terminou quando o buraco pacientemente cavado se desfez sob aqueles pés poderosos. Agora,

só resta refazer o buraco, de baixo para cima, caminho de uma liberdade quase impossível, mas sempre perseguida.

Caranguejo cavando, a princípio com muita pressa, depois mais devagar, numa luta de vida ou morte contra a lama, cada vez mais pesada. As patas se agitam, esforçam-se na abertura do caminho. Poucos chegam ao fim, à superfície por onde corre o ar, livre, e sobre a qual estão penduradas, verdes e apetitosas, as folhas do mangue. A borda do buraco, feito com tanto carinho, já não existe: em volta é tudo uma ruína só, lama revirada. Se cair uma folha no meio daquele pequeno mundo alterado, caranguejo nem pega. Está exausto, meio bêbado, abandonado sobre as patas. Estes, pelo menos, conseguiram chegar. Outros ficaram a meio do caminho, muitas vezes com uma ou mais patas quebradas pelo esforço. Daqui a pouco o inimigo voltará, pisando forte. Caranguejo se encolhe, volta a procurar a proteção da lama, mas desta vez sem a agilidade necessária. Faz duas horas que está lutando para se libertar.

Lá vem a mão do homem sobre o bicho, rápida e forte. É a prisão, princípio da morte.

Homem

O trabalho de *furar* não demora tanto quanto a tapagem, o caminho já está bem marcado, os caranguejos à mercê do homem. Alguns são apanhados na boca do buraco, ainda tentando resistir, apesar do esforço que fizeram para subir. Armam suas patas de alicate, em guarda, mas o bote do homem é certo, e num instante a embira cinge de carapaças. O homem começa a fazer a primeira corda de caranguejos. Furar, enfiar o braço na lama à procura dos que não conseguiram chegar à superfície, é trabalho mais demorado e, muitas vezes, doloroso: os dedos dos homens encontram as unhas afiadas dos caranguejos, ferem-se e sangram. O sangue nem chega a ser visto, perde-se no escuro da lama. Mas o caranguejo vem, e aumenta a corda.

Sabino arranca um caranguejo pequeno, balança a cabeça e deposita a massa escura no chão, dando-lhe a liberdade.

— Vá simhora, bichinho, vá.

O caranguejo move-se lentamente, de banda. Para logo adiante, punhado de lama exausta. Os homens vão adiante, furando, arrancando outros caranguejos. Lá vem uma fêmea ovada agitando as patas na mão de Luciano. Ele grita para Ota:

— Uma buchuda, cumpadre Ota. Tá querendo?

— Quero não, solte a bichinha.

A bichinha fica de lado, livre da corda, porque vai ser mãe, produzir muitos caranguejinhos que crescerão e um dia serão agarrados pelas mãos dos homens.

A furagem continua. Cada vez que uma corda fica completa, os doze caranguejos são pendurados num galho de mangue, e os homens vão adiante, até o último buraco que haviam tapado.

— Hi, hi, hi...

Cada qual volta pelo mesmo caminho, recolhendo as cordas. O trabalho do dia está chegando ao fim. Lá vem compadre Ota, curvado sob um pedaço de madeira de cujas extremidades pendem as cordas de caranguejo. Há equilíbrio, de cada lado vêm seis cordas. Vai chegando e gritando para os companheiros, satisfeito com o resultado do trabalho.

— Doze corda, camarada!

Luciano e Zé Preto conseguiram dez, cada um. Sabino ainda não chegou, ainda está perdido no meio das grades do mangue-sapateiro, subindo pelas raízes, afundando na lama. Uma pedreira em João Pessoa explode dinamites, são 4 horas da tarde. Cadê Sabino? Sabino está ficando velho, mesmo.

— Hi, hi, hi.

— Hiiiiiiiiii.

Já vem chegando. Sabino demorou, mas não ficou para trás: é todo suor e lama sob o peso de dez cordas de caranguejo.

Caranguejo

As cordas pendentes das varas de mangue, sobre os ombros dos homens. Lá se vão os caranguejos agitando as patas no ar, em gestos inúteis, tentativas de fugas impossíveis.

Os homens carregam lama viva, pelas veredas. E, no porto, as cordas são cuidadosamente lavadas, e os caranguejos se revelam

em todas as suas formas e cores e agora brilham ao sol, no fundo das canoas. As carapaças azuladas, as patas cabeludas e de tons que vão do vermelho ao violeta. A agitação é maior ainda: falta a lama, o elemento familiar, e o sol brilha forte, quente. Não adianta forçar a madeira do fundo da canoa com as unhas afiadas. Jamais conseguirão furar um buraco, socar-se, sumir daquela luz forte e incômoda. Os olhos saem do corpo, espetados na rápida espreita, e logo se recolhem, se protegem. Fome. Espuma. Chiado.

Da ponta de uma corda, um caranguejo se destaca dos outros, graças ao nó frouxo que lhe envolve a carapaça, agita-se mais depressa, arma as duas grandes molas, tenta alcançar a borda da canoa, mas a corda ainda o prende. Volta, fecha a mola com força na embira, que se parte, tenta subir de novo, alvoroçado. Difícil subir pela madeira lisa e dura, mas a luta pela liberdade não cessa. Até que a mão pesada do homem cai sobre ele, e um novo nó, mais apertado do que o primeiro, sujeita-o à corda.

No fim da viagem, novamente suspensos, depois jogados ao chão de areia do porto. Há muito ruído por perto, chegam muitos homens do rio, com muitas outras cordas de caranguejos. Chega a noite, o escuro, outra vez o fundo das canoas. Os caranguejos vão para a feira.

Homem

Na venda de dona Nevinha, os homens que voltaram do mangue conversam. Compadre Ota, Sabino, Luciano e Zé Preto descansam num gole de cachaça e combinam a saída para João Pessoa. Vão sair às 2 da madrugada, aproveitando a maré grande. A vida deles e dos outros pescadores de caranguejo de Livramento é assim: segunda e terça-feira passam enfiados na lama, juntando caranguejo, que levarão para o mercado de João Pessoa na quarta-feira; quinta e sexta-feira são dias de apanhar caranguejos novamente para serem vendidos no sábado.

A viagem a João Pessoa leva duas ou três horas, conforme a maré, na força do remo. Lá, na capital do Estado, eles viram feirantes: amontoam os caranguejos e esperam os fregueses, outros pobres como eles. Conforme o movimento e a quantidade de

caranguejos à venda é que se estabelece o preço. Uma corda de caranguejo pode valer de NCF\$ 0,60 a NCF\$ 1,00. Ou chegar a não valer nada, quando a feira termina. É a vez dos pobres mais pobres, que avançam nos montes, levam o quanto podem. Dono de caranguejo nem se incomoda, não vai ter o trabalho de levar os bichos de volta. Muitas vezes, com medo de prejuízo, eles vendem o caranguejo por atacado, logo que encostam a canoa no porto da cidade. Vendem aos *contratantes*, que pagam menos, mas o dinheiro é sempre garantido, não há perigo de encalhe nem obrigação de pagar o *imposto de chão* (50 centavos) na feira. O produto de dois dias de trabalho — de vinte a trinta cordas — vale de 10 a 20 cruzeiros novos, conforme a cotação do mercado. Quem não tem canoa desconta do apurado NCF\$ 1,60, por conta dos dois dias de pesca e da passagem até João Pessoa.

Da venda de Nevinha dá para ver os que voltam do mangue. No fim da tarde, a maré está vazando, o braço de rio está quase seco. Chegam Severino e mais dois companheiros que foram pescar no mangue do Buraco Fundo. E mais outros, de outros mangues: Jabaquara, Mata-Cação, Duas Bocas, Tabatinga, Escondido. A venda de Nevinha é o ponto de encontro, de bate-papo, das histórias quase sempre iguais. Severino está feliz, de canoa nova, a primeira canoa de sua vida, toda pintadinha de branco e cor de abóbora. Nome dela é *Moça*, escrito na proa com capricho.

— Lá vem Severino, de cabeça inchada com a *Moça* — os homens brincam.

Junto ao balcão, Severino diz que está de cabeça inchada, mas é para poder pagar a canoa. Amanhece o dia no mangue e só volta com o escurecer, isso não é vida de homem. Por isso, vai fazer tudo para arranjar uma arte para o filho maior, o Roberto. “Nem que seja de ajudante de caminhão”, tudo menos esta vida matadeira, este viver chafurdando na lama. Sabino concorda, é dura a vida de apanhador de caranguejo. Mas e se não tivesse caranguejo no mangue, oferecido, para matar a fome da gente? Não estão vendo que esses bichos são mandados de Deus? Nem precisa força de homem para se arrumar um de comer: até menino pega os bichos, de ratoeira ou a braço, nos mangues mansos aqui de perto. Quem

não quiser acreditar que não credite, mas caranguejo nasce de uma mina invisível, de debaixo das águas ou de debaixo da lama. Sabino explica melhor:

— A gente tira ele todo dia, e nunca se acaba. Vai hoje, tira, vai amanhã, nem parece que tirou. Não tem home no mundo pra acabá com caranguejo. Só Deus.

Todos concordam, todos sabem que o povo de Livramento depende em grande parte daqueles bichos que brotam de uma mina milagrosa. Mas que o trabalho com eles é duro e brabo, isso é. Não foi um nem foram dois homens inutilizados. Se encontrasse um serviço que desse para ganhar o pão, Ota deixaria essa vida. Quando uns moços de João Pessoa foram a Livramento fazer um filme (*Homens do caranguejo*, de Ipojuca Pontes), ele apareceu como herói da história. Já há muita gente em Livramento que o chama de Herói, e ele nem gosta, nem desgosta do apelido.

— Na vida de caranguejo só foi o que eu ganhei: esse nome de Herói.

Caranguejo

No fundo da canoa Moça e de outras canoas, na areia do porto ou nos cantos das casas dos pescadores, os caranguejos encangados nas cordas, amontoados e nervosos. No mangue, um fervilhar incessante. Quem for àquela hora à beira da água e iluminar com um candeeiro verá. Sabino sabe o que está para acontecer: vai chegar a lua nova de janeiro, os caranguejos começam a se agitar para a primeira andada do ano.

Por enquanto, eles apenas pressentem o grande acontecimento que é a época da reprodução, do amor. Em três luas novas — de janeiro a março —, há um grande alvoroço nos pântanos. Os caranguejos abandonam suas tocas em massa, saem que nem doidos por toda parte, em correrias e atropelos, e brigas, e entrechocar de cascos. Os guaiamus andam quilômetros, passeiam pelos quintais das casas e chegam até à beira da mata onde termina a aldeia. Então, nem há necessidade de se ir ao mangue para apanhá-los. Os meninos se divertem, correndo pelos matos, pastoreando os caranguejos. A festa dura três dias, depois eles —

os que escaparam — voltam aos buracos, vão engordar, viver até o dia de serem apanhados.

Da festa da andata não participarão os bichos que agora estão encangados à espera de serem levados para a feira. Presos, eles não têm direito ao amor. Porque já perderam o direito à vida.

Homem

À luz da lamparina de Nevinha, os homens ainda conversam. Manguê não é só de caranguejo, tem mistérios e espantos. O *Batatão*, por exemplo — “um vulto invisível”, segundo compadre Ota —, que assombra qualquer um. É o *Pai do Manguê*, “caboclo em formatura de gente”, como o define Sabino. Quando se vai ao manguê buscar caranguejo, deve-se ter cuidado para não pronunciar o nome dele — Batatão —, porque ele fica muito brabo, e os caranguejos somem como por encanto, ninguém consegue pegar nem um para remédio. Por isso todos o chamam simplesmente por *Compadre*, numa intimidade medrosa.

Batatão não faz mal a ninguém, a não ser dar sumiço aos caranguejos. O que ele faz, mesmo, são presepadas de todo jeito: quebra pau, late que nem cachorro, grita, assobia. Ninguém vê a figura, mas a *latumia* dá para qualquer um ficar de cabelo arrepiado. Compadre Ota já ouviu muitas vezes a zoeira do Batatão:

— Latumia danada, parecia um boi brabo quebrando mato nos peito. Depois se aquietou e pegou a andá do meu lado, parecia um home tapando caranguejo.

De madrugada, quando as canoas vão levando caranguejo para a feira, Batatão aparece de outro jeito: em forma de fogo, correndo por cima dos pés de manguê, derramando lágrimas de luz. Perigo nenhum. Perigo de verdade é se estrepar nas raízes do manguê, pegar uma doença na lama de entrevar o corpo.

Na parede de tábuas da venda, cheia de recortes de revistas mostrando artistas — Cauby Peixoto faz pose em *robe de chambre* —, há também um título de jornal que diz: *O Recife é uma bola de cristal*. Logo abaixo, outro recorte diz que *1970 é bom ano para ganhar dinheiro*. Severino, Ota, Sabino, Luciano, Zé Preto e os

outros ficarão por aqui, não têm mais jeito. Mas todos estão de acordo que os moços se libertem da escravidão do caranguejo. O Recife não fica tão longe, o ano é bom para ganhar dinheiro, conforme está escrito na parede. A menina de Nevinha, Gerusa, é que lê aquelas novidades. Só não sabe explicar a história da bola de cristal. Mais um mistério para os homens do caranguejo. E uma vaga esperança de dias melhores — se os moços conseguirem tirar o pé da lama. A noite está quente e cheia de estrelas. Os homens vão dormir e sonhar com bolas de cristal.

Manhã bem cedo, a aldeia acorda. As canoas já chegaram a João Pessoa, depois de navegarem três léguas com suas cargas de caranguejo. As casas baixas de Livramento — umas duzentas, mal alinhadas em veredas entre cajueiros, jaqueiras e mangueiras — começam a acender seus fogos. Vários meninos que armaram ratoeiras descem alvoroçados para a *juntção* dos caranguejos, que tanto poderão salvar o almoço como ir para um chiqueirinho no quintal, para engorda.

O menino Zé de Buga só tem 12 anos e grande experiência na arte de apanhar caranguejo. Suas ratoeiras são bem armadas, as tampas da lata fortemente pressionadas por tiras de borracha presas a um pedaço de madeira que ele enfia por um buraco feito no fundo, com isca na ponta. Bicho que sai do buraco à noite para morder a isca não escapa.

Zé de Buga já conseguiu criar, bem cevados com caju, manga e jaca, mais de cem guaiamus no seu chiqueiro. Numa madrugada foi com os homens a João Pessoa, levando oito cordas, que vendeu a bom dinheiro. Agora já está começando a fazer nova criação. Quase um brinquedo. Se Zé de Buga não escapar a tempo, se ninguém der um jeito de levá-lo para o Recife — a sonhada bola de cristal — ou para João Pessoa, chegará o seu dia de pisar mais fundo na lama, de seguir o destino de quase todos os meninos de Livramento.

Chile 70

Maio de 2012

DESEMBARCAMOS EM SANTIAGO no dia 17 de setembro de 1970. A cidade se preparava para uma grande festa no dia seguinte, o aniversário da Independência do Chile.

A comemoração era antecipada pelas bandeiras, milhares delas, hasteadas em toda a cidade. No trajeto do aeroporto até o centro já dava para ver: raras eram as casas em que não se via uma bandeira. Nas mais humildes, baixinhas, elas tremulavam em mastros improvisados, acima dos telhados ou estendidas nas janelas.

O fotógrafo Jean Solari, meu companheiro de viagem, fez uma observação curiosa:

— É tanta bandeira que até parece dia de vitória do Brasil em jogo da Copa do Mundo.

O povo participa, com patriotismo e alegria, da festa da Independência do Chile. É uma verdadeira festa popular. Tanto que o dia 18 de setembro é comemorado simplesmente como *El Dieciocho*, o dezoito.

Aquele *dieciocho*, porém, não era só de festa. O país inteiro estava em suspense; o povo dividido por causa do resultado das eleições presidenciais, realizadas duas semanas antes, das quais saiu vitorioso, por pequena maioria de votos, Salvador Allende, apoiado por uma frente de esquerda, a Unidade Popular, que incluía o Partido Comunista e o Partido Socialista.

Se a vitória do socialista Allende fosse referendada pelo Congresso, o Chile seria o primeiro país, em todo o mundo, onde o marxismo chegaria ao poder pelo voto popular.

Nas ruas, alguns entusiasmados eleitores de Allende já começavam a gritar:

— Viva Chile socialista. *El pueblo al poder!*

Em outra banda, a da direita, não gritavam tanto, mas quase dava para se ouvir um furioso ranger de dentes. Conspirava-se e rapidamente se organizavam movimentos contrários à posse do presidente eleito. Havia condições para isso, pois a Constituição determinava que, não obtendo a maioria absoluta dos votos, o nome do candidato vitorioso nas urnas teria de ser referendado pelo Congresso Nacional.

A tradição, contudo, era a aprovação do eleito. Por isso, pairava no ar o cheiro de um golpe.

O dia seguinte ao *dieciocho* era também de festa. Comemorava-se o Dia das Forças Armadas com um grande desfile militar. Nas ruas, os soldados em desfile eram aplaudidos pela multidão, composta em sua maioria de partidários do socialista Salvador Allende. “Garantam a vitória do povo” — gritavam.

Mas ali mesmo na avenida, sob as botas dos militares, espalhavam-se panfletos pregando abertamente o golpe. Pediam a intervenção de um general golpista, Viaux, que no ano anterior tentara derrubar o governo constitucional de Eduardo Frei, da democracia cristã, que havia iniciado uma série de reformas, entre elas, a agrária.

Muita terra já havia sido desapropriada para distribuição aos camponeses; surgiam os *asentamientos*, fazendas coletivas; e a direita gritava que aquilo era a antecipação do comunismo.

Com a ascensão de Allende ao poder, diziam, o comunismo se instalaria de vez, e acabaria o serviço, com a nacionalização dos bancos e das empresas de seguros, a socialização da medicina e outras medidas que constavam do programa da Unidade Popular.

Viaux não atendeu à convocação dos panfletos distribuídos durante o desfile, mas já naquele momento o ovo da serpente começava a ser chocado por outros generais. Um deles, Augusto Pinochet, consumaria três anos depois o golpe que derrubou Allende e instaurou no Chile uma das mais sanguinárias ditaduras da História das Américas.

Enquanto isso, faziam-se festas nos bairros populares, comiam-se empanadas e bebia-se vinho tinto em comemoração à vitória de Allende. O retrato dele estava em toda parte. Numa *fonda* no

centro velho de Santiago, Isabel Parra, filha de Violeta Parra, cantava ao som da guitarra tocada por seu irmão Angel. Acima deles, iluminado, um retrato de Allende com a inscrição: "Compañero presidente".

Enquanto se aguardava a decisão do Congresso, que terminaria por referendar o nome do eleito, aumentava a tensão no país, com a direita anunciando catástrofes, um dramático encolhimento da atividade industrial, a inflação galopando, uma crise sem precedentes.

Os economistas da Unidade Popular afirmavam que a crise fora "fabricada" pela oligarquia "sediciosa". Já os setores mais extremados da coligação, tendo à frente o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), antecipavam o que, para eles, seria o governo popular.

À frente de movimentos populares por moradia, invadiam terrenos na periferia, onde da noite para o dia erguiam-se barracos ocupados por centenas de famílias. Nada demais, justificavam, estavam apenas pondo em prática um dos compromissos do programa de governo aprovado nas urnas.

Santiago fervia. Ao mesmo tempo que os adeptos de uma organização direitista chamada *Patria y Libertad* clamavam contra a ameaça vermelha, grupos de estudantes e operários mantinham em febril atividade os comitês de campanha da Unidade Popular, transformados em comitês de mobilização contra "la derecha sediciosa".

Esses comitês estavam ativos em todo o país. À beira dos caminhos, até as pedras gritavam, em palavras de ordem pichadas: "Ninguém roubará a vitória do povo".

Percorri muitos desses caminhos, numa viagem de 3.500 quilômetros, de norte a sul do Chile, para melhor avaliar o momento de tensão política que o país vivia. Antes de deixar Santiago, o epicentro da crise, conversei com estudantes num dos *campi* da Universidade do Chile. Se havia alguém de direita por lá, mantinha-se calado diante da maioria esquerdista, na qual predominava o pessoal do MIR. Eles diziam que apoiavam Allende "em respeito aos trabalhadores que o elegeram", mas não abriam

mão de suas posições – a prática das invasões de terras e prédios públicos, por exemplo —, consideradas radicais e perigosas por outros setores da Unidade Popular.

Um dos ativistas do MIR me pergunta, reservadamente, se quero conversar com alguns dos líderes do movimento. Respondi que sim, claro; e ele me garantiu um encontro em Concepción, para onde eu viajaria no dia seguinte. Seria numa praça central da cidade, à noite. Um dos líderes me abordaria, não havia dificuldade no reconhecimento, pois comigo deveria estar Jean Solari com sua câmera fotográfica em punho. Havia naquela combinação um certo mistério, um jeito de conspiração difícil de entender no país em que as manifestações ocorriam a todo momento, à luz do dia.

Em Concepción, a 500 quilômetros ao sul de Santiago, capital de rica região industrial, a inquietação era a mesma que se observava em todo o país.

Ali perto, nas cidades mineiras de Lota e Coronel, o socialista Allende tinha recebido 80% dos votos. No meio dessa maioria esmagadora, não havia espaço para manifestações contrárias à posse do presidente eleito. Se algum *momio* (múmia, gente do passado) arriscasse botar a cabeça de fora, correria o risco de, no mínimo, levar alguns sopapos.

Num fim de tarde, os homens que voltavam do fundo de uma mina de carvão, o suor a escorrer pelas caras borradas de preto, comentavam sobre as ameaças de um golpe, para eles, impossível.

Diziam, convictos:

— *No pasarán!*

Demoraram três anos, mas terminaram passando.

De volta, surpreendidos por uma comovente demonstração de solidariedade, lembramo-nos de que no Brasil o golpe já era coisa velha. Eles, os militares, haviam “passado” em 1964 e tudo podiam: no aeroporto de Congonhas, uma verdadeira comissão de recepção nos aguardava. Lá estavam os colegas José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão, da revista *Realidade*; Expedito Marazzi e José Roberto Penna, da *Quatro Rodas*, além de alguns do *Estadão* e do *Jornal da Tarde*.

Não se tratava de uma recepção festiva: corria o boato de que seríamos presos, por suspeita de “contato com subversivos” exilados no Chile. Os colegas ali estavam para, pelo menos, testemunharem uma provável violência.

• • •

Chile 70

Realidade

Novembro de 1970

SANTIAGO, 19 DE SETEMBRO. Forças do Exército, da Marinha e da Aeronáutica estão nas ruas. O Chile comemora 160 anos de independência.

O grande desfile militar é o acontecimento mais importante da festa nacional — a maior e mais alegre que os chilenos fazem —, que coincide com a chegada da primavera. Na tarde bonita de sol, os soldados marcham sob os aplausos do povo. Os aplausos não se limitam ao bater de palmas. Vão além, em gestos de simpatia, em frases carinhosas — *saludos, soldaditos!* — e beijos simbólicos jogados pelas moças, que costumam também lançar flores de verdade. Os *soldaditos*, apesar do jeito alemão de marchar, não deixam de arriscar um olho, às vezes sorrisos de agradecimento.

Esse desfile-festa é uma tradição chilena. Um momento importante de confraternização entre o povo e seus soldados. Hoje, porém, a festa não é apenas de saudações: é também de apelos. Os soldados desfilam no meio de uma multidão em suspense. As ruas por onde passam ainda conservam as marcas da mais importante campanha eleitoral de toda a história chilena — nomes, frases, símbolos escritos em todas as paredes, em todos os muros e no próprio chão que eles pisam. E na boca do povo os *slogans* se repetem, entremeando as saudações.

- Viva o Exército do povo!
- Salvem-nos do comunismo!
- Viva o presidente eleito!
- Chile sim, comunismo não!
- Defendam a vitória do povo!

Sobre os capacetes de estilo alemão dos soldados, caem flores e panfletos. Pequenos papéis apelam: “Defendam a nossa liberdade, digam não ao marxismo”. Num ponto estratégico, esquina da Rua do Exército com a Alameda Bernardo O’Higgins (herói nacional),

está o maior número de pessoas que protestam contra a eleição do socialista Salvador Allende para a presidência da República. Mas, como o protesto fora anunciado com bastante antecedência, através de volantes, na mesma esquina estão os partidários do candidato vitorioso nas urnas. Por causa disso, os soldados recebem, neste ponto do desfile, mais apelos do que flores.

— Queremos liberdade — grita um grupo que agita fitas de crepe negro.

— O povo no poder — grita outro grupo que faz o número três com os dedos.

O número três foi o que correspondeu ao candidato Salvador Allende na cédula oficial de votação. Ele venceu por pequena maioria (36%), e, se o Congresso confirmar a eleição popular, será a primeira vez que o marxismo, em todo o mundo, chegará ao poder por meios pacíficos.

— As eleições foram limpas e democráticas — gritam partidários de Allende.

— O Chile é e será um país de liberdade — respondem outros.

— Abaixo os *momios*! — berram os allendistas.

Momio é a palavra com que os esquerdistas mimoseiam seus adversários. Em bom português quer dizer múmia, coisa do passado, gente que vive por artifícios, fora de seu tempo. Na esquina da Alameda com Exército, os que protestam contra a possível ascensão de um marxista ao poder estão em minoria. Os gritos da esquerda conseguem abafar o seu clamor. Pergunto a um senhor muito circunspecto, de barba e tudo, a razão disso. Ele me responde, seriamente:

— *Hay escasez de momios, señor!*

A verdade é que a esquerda chilena é muito ativa e organizada. Os *slogans* que seus adeptos gritam agora aos soldados já estão pintados em paredes, muros, árvores, pedras e barrancos de todo o Chile. Defesa da vitória de Allende é a palavra de ordem.

O triunfo é do povo. Os *momios* não impedirão.

Os soldados ouvem. E passam. A guerra é só de frases, de apelos. Ninguém vai aos tapas, todos exercem o direito de gritar, berrar, espernear. Um dos principais direitos proporcionados pela

democracia chilena, pelo regime de liberdade plena que permitiu a vitória de um candidato considerado por muitos como uma ameaça a essa liberdade.

— O comunismo é o fim de todas as liberdades — dizem em coro os últimos manifestantes para os últimos soldados que desfilam.

Os soldados voltam aos quartéis, o povo continua, entregue ao grande debate. Pequenos pedaços de papel azul, sob os pés da multidão, fazem apelos a um soldado que não compareceu ao desfile: o General Viaux, que em outubro do ano passado comandou — sem sucesso — um movimento contra o governo do Presidente Frei. “Viaux, o general da esperança”, diz um dos panfletos. Outro faz um apelo mais direto: “Viaux, o Chile precisa de você”.

Faz quinze dias que Salvador Allende ganhou as eleições, graças ao apoio de uma Unidade Popular integrada por seis partidos de esquerda, dos quais os mais fortes são o Partido Comunista e o Partido Socialista. Jorge Alessandri, do Partido Nacional (conservador), perdeu por uma diferença de apenas 39.000 votos, enquanto Radomiro Tomic, do Partido Democrata Cristão (reformista), ficou em terceiro lugar, com 28% da votação (3 milhões de eleitores). A pequena vantagem de Allende sobre seu principal competidor é que está causando todas essas discussões. E, mais do que isso, um preceito constitucional exige referendo do candidato que não obtenha a maioria absoluta nas eleições populares. Acontece que, tradicionalmente, o Congresso confirma o candidato vitorioso nas urnas, mesmo que por pequena margem de votos. E agora, que ganhou um marxista? É isso que o povo e os políticos discutem. No Partido Democrata Cristão, de cujos votos depende Allende para chegar ao poder, a tendência é confirmar a vitória dos esquerdistas, mediante promessa de “garantias democráticas”.

— Como é que um comunista pode dar garantias democráticas?
— pergunta um chileno.

— Dará as garantias de uma democracia popular — responde outro chileno.

Como dois chilenos juntos já significam um bom começo de comício, vão chegando outros chilenos para esquentar a discussão.

Comunismo, democracia, direita, esquerda, reação, imperialismo, golpe, liberdade, ditadura são as palavras mais comuns no debate. Há uma grande preocupação, os chilenos estão discutindo o seu futuro.

Mas hoje, Dia das Forças Armadas, é dia de festa. Como foi o de ontem, Dia da Independência. Na verdade, as festas pátrias duram todo o mês de setembro, que traz a primavera. E, a partir do dia 18 — “El Dieciocho”, data maior do calendário —, a festa ganha em intensidade. Por isso, *momios* e comunistas suspendem as hostilidades verbais e vão todos festejar a independência. A festa é de todos e em toda parte — nas casas embandeiradas, nos clubes, nos restaurantes, nos parques e nas quermesses populares organizadas nos bairros. Com muita empanada (uma espécie de pastel), vinho tinto e *cueca*, a dança nacional.

O povo mais humilde dança a *cueca* no chão batido, sob latadas cobertas de folhas ou palha. São as *fondas*, onde o vinho corre em grande quantidade. As *fondas* são decoradas com bandeirinhas chilenas de papel, como essas que nós usamos nas festas de São João. Em vários bairros os comunistas organizam as suas *fondas* (o dinheiro arrecadado é para as finanças do partido), e, além das bandeirinhas chilenas, aparecem na decoração grandes retratos de Lênin, Fidel Castro e Che Guevara. E, no meio desses três, um cartaz que anda em todos os muros, com o retrato de Salvador Allende e uma inscrição: “El compañero presidente”.

Debaixo das bandeirinhas e dos retratos, os chilenos dançam a *cueca* e bebem vinho. Chega de discutir política, que ninguém é de ferro.

Pergunto a um senhor gordo que enxuga o suor do rosto depois de uma *cueca* bem dançada:

— O senhor não tem medo do comunismo?

— *Sí, hombre, pero ahora estamos en fiesta!*

Alta madrugada, vinho alto. Brigas, desentendimentos por coisas de nada — um pisão no pé, um olhar mais atrevido para a mulher do próximo ou uma simples palavra dita em tom mais alto. Um repórter chileno que faz a cobertura das festas, percorrendo os

bairros populares, me informa que houve até mortes em algumas *fondas*.

— Por motivos políticos?

— Não. Eles se matam de pura alegria.

Bem, quando a festa acabar, os chilenos voltarão a discutir o futuro de seu país. Em paz? Muita gente acha que não.

Santiago, 21 de setembro. Segunda-feira, os chilenos enfrentam o dia de trabalho ainda meio ressecados, mas de olhos abertos para a realidade que vivem. Todos os jornais, de esquerda, de direita ou neutros, estampam grandes títulos sobre a situação política. Quase todos os editoriais rasgam elogios às Forças Armadas, à sua tradicional posição de não intervir nas decisões políticas. Há apelos velados a favor de uma intervenção militar e denúncias segundo as quais há tentativas reais de “certos grupos que desejam lançar o Exército numa aventura golpista”. Essa “aventura” seria impedir a posse de Allende. *El Siglo*, jornal do Partido Comunista, é o que faz mais elogios às “gloriosas tradições” das Forças Armadas: “O Exército jamais poderia usar suas armas contra o povo”.

Neste momento, há dúvidas quanto ao fato de o Exército se manter alheio ou não à situação política. Que vozes terão escutado os soldados durante o grande desfile?

— Certamente não foi a dos *momios* — diz um estudante na esquina da Rua Huérfanos, uma das mais movimentadas do centro de Santiago.

— E por que seria a dos comunistas? — diz uma senhora de meia-idade.

Pronto, os chilenos estão novamente discutindo a sua sorte. Sem brigas, que a situação é muito séria. Briga, luta de fato, poderá haver. Mas também pode ser que não, porque o chileno é um povo que não gosta da violência. Resta saber se o comunismo divertido, à chilena, com *empanada* e vinho tinto, conforme prometeu Salvador Allende, poderá ser implantado sem luta.

Para questões difíceis como essa, os chilenos têm sempre uma resposta que é bem do jeito do nosso mineiro, assim na base do “nem contra, nem a favor, antes pelo contrário”:

— Poderá ser, poderá não ser...

O sociólogo Eduardo Hamuy, professor da Universidade do Chile, analisa o povo chileno:

— É um povo que detesta a violência e se sente inseguro quando há desordem ou perspectiva de desordem. Neste momento, por exemplo, há um grande temor no país. O resultado das eleições poderá levar a uma mudança muito brusca, e esse fato, por si só, já é bastante para deixar o povo intranquilo.

O professor Hamuy, que dirige uma organização de pesquisa de opinião (Centro de Opinião Pública), a única que apontou, horas antes das eleições, a vitória de Salvador Allende, afirma que só em casos extremos o chileno recorre à violência. Para ele, haverá luta se a posse de Allende for impedida. Mas — poderá ser — também há a possibilidade de luta se o marxismo tomar o poder.

Em ambos os casos, os chilenos serão colocados diante de uma situação extrema.

Mas na rua, nos escritórios, nas fábricas, nas fazendas, nas minas, o chileno continua driblando a questão. Apenas os militantes mais extremados da direita ou da esquerda têm respostas incisivas:

— Lutaremos com o sacrifício de nossas próprias vidas para impedir que o país seja dominado pela ditadura comunista.

— Defenderemos até as últimas consequências a nossa vitória.

Enquanto isso, os folhetos contendo o programa de governo da Unidade Popular, cujos pontos principais são a nacionalização dos bancos de companhias de seguros e outras mais importantes da iniciativa privada, além da aplicação de uma reforma agrária radical, são vendidos em grande quantidade nas ruas. Com folhinhas em que o retrato do camarada Allende substitui as clássicas paisagens bucólicas.

O programa prevê uma série de medidas de ordem social, as primeiras que o governo da Unidade Popular pretende tomar: casa e trabalho para todos, medicina socializada, ensino gratuito, abolição de impostos sobre gêneros de primeira necessidade e até *verdaderas vacaciones para todos los estudiantes*. Um dos lugares indicados para as futuras férias estudantis é o Palácio Presidencial de Verão de Viña Del Mar, elegante balneário à beira do Pacífico.

Quem compra o programa pela modesta quantia de 1 escudo (cerca de 30 centavos de cruzeiro, no câmbio oficial) pode também comprar *El Mercurio*, jornal de tendência direitista. As notícias sobre a recessão econômica são frequentes. Uma delas reproduz um levantamento feito pela Sociedade de Fomento Industrial, que revela um quadro dramático: as vendas da indústria baixaram 61% na segunda semana de setembro (a seguinte às eleições) em comparação com igual período de agosto. Uma exposição feita pelo ministro da Fazenda, Andrés Zaldívar, mostra um quadro assustador que começa a ser desenhado desde o dia 5 de setembro, imediatamente após as eleições. Os dados sobre a inflação dão a medida das coisas: as emissões de setembro aproximam-se dos 800 milhões de escudos, contra pouco mais de 100 milhões em agosto. O ministro fala na possível necessidade de mandar imprimir dinheiro no exterior, pois as máquinas da Casa da Moeda já não dão conta do recado.

Os jornais de esquerda, em peso, acusam o ministro de estar a serviço da direita golpista. *El Siglo* pergunta, em corpo 12, na primeira página: "Por que se ocultou que a situação econômico-financeira começou a melhorar depois dos primeiros dias de pânico? Por que se pintou um quadro idílico da situação anterior às eleições, quando a inflação em agosto já era 'catastrófica'". A crise, que retrocedeu depois dos primeiros momentos de pânico, segundo os economistas da Unidade Popular, foi puramente "fabricada" pela "oligarquia sediciosa".

— O Chile pode suportar essa crise?

— Pode ser que sim, pode ser que não...

O sociólogo Eduardo Hamuy insiste num ponto: chileno não gosta de briga. Por isso, tudo indica que dará um jeito nas coisas antes que se chegue a uma situação extrema.

— Que jeito, professor?

— O jeito legal.

O chileno, acrescenta Hamuy, é um povo extremamente conservador. As mudanças, desde os tempos da colônia, foram feitas muito lentamente, quase sempre por meios pacíficos. Esse

conservadorismo, porém, é bastante peculiar: o que o chileno conserva são os meios para mudar, ou seja, aceita mudanças desde que elas se operem dentro da ordem estabelecida. Isso explica a eleição de um candidato marxista. A eleição é um meio legal, democrático, de acordo com as regras tradicionais? Então, qual é o problema? Apenas o que diz respeito aos meios pelos quais o candidato eleito pretende aplicar o seu programa. Implantar o socialismo — diz o bom-senso — não será possível pelos meios legais. É aí que o carro pega.

Hamuy exemplifica:

— Se querem implantar o socialismo — raciocina o chileno típico —, vá lá. Mas não me venha com medidas de exceção! Façam um projeto, mandem para o Congresso e esperem a aprovação.

O exemplo é caricatural, mas válido. Que outra coisa estão pretendendo os líderes do Partido Democrata Cristão, de cujos votos no Congresso depende a confirmação de Allende como presidente? Simplesmente ajustar tudo pelos meios legais. É a conciliação, o achego, o jeitinho de evitar que se chegue à situação extrema. Diz Hamuy:

— O segredo da longa continuidade democrática no Chile se deve a essa característica, a essa capacidade de conciliar, de negociar. Em toda a nossa história as classes dominantes têm tido a habilidade de absorver conflitos. É um velho hábito nosso fazer pactos com o adversário.

O pacto da Democracia Cristã com a Unidade Popular está perfeitamente enquadrado na tradição conciliatória. Apoio a Allende em troca de garantias democráticas, de legalidade.

— No fundo — completa Hamuy —, o que se está negociando é uma palavra: legalidade.

Quem não acredita em tais negociações é o advogado e professor universitário Pablo Rodríguez. Jovem (32 anos), ele era praticamente desconhecido até alguns dias depois das eleições, quando iniciou um movimento denominado *Patria y Libertad*, que os esquerdistas logo qualificaram de nazista e "sedicioso". Os volantes contendo apelos à intervenção do General Viaux, por exemplo, são atribuídos à organização. Rodríguez desmente, pois "seria muito

estúpido convocar um general para uma conspiração através de panfletos lançados nas ruas”.

Pablo Rodríguez é um líder feito em poucos dias. Diz não ser político, mas um homem de “vanguarda democrática” que resolveu lutar para impedir a escalada comunista no Chile. Os meios para conseguir isso não deixam de ser um jeitinho. Estritamente legal — “uma solução constitucional na luta entre a democracia e o comunismo”. Como Alessandri declarou durante a campanha que não aceitaria a presidência em caso de não obter a maioria absoluta e precisar do referendo do Congresso, a solução é simples. O Congresso vota em Alessandri, que cumprirá a sua promessa de renunciar, e assim novas eleições serão convocadas. E numa nova eleição — Rodríguez está certo —, o povo estará alertado e derrotará os comunistas.

Mas, enquanto ele fala, o PDC e a Unidade Popular de Allende negociam as garantias democráticas.

— Como o senhor encara esse ajuste entre democratas cristãos e os marxistas?

— As garantias que a Democracia Cristã pretende pedir ao regime marxista que poderá vir a se instalar no Chile não passam de um papel em branco. Que documentos podem garantir a um povo que seus governantes não se vão transformar em tiranos? Em nosso país, os comunistas escolheram o caminho legal para a conquista do poder, que, uma vez conseguido, só poderá ser totalitário.

Quando Rodríguez iniciou o seu movimento, contava poucos adeptos. As mulheres foram as primeiras a chegar e as primeiras a organizar pequenos grupos para manifestações diárias em frente ao palácio presidencial de La Moneda. Duas semanas depois, a primeira grande manifestação: uma concentração no Estádio Chile (capacidade para 12.000 pessoas), que ficou superlotado. Rodríguez pronunciou o discurso mais inflamado de sua vida:

— Não tenho nenhuma aspiração de me transformar em líder, mas as circunstâncias me levaram à presidência deste movimento, e eu estou disposto a assumir toda a responsabilidade, inclusive com o risco de minha própria vida.

No dia seguinte, os jornais de esquerda dão pequenas notas de página interna, falando em reunião de *momios* sediciosos. *El Mercurio* publica o discurso em página inteira, com nota no rodapé: “Esta publicação foi financiada com doações do público que compareceu à manifestação”.

— Por que a maioria dos jornais chilenos ignora o seu movimento ou só fala dele em tom de acusação?

— É mais uma demonstração do totalitarismo vermelho. Os comitês da Unidade Popular controlam tudo, a imprensa já está dominada pelos comunistas.

Apesar disso, o movimento continua a crescer, a espalhar-se em comitês por todo o país. Pablo Rodríguez diz que não vai parar.

Mesmo que não consiga um jeito legal de impedir a tomada do poder pelos marxistas.

As forças vitoriosas nas urnas também não param. Todos os dias, grupos de estudantes e operários organizam passeatas, reuniões em associações de classe, comícios. Na universidade, os estudantes estão preparando uma greve geral caso haja tentativa de golpe contra o triunfo da Unidade Popular. Os operários também, sob o comando da poderosa Central Única de Trabajadores. No campo, as pedras e as árvores exibem inscrições:

“Ninguém roubará a vitória do povo.”

No *campus* do Instituto de Pedagogia (sete faculdades da Universidade do Chile), procuro reunir um grupo de estudantes de todas as tendências, para saber o que eles pensam. Martín Pascual, 21 anos, vice-presidente do grêmio, olha para o grande pátio onde estão dezenas de moças e rapazes.

— Bem, aqui temos de tudo, mas felizmente não há nenhum golpista.

Martín é comunista, Patrícia Segura (21 anos) também. Assim como Andrés Cerro (22 anos). Henrique Sepúlveda (20 anos), secretário-geral do grêmio, é socialista. E Galvino Huenul (21 anos) é do Movimento da Ação Popular Unitária, dissidente do PDC. Todos eles falam sobre a vitória de Allende e suas consequências. As palavras são diferentes, mas têm o mesmo sentido:

— Demonstramos ser possível chegar ao poder por meios pacíficos. Agora, as esquerdas têm de se organizar ainda mais. Para a luta, se for preciso.

A moça Patrícia só tem um problema, além de suas responsabilidades de militante comunista.

— Meus pais são *momios*. Seriam capazes até de apoiar uma intervenção estrangeira no Chile.

No acampamento La Unión, num distante subúrbio de Santiago, as vozes e os gestos são bem diferentes. La Unión é uma das muitas favelas *socializadas* existentes em Santiago. Surgiu há menos de uma semana, como surgiram todas as outras: madrugada alta, um grupo de homens, seguidos de mulheres e crianças, invadiu uma faixa de terreno pertencente à Faculdade de Agronomia. A ocupação foi rápida: em carrinhos de mão, bicicletas, carroças, as famílias trouxeram utensílios de cozinha, roupas e material — tábuas, papelão, lata — para a construção de barracos. Poucas das 1.500 pessoas que hoje vivem aqui sabiam com antecedência o local a ser ocupado. Apenas algumas horas antes da ocupação os homens passaram, avisando:

— Preparem-se para partir.

Em poucos dias, La Unión é uma favela exemplar, apesar da precariedade das construções. Quem manda aqui é o MIR — Movimento de Esquerda Revolucionária —, a esquerda mais radical no Chile. Uma milícia popular, composta dos elementos mais dispostos, garante a ordem interna e permanece atenta a qualquer movimento externo. A polícia chilena nunca intervém, pois isso significaria um massacre. Esse povo — são os chamados “Sem Casa” — permanecerá ocupando o terreno do governo até que este providencie casas para todas as famílias. E viverá estritamente dentro das regras do marxismo. Os problemas comuns — higiene, abastecimento, assistência médica, escola — são resolvidos por um comitê eleito por todos os moradores. Quem não tem emprego recebe ajuda em alimentação.

La Unión, como as demais favelas do MIR, é uma demonstração de força. Essas demonstrações causam preocupação ao governo e também aos partidos de esquerda, que sempre pregaram o que

terminaram conseguindo: chegar ao poder por vias legais. O MIR apoia Salvador Allende. Mas não abre mão de sua posição: a vitória total só será possível pela força.

Um dos dirigentes de La Unión, um jovem de 21 anos, ex-mecânico, coloca a posição do movimento.

— Nós, em grande parte, apoiamos o companheiro Allende, em respeito aos trabalhadores que o elegeram. Apoiamos porque a direita e o imperialismo pretendem tirar — não a ele, mas ao povo — a vitória das esquerdas.

No barraco em que ele fala está instalada a biblioteca. Livros de doutrina marxista. No barraco vizinho, uma das paredes é feita com os restos de um grande painel de uma obra financiada pela Aliança para o Progresso.

De norte a sul, o Chile é uma estreita faixa de terra. Quatro mil e trezentos e trinta quilômetros de comprimento por 170 de largura, em média, entre a cordilheira dos Andes, que se alteia em picos de mais de 7.000 metros, sempre cobertos de neve, e o oceano Pacífico. De quebra, a região Antártica, superfície de 1.250.000 quilômetros quadrados.

Percorremos 3.500 quilômetros desse país colorido, que nesta primavera vive um momento decisivo de sua história. Do norte, desértico e rico em minérios (o cobre é o principal produto de exportação), ao sul, coberto de verde, e do mar à cordilheira, 9,5 milhões de chilenos estão tentando responder, desde setembro, a uma pergunta: o que virá agora, depois desta primavera?

No fundo das minas de cobre, nas praias de pescadores, nas fazendas coletivas (os *assentamientos*, terras entregues aos camponeses pela Reforma Agrária da Democracia Cristã), nas vinhas, nas cidades grandes e nos menores *pueblos*, o povo festeja ou lastima os seus dias futuros. Tanto entre os que festejam quanto entre os que lastimam há quem não saiba responder o que significa exatamente esse socialismo de que tanto se tem falado.

Álamo Godoy, 37 anos, pai de cinco filhos, um dos 157 proprietários do Assentamiento El Melón (Província de Aconcágua), a 120 quilômetros de Santiago:

— Comunismo? Dizem que vai ser melhor, eles dão mais terra para o povo.

José Arcally, 55 anos, pai de onze filhos, do mesmo *assentamiento*:

— A mim, o comunismo mete medo, os comunistas são agitadores. Mas dizem que estes que vão subir são pessoas muito educadas e boas.

Arcally não está muito satisfeito com o trabalho coletivo. Quer ter um pedaço de terra para trabalhar sozinho, por sua conta e risco — “Deus queira que o governo dos comunistas faça uma reforma agrária assim”. Como ele, pensa a maioria. A boa casa, a assistência técnica que o governo presta — tudo isso não satisfaz. Hugo Gonzáles, 23 anos, membro da direção da Cooperativa de Campesino, justifica dizendo: “Cada qual quer trabalhar no que sente seu”.

Quem mais sente isso é Gonzalo Errázuris, ex-proprietário de um *fundo* (fazenda) de 3.000 hectares. O Fundo El Roble, a poucos quilômetros de El Melón, foi desapropriado há dois anos, pelo critério de extensão (a lei prevê vários outros casos para desapropriação, como os de não cumprimento de encargos trabalhistas, terras mal aproveitadas etc.). Gonzalo, jovem de 30 anos, herdeiro de uma tradicional família de *terratenientes*, diz que seus trabalhadores viviam melhor do que vivem agora nas terras que lhe tomaram (ele ficou com uma reserva de 40 hectares). A fazenda tinha tais condições de produção e de bem-estar social que não se enquadrava na lei da reforma. Pela desapropriação, o governo pagou conforme a lei: 1% do valor total à vista (quem não fica com reserva recebe 10%) e o saldo em 25 anos. “Isto é o roubo legalizado”, diz Gonzalo, que não faz distinção entre comunismo e democracia cristã:

— São iguaizinhos. Pior não pode ficar.

A reforma agrária feita pelo governo Frei é considerada nos setores mais conservadores como um “largo passo para o comunismo”. Entre todas as medidas reformistas introduzidas no país, de acordo com a ideia de “revolução com liberdade”, é a mais combatida. Apesar de todo o empenho governamental em levar a

reforma adiante, apenas uma parte do programa foi realizada: das 100.000 famílias que seriam beneficiadas até o fim do atual governo, 30.000 conseguiram os títulos de propriedade. O sistema de exploração coletiva é criticado, hoje, não só pelos antigos donos de terras mas também por uma boa parcela dos camponeses. Problema principal: quem trabalha muito ganha tanto quanto os que encostam o corpo.

É difícil, porém, encontrar quem negue a evidente melhoria das condições de bem-estar dos camponeses, principalmente no que se refere à moradia. As casas construídas pela Cora (Corporación de La Reforma Agraria) nos *assentamientos* são bem diferentes dos casebres em que eles viviam na maioria das fazendas.

Benjamin Matte, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, é um dos que admitem essa melhoria:

— Até agora — diz ele — não se pode avaliar com segurança se o sistema de trabalho coletivo trouxe alguma melhora à produção. Mas é visível que as condições de vida dos camponeses melhoraram. E isso é positivo.

Benjamin Matte acha que a reforma veio, em grande parte, por culpa dos próprios donos da terra:

— Fomos cegos durante muito tempo, não enxergamos que havia necessidade de se dar ao camponês um sentido mais amplo de vida, além do trabalho.

A crítica de Matte, cuja entidade que preside defende os interesses dos proprietários, se prende mais aos processos de desapropriação e ao sistema “comunizante” dos *assentamientos*. Acha que o camponês é muito capaz, mas não se adapta ao “sistema imposto” porque é individualista, quer seu pedaço de terra, quer ver o bom resultado ou o fracasso de seu próprio trabalho.

— E quando vier o novo governo?

— Há perspectivas de uma reforma agrária bem mais ampla. Mas nós que representamos todos os trabalhadores da terra, inclusive os dos *assentamientos*, não temos medo do futuro. O fundamental é que se continue trabalhando. Com fé no país e unidos para enfrentar qualquer situação. É fundamental que adequemos a nossa

mentalidade ao que vem. Temos muita fé na vocação democrática dos chilenos.

Vale central, as flores cobrem os campos, que começam a ser arados para o plantio. Por aqui, entre as fileiras de álamos, sucedem-se os *assentamientos*. Poucas terras não foram atingidas pela reforma agrária. Sobraram as vinhas, um dos mais importantes setores da produção chilena. A produção anual, de bom vinho, vai além dos 400 milhões de litros. A vinha Los Nogales, na província de Curicó (200 quilômetros ao sul de Santiago), produz 5 milhões de litros por ano, com a uva que produz e com a que compra de outros produtores da região. Pedro Grand, proprietário de Los Nogales, teme perder a sua vinha (80 hectares de terra), onde os trabalhadores moram em casas tão confortáveis como as dos melhores *assentamientos*.

— Tudo o que ganho aplico nesta terra. Juro por meus filhos que não tenho um tostão guardado. Mas fico aqui até o fim, não tenho medo. Tenho a consciência tranquila.

A 500 quilômetros ao sul de Santiago, em Concepción, província de grande desenvolvimento industrial, os problemas são outros. Nas cidades de Lota e Coronel vivem os mineiros de carvão. José Contreras, 56 anos, é um deles. Acaba de sair da mina de Lota, uma das maiores do Chile. Em sua casa de duas peças impregnadas de fuligem, reclama da vida dura que leva. Será que a vida vai melhorar com o novo governo?

— Pode ser que sim, pode ser que não...

Num forno de uso comum, algumas mulheres assam pão. Uma delas comenta que há gente querendo impedir a posse de Allende:

— *Probrecito! Que Dios se lo ayude.*

Nesta região mineira, Allende recebeu 80% dos votos.

Em outra cidade, Andacollo, a 500 quilômetros ao norte de Santiago, a votação de Allende também foi grande. Andacollo, 12.000 habitantes, não é apenas uma importante cidade mineira: é também um importante centro de romarias, pois aí está a imagem milagrosa de Nossa Senhora do Rosário. Domingo, 4 de outubro, é dia de festa. Oitenta mil romeiros sobem a serra por um estreito

caminho de terra. Andacollo vive um de seus grandes dias. As duas autoridades máximas da cidade, o prefeito Ubaldo Martinez e o vigário Alfonso Soriano, têm lá as suas diferenças, mas neste dia só há lugar para a alegria.

O prefeito é do Partido Radical, que compõe a maioria na Câmara, com mais um radical e dois comunistas. O PDC só tem um vereador dos cinco que representam o povo da comuna.

O prefeito anda muito contente com a vitória de Allende e, como radical, não vê nenhum perigo de implantação de uma ditadura.

— E não há perigo de um golpe da direita?

— Não há condições. Tentam, procuram mercenários, mas esse artigo é muito escasso por aqui.

— E uma intervenção estrangeira?

— Ah, os chilenos são muito tranquilos, mas aqui temos que aplicar um antigo ditado: “nunca pise no rabo de um cachorro adormecido porque aí ele morde até o próprio dono”.

As relações com a Igreja andaram meio abaladas por causa das eleições. No dia em que o prefeito Martínez fazia o discurso de encerramento da campanha de Allende, os sinos repicaram sem cessar. Uma provocação da direita clerical, evidentemente. Coisa passageira. Padre Alfonso não é desses que têm paixão política exacerbada. É tolerante, principalmente com seu rebanho, que votou em massa no candidato das esquerdas.

— Como é isso, padre? O povo daqui não é católico?

— É, mas muito pouco praticante. Do mesmo jeito que é comunista. Um comunismo muito especial, à chilena.

Oh, Canadá!

Maio de 2012

NA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO DE MONTREAL, o funcionário me perguntou, em tom grave:

— *Qu'est-ce que c'est?*

Ele apontava para o fundo da mala, onde estava uma caixa de papelão toda engordurada. Temi pelo destino da encomenda que o colega José Hamilton Ribeiro me pedira para entregar a um amigo brasileiro, professor na Universidade de Quebec, em Trois Rivières. Do temor passei ao vexame.

O funcionário, um grave senhor de sobretudo preto, ordenava que eu abrisse o pacote. Só me restava cumprir a ordem. Passei a desatar nervosamente o grosso barbante que envolvia a caixa, cujo conteúdo espantou o homem: feijão-preto, carne-seca, linguiça, orelha, pé de porco, toucinho — tudo isso misturado com a farinha de mandioca que se derramara de uma pequena sacola de plástico.

O homem da alfândega passou do tom grave para o de espanto. E voltou a perguntar:

— O que é isto?

Percebi que o meu parco francês não daria conta da explicação e pedi socorro ao companheiro fotógrafo Jean Solari, que mantinha o sotaque parisiense em dia e acompanhava aquela cena com ar divertido. O homem ouviu tudo, dizendo “*c'est vrai?*” de vez em quando. Solari conseguira, em poucas palavras, explicar o que era uma feijoada brasileira.

A bagagem foi liberada. O funcionário, divertido, nem ligou para o outro pacote, este muito bem-arrumado num canto da mala. Eram dois quilos de café moído, encomenda de outro colega de redação, o dramaturgo Jorge Andrade, para ser entregue ao professor Florestan Fernandes, que estava exilado no Canadá e lecionava na Universidade de Toronto.

A chegada ao Canadá não combinava nem um pouco com o que me tinham dito dias antes na redação da *Realidade*:

— Prepare-se para uma missão de guerra.

A pauta tinha sido discutida enquanto eu ainda estava no Chile com Jean Solari, acompanhando a efervescência que o país vivia por causa da eleição do socialista Salvador Allende para a Presidência da República.

Missão de guerra no Canadá, um país tão rico e de democracia consolidada, parecia brincadeira. Mas, apesar de tudo isso, o Canadá estava em “estado de guerra”. Uma lei que nunca se pensara em aplicar, a de “medidas de guerra”, de repente saiu do papel. Um assombro. A lei suprimia as liberdades públicas e dava ao governo poderes absolutos. Um deles era o de botar a tropa na rua.

A província de Quebec, onde eu acabava de desembarcar, era o centro da crise que levava à decretação do estado de guerra.

Naquela tarde de outono, no início de outubro, havia sol, e a cidade de Montreal, esparramada às margens do rio Saint-Laurent, não exibia sinais da crise além de alguns soldados do Exército que, aqui e ali, perfilados, guardavam prédios públicos e pontos estratégicos.

Mas àquela altura já se contavam algumas centenas de prisões, a maioria para averiguações, feitas desde o dia 5 de outubro, quando terroristas da Frente de Libertação de Quebec (FLQ), que lutavam pela independência da província, sequestraram em Montreal o diplomata inglês James Richard Cross e depois sequestraram e mataram o ministro do Trabalho de Quebec, Pierre Laporte, acusado de “colaboracionismo” com o governo federal.

Os atos de violência tinham a ver com uma velha disputa entre os quebequenses, de fala francesa, contra o resto do Canadá, de fala e modos ingleses. Desde que os ingleses conquistaram, em 1759, o território de Quebec, até então sob o domínio da França, a maioria dos habitantes da província vivia a gritar contra a dominação britânica. Vários movimentos separatistas se organizaram, e alguns partiram para a violência, cometendo atentados. Esses grupos se

reuniram mais tarde na FLQ, que defendia o uso da força para libertar o antigo território francês da “dominação” canadense.

Em 1967, quando visitou Montreal, o general Charles de Gaulle reforçou o sentimento separatista. Concluiu um discurso com uma frase que os quebequenses viviam a repetir:

— *Vive le Québec libre!*

O movimento separatista ganhou força com a criação do *Parti Québécois*, um ano depois da visita do general de Gaulle. Mas o novo partido, que reuniu vários grupos separatistas dispostos a lutar contra a “dominação anglo-saxônica”, era contra a violência.

O líder do Partido Quebequense, René Lévesque, foi a voz mais poderosa a se levantar contra a lei de guerra imposta pelo governo canadense, chefiado por Pierre Elliott Trudeau, considerado um quebequense desnaturado. Nascido em Montreal, filho de pai quebequense e mãe de origem inglesa, Trudeau usava como trunfo o fato de descender dos dois povos que colonizaram o Canadá.

Mas, para os separatistas, que o chamavam de Mister Elliott, ele não passava de um *Yes-man* dos anglo-canadenses. “Para nós” — diziam indignados — “ele manda tanques e metralhadoras”.

Mas onde andariam os tanques, que não apareciam nas ruas? Mesmo soldados eram poucos. Alguns que se viam a guardar pontos estratégicos eram apontados como “símbolos da opressão colonialista”. Um motorista de táxi a quem perguntei sobre as razões de tão poucos soldados na rua foi categórico:

— É que eles estão na toca, afiando as unhas. Os quartéis estão superlotados.

Tratava-se de uma guerra bastante discreta, bem ao estilo canadense. Se não havia tanques nem soldados a marchar pelas ruas, avolumavam-se os protestos dos quebequenses e uma grande mobilização em defesa dos presos políticos. Organizou-se rapidamente um Comitê Quebequense em Defesa das Liberdades Públicas. Vários grupos, alguns reunindo personalidades eminentes, promoviam visitas para averiguação da situação dos presos.

Assistindo a toda aquela movimentação, eu não podia deixar de comparar a “guerra” canadense e a situação que o Brasil vivia sob o terror de Estado imposto com o Ato Institucional n.º 5, decretado

dois anos antes. Imaginava o que aconteceria se alguém, no meu país, propusesse uma comissão para verificar a situação dos presos políticos.

Se as medidas de guerra, apesar das prisões — a maioria relaxada em poucas horas —, eram aplicadas com certa discrição, a guerra de palavras engrossava a cada dia. Numa entrevista coletiva concedida a dezenas de jornalistas, o líder separatista René Lévesque não escolheu palavras para atacar as medidas de exceção decretadas pelo governo de Trudeau, mas também não deixou de condenar as ações terroristas da FLQ.

Consegui, depois da coletiva, uma entrevista exclusiva com Lévesque. Aí ele bateu mais duro em Trudeau. Disse a que vinha logo ao responder a primeira pergunta: Por ser quebequense, o primeiro-ministro não seria um fator de integração no país?

A resposta veio curta e grossa:

— *Mister* — Lévesque acentua a palavra — Trudeau nasceu em Quebec, mas não é um quebequense!

E continuou a apontar razões para não considerar o primeiro-ministro um quebequense: sua formação foi toda anglófila; terminou os estudos em Londres e sempre esteve mais do “outro lado” do que em Quebec. Entre as principais razões para a separação de Quebec do resto do Canadá, Lévesque aponta a principal:

— Somos um povo de fala francesa colonizado por outro, de fala inglesa.

Acontece que o de fala inglesa, o que acabava de “humilhar Quebec com uma lei de guerra”, dominava a economia da província, impondo-lhe uma situação de colônia.

Pelas palavras de Lévesque, podia-se perceber que a guerra iria longe.

Uma lei do bom jornalismo manda que se ouça o “outro lado”. Tratei de cumprir o mandado e embarquei para Ottawa, a capital, e Toronto, que era a segunda cidade mais importante do Canadá. Assim como em Quebec, ouvi estudantes, professores, gente do campo e gente da rua. Porém, queria muito mais e comecei a tentar uma entrevista com o primeiro-ministro Trudeau.

Pedi ajuda da embaixada do Brasil, e um gentil diplomata riu:

— Numa situação como essa, com o país agitado com a questão de Quebec, nem pensar.

De volta ao hotel, porém, havia um recado na recepção: era do próprio embaixador Frank Moscoso, que nos convidava para um almoço em sua casa.

O almoço, regado a bom vinho, foi excelente. Mas o embaixador, um *gentleman*, também achava impossível uma entrevista com Trudeau, que naqueles dias estava extremamente ocupado, tratando da aprovação de uma lei mais branda para substituir a de medidas de guerra, que acabava de ser aplicada contra os separatistas de Quebec.

Durante o almoço, o embaixador comentou a situação, que julgava complicada no Canadá. Ele esvaziava sucessivos copos de vinho. Estava inquieto, mas não exatamente por causa dos embates em Quebec. O problema era uma montanha de cartas que chegavam à Embaixada de vários pontos do país, a maioria de militantes de entidades de direitos humanos. Eram cartas de protesto contra prisões, torturas e mortes de opositores ao regime militar do Brasil.

Algumas continham uma ameaça nada sutil: colado no papel, um pedaço de esparadrapo e um aviso: “Pedimos que o senhor mande esse material para o Brasil, para ser aplicado nos ferimentos dos presos torturados; se não fizer isso, aconselhamos que o senhor o guarde, pois poderá precisar dele”.

O embaixador comentou, nervoso:

— Isso é coisa dos terroristas de Quebec!

Despedi-me, constrangido, e tratei de continuar na busca de um encontro com Trudeau. Seu assessor de imprensa, Roméo Leblanc, parece não ter tido dificuldade para conseguir. No dia seguinte, bem cedo, eu e Solari estávamos a postos na porta principal do Parlamento. Foi uma conversa breve. O primeiro-ministro, sorridente, pediu-me desculpas por não falar português. Perguntei-lhe sobre a situação do país.

Pierre Elliott Trudeau respondeu que o Canadá ia muito bem. Ele usava uma rosa amarela na lapela.

Apesar disso, Quebec fervia, pelo menos em Montreal. Lá, o mínimo que diziam de Trudeau é que ele não passa de um *dandy* e, ainda por cima, traidor. Mas nem todos estavam envolvidos no clima de beligerância dos movimentos separatistas. Quando fui contratar um táxi para uma viagem à capital da província, a velha cidade de Quebec, o jovem motorista me perguntou se podia levar seu filho, um garotinho de cinco anos. Respondi-lhe que não havia problema.

Na hora combinada, o taxista estava à porta do hotel, com o menino, Jean-Marc, aboletado no banco da frente. Assim, seguimos para ver como andava a “guerra” ao longo do caminho para a capital quebequense, distante 200 quilômetros.

Não havia sinal algum de guerra. Quando paramos para saber de um pequeno fazendeiro que estava parado à beira da estrada, em cima de um trator, o que ele achava da situação, ele respondeu, com cara de poucos amigos:

— Não sei de nada.

Com ele, aboletadas no trator, estavam umas quatro crianças e, no chão, um enorme cão pastor. Perguntei-lhe se podia descer, se o cachorro não era bravo. A resposta veio rápida e seca:

— Isso é com o senhor e o cachorro!

Não desci. No banco da frente, o menino Jean-Marc estava impaciente. Perguntava ao pai:

— *C’est loin Quebec?*

Não era longe. Mas durante o resto da viagem ele não parava de perguntar. O pai, já nervoso, tentava acalmá-lo, mas ele não parava de perguntar se Quebec estava longe.

Já entrando na cidade, o táxi parou numa esquina. Uma placa de trânsito avisava em duas línguas: *Arrêt/Stop*.

A palavra inglesa estava pichada. Era o único sinal, ali, da “guerra” entre Quebec e o resto do Canadá.

• • •

Oh, Canadá!

Realidade

Dezembro de 1970

DOIS SOLDADOS DA REAL polícia montada cruzam-se de minuto a minuto em frente à porta central do Parlamento, um escuro edifício coroado de torres. Bem acima da porta, no alto da torre principal, o relógio toca a sua música para anunciar 8 horas. A grande praça fronteira está vazia, verde-claro, uma fina camada de gelo querendo esconder a grama. É manhã de outono, quase inverno, em Ottawa, capital do Canadá.

Os soldados marcham, passos rigorosamente medidos, cada qual para seu lado. Além de sua obrigação de montar guarda, eles parecem empenhados em ajudar o relógio na contagem do tempo. Mal o relógio acaba de bater as 8 horas, no mais puro estilo do Big Ben de Londres, começam a chegar os primeiros automóveis, grandes e austeros carros negros que estacionam em frente à porta oeste do edifício, recém-aberta, exatamente quando o relógio bateu a oitava badalada. Os homens austeros que descem dos carros austeros são senadores, deputados, altos funcionários da administração. Eles têm um grave ar de preocupação. A sessão dos Comuns, logo mais à tarde, será dedicada à discussão de uma nova e importante lei — uma lei especial e urgente para um país que de repente perdeu toda a sua tranquilidade.

Os dois soldados continuam no seu vaivém marcando o passo, enquanto o relógio da torre marca minutos e anuncia sonoramente os quartos de hora.

Às 9h15 chega mais um carro, escuro como os outros. Mas, dos três homens que desembarcam, apenas dois — uns tipos altos e muito sérios — usam roupas escuras. O outro, um senhor de meia-idade e de altura média, usa um terno claro, cor de mel, camisa lilás e gravata de bolinhas, tudo isso conseguindo uma certa harmonia, que se completa com uma rosa amarela na lapela.

Assim, de repente, esse homem parece um garoto rico e rebelde a quem os criados vêm trazer ao colégio.

— *Good morning, sir!* — diz-lhe o grave porteiro.

— *Bonjour, monsieur!* — diz-lhe uma jovem que se aproxima com cadernos debaixo do braço.

A moça quer um autógrafo, ele não faz cerimônia. Agora, ele tem um certo ar de galã de cinema. Põe a pequena valise coral no chão, prepara a caneta e uma frase simpática — comentários sobre o dia que promete ser bonito e sobre a beleza da moça. Sorri com a cara toda, principalmente com os olhos muito azuis e transparentes. Mas logo se despede, retoma a valise e transpõe a porta em arco do velho e escuro edifício do Parlamento. Esse homem tem muito o que fazer.

É Pierre Elliott Trudeau, primeiro-ministro do Canadá.

Nesta manhã fria de outono, faz exatamente um mês que o Canadá vive em estado de perplexidade. Desde o dia 5 de outubro, quando terroristas da FLQ — Frente de Libertação de Quebec — sequestraram em Montreal o diplomata inglês (adido comercial) James Richard Cross, uma crise aguda tomou conta desse país rico e tranquilo. Montreal, na província de Quebec, é a principal cidade canadense (cerca de 2 milhões e meio de habitantes) e também o principal foco de agitações, pois aí se concentram os ativistas da FLQ, organização que pretende, pela força, separar Quebec — província de língua francesa — do resto do Canadá, de fala e cultura anglo-saxônicas.

Essa briga, muito antiga, não se limitou à violência do sequestro do diplomata inglês. Foi além, com o sequestro e a morte de Pierre Laporte, ministro do Trabalho de Quebec. E provocou uma medida extrema do governo: a lei marcial, em vigor desde o dia 16 de outubro. Essa lei, chamada de *medidas de guerra*, suprime todas as liberdades públicas e dá ao governo poderes discricionários. Quem a decretou foi exatamente esse homem jovial e sorridente que acaba de chegar para mais um dia de trabalho. Um dia exaustivo, certamente, pois está em discussão na Câmara dos Comuns uma lei especial, mais branda, para substituir a *lei de guerra*, que na verdade só foi aplicada em parte e, assim mesmo, sob protestos

veementes da oposição, dos intelectuais e das entidades de classe de todo o país. O próprio Trudeau e seu partido (o Partido Liberal, que tem 152 cadeiras das 264 da Câmara dos Comuns) julgam desnecessária a enorme soma de poderes que a lei de medidas de guerra dá ao governo.

— Comparada com a lei de guerra — diz-me um porta-voz do primeiro-ministro —, a nova lei é uma espingarda. Acontece que o Canadá, na emergência, só dispunha de um tanque, que foi obrigado a botar nas ruas. E, como um tanque assusta muita gente, estamos tratando de substituí-lo por uma espingarda.

Mister — ou *Monsieur* — Pierre Trudeau usa o tanque enquanto a espingarda não fica pronta. O Exército ocupa, é verdade que com muita discrição, as cidades de Montreal e Quebec. A imprensa — em francês ou inglês — apoia ou critica essa ocupação; estudantes, professores, operários, agricultores fazem reuniões e acusam o governo de se haver aproveitado dos acontecimentos para impor ao país um regime de exceção. Essas acusações são mais veementes dentro do Parti Quebecois, o partido separatista da província de Quebec. Mas esse Partido Quebecuense é legal, pode botar a boca no mundo e dizer o que quiser. E isso apesar do tanque.

Com o Exército ocupando cidades e a conseqüente impressão de um estado de guerra num país tradicionalmente tranquilo e cioso de sua liberdade, muita gente do governo não tem conseguido dormir nesses últimos trinta dias. Há um saldo profundamente negativo para a imagem do país: um morto ilustre, membro do governo de uma importante província, e um diplomata estrangeiro em mãos dos terroristas. Com todas as suas forças empenhadas nas buscas, o governo não consegue prender os sequestradores, com os quais recusa qualquer negociação. Por isso há insônia em Ottawa, cidade calma e de modos britânicos. Insônia e nervosismo, as casas de tudo quanto é gente importante guardadas por soldados armados de metralhadoras.

Mas — muita gente garante — há pelo menos um homem tranquilo em Ottawa. É *Monsieur* — ou *Mister* — Pierre Trudeau. Há quem diga, também, que essa tranquilidade é apenas aparente, esse senhor Trudeau é um *poseur*, tipo capaz de dissimular todos os

sentimentos. A impressão que ele dá, na verdade, é a de um homem extremamente seguro de si.

Quando o vi mais de perto, num rápido encontro arranjado por seu assessor de imprensa, Roméo LeBlanc, tive essa impressão, que seria depois confirmada por um porta-voz e amigo dos mais chegados: ele mantém o bom humor, mesmo diante da situação mais difícil; é extremamente lógico e nunca tem explosões de cólera. Se tem raiva ou temor, guarda tudo, não demonstra a ninguém. Por isso, certamente, é que ele me responde, quando pergunto como vai o Canadá:

— Muito bem!

E leva a conversa para outro lado. Em espanhol, com desculpas por não falar o português, um idioma “muito bonito” que não teve tempo de aprender quando esteve no Brasil. Convida-me para uma foto a seu lado, digo que isso é uma honra, ele responde:

— Para mim, é maior.

Um *gentleman*, um político de agudo senso, que mandou tanques para as ruas, mas nunca esquece de colher, no vaso mais próximo, todos os dias, uma flor para botar na lapela. A flor é um distintivo do qual ele só se desfaz — garantem os amigos mais chegados — quando encontra no caminho uma mulher bonita.

Com esse espírito e com as flores de cada dia, Trudeau conquistou a simpatia da maioria dos canadenses, que o levou ao poder. Sua figura — e seus feitos — de *enfant terrible* quebrou uma certa rigidez puritana e protestante que dominara por muito tempo o Canadá. Quando ele subiu ao poder, em 1968 (tinha então 49 anos, oficialmente), foi trazendo a imagem do jovem rebelde, esportista, aventureiro, corajoso: nos intervalos dos estudos em Londres e em Paris, dera volta ao mundo, de motocicleta e a pé, conversara com Mao Tsé-Tung e brincara de jogar bolas de neve na estátua de Lênin, em Moscou. E do Canadá, segundo país do mundo em extensão territorial (9.984.670 quilômetros quadrados), conheceu tudo, desde as províncias fronteiriças aos Estados Unidos até o Grande Norte gelado, nos confins do oceano Ártico. Um herói moderno. Muito necessário a um país de pouca história e de escassos heróis, que para complicar as coisas se dividem em *heróis*

franceses e heróis ingleses. Trudeau chegou com uma grande vantagem, além de seu *charme*, ou *appeal*: é filho de pai francês e mãe inglesa — produto dos dois povos que colonizaram o Canadá.

Pierre Elliott Trudeau nasceu em Quebec, a província que quer se separar do Canadá. É meio inglês e meio francês, sofre na própria carne o dualismo cultural e linguístico que constitui hoje o principal problema de seu país.

Para que lado jogar a flor?

Os separatistas de Quebec garantem que não é para essa província de origem francesa que *Mister Elliott*, “um *yes-man* dos anglo-canadenses”, vai jogar sua flor.

— Para nós — diz-me um jovem membro da FLQ —, ele manda tanques e metralhadoras.

Vive le Québec libre é um longo grito que ecoa desde as margens do rio Saint-Laurent até a baía de Hudson, através dos 1.540.687 quilômetros quadrados que constituem o território da província de Quebec. O primeiro grito, abafado, foi logo depois da conquista desse território pelos ingleses, em 1759, numa luta brava em que morreram dois generais — Montcalm, francês, e Wolfe, inglês —, dois heróis canadenses, certamente. Herói Montcalm, na história escrita pelos historiadores quebequenses; herói Wolfe, na *outra* história, a dos vencedores.

Durante esses duzentos e tantos anos, boa parte dos quebequenses se tem considerado como vítima de uma ocupação estrangeira. No início da década de 1960, os mais descontentes passaram à ação mais efetiva contra o “domínio inglês” e, além dos atentados a bomba e dos assaltos à mão armada, iniciaram a sistemática depredação dos símbolos coloniais, como as caixas de correio, que tinham a marca da coroa inglesa (o Canadá faz parte da Comunidade Britânica de Nações). O grito já era bastante forte quando, em 1967, o General de Gaulle, em visita a Montreal, resolveu repeti-lo:

— *Vive le Québec libre!*

No ano seguinte, 1968, nasceu o Partido Quebequense, reunião de vários movimentos separatistas. Essa união tem por objetivo fortalecer a luta contra “a humilhação imposta pelos conquistadores

anglo-saxônicos”, mas pelos meios legais, democráticos. Seu líder é René Lévesque, um homem baixo e nervoso, 49 anos, ex-comentarista de televisão, ex-deputado (do Partido Liberal de Trudeau) e ex-ministro (uma vez de Minas e Energia, outra de Assuntos Sociais) da província de Quebec. Na sua coleção de ex, Lévesque tem mais um título: o de ex-amigo de Trudeau.

Mas, enquanto *Monsieur* Lévesque — a ele, ninguém dá o tratamento de *mister* — luta por meios pacíficos pela independência de Quebec (nas eleições provinciais de abril deste ano, seu partido conseguiu 24% da votação), a Frente de Libertação de Quebec corre por fora, procurando chegar mais depressa, nem que para isso tenha de matar. E a FLQ matou, gerando uma das crises mais sérias da história do Canadá.

A morte de Pierre Laporte, um federalista (partidário da integração de Quebec na Federação Canadense) que os mais extremados separatistas sempre consideraram um “vendido”, um colaboracionista de Ottawa, prejudicou a luta legal independentista. René Lévesque foi um dos primeiros a levantar a voz contra o assassinio. Assim como continua a levantar a voz contra a lei de guerra que, “a pretexto de combater os terroristas, atinge os direitos de todos os cidadãos”.

O mal-estar é evidente nas ruas de Montreal, cidade grande, moderna, bonita, cosmopolita. A *Rue* — ou *Street* — Sainte-Catherine, a mais movimentada da cidade, tem todas as cores e todas as caras: banqueiros, bancários, operários, donas de casa, hippies americanos, hippies locais e turistas de muitas origens, inclusive negros que passeiam, muito orgulhosos, suas imensas namoradas louras. Toda essa gente se põe em sobressalto quando passa, muito discretamente, um jipe do Exército ou um carro da polícia. A presença do Exército, apesar de discreta, humilha os quebequenses. Um soldado que guarda um edifício público, todo encolhido de frio, é o símbolo da “opressão colonialista de Ottawa”.

— Mas quase não se vê soldado na rua — argumento para um jovem chofer de táxi.

— Ah, é que eles estão na toca, afiando as unhas. Os quartéis estão superlotados, mandaram mais de 6.000 para cá.

Uma semana depois da decretação da lei de guerra, há um saldo volumoso de prisões: mais de trezentas pessoas, a maioria das quais para “averiguações”. O Comitê Quebequense pela Defesa das Liberdades Públicas faz reunião e bota a boca no mundo: “Ao aplicar essa lei iníqua, o governo abdicou de suas responsabilidades em benefício do Exército e das forças policiais”.

Monsenhor Grégoire, arcebispo de Montreal, anuncia a criação de um comitê de ajuda às pessoas detidas, enquanto personalidades eminentes de entidades de classe se movimentam para organizar comitês destinados a averiguar as condições dos presos políticos. As autoridades aprovam esses comitês. Muitos presos são libertos, livres de qualquer suspeita de terrorismo. Um deles, o poeta Michel Garneau, recita numa reunião do Comitê pela Defesa das Liberdades um poema composto na prisão:

*Manhãzinha, manhãzinha
Minha cidade está domada.*

Mas Montreal não está tão domada assim. Sob uma lei de guerra forte e muita hesitação do governo, muita gente ainda grita:

— *Vive le Québec libre!*

Na sede do Partido Quebequense, em Montreal, René Lévesque reúne a imprensa para uma declaração oficial. Diante de um enorme painel com o símbolo do partido — um Q em azul, branco e vermelho, as cores francesas —, ele ataca duramente as medidas de exceção do governo e a ação terrorista da FLQ. E termina reafirmando que “só a independência política poderá nos dar as condições de renovação social e de prosperidade”. Cerca de sessenta jornalistas, boa parte de língua inglesa, estão presentes. Quando termina de falar em francês, *Monsieur* Lévesque repete quase tudo em inglês. Ele é perfeitamente bilíngue.

Para nós, de *Realidade*, está programada uma entrevista exclusiva. Lévesque está cansado de dar entrevistas, mas não para. Sua vida, nesses últimos dias, é só falar mal da FLQ e de Trudeau. Com Trudeau, ele só tem um traço de semelhança: o jeito que dá no cabelo, cuidadosamente penteado de baixo para cima e da

direita para a esquerda, numa tentativa de esconder a calvície. De resto, é o inimigo mais combativo.

— O senhor não acha que o fato de ser o primeiro-ministro um quebequense significa um bom sinal de integração no país?

Os pequenos olhos de Lévesque brilham na cara comprida.

— *Mister* Trudeau nasceu em Quebec, mas não é um quebequense. Seu pai era um quebequense que morreu muito cedo, e quem o educou foi sua mãe, *Miss Elliott*. Seu nome é Pierre *Elliott* Trudeau.

Monsieur Lévesque carrega no grifo a cada vez que pronuncia o nome de seu ex-amigo Pierre. E acentua outros aspectos da formação anglófila do primeiro-ministro canadense: foi eleito deputado pelo bairro de Mont Royal, um gueto rico e inglês de Montreal; terminou os estudos em Londres e sempre viveu ligado mais ao “outro lado” do que a Quebec.

— Mas quais são as razões para a separação de Quebec?

— São muitas, que podem ser resumidas numa só: somos um povo de fala francesa colonizado por outro, de fala inglesa. Quebec foi a primeira implantação permanente na América do Norte. Realizada pelos franceses, antes da chegada dos ingleses do Mayflower aos Estados Unidos. Quando já constituímos um povo, chegou o Império Britânico e nos conquistou. Passamos a ser uma colônia, no meio de outras colônias.

Lévesque insiste num ponto: o povo quebequense, hoje de 5 milhões (a província tem 6 milhões de habitantes, 1 milhão de origem anglo-saxônica e de imigrantes de várias partes do mundo), vive de acordo com suas tradições, sua cultura, sua língua, mas sob o impacto de uma velha conquista que, modernamente, passou dos ingleses para os anglo-canadenses. Quebec é uma das dez províncias canadenses, mas tem 30% da população do país (todo o Canadá tem cerca de 21 milhões de habitantes). Sem falar nos quebequenses dispersados pelas demais províncias (em Ontário, principalmente) e que são cerca de 1,5 milhão. Lévesque vê nisso um “acidente histórico” (a conquista pelos ingleses) que faz Quebec ser ainda hoje uma “colônia”.

— Em Quebec — acrescenta —, o grupo inglês é o mais rico. Mais do que isso: é o mais rico de todo o Canadá, o que nos coloca num contexto estritamente colonial. Aqui, eles encontram mão de obra mais barata e, como bons colonialistas, tudo fazem para que essa situação se mantenha. E exigem que seus empregados falem inglês. A língua de trabalho aqui é o inglês; falar inglês em Quebec significa sobrevivência. Só isso, porque os melhores postos, os que permitem maiores salários, são ocupados por cidadãos de origem britânica.

Quando o chefe separatista fala em “origem britânica” quer se referir aos canadenses do “outro lado”, aos de fala inglesa. E do “outro lado” está o governo de Ottawa, que, apesar de ser constituído em parte por cidadãos de língua francesa (dos dezessete ministros atuais, sete são franco-canadenses), é considerado o principal beneficiário da situação “colonial” de Quebec. As riquezas da província vão em grande parte para fora de suas fronteiras. Esse é um dos principais argumentos utilizados por Lévesque para justificar a separação.

Quebec poderá manter o seu atual padrão de vida (renda *per capita* de cerca de 2.627 dólares, uma das mais altas do mundo) como país independente?

Lévesque não apenas acha que sim, como julga possível melhorá-lo:

— Podemos melhorar o nosso padrão de vida, pois no sistema atual de dependências nossos recursos são pulverizados nas mãos do governo federal. A cada ano pagamos 7 bilhões de dólares de impostos a Ottawa. Se tivermos oportunidade de empregar nós mesmos esse dinheiro, é claro que nosso progresso será muito maior.

Muita gente, principalmente entre os economistas, acha que Lévesque é um sonhador. Gérard Filion, secretário-geral da Sociedade de Financiamento de Quebec, uma empresa de economia mista que promove o desenvolvimento industrial da província, aponta a principal dificuldade que traria a separação: a redução do mercado de consumo. Quando passar a produzir só para um

mercado restrito, de 6 milhões de consumidores, o custo da produção de Quebec será muito mais alto.

— Isso não quer dizer que a província não possa sobreviver se se tornar independente. A questão é saber se poderá manter o atual padrão de vida. Pelo menos durante uma geração, o povo será obrigado a aceitar um nível de vida mais baixo.

Apesar dos 24% dos votos obtidos pelo Partido Quebequense nas últimas eleições, Filion, um federalista convicto, julga que o movimento separatista não tem condições de conquistar a maioria da população. O povo “sente” que sairia perdendo no negócio. Se os separatistas que lutam por meios pacíficos não têm muita chance, menos ainda os que empregam a violência. Diz Filion:

— Não acredito que qualquer país moderno e bem estruturado possa ser conquistado pela violência. O terrorismo, a guerrilha urbana deram certo em Cuba e darão certo em outros países onde prevaleçam a pobreza, a miséria, os governos impopulares. O que não é o caso do Canadá.

O que o terrorismo conseguiu em Quebec — acrescenta Filion — foi prejudicar a expansão econômica, assustar os investidores.

A briga franco-anglo-canadense é mais uma briga de ricos do que qualquer outra coisa. A província de Quebec produz o equivalente a 25% da economia global canadense. O que é uma fábula, pois o produto nacional bruto do Canadá chega à altura dos 78 bilhões de dólares (dados de 1969). Em Quebec, cuja renda *per capita* vem em quinto lugar entre as províncias (a província de Ontário, sua vizinha milionária, tinha uma renda *per capita* de 3.065 dólares em 1968), considera-se em pobreza uma família de três ou quatro pessoas com entrada anual de 3.000 dólares — cerca de 14.500 cruzeiros, ou seja, mais de 1.200 cruzeiros por mês. Há desemprego em Quebec (6,5% em 1968, contra 3,5% em Ontário), mas os desempregados, como em todo o Canadá, contam com uma lei de assistência social que lhes garante o mínimo para viver decentemente.

O crescente desemprego em Quebec e a pobreza de boa parte de sua população dão motivos a constantes comparações com o nível

de vida em Ontário, província de língua inglesa e a mais rica do Canadá. Os federalistas respondem que também há desemprego em outras províncias, até em nível mais alto, e elas não falam em separação. E a briga continua. Enquanto o Canadá cresce, fica cada vez mais rico. Segundo estimativas do Conselho Econômico do Canadá, a taxa de desemprego da economia será da ordem de 5,5% ao ano, o que significa a elevação do produto nacional bruto para cerca de 100 bilhões de dólares em 1975.

É muito dinheiro, mas mesmo assim muitos canadenses, além dos separatistas de Quebec, não estão contentes. Razão principal: a economia do país depende em escala gigantesca do capital americano. As inversões estrangeiras no Canadá são da ordem de 40 bilhões de dólares, 80% dos quais de origem americana: 32 milhões de dólares, três vezes mais que o total investido na América Latina. Todos esses recursos contribuem para o rápido desenvolvimento do país, mas o próprio governo já demonstra certas preocupações. Diz o ministro da Indústria e Comércio, Jean-Luc Pepin: “Não vamos admitir que essas vantagens constituam um benefício sem contrapartida. De fato, em nenhum país economicamente desenvolvido se poderia encontrar, como no Canadá, uma tão grande parte de indústria dominada do exterior”.

Talvez seja por isso que algum humorista canadense inventou uma frase:

— Quando os Estados Unidos dão um espirro, o Canadá pega a gripe.

Isso quer dizer que, se houver uma crise econômica nos Estados Unidos, o Canadá sofrerá em dobro as consequências. Mas não é só a gripe econômica que se teme nesse país gigantesco e milionário cuja esmagadora maioria da população vive numa estreita faixa vizinha aos Estados Unidos e cujo modo de ser pouco difere do *american way of life*. Muito menos em Quebec, naturalmente, onde muita gente ainda guarda as suas tradições francesas. É lá que se costuma dizer:

— Quebec foi três vezes colonizada: a primeira, pelos ingleses; a segunda, pelos anglo-canadenses; a terceira, pelos americanos.

A briga principal, porém, ainda é travada entre separatistas e não separatistas. Há uma vasta literatura defendendo as duas posições, livros cujos títulos são os mais radicais. Dois exemplos: *Quebec: tudo ou nada* e *Separatismo? Não, cem vezes não*. O autor do primeiro, Pierre Bourgault, fala longamente sobre a opressão linguística e a certa altura exemplifica dramaticamente:

Milhares de operários quebequenses, quando entram para trabalhar nas fábricas, deixam a língua pendurada num cabide, como se deixassem o paletó.

O outro livro reúne opiniões de vários federalistas, a maioria de franco-canadenses. Para esses, o separatismo é um movimento messiânico, infantil, retrógrado, tribal, racista, comunista, fascista e até uma droga.

E o povo, povo, o que diz de tudo isso?

Em Montreal, cidade bilíngue, um jovem comerciante que fala inglês, e por isso tem um bom emprego numa loja de luxo, resume:

— Não é uma luta étnica ou cultural. É uma luta econômica.

Um chofer de táxi de origem francesa e que também precisa falar inglês:

— Ah, eu acho até bom assim como está. Falar inglês me ajuda a ganhar dinheiro.

Na Universidade de Montreal, para estudantes exclusivamente de língua francesa, há quase unanimidade pela separação, bem temperada por uma boa dose de esquerdismo. Gilles Duceppe, estudante de economia e secretário da revista *Quartier Latin* (o logotipo é QL, que também pode significar *Quebec Libre*), diz que não se pode separar a luta nacional — quando ele diz *nacional*, refere-se à luta de Quebec — da luta econômico-social.

— Queremos a libertação de Quebec, mas não é para que nos digam em francês as mesmas coisas que nos dizem agora em inglês. Tanto faz ser explorado numa língua como em outra.

Para ele, a luta separatista é importante na medida em que abrirá portas para outras mudanças, que teriam implicações em todo o Canadá. Nesse sentido, o separatismo será um meio para se conseguir “a libertação econômica do país em relação aos Estados Unidos”.

A coisa vai longe, como se vê. Mas, apesar de tudo, Duceppe não aprova a violência da FLQ, “que só conseguiu beneficiar o governo de Ottawa, interessado em amordaçar todos os que têm coragem de falar”.

Em Quebec, capital da província, velha cidade de cara francesa erguida a cavaleiro do rio Saint-Laurent (foi em Quebec que os ingleses conquistaram a chamada Nouvelle France), Louis Falardeau, secretário-geral da Federação dos Jornalistas, também não aprova a violência. Mas ela trouxe um fato novo para o problema quebequense:

— Depois do impacto inicial, muita gente acordou para a realidade: o Canadá não é um país tão sem problemas como se acreditava. O problema de Quebec é mais sério e mais profundo do que se pensava. O separatismo, se foi prejudicado por um lado, com os fatos violentos, sai fortalecido em sua luta pacífica.

A cidade de Quebec não sente muito o problema do dualismo cultural. Aqui, a quase totalidade da população é de língua francesa e vive tranquilamente as suas tradições. Mesmo assim, todas as presenças inglesas mais evidentes, como monumentos ou simples placas de trânsito, sofrem permanentes ataques. *Arrêt interdit* fica, *no stopping* desaparece sob indignadas pichadas. Em Quebec não se proíbe parar em inglês.

No interior da província, nas pequenas aldeias dominadas pelas torres brancas das igrejas, ou nas fazendas onde quase todos têm seu trator e seu automóvel, não se discute quase nada dessa questão explosiva. Guy Paquet, dono de uma pequena fazenda a 20 quilômetros de Quebec, só fala depois que nos identificamos. Mas diz muito pouco:

— Não tenho opinião, nem quebro a cabeça por isso.

— Permite uma foto, senhor Paquet?

— Pode descer, mas não me responsabilizo pelo cachorro!

Não temos fotos do senhor Paquet. Temos a de um quebequense menos desconfiado (eles descendem dos normandos), o senhor Marcel Beaudoin, fazendeiro médio, dono de 250 *arpents* (cada *arpent* são 550 metros quadrados), que diz até quanto ganha por ano: 4.000 dólares, resultado de seu único esforço, ajudado só pela

mulher e pelos garotos. Dá para ter carro, televisão, geladeira e outros confortos, mas ele não está contente. Porque o governo “ajuda mais o pessoal do oeste”, os anglo-canadenses. Independência para Quebec?

— Por que não? Acho que vai ser melhor...

Não é o que acha Georges Mayrand, rijo velho de 72 anos que vende as maçãs que produz em sua fazenda na beira da estrada velha que liga Montreal a Quebec.

— Toda essa briga é muito feia, já mataram por causa dela. Sou contra.

Em Ottawa, como em Toronto, orgulhosa capital da província de Ontário, a maioria não entende bem por que Quebec deseja ser um país independente.

— Eles falam o francês deles, nós falamos o nosso inglês e pronto.

Em Ottawa, um porta-voz do governo não encara a questão de maneira tão simplista. Admite que tem havido muita injustiça em relação a Quebec, “mas essas injustiças serão reparadas”.

— O problema do separatismo não tem solução a curto prazo. Mas daqui a algum tempo provaremos que o federalismo é a melhor solução para o Canadá.

Um dos esforços frequentemente lembrados é o que o governo faz para tornar o francês obrigatório em todas as repartições públicas do país. Isso já acontece, em parte. Em Montreal e Ottawa, por exemplo, as repartições têm funcionários bilíngues. Mas na maior parte do Canadá anglo-saxônico não se consegue um copo de água em francês. Assim é em Toronto, a segunda cidade (2 milhões de habitantes), maior centro industrial canadense.

Peter Kabal, 25 anos, estudante de pós-graduação em engenharia elétrica da Universidade de Toronto, dá certa razão aos quebequenses:

— Acho que o pessoal de língua inglesa, principalmente os que vivem em Quebec, ignoram os franco-canadenses e vivem à parte. São os franceses que têm de aprender inglês.

Essa é uma das razões pelas quais Peter justifica — sem aprovar — as ideias separatistas. A violência da FLQ terminaria explodindo mais cedo ou mais tarde, mas ela é resultado da ação de algumas dezenas de fanáticos aos quais o governo deu exagerada importância. Peter é contra a lei de guerra.

Outro estudante de engenharia elétrica, Ellis Fabian, também de 25 anos, não entende o separatismo e é a favor da lei de guerra.

— É a primeira vez que a violência de um pequeno grupo atinge tão profundamente o país. Mas, de certa forma, ela é estimulante para a democracia, que descobriu a necessidade de providenciar meios de defesa.

Esses meios de defesa estão na lei de guerra. Para Fabian, as razões de ordem social e cultural podem ser menos importantes que as razões políticas que movem os separatistas, especialmente os que usam a violência.

— Eles querem assumir o controle da província. Lutam pelo poder, e eu não acredito que essa luta se limite apenas a Quebec.

Acima de tudo, Fabian, como Kabal e outros canadenses de língua inglesa, foi apanhado de surpresa pela violência que de repente explodiu em seu país. Um país rico, desenvolvido, organizado. O próprio senhor John Diefenbaker, ex-primeiro-ministro, andou desabafando logo depois do sequestro do diplomata James Cross:

— O Canadá está parecendo uma *banana republic* latino-americana!

Muito diplomata da América pobre não gostou desse desabafo. Afinal, o Canadá tem lá o seu telhado de vidro.

O historiador Ramsay Cook, professor da York University, de Toronto, que fez vários estudos sobre comunidades francesas do Canadá, não é um homem surpreso com os fatos. Vai ao fundo da questão:

— O desejo de separação vem de uma mudança mais ou menos brusca das condições sociais de Quebec. Até há bem pouco tempo, os quebequenses se satisfizeram com a atividade rural, deixando a indústria e o comércio nas mãos da minoria local de anglo-canadenses. Estes, por sua vez, senhores do poder econômico,

terminaram constituindo uma espécie de clube fechado. Mas, quando os franco-canadenses começaram a se preocupar com a sua formação técnica (antes, eles se formavam padres, advogados, médicos), descobriram a grande barreira da língua imposta pela elite anglo-canadense.

O professor Cook não acredita na possibilidade de separação, pois a maioria de língua francesa é contrária à ideia. O importante é que sejam solucionados os problemas. O respeito à língua e à cultura francesas deve ser encarado a sério. O país todo falando as duas línguas é um sonho impossível. Mas — julga o professor Cook — muitos anglo-canadenses devem se preocupar em falar francês, para melhor entender os problemas do país. Ele já dá a sua contribuição: mandou os dois filhos, Mark (5 anos) e Margaret (6 anos), para uma escola de francês.

O professor vê outro perigo no separatismo: Quebec, hoje integrada ao Canadá, pode manter muito mais facilmente o seu idioma e a sua cultura do que isolada entre mais de 200 milhões (o Canadá e os Estados Unidos) de anglo-saxônicos.

Cook, está visto, é um homem de boa vontade. A briga continuará, porém. Nem um hino nacional oficial o Canadá tem para seus dois povos. Ainda se canta o *God Save the Queen*. O dinheiro e os selos circulam com a efígie de rainha Elizabeth, o que deixa os franco-canadenses loucos da vida. Só não rasgam dinheiro. Mas não cantam, de jeito nenhum, o hino de Sua Majestade, em cujo nome o poder é exercido no Canadá.

Todas essas divergências provocaram a ocupação militar de Quebec. E, por causa dessa ocupação, há uma grande preocupação pela imagem que o resto do mundo possa ter do Canadá. Até entre os próprios soldados. Um deles, que nos deteve em Montreal, mostrava-se indignado com o fato de tirarmos fotos. Depois, com muitas desculpas, um tenente (de fala inglesa) justificou:

— O senhor compreende. Que vão pensar do Canadá lá fora?

Joaquim Salário-Mínimo

Maio de 2012

A PROPOSTA DE UMA REPORTAGEM sobre o salário-mínimo rolou na reunião de pauta, pois o assunto era importante, todos concordavam. Apesar de ser bem antigo — já fazia mais de trinta anos que ele havia sido instituído por um decreto do tempo do Estado Novo —, o ganho mínimo estipulado para os trabalhadores provocava a cada ano a mesma discussão: era pouco, quase nada diante das necessidades de uma família, por pequena que fosse. Como continua a ser pouco até hoje, apesar de aumentos substanciais nos últimos anos.

O decreto-lei que fixou a remuneração mínima de um trabalhador era pródigo ao relacionar cinco itens que deveriam ser contemplados, para que fossem atendidas as “necessidades normais” do assalariado: alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte. Nenhuma menção a saúde, lazer e educação.

Era o mínimo do mínimo. Os especialistas repetiam que o valor então pago (em 1970, em dinheiro da época, o salário era de 187 cruzeiros mensais) era três vezes menor do que uma família de quatro pessoas precisava para cobrir apenas dois dos itens do decreto — alimentação e moradia.

Os números disponíveis revelavam uma situação dramática. O Ibope deixava de fora da classe D, ou “pobre inferior”, os trabalhadores remunerados com menos de 600 cruzeiros mensais.

Esses números desmentiam os militares do Golpe de 1964, que apregoavam um “Brasil Grande”. Isso dava mais importância à reportagem, mesmo que, para driblar a censura, não se atribuísse culpa ao governo. Bastava mostrar a verdade dos números.

A discussão da pauta tocava em um ponto importante: a propaganda do governo Médici, o mais duro e sanguinário de todos os que se revezaram no poder desde o golpe, mostrava um país idílico na televisão. Mostraríamos, então, o contrário: em vez dos imensos gramados verdes dos comerciais do governo, nos quais

desfilavam famílias a exibir sorrisos de felicidade, revelaríamos a realidade sombria dos trabalhadores do salário-mínimo.

Fazendo esse contraponto, acreditávamos, estaríamos contribuindo para combater a ditadura militar. Às vezes, os repórteres pensam que podem mudar o mundo...

Os números disponíveis eram suficientes para mostrar ser impossível uma família sobreviver com um salário tão baixo. Mas a reportagem não se sustentaria só com números, estatísticas. Era preciso encontrar um "gancho", mais precisamente contar a história de um "pobre inferior" segundo a classificação do Ibope.

Parti em busca do "gancho" que seguraria a história. Encontrei-o numa pequena nota de jornal sobre os sermões da "missa do salário justo", rezada havia poucos meses nas igrejas católicas de São Paulo. Coisa da chamada Igreja Progressista, que começava a incomodar a ditadura militar. Missa como aquela só podia ser coisa de padre comunista. Ainda mais quando, do púlpito, os padres classificavam o mínimo como salário de fome, ganho suficiente apenas para comer, para manter o trabalhador em pé, com "a força necessária para continuar a trabalhar".

Foi numa casa religiosa, a das Irmãs Missionárias de Cristo Operário, no bairro da Vila Guilherme, zona norte de São Paulo, que comecei a ouvir a história de Joaquim Gonçalves da Cruz, migrante mineiro, 36 anos, morador do Jardim Brasil, nos confins da periferia. Joaquim entrava na conta dos cerca de 1,5 milhão de trabalhadores registrados que sobreviviam do salário-mínimo nas cidades. No caso dele, um pouco mais; chegava a ganhar uns 220 cruzeiros por mês graças ao salário-família e, se "Deus fosse servido", graças a ele conseguir fazer duas horas extras por dia.

Mesmo com as horas extras que Deus permitisse, Joaquim vivia muito abaixo da condição de "pobre inferior", com a mulher e cinco filhos. As coisas só melhoraram um pouco depois que as Irmãs Missionárias de Cristo Operário passaram a ajudar com alguma comida, que ele levava para casa todo dia na volta da fábrica.

Graças a essa ajuda e mais um dinheirinho que Ana, sua mulher, conseguia amearhar fazendo serviço de limpeza em casas de

família, Joaquim comprou um terreno no fim da zona leste, para pagar em prestações baixinhas, durante 15 anos. Ali ele pretendia construir uma casa, realizar o sonho de sair do quarto miserável onde sua família se amontoava.

O quarto onde, numa manhã de domingo, ele me recebeu para contar sua história de trabalhador de salário-mínimo.

• • •

Joaquim Salário-Mínimo

Realidade

Janeiro de 1971

RUA VITALINA, 160, FUNDOS — Jardim Brasil, São Paulo. Um quarto de madeira, 2 metros e meio por 3. A cama do casal ocupa metade do espaço, que à noite se reduz bastante por causa do colchão estendido no cimento para a dormida dos dois filhos maiores. Sobra só um pedaço de chão livre, pouco mais de 1 metro quadrado, entre o fogão, o armário, a máquina de costura e as pessoas que dormem. São sete pessoas dentro desse quarto de 7,5 metros quadrados: além dos dois meninos no colchão, três meninas dormem na cama única da casa, junto com os pais. A menor, de um ano e meio, fica entre o casal; as outras — uma de 8 e outra de 6 anos —, emboladas nos pés da cama, espremidas contra a parede. No ar pesado do quarto há suor, cheiros misturados, irritação, choro, pesadelos. E ameaças reais:

— Pai, passou um rato em cima de mim!

— Tá sonhando, menino!

Às 5 da manhã, a mãe acorda. Sem necessidade de despertador — a luz que entra pelas frestas das paredes é o sinal. E com ela todo mundo tem de se levantar, senão é impossível qualquer movimento no quarto, que precisa se transformar em sala e cozinha todas as manhãs.

— Levanta, levanta!

Os meninos estremecem, estremunham, choram, esfregam os olhos querendo continuar na cama.

— Sai pra fora, que eu preciso arrumar a casa.

Só quem fica na cama é a caçula, que ainda não sabe andar. Os outros pulam para fora, vão acabar de acordar no *quintal*, um corredor estreito que serve de passagem para os moradores dos outros dois barracos. Enquanto isso, a mãe arruma as coisas lá dentro e põe água no fogo para o café.

Assim começa o dia na casa de Joaquim Gonçalves da Cruz, 36 anos, um entre cerca de 1 milhão e meio de trabalhadores registrados que vivem de salário-mínimo nas cidades.

Joaquim ganha cr\$ 187,20 por mês, que é o salário-mínimo mais alto do país (regiões de São Paulo e Guanabara). Tira mais, por causa das horas extras e do salário-família: em média, cr\$ 220,00, porque há desconto para o INPS e a mensalidade do sindicato. Tecnicamente, um *salário de sobrevivência*. Em sua morada, sem banheiro, sem água, sem higiene, todos têm uma doença de que se queixar. Mas a queixa maior é contra o salário minguado, insuficiente para matar a fome que muitas vezes se instala nos 7,5 metros quadrados que tocam à família como casa de morada.

— Joaquim, você sabe o que é salário-mínimo?

— Eu sei, porque sempre ganhei ele. Faz tempo que passo fome com ele.

O salário-mínimo foi pago pela primeira vez no Brasil em 1940. Era de 240 mil-réis, 24 centavos de hoje. O decreto-lei 399 (abril de 1938), que o regulamentou, diz que é a remuneração devida ao trabalhador, “capaz de satisfazer as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Não há referências a recreação, assistência médica, nem aos descontos feitos na folha de pagamento. Mas mesmo os cinco itens do decreto — as *necessidades normais* — não podem ser atendidos pelo salário-mínimo. E, ainda que pudessem, não resolveriam o problema. Só o crescimento da riqueza nacional e a melhor distribuição de renda trarão a solução.

Fome total, de faltar tudo de uma vez, nunca acontece. Mas racionar a comida, privar-se de alimentos necessários — carne e leite, por exemplo — é comum a Joaquim, sua mulher e seus cinco filhos. Desse jeito, Joaquim não pode cumprir nem um dos itens do decreto-lei que criou o salário-mínimo.

Manhãzinha, na hora de sair para o trabalho, ele confere o dinheiro, umas cédulas sujas e amarrotadas, separa os 70 centavos do item *transporte* (ônibus, ida e volta, passagem a 35 centavos), e as rugas acentuam-se em seu rosto. Só dispõe, tirando o dinheiro do ônibus, de 300 cruzeiros velhos, 30 centavos de hoje — mais do

que era o primeiro salário-mínimo no Brasil. Mas as coisas estão caras, um pãozinho custa 80 cruzeiros velhos, o dinheiro não dá para comprar um pão para cada um dos meninos.

— Lé, vai na padaria e traz três pão dos pequeno.

Clemente, Quelemente, Quelé, Lé: é o menino mais velho de Joaquim. Tem 11 anos, é pequeno como um menino de 8, mas é esperto e rápido na hora de comprar comida. Num instante, volta com os três pães que Ana, a mãe, reparte em seis.

— Come, Joaquim.

— Quero não.

Vai sem comer para a fábrica, para um dia de oito horas de trabalho. Ou dez, se Deus ajudar com duas horas extras.

A alimentação deficiente é apontada com frequência como a principal causa da improdutividade. Durante o I Encontro Governo-Empresa para a Solução dos Problemas de Proteínas, realizado em maio do ano passado, no Rio, o economista Julian Chacel, da Fundação Getulio Vargas, declarou que o salário-mínimo em vigor não permitia o consumo *per capita* diário de 60 gramas de proteínas. Essa quantidade seria necessária a uma alimentação equilibrada. Mas, para consegui-la, o trabalhador precisaria ganhar o equivalente a quatro salários-mínimos. Joaquim não sabe o que é proteína, nem os alimentos que a contêm. A maioria deles — carne, ovos, leite etc. — não entra normalmente em sua casa. “A falta de proteínas — diz o médico Walter Silva, presidente da Comissão Nacional de Alimentação — diminui a resistência orgânica às doenças e reduz a capacidade de trabalho dos adultos.

Joaquim, responsável por uma família de seis pessoas, viveu na lavoura até os 30 anos, no município de Rio Pardo, norte de Minas, “um lugar de conforto nenhum”. Lá, só aprendeu a ler algumas palavras e a assinar o nome, assim mesmo porque os padrinhos fazendeiros tinham interesse em seu título de eleitor. Quando achou que a família precisava de um “conforto melhor”, arrumou os trastes e foi para São Paulo. Desde que chegou, em 1965, trabalha no mesmo emprego, na fábrica de balanças Filizola. Trabalho duro, na pá, carregando caminhão com os resíduos que saem da fundição. Se tem hora extra a fazer, não rejeita: importante é poder ganhar

um pouco mais. Tem muita vontade de um dia *melhorar a leitura* e poder passar para um serviço melhor, escapar do mínimo, como muitos que são operários especializados na fábrica. É por isso que frequenta um curso que a fábrica mantém “pra quem conhece pouco da leitura”.

Joaquim foi ao médico pela primeira vez quando tinha 32 anos, por causa de uma sinusite que até hoje não conseguiu curar. Fora disso, tem vermes e uma dor de barriga que ataca de vez em quando. Por causa dela, já passou nove horas na fila de um posto do INPS, tendo de pedir umas dez vezes que guardassem o seu lugar para ir ao banheiro. Em 1969, apertou mais o cinto e comprou um terreno para pagar em quinze anos. É longe, mais de uma hora de ônibus até o centro, mas um dia ele espera poder fazer uma casinha e livrar-se do aluguel.

A luta para escapar dos apertos do salário-mínimo é diária — Joaquim na fábrica, sua mulher em casa, racionando a comida, remendando as roupas, fazendo de vez em quando alguma costura para fora. Mas Ana, que parece a avó de seus filhos (tem 33 anos, aparenta 50), também tem as suas doenças, há dias em que só faz o trabalho de casa porque não tem outro jeito. Foi ao médico quando já estava com 29 anos. Tinha esquistossomose. Ficou em tratamento durante três anos, na Santa Casa. Não podia usar os serviços do INPS porque só era casada no religioso, e o casamento civil custava 70 contos. Faz três anos que ela e Joaquim se casaram num cartório, por conta de um centro espírita. Mas a família toda continua católica.

Os meninos, segundo os médicos informaram a dona Ana, são todos atacados de vermes, de bichas. Clemente, Lé, o “maiorzim” (11 anos), tem anemia; Donizeti (9 anos), tem uma “dor de banda”, além da anemia; Donizita (8 anos) já teve desidratação e bota vermes enormes; Laurinda (6 anos) vive muito amarela, também por causa dos vermes; e Aparecida (1 ano e meio) já foi atacada de broncopneumonia.

Ana perguntou ao médico por que todos os seus meninos são atacados de vermes, ele recomendou muito cuidado com o

banheiro. O que há é uma privada, casinha de barro, sem água encanada, que é usada por três famílias.

Depois que entrou para a escolinha da fábrica, Joaquim andou aprendendo a fazer umas contas. Por exemplo, aprendeu a somar os gastos obrigatórios de cada mês: aluguel, condução, gás, INPS, sindicato, prestações do fogão, da máquina de costura, do terreno. A conta vai a mais de 145 cruzeiros. Isso porque o aluguel é antigo e barato — o seu Paulo, dono do quarto, “sabe das dificuldades e só cobra 12 contos”. O que sobra, uns 70 ou 80 cruzeiros, tem que dar para a comida, os remédios, os cadernos para os meninos que estão na escola (Clemente, Donizeti e Donizita) e o sabão para lavar roupa (sabonete para banho, nem pensar). No fim das contas, Joaquim repete sempre:

— Com esse tal de salário-mínimo, a gente só tem direito de morrer.

A situação andou apertando mais nos últimos meses. Começou a faltar até o feijão com arroz, que era a comida que ele levava todo dia para a fábrica, numa marmita (o almoço no refeitório da fábrica custa cr\$ 1,60). Aí, as Irmãs Missionárias de Cristo Operário, que fazem trabalho de promoção humana na fábrica de Joaquim, conseguiram com a direção da empresa para ele almoçar de graça. E à noite, quando Joaquim sai do trabalho, passa na casa das Irmãs, na Vila Guilherme, e leva comida para casa.

Foi assim que a família de Joaquim passou a comer carne.

Em novembro do ano passado, o levantamento anual feito pelo Ibope, na Guanabara, mostrou mais uma vez que os que ganham o salário-mínimo, como Joaquim, estão fora de qualquer classificação. Joaquim está longe de atingir o grupo socioeconômico que vem em sexto e último lugar na pesquisa do Ibope — a classe D, ou *pobre inferior*. Uma família dessa classe tem renda mensal de até 600 cruzeiros (média de cr\$ 345,70), vive em *deficit* permanente e é obrigada a fazer corte no consumo de gêneros alimentícios.

Isso quer dizer que Joaquim não chega nem a ser um *pobre inferior*. Não é sequer um número para as estatísticas.

O Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — fez outro levantamento, também em novembro

do ano passado, em São Paulo. Chegou à conclusão de que, apenas para atender às necessidades de alimentação e moradia (aluguel), uma família de quatro pessoas — um casal e dois filhos menores — gasta cr\$ 543,50.

No caso de Joaquim, o salário é de fome, de acordo com a Doutrina Social da Igreja. Ele mesmo ouviu o padre dizer isso, no sermão da Missa do Salário Justo, rezada em todas as igrejas de São Paulo, no dia 25 de outubro do ano passado: “Salário de fome é aquele que somente dá pra comer, mantendo o trabalhador unicamente com a força necessária para continuar a trabalhar”.

Além de reclamar do salário-mínimo, Joaquim não tem queixas do mundo. É um conformado, manso, crente no destino. Seus dias são todos iguais, sem alegrias, uma rotina de miséria. Às vezes se alteram, para pior, mas ele resolve tudo com uma grande fé. A maior alteração em sua vida foi uma tempestade que derrubou a casinha — 18 metros quadrados de construção — que estava levantando no terreno que comprou no Jardim Ipê, muito além do subúrbio de São Miguel Paulista. A construção começara em janeiro, com material comprado com o dinheiro do 13.º salário. Ele próprio, com ajuda de seu Paulo (o dono do barraco em que mora) e de alguns amigos da fábrica, estava levantando as paredes, aos domingos. Em fevereiro, o temporal. Tijolo assentado só com barro não aguentou, veio tudo abaixo. Joaquim olhou para o estrago, coçou a cabeça, entristeceu todo por *dentro*.

— Você não xingou, não disse nem um palavrão?

— Não. Achei que aquilo foi um espelho que Deus mandou pra nós. Era uma situação que eu não podia resolver, então me conformei.

Naquele dia, Joaquim teve de se conformar duas vezes. Chuva muita, chegou em casa tarde da noite, encontrou toda a família empoleirada em cima da cama, olhando para o chão inundado; não era a primeira vez: sempre que chove forte, a água entra no quarto. O pior era dar a notícia à mulher.

— Pra levantar as paredes, eu tinha tirado comida da boca dos meninos; não é dizer que era dinheiro sobrado, não. Foi um caso de

fazer uma força sem poder. Mas eu pensava: pior era se a gente estivesse lá dentro.

Esse também foi o pensamento de Ana. Ela não chorou, ficou só com um “apertamento” no peito.

— Eu queria botar aquela gastura pra fora, aliviar, mas não podia.

Vai fazer um ano que a chuva derrubou a casa de Joaquim. No lugar, só há um monte de tijolos em pedaços. Pedaços de um sonho que ele continua a sonhar.

— Uma casa da gente, pra confortar mais as crianças.

Em novembro, Joaquim refazia os planos: pegar novamente o 13.º salário e recomeçar a construção. Aos pouquinhos, de tijolo em tijolo, de domingo em domingo. Assim, quem sabe, quando vier o novo aumento do salário-mínimo, poderá finalmente colocar as telhas. Não precisa luxo nenhum de reboque, pintura.

— É só cobrir, e a gente se muda.

Em seu quarto alugado, Joaquim faz planos. Gosta de falar da casa nova, conversa até tarde, às vezes até depois das 10 horas, quando apaga a única lâmpada elétrica e acende a lamparina de querosene para economizar luz. É nessa hora que os ratos começam a correr pelas paredes, a passear pela cama, pelo chão, por cima dos meninos. Um pesadelo que serve para aumentar o sonho da *casa nova*.

Ana anda economizando mais do que nunca. Agora que a comida de jantar que as freiras dão é melhor, a comida do almoço nunca passa do arroz com feijão. Carne, um domingo por mês. Ana já arrumou serviço de limpeza em duas casas de família. Um dia por quinzena em cada uma, a 10 cruzeiros. Por mês dá 40, dinheiro que vai guardar para ajudar na construção da casa.

— Só gasto se precisar para uma doença ou se não sobrar para comprar o leite pra menina.

Na casa de Joaquim, só Aparecida, a menina mais nova, toma leite.

Clemente e Donizeti também querem ajudar. Os dois vendem sorvete, quando a sorveteria tem de sobra, ou catam ferro-velho, vidros, latas. Mas nada de perder aulas por causa desses

servicinhos. Clemente, Donizeti e Donizita estão na escola; Joaquim faz questão que eles “conheçam de leitura” direitinho.

— É pra quando eles crescer ter um ofício, não viver de um *salariozim* assim como o meu.

Um de seus orgulhos é ver os cadernos dos meninos, principalmente os do Clemente, que sempre ganha boas notas em moral e cívica e desenho: seus cadernos são cheios de casinhas coloridas.

Enquanto não tem o dinheiro para recomeçar a construção da casa, Joaquim vai afundando o poço em seu terreno no Jardim Ipê. Cada domingo afunda mais um pouco, ele cavando, e Clemente e Donizeti puxando a terra com um balde.

— Faz muito tempo que você está cavando este poço?

— Faz bem uns três meses. É o meu divertimento de domingo.

Joaquim acha bem melhor cavar do que ficar no aperto do quarto. Depois, não sobra dinheiro nenhum para passear, o melhor mesmo é trabalhar para o tempo passar mais depressa. Nenhum dos filhos de Joaquim, nem ele, nem a mulher conhecem cinema. O único passeio que a família fez na vida foi ao jardim zoológico da Vila Guilherme, há uns três anos. Num domingo, a despesa foi de quase 2 contos! Agora, com as coisas caras como estão — Joaquim faz os cálculos —, o gasto seria umas três vezes maior, quase o que ele ganha num dia de trabalho na fábrica.

Joaquim cava a terra com disposição, vai afundando cada vez mais o poço, que já está perto de dar água.

— Quero fazer o barro de assentar tijolo com a água que sair daqui — lá embaixo, o sonho continua, a “casa nova” é quase uma ideia fixa.

— Joaquim, será que o dinheiro dá pra levantar a casa?

A voz vem lá de baixo, gritada:

— Se não der, eu passo fome. Já estou acostumado.

O prédio

Maio de 2012

ESTA REPORTAGEM CONTA UM PEDAÇO da história do Martinelli, um prédio histórico que reinou por duas décadas como “o maior arranha-céu da América Latina”. Mas a matéria é um retrato do edifício em decadência. O auge de sua decadência foi quando alguns antigos inquilinos incomodados diziam que o Martinelli estava para “cair de podre”.

Desde o início de sua construção, em 1922, e de sua inauguração, em 1934, ele aparecia com destaque em jornais e revistas. Era uma referência, imagem obrigatória nos cartões-postais de São Paulo.

Mas, depois de 1954, quando a cidade comemorou seus 400 anos e desembestou a crescer, outros prédios mais altos se levantaram, alguns deles vizinhos, como o edifício do Banco do Estado, em terreno mais elevado e com oito andares a mais; o Martinelli foi ficando por baixo, contido em seus 25 pavimentos.

Nos anos 1950, São Paulo repetia orgulhosamente um *slogan*: “A cidade que mais cresce no mundo”.

Não muito longe do espaço que o Martinelli ocupava na Avenida São João, então a principal da cidade, estendendo-se entre as ruas São Bento e Líbero Badaró, um edifício bem mais alto, o Itália, com 45 andares, erguia-se na esquina das avenidas São Luís e Consolação.

Não demorou muito para que o Martinelli entrasse em decadência. No início dos anos 1960, menos de 30 anos depois de inaugurado, já era visto como coisa “antiga” na cidade que se renovava todos os dias.

Em 1971, quando esta reportagem foi feita, o prédio ainda não completara 40 anos, mas estava, no dizer de antigo inquilino, “todo roído por dentro”. É que, com a expansão da cidade, os inquilinos mais importantes, escritórios de grandes empresas, advogados,

engenheiros, médicos, contadores e outros profissionais, foram se mudando para prédios novos, modernos, mais atraentes.

Dos inquilinos mais importantes que permaneceram sobraram algumas associações, sindicatos, uma escola profissional. E até um banco, mas este, que ocupava cinco andares, mantinha-se isolado, sem se misturar com o resto do prédio — tinha entrada exclusiva, na esquina da Avenida São João com a Rua São Bento.

Com o barateamento dos aluguéis, foram aparecendo novos inquilinos, pequenos escritórios dos mais variados negócios, alguns suspeitos, advogados de porta de xadrez, clínicas dentárias e até uma igreja e algumas chamadas “casas de tolerância”. Muitas das salas antes ocupadas por empresas importantes começaram a ser divididas para moradia. E não demorou muito para que ocorressem invasões. Até um dos elevadores parados virou moradia. Antigos inquilinos que resistiram viviam a reclamar — o Martinelli se transformara num pardieiro.

A manutenção precária foi ajudando na deterioração do prédio, que, apesar de tudo, recebia milhares de pessoas por dia.

Quando fui conhecer o Martinelli por dentro, fazia três meses que uma empresa de administração tinha sido contratada para “por ordem” naquela confusão. No 14.º andar, todo pintado de novo, instalou-se um homem encarregado de cumprir a missão que parecia impossível. Sua maior preocupação era com a “limpeza moral”, com o negócio das mulheres que em vários andares mantinham encontros com homens que traziam da rua.

Passei uma semana subindo e descendo escadas, frequentando botecos, conversando com velhos e novos inquilinos, ouvindo histórias antigas do prédio, algumas tenebrosas. Na Igreja de Deus Vivo, no 17.º andar, ouvi sermões contra o pecado, que, dizia uma pastora, era a desgraça daquele prédio.

Apesar de alguns avisos de que andar sozinho por compridos e escuros corredores era perigoso, inicialmente não fui acompanhado de fotógrafo, para não chamar a atenção. Principalmente do novo administrador, que poderia impedir o meu trabalho. Só fui ao 14.º andar, onde ele ficava, quando considerei a reportagem acabada.

Só então o fotógrafo Irving Clements, um jovem inglês recém-chegado ao Brasil, entrou em ação. Subindo e descendo escadas comigo, espantado, ele ia registrando flagrantes da vida no prédio. Um dia, Irving se aventurou sozinho. Eu estava no térreo à espera do elevador de Fortunato Caritá, o ascensorista mais antigo, que me contava histórias de outros tempos. Irving tinha uma história recentíssima para me contar, desceu correndo de outro elevador, trêmulo, e logo foi dizendo:

— É melhor *mim* ir embora!

É que ele tinha feito umas fotos no bar do 13.º, e um bêbado invocou. Pegou uma garrafa e partiu para cima dele, dizendo: “Eu quebro você e essa máquina, seu alemão de merda!”. A sorte é que o elevador parou no andar a tempo de o gringo escapar.

Fortunato Caritá minimizou o perigo:

— Aquele bêbado só faz farol, é que nem cachorro que late, late, mas não morde.

Descendo e subindo com seu elevador, agora verde-sujo, como fazia desde 1938, Fortunato foi o fio condutor da história sem beleza que contei do velho Martinelli.

• • •

O prédio

Realidade

Abril de 1971

— SOBE!

Fortunato Caritá, uniforme impecável, abre a porta de um dos treze elevadores do Martinelli, para receber gente muito importante. Industriais, banqueiros, médicos, advogados, políticos, senhoras da alta sociedade. Gente do prédio ou visitantes. Quem não vai tratar de negócios ou se divertir nos elegantes salões dos clubes vai admirar a cidade de cima, do terraço, onde funcionam um cassino e um *night club*.

São Paulo fica lá embaixo. Dos 105 metros de altura do Martinelli, a cidade de pouco mais de 1 milhão de habitantes pode ser vista inteirinha. E a cidade, em volta, vê o prédio imponente — o maior arranha-céu da América Latina.

O Martinelli é um orgulho. No elevador, Fortunato Caritá trabalha contente, tratando com gente fina, educada, digna da importância do edifício.

- Vigésimo andar.
- Pois não, doutor.
- Décimo quinto andar.
- Às ordens, madame.

Madame pode escolher um dos três espelhos de cristal do elevador, para conferir a elegância. O elevador tem brilhos que não são apenas os dos espelhos: a pintura da cabina, em verde-claro, o lustre no teto, as pequenas lâmpadas vermelhas no painel de bronze, acendendo e apagando para indicar as chamadas dos 25 andares.

Fortunato Caritá é um pedaço da história do Martinelli.

Quando começou a trabalhar em seus elevadores, em 1938, o prédio vivia em plena importância. A construção começou em 1922 e só terminou em 1934 — imenso bloco cor-de-rosa obrigatório nos cartões-postais de São Paulo.

Seu orgulhoso proprietário, o comendador Giuseppe Martinelli, era apontado como o autor de uma verdadeira façanha.

O edifício era o ponto de referência da cidade, com o nome do comendador elevado às alturas. O projeto foi de um sobrinho seu, Ítalo Martinelli. “Espantosa obra arquitetônica” — era o mínimo que os jornais diziam do prédio, que abria 2.133 janelas sobre São Paulo. E das janelas mais altas o comendador olhava a cidade encantado com sua obra: ele morava num palácio de três pavimentos, construído no terraço.

A importância do Martinelli não era medida pelos seus 105 metros de altura. Sua localização, no ponto de maior movimento de São Paulo — começo da Avenida São João, entre as ruas São Bento e Líbero Badaró —, atraiu o interesse de grandes empresas, profissionais liberais, entidades de classe, clubes. O Hotel São Bento, que funciona até hoje, ocupava os sete primeiros andares e era considerado um dos mais luxuosos. O Cine Rosário, com entrada pela Avenida São João, foi inaugurado pelo príncipe de Gales.

O Martinelli era o chique.

— Desce!

Fortunato Caritá, calças amarrotadas, camisa puída nos punhos e no colarinho, abre a porta do elevador no 25.º andar. Tem 72 anos, o corpo curvado, os movimentos lentos. Há 33 anos repete os mesmos movimentos: puxar uma manivela que se fixa em três posições — *subir, descer, parar* —, abrir o trinco da porta interna com um gancho de ferro igual ao dos piratas manetas do cinema e depois puxar a alavanca de abrir e fechar a porta externa.

São 7 horas da manhã, Fortunato está fazendo a primeira viagem do dia. O painel não registra nenhuma chamada. No lugar das lâmpadas vermelhas, há 25 buraquinhos que não servem para nada. Mas ele sabe que lá em cima Ludovico Encanador está esperando.

Ludovico, 69 anos de idade e 42 de serviço neste prédio importante, mora num pequeno quarto, no 25.º, e trabalha no último porão, cuidando de uma das bombas de água. A esta hora,

não é o único a descer no elevador de Fortunato: moradores de vários andares já estão batendo nas portas, gritando:

— Elevador! Elevador!

No 24.º, um sujeito berra mais alto, dá socos violentos na porta, xinga:

— Como é, essa merda desce ou não desce?

— Desce — diz Fortunato, com calma, na sua paciência acumulada.

O sujeito que berrava no 24.º, um baixinho magro e de bigodinho, entra olhando feio. Junto, uma senhora gorda, grandes olheiras, com uma cesta de compras. No 22.º entra um crioulo de uns 2 metros de altura, de braço dado com uma garota de minissaia e cara de maldormida exageradamente pintada; no 18.º, um aleijadinho mirrado que procura um canto e fica olhando para cima, olhos fixos na lâmpada do teto; no 16.º, um senhor gordo, pasta debaixo do braço, a cara esperta dos corretores de imóveis. Nem uma palavra, ninguém se cumprimenta. Dentro da cabine verde encardida, há apenas esse silêncio de expectativa próprio dos elevadores.

— São Paulo! Cuidado com o degrau — Fortunato avisa.

Os passageiros somem apressados, para a rua. Ludovico afunda-se pelas escadas, 33 degraus até o escuro dos porões.

Porão 2: umidade e gato — desço atrás de Ludovico, até o grande salão onde ele verifica as chaves elétricas, os canos, as bombas. A umidade pesa no ar abafado. A luz das poucas lâmpadas reflete-se nos olhos amarelos de um gato acorado numa cadeira estofada sem idade. Ludovico Encanador vive aqui boa parte de sua vida. É um homem importante na vida do prédio, onde trabalha desde os tempos da construção. Conhece de cor os encanamentos, os intestinos de chumbo por onde correm águas e detritos. Aqui perdeu o nome alemão, Ludwig Riehm, virou Ludovico Encanador. Seu divertimento são três gatos — este que está na cadeira e dois outros que a esta hora estão caçando ratos pelos labirintos dos porões.

Porão 1: as tristes bandeiras — dezenove degraus acima. Daqui já se pode ver a luz do dia, que entra pelo corredor do térreo ou

desce por uma das áreas internas, um poço escuro cheio de janelinhas e de paredes cobertas de limo. Nos peitoris, nos basculantes dos vitrôs, nas grades de proteção, há papéis, trapos, cascas de frutas — as coisas que o prédio joga, e que não contemplam a queda, ficam como tristes bandeiras esquecidas no tempo.

Vejo tudo isso de sob a laje, arriscando a cabeça para fora de vez em quando. Ludovico Encanador avisa:

— Cuidado, que pode cair uma garrafa!

O fundo do poço está cheio de sujeira que os faxineiros ainda não tiveram tempo de limpar. Um cheiro grudento, azedo, penetra-me a pele.

O porão 1 tem longos corredores, portas, buracos que dão para depósitos e outras áreas livres. Onde caem os suicidas, os acidentados. Numa área dessas, faz mais de vinte anos, apareceu um menino morto, assassinado. Até hoje, o crime não foi descoberto. E quem é capaz de decifrar os mistérios desses escuros porões?

Subo as escadas correndo.

Andar térreo: mil pessoas por hora — saída para a Líbero Badaró e para a Avenida São João. Lá fora, o trânsito ronca pesadão. No corredor, grandes filas nas portas dos elevadores. São 8h30, as lojas da parte exterior do prédio já estão em pleno funcionamento, e os funcionários do Banco Itaú América manejam milhões retirados da caixa-forte. Só um local está fechado: é o cabaré que ocupa um porão na esquina da São João com São Bento e que só fecha quando chega o dia.

O Martinelli começa a ferver, no *rush* inicial de um movimento de mais de 25.000 pessoas por dia. Filas nas portas dos elevadores, no térreo e no 1.º andar (o 1.º dá para a Rua São Bento). Impaciência, xingamentos, desistências. Muitos resolvem subir pelas escadas.

Espero o elevador de Fortunato, na fila maior, porque ele serve até o 25.º. Espero três viagens, vou na quarta.

— Sexto andar, por favor.

— No 6.º não tem nada. É do banco e não tem entrada por dentro.

Do 2.º ao 6.º funcionam vários serviços do Banco Itaú América, completamente isolados do interior do prédio. Entrada só pela parte externa, na esquina da São João com São Bento. É como se o banco temesse o contágio com o resto do edifício.

Estou conhecendo o mundo do grande prédio, vou sem destino. Peço outro andar, o primeiro que me vem à cabeça.

— Décimo sexto.

Fortunato me olha desconfiado com seus olhinhos apertados.

16.º andar: aí embaixo é fogo — o Bar 16, à esquerda de quem sai do elevador, está movimentado. Todas as mesas ocupadas com gente tomando café com bolinhos, sanduíches, pão com manteiga. No balcão, cafezinho, cachaça, cigarros. Um crioulo esverdeado toma cachaça, enquanto o dono do bar, um italiano divertido, faz uma longa soma num pedaço de cartão de cigarros. A conta do crioulo dá 17,07 cruzeiros.

— É, “pretón”, vai completar vinte conto?

O pretão esverdeado abre um sorriso na cara inchada.

— Bota mais uma, seu “italiano”. Não vou dá o cano, pô!

A moça que serve as mesas conversa com fregueses mais tranquilos, gente boa que mora e trabalha no andar: funcionários públicos, um professor de óculos, uma senhora com cara de caixa dos Correios, outra com jeito de major do Exército de Salvação. Comentários.

— Este é um andar limpo e sossegado, graças a Deus.

— Dizem que a nova administração vai moralizar.

Acerto com um elevador, quero ver o que há daqui para baixo. Do 7.º, onde desço, vou subindo pelas escadas. O 7.º é todo do Sindicato dos Bancários. Neste salão foram decretadas greves famosas que abalaram os meios financeiros de São Paulo. Mas, agora, a esta hora, os salões estão vazios. O 8.º é uma escola profissional, mais de 1.500 alunos. O 9.º é um andar de pintura brilhante, todo iluminado por lâmpadas fluorescentes, senhores respeitáveis circulando calmamente pelo corredor.

10.º andar: vítima da Segunda Guerra — aqui há um certo nervosismo no corredor. Muita gente à espera do elevador. Um homem baixo e gordo anda de um lado para outro. De uma ponta a

outra do corredor, mais de sessenta passos, multiplicados por muitas idas e vindas. É Roberto Palluço, dono de um escritório de representações, um dos mais antigos do prédio, 31 anos de Martinelli. Está brabo por causa de um monte de lixo no corredor, estrila:

— Cadê a limpeza, cadê a limpeza?

Para Roberto, o Martinelli — “uma cidade dentro da cidade” — está virando uma ruína. Lembra os bons tempos, quando todos os elevadores funcionavam, os corredores brilhavam, a gente andava sobre passadeiras enceradas, os vidros eram inteiros, limpos. E gente boa, só gente boa vivendo aqui dentro.

— O Martinelli foi derrotado pela guerra — diz Roberto, com raiva.

E conta outro pedaço da história do prédio. Por ser propriedade de uma empresa do governo italiano (o comendador tinha vendido o arranha-céu), foi confiscado pelo governo brasileiro e, mais tarde, vendido em leilão. Passou a ser de muitos proprietários (hoje são mais de cem) e ganhou um novo título, o de primeiro edifício em condomínio do Brasil, enquanto começava a perder o de maior arranha-céu: à sua volta subiam novos edifícios, para alturas maiores, como o do Banco do Estado e o do Banco do Brasil. O sistema de condomínio foi acabando com o prédio, que entrou em decadência. Gente importante foi-se mudando, novos inquilinos chegando. Grandes salões começaram a ser divididos em pequenos cubículos para negócios humildes ou suspeitos, para moradias, botequins.

25.º andar: bandidos miseráveis — tento o elevador, que passa sempre lotado. Não sei por que, não consigo usar o sistema de batidas na porta para chamá-lo. Tenho uma leve esperança de que a porta se abrirá a qualquer momento e haverá um lugar para mim. Espero.

O 25.º é um andar quase deserto: além do Ludovico Encanador, moram duas famílias — a de dona Elza Gregório, viúva e com cinco filhos, e a de José Basílio, pai de quatro filhos, empregado na conservação dos elevadores.

As crianças brincam no corredor, que o ambiente em casa é apertado. Apostam corridas, de uma extremidade onde funcionava a escola de danças do professor Patrizi (está fechada há anos) até a porta do salão que foi da academia de judô do professor Ono. Também brincam nos grandes salões vazios que foram de clubes, escondem-se nos cantos escuros. O cachorro Bob, de dona Elza, acompanha as brincadeiras, latindo de alegria.

— Pra dentro, meninos — é a mulher de José Basílio.

Os meninos não ligam. Chegam outros meninos, do 24.º, do 22.º, até do 17.º. Quem vem mais é o Zé Carlos, 9 anos, morador do 24.º. Menino esperto, malicioso nos gestos e nos olhos grandes e redondos. Ele brinca por todos os andares, subindo e descendo. Faz mais de mil degraus por dia, sem contar as vezes que consegue pegar o elevador. Hoje está com um olho roxo e meio inchado.

— Que foi isso, menino?

— Me acertaram lá no 18.º.

Propõe aos outros meninos brincarem de mocinho e bandido, vai-se entrincheirar no vão da escada e faz banguê-banguê com a boca.

— Aí, seus bandidos miseráveis!

O guarda Ricardo, que está fazendo a ronda do prédio, chega com a respeitabilidade de sua farda e acaba com a brincadeira.

— Vamos parar com essa perturbação!

Os meninos escapolem desconfiados, roçando as paredes. O cachorro Bob também se recolhe, com o rabo entre as pernas. A ordem acaba de ser restabelecida no 25.º andar.

— Desce!

9.º andar: coronel bom de tiro — aqui há muita ordem e pouco respeito. O 9.º é um andar muito limpo, metade pintado de amarelo-pêssego, metade de azul-celeste. Duas respeitáveis entidades — a Associação dos Inativos da Guarda Civil e a União dos Servidores Públicos — dividem o espaço. Do lado azul, os Inativos; do lado amarelo, os Servidores. Grande movimento em todas as salas. Só os servidores têm mais de 48.000 sócios, e centenas deles estão agora pagando mensalidades, fazendo consultas médicas, procurando advogados. Velhos guardas aposentados e de barrigas avantajadas fervilham pelas salas de

recreação, em volta de mesas de bilhar, de tabuleiros de xadrez, de dominó, de damas. Na sinuca, o tenente-coronel acaba de encaçapar a bola 7, numa tacada certa.

— Ele sempre foi bom de tiro — comentam os companheiros com uma certa nostalgia dos tempos em que usavam o revólver.

Passa das 11 horas, vou subir. O capitão Carlos Gomes Machado, presidente dos Inativos, me faz uma advertência:

— Ande de olho bem aberto. Há lugares muito perigosos aí pra cima.

13.º andar: um corpo no lixo — não tenho esperança de elevador, subo pelas escadas escuras. O aviso do capitão dos Inativos me deixou com medo. Subo correndo.

O corredor do 13.º está fervendo. Em frente ao Bar 13, há uma discussão sobre o local onde caiu o padeiro assassinado.

— Foi bem aqui!

— Não, foi mais pra cá.

O crime já é velho, tem anos. Foi por causa de uma discussão na porta do Sindicato dos Panificadores, que fica em frente ao Bar 13. O padeiro andava ameaçando o presidente do sindicato, que aguentou por muito tempo as provocações. Um dia não aguentou mais, matou o padeiro a tiros.

A lembrança do caso sangrento excita o pessoal.

— Lembra-se daquela que se jogou lá de cima, outro dia?

Todos se lembram. A moça ficou numa festa do 12.º até meia-noite, depois subiu pelas escadas. No outro dia encontraram o corpo no fundo de uma área interna, no meio do lixo. Sorte que ela deixou uma carta explicando o gesto, por isso a polícia não incomodou ninguém.

— E tem aquele caso do cara que o elevador arrancou a cabeça...

— Deixa pra lá. Vamos tomar um vermute.

É hora do aperitivo, daqui a pouco começa o almoço. No Bar 13 servem refeições comerciais a 3 cruzeiros.

Nélson de Oliveira, um alagoano corpulento que negocia fósseis, ainda tem muito o que fazer antes do almoço. Vai para a sua sala, num dos corredores laterais, examinar “umas pedrinhas” que vieram do Ceará. Fósseis de peixes, na maioria, que ele vende por

qualquer 10 ou 20 cruzeiros, nas lojas de *souvenir*. Já foi garimpeiro, já negociou com pedras preciosas de grande valor, mas agora vive de fósseis.

No corredor, um cheiro forte de defumador. É o lapidador. Antenor, que tem seu negócio sob a proteção de São Jorge, o santo sempre iluminado a vela, em sua guerra eterna contra o Dragão da Maldade.

— Desce!

Passa um reflexo de luz amarela, que se projeta na parede escura do corredor. A luz passa rapidamente, com um grito:

— Lotado!

No corredor ficam gritos de raiva, xingamentos, pragas.

— Tomara que caia!

Meio-dia. Há música distante, que vem de baixo, som de violão, pandeiros, surdos, agogôs. É um samba, desço no rumo do som.

10.º andar: um coração anda mal — a música é dos rapazes do Venâncio, um velho artista responsável pelo lançamento de novos valores.

Jair Rodrigues, por exemplo. Aqui, num conjunto de três salas, encontro artistas já conhecidos e muitos outros que estão sonhando com a glória.

— Conhece o meu novo samba?

E vai logo cantando, batendo com o nó dos dedos na mesa ou numa caixa de fósforos. Venâncio ouve tudo com atenção, diz que é bom, diz que é ruim, mas sempre dá opinião com palavras de incentivo. Tem muita fé no Ray, um cearense meio adoidado que se chamava Raimundo quando era professor de português num colégio de freiras e agora faz músicas que falam em bombas, robôs, *cibernetemática*.

— Esse menino vai ser um estouro — diz Venâncio, contente.

E tem também o Nilton Moreira, o Chico Matos, ambos preparando discos para lançar. Chega o sambista Carlos Magno, com um samba novo para *mostrar*, mas tem de esperar. Sem um rim, cansou-se muito subindo os dez andares. Nilton Moreira canta um pedaço de seu último samba:

Não ligue, não

*Se o seu coração anda mal
Troque por outro artificial*

Roberto Palluço ainda está brabo por causa do lixo. Nem a música dos rapazes do Venâncio consegue acalmá-lo.

— É uma decadência, uma decadência! Não é à toa que em qualquer prédio da vizinhança o metro quadrado está valendo até 2 milhões e aqui não chega a 300 contos.

Ainda não consigo entender os elevadores. Só quem é iniciado sabe onde eles param. Não há nenhuma indicação nas portas, os botões de chamada não funcionam. Tem de ser na base do grito, mesmo. Agora farei uma longa viagem para cima, uma esticada de mais de trezentos degraus até o 25.º. É o que faz todos os dias, de manhã e à noite, a dona Altair, que prepara o café em seu quarto no 10.º e sai vendendo no prédio inteiro.

— A senhora não se cansa?

— Tô acostumada.

— Não tem medo de andar por essas escadarias e por esses corredores escuros?

— Tenho, mas preciso vender meu café.

Uma vez, um camarada bêbado fechou dona Altair numa sala. Sorte que a porta era fraca, de caixotes, e ela conseguiu derrubar com um pontapé. Agora, o maior medo mesmo foi no dia dos tiros no 13.º.

Subir escadas cansa, mas não é o pior. Ruim é o fedor que vem das áreas internas, dos banheiros. As paredes, de um amarelo antigo e encardido, já absorveram esse cheiro, uma síntese de muitos outros cheiros misturados — mijo, comida azeda, frituras, cocô.

Nos corredores dá para respirar. Respiro no corredor do 11.º. Aqui o movimento é escasso. Quase tudo quarto do Hotel São Bento, um hotel louco que distribui hóspedes por todos os cantos do prédio, do 11.º andar ao 25.º.

12.º andar: Pedrinho Barra Limpa — também não há muito movimento porque não é hora de aulas nas duas escolas — uma de bancários, outra de desenho. Dois imensos salões e 28 salas estão desocupados, em três salas há gente morando. Com todo esse

desperdício de espaço, há um homem que mora numa privada. É Pedrinho Barra Limpa, que vem chegando de uma ronda pelos bares do prédio, onde toma as suas cachaças e arranja pequenos serviços para fazer. Pedrinho é um dos homens honestos do Martinelli. Podem confiar a ele qualquer importância em dinheiro, sem susto. Sua alegria está nos bares — são sete deles dentro do Martinelli —, sua tristeza fica escondida dentro do quarto que já foi privada.

Fica num corredor escuro, pequeno, abafado. Lá dentro, uma cama, uma pequena mesa e o vaso sanitário.

— Só venho aqui para dormir.

Mas neste andar também há um grande artista, o professor Alexandre Natalino Montesanti, inquilino antigo que não desgosta totalmente da atual atmosfera do Martinelli. Ele faz quadros com aplicações de pedras preciosas, alguns dos quais estão em paredes ilustres até do estrangeiro. Quando esteve aqui, a rainha Elizabeth levou um para seu palácio.

Montesanti conhece como poucos as pedras preciosas. Fundou vários cursos de lapidação, é orientador técnico da seção de mineralogia do Museu Raposo Tavares e ainda tem tempo de dar aulas de inglês numa escola importante da cidade.

— Mas sempre que posso estou no Martinelli. Sinto-me bem entre estas velhas paredes.

Já conheço o 13.º, passo direto. Na escada para o 14.º encontro o cego Bento e seu guia Vantuí, um pretinho carregado de vassouras, espanadores, escovas. O cego e seu guia vêm do último andar, visitando salas, quartos, escritórios.

— Há muito tempo vendendo aqui, seu Bento?

— Ah, já faz tempo. Já tentaram até me assaltar! Senti que uns camaradas me seguiam: eu andava, eles andavam; eu parava, eles paravam. O senhor sabe: eu não vejo, mas tenho bom ouvido, sentimento de adivinhar as coisas. Aí eu falei pro meu guia: eu boto a boca no mundo, você corre pra pedir socorro.

Foi uma gritaria. Os camaradas fugiram.

14.º andar: lugar dos homens bons — andar bem-arrumado este. Tem até uma distribuidora de livros. É aqui também que funciona o

escritório da administração do prédio. Romeu Aud Rahal é o homem de confiança da firma que se encarregou da administração, há uns meses. A ordem, diz ele, é “moralizar”. Por exemplo, há guarda de plantão durante as 24 horas no 15.º.

— Acabaram as farras lá.

— Que farras?

— A farra das mulheres que traziam homens da rua.

Romeu e a firma administradora estão cheios de boas intenções. Mas há gente que não tem muita esperança. No 16.º, o andar dos homens bons, uma senhora comenta:

— É difícil vencer o pecado!

17.º andar: um bêbado dá escândalo — a missionária Elza Cagliari está chegando para o culto na Igreja de Deus Vivo, uma seita que ela e o marido, o pastor Sinésio Cagliari, fundaram há dez anos. Ela prega em sete igrejas, diariamente. Nesta do Martinelli, um grande salão sempre lotado de fiéis, seus sermões são avisos terríveis contra os pecados do mundo e, por redução, contra os pecados deste velho prédio.

— Onde há mais pecado é mais necessária a palavra do Senhor.

Hábito branco, cordão amarelo na cintura, a missionária também traz consolação. Paciente, conversa com cada um dos fiéis, pergunta-lhes sobre os problemas, implora cura para todos os males.

— A mão sagrada de Jesus entra pelo teu fôlego de vida adentro, vai penetrando o teu corpo até a sola dos teus pés. Agora vai arrancando todos os males do teu organismo. Arrancando, arrancando, arrancando...

E num gesto enorme:

— Arrancou! Pronto, estás curado, irmão.

— Aleluia, aleluia! — gritam todos.

A missionária olha para cima, olhos de piedade e agradecimento:

— Obrigada, viu, Jesus!

Há uma imensa fé nesta sala do 17.º. Cada um tem uma história de cura para contar.

Continuo a subir. Na escada entre o 18.º e o 19.º, encontro o garoto Zé Carlos, que vem descendo com seu olho roxo e um

carrinho de plástico azul. Ele me informa que vai brincar no 13.º, mas, se eu quiser, me acompanha até o 24.º para ver o índio.

— Que índio?

— Um índio artista.

Vamos lá. Zé Carlos aponta uma porta de pintura corroída onde está pregada uma fotografia de cena de filme de terror — um caixão de defunto com um homem de capa preta debruçado sobre o cadáver, em atitude mais do que suspeita. Bato, uma cara sai do escuro do quarto, que ocupa o espaço de um poço de elevador abandonado, 3 metros quadrados no máximo. Antes aproveitavam esse lugar para depósito, agora é o Índio quem ocupa. Lá dentro, ele sonha no escuro — não há luz.

O Índio, de nome verdadeiro Severino Lucindo de Lima, ganhou o apelido porque tem cara de índio e já fez muito papel de extra — como índio — em filmes nacionais e novelas de televisão. Agora está escrevendo uma história que espera ver filmada. Título *Sufrimento da vida de um bandido*. Por enquanto, o sofrimento é só dele, que sonha com uma grande oportunidade. Conta a sua história no corredor, passa uma vizinha, irônica:

— Artista, hein? De ilusão também se vive.

No 25.º, os meninos brincam de bandido e mocinho, inundando o corredor de gritos e de risos. O cachorro Bob corre de um lado para outro, alegria no rabo arrebitado. Só as crianças de Arlindo, o zelador da antiga casa do comendador, não participam da brincadeira. O dono da parte mais alta do prédio, um senhor que mora no Rio e nunca vem, deu ordens severas a Arlindo: não deixar entrar nenhum estranho. É por isso que os meninos de Arlindo ficam atrás de uma grade de ferro, assistindo às brincadeiras dos outros.

À noite, eles olham as luzes que se acendem na cidade, da janela de um velho palácio abandonado.

— Desce!

O Martinelli não para. À noite, há movimento nas escolas, nos sindicatos, nos bares, nas salas improvisadas em residências, na portaria do Hotel São Bento. Só no 8.º, onde funciona a Vigésima Escola Americana, são centenas de pessoas que se movimentam. Há cursos para torneiros mecânicos, técnicos de rádio, mecânicos

de automóveis, eletricitas. A escola parece uma fábrica, cheia de máquinas de todos os tipos que funcionam até as 11 da noite. Aqui, o sonho é diferente:

— Quando eu me formar eletricitista, vou tirar a barriga da miséria.

O prédio vive a sua noite movimentada. No Venâncio ainda há samba, na Federação das Escolas de Samba (no 13.º) também. No Clube 220, lindas garotas negras fazem inscrição para o concurso da Boneca do Café. No Bar 13, um grupo ainda comenta casos de morte, suicídios, crimes, acidentes. O caso mais terrível é o do moço que se cansou de esperar o elevador, deu um soco no vidro e enfiou a cabeça para gritar. Aí veio o elevador. E arrancou a cabeça dele.

— Sai pra lá com essas histórias!

Pretendo dormir aqui, desço até a portaria do Hotel São Bento e peço um quarto. Dão-me a chave do 1.606, no 16.º. Um quarto ao lado da Associação dos Servidores do DER. Há um tabique de madeira na pequena área, isso me deixa inquieto. Dormir, não dá. Depois, há muito barulho. Ouço alguém dizer lá fora:

— Tem um bêbado dando escândalo aí pra cima. Tá de cueca no corredor do 17.º. Tá brabo porque foi vomitar na janela e caiu a dentadura dele no poço.

Levanto-me, vou para o cabaré do porão. O nome do cabaré é Jantar Dançante São Bento, mas todo mundo no prédio chama de Gruta. Não tem jantar nenhum; nem sanduíches. Mas tem bebida e mulher. Fico até de manhã, ouvindo queixas de uma garota que usa uma saia mais curta que um cinto desses largos.

— Esse prédio tá virando um abacaxi. Não deixam a gente levar ninguém, imagine!

— Dizem que, se a gente se hospedar no hotel, pode — informa outra.

Cansaço, sono, enjoo. Daqui a pouco começa o *rush* do dia. Fortunato Caritá vem vindo para trabalhar no seu elevador. Quando chega, abre a porta e toca para o 25.º, para apanhar o Ludovico.

— Desce!

À margem

Maio de 2012

NA VASTIDÃO DA CHAPADA DA SERRA DA CANASTRA, em Minas Gerais, o fotógrafo Jean Solari, francês com mais de vinte anos de Brasil, evoca seu compatriota, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, que em 1819 pisou o mesmo chão, dando por concluída sua longa viagem em busca das nascentes do rio São Francisco.

Com seu sotaque carregado de “erres”, Solari faz graça:

— Agora vamos descobrir a foz do São Francisco.

Iniciávamos ali, numa manhã de janeiro de 1972, uma grande viagem rio abaixo. Deveríamos cumprir uma pauta ambiciosa: mostrar o vale do São Francisco em todos os seus ângulos, seguindo o curso do rio — mais de 2.600 quilômetros — até o oceano Atlântico, entre os Estados de Sergipe e Alagoas.

Pisamos a terra úmida da nascente, uma poça-d’água meio escondida num capinzal do chapadão, de onde sai um filete, que, adiante espalha-se em outras poças e vai adquirindo jeito de riacho; as águas vão se avolumando até despencarem das alturas da serra, numa queda de quase 200 metros, a que deram o nome de Casca d’Anta.

Dali, já rio, o São Francisco desce por sua parte alta, enrolando-se em curvas, às vezes encachoeirado, depois barrado em Três Marias, virando um lago a que chamam o “mar doce de Minas” — mil quilômetros quadrados de águas represadas —, até Pirapora, ponta de linha férrea e porto em que encostam as embarcações maiores que sobem e descem pelo trecho navegável mais extenso, por quase 1.400 quilômetros, até Juazeiro, no lado baiano, e Petrolina, em Pernambuco. No meio desse trajeto, em Januária, ainda Minas, nos aguardaria o repórter Carlos Moraes.

A partir de Pirapora, o São Francisco toma corpo, corre mais largo e mais fundo, “de baixo para cima” no mapa do Brasil, seguindo seu

destino de “rio da integração nacional”, atravessando os sertões de cinco Estados.

No porto de Pirapora ainda atracam, em viagens cada vez mais raras, os velhos navios a vapor, os gaiolas, impulsionados por grandes rodas traseiras que giram à custa da lenha colhida nas margens do rio, queimada em vorazes caldeiras. Um deles é o “Benjamin Guimarães”, que já navegou em outro grande rio, o Mississippi, depois foi desmontado, transportado para o Brasil e remontado para servir no São Francisco; outro é o “Wenceslau Brás”, que vem subindo o rio e deverá aportar aqui dentro de alguns dias.

Poderíamos aguardar o “Wenceslau”, que oferece conforto de camarotes, para descer até Juazeiro. Mas o gaiola não serve, pois só para nos portos mais importantes e em alguns portinhos para se reabastecer de lenha e de alimentos para a tripulação e os passageiros. Pode parar em qualquer barranco, mas só em casos de emergência.

A reportagem planejada exige conhecermos o rio mais de perto, parar onde for preciso, por isso vamos navegar no “Andradina”, um barco coberto, de motor central, com sete metros de comprimento, que pode encostar em qualquer barranco, a qualquer hora, pelo tempo que for necessário, para colhermos informações sobre a vida nas beiras do rio. Além disso, estão previstas algumas entradas em afluentes.

O “Andradina” navegará sob a responsabilidade do velho Antônio Marinho, que já comandou navios-gaiolas e conhece o rio palmo a palmo.

Ele vai ao leme, numa cabinezinha elevada na parte traseira, de onde dá ordens aos outros dois tripulantes, o Zé do Pilão Arcado, assim conhecido por ser da cidade que tem esse nome, e um Zé que perdeu o nome por ser mudo e virou simplesmente Zé Mudinho. O primeiro cuida da proa, o segundo faz vários serviços, um dos quais o de preparar o rancho, geralmente à base do peixe que ele mesmo pesca.

Como há um francês a bordo, temos algumas provisões “exóticas”. O barco vai abastecido de conservas e até algumas

bebidas finas, como um vinho Chablis que Solari descobriu entre garrafas empoeiradas, a preço antigo, numa mercearia de Pirapora. Ele também providenciou um bom estoque de latas de anchovas, patês, vinhos aperitivos e bolachas. Caixas de isopor foram destinadas a pedras de gelo, para conservação de alimentos e para esfriar no ponto desejado o Chablis que Solari reserva para momentos de relaxamento durante a longa viagem.

O “Andradina” está pronto para descer o rio, o comandante Marinho informa que está tudo em ordem. Durante quase um mês, o barco seria meio de transporte e nossa moradia. Na parte da popa, junto à cabine em que Marinho vai empoleirado, funciona um fogão a querosene; há redes de dormir e uma pequena mesa improvisada com caixotes.

O comandante está feliz pela viagem que, mais uma vez, fará pelo rio. Só sente falta do apito que acionava nas partidas e nas chegadas dos gaiolas. Agora, nesse pequeno barco, vai no grito: “Vamos lá, minha gente!”.

Da grande reportagem que ocupou 64 páginas da revista *Realidade*, além de um encarte com mapa que trazia um resumo de informações sobre o vale do São Francisco, abrangendo todo o vale, extraí o texto sobre a vida da gente que vive às margens do rio. O título — “À margem” — tem duplo sentido: o do chão em que habitam os barranqueiros e o das condições em que eles vivem.

Desse rio, dessa água dependem todos os que vivem em suas margens, a maioria a plantar nas terras de vazante, os “lameiros”, estreitas faixas que o São Francisco fertiliza em suas cheias. Acima, além dos barrancos, estendem-se as terras onde se depende das chuvas quase sempre escassas e de colheitas incertas.

Foi essa incerteza que transformou o alemão Alfred Franz Hanneman num barranqueiro quase igual aos demais. Ele comprou 800 hectares de terra na beira do rio, onde plantou algodão e soltou boi, tudo isso bancado por um empréstimo no Banco do Brasil, mas faltou chuva, sobrou uma dívida enorme e o mesmo conformismo dos outros barranqueiros: “O jeito é aguentar”.

Como o alemão Alfred, o povo do vale aguenta a vida difícil e espera melhorias há muito tempo prometidas, as quais, agora, parecem próximas. Muitas léguas abaixo, na cachoeira de Paulo Afonso, o rio gera energia elétrica, força para desenvolver muitos Estados; em breve, um imenso lago será formado pela barragem de Sobradinho, e mais uma usina hidrelétrica seria montada. Fala-se em grandes projetos de irrigação e de incentivo para a agricultura. Corre rio acima notícias sobre o milagre das colheitas nas plantações das terras irrigadas de Petrolina.

A energia elétrica, que movimenta motobombas para a irrigação, não chegou até o pedaço médio do rio. A maioria das cidades depende de precários motores de luz tocados a óleo *diesel*; o de Carinhanha, na Bahia, está pifado há dias e deixou a cidade às escuras. As únicas luzes que brilham são as das grandes barcaças de carga ancoradas no porto onde também encostou o "Andradina". Nos barcos que sobem contam-se as novidades das cidades iluminadas "lá de baixo", Juazeiro e Petrolina ficam uma beleza de noite, numa claridade que "é só ver o dia". A essas histórias de progresso, juntaram-se outras, antigas lendas do rio. O comandante Marinho garantiu que já viu o Caboclo-d'Água e outras assombrações navegantes.

Rio abaixo, no barranco do Limoeiro, município de Barra, Bahia. O município é um despropósito de terra, estende-se por 19 mil quilômetros quadrados, da beira do São Francisco até a fronteira com o Piauí — quase o dobro do tamanho do Líbano. E dentro dele há propriedades também imensas, como a fazenda de Plínio Mariani, que mede 36 quilômetros beirando o rio e avança outros tantos mato adentro, ocupando uma área de 1.300 quilômetros quadrados. (Por um erro de revisão, a matéria da *Realidade* registra 30 quilômetros quadrados).

Limoeiro é um dos ajuntamentos de casebres que ficam dentro dessas terras que o dono, que mora em Salvador, só vê de ano em ano, na época de conferir quanto cresceu o rebanho de gado criado à solta, como se faz desde que os primeiros colonos subiram o rio, no século XVI. É quando Mariani se reunia com os capatazes, aos quais os vaqueiros prestavam contas. Eles trabalhavam no sistema

do quinto: ganhavam um de cada cinco bezerros que nasciam do gado de que cuidavam.

Contava-se por esses barrancos a breve história de um moço que subia o rio de vez em quando, passageiro do gaiola “Wenceslau”. Um dia ele fez um discurso no porto, falando de coisas que ninguém entendia direito: uma tal de Reforma Agrária para acabar com os latifúndios, terras improdutivas nas mãos de poucos e que só serviam para atrapalhar o progresso do vale, mantendo o povo na miséria. Mas depois desse discurso nunca mais ele apareceu, dizem que foi preso quando desembarcou em Pirapora.

Manhã bem cedo, o comandante Marinho se preparou para zarpar do portinho de Limoeiro. Comentou sobre um barco a motor que encostou de madrugada, durante uma violenta tempestade, transportando um morto que deveria ser enterrado no cemitério do povoado de Fazenda Grande, distante uma légua dali. Seria um enterro de rede, comum nessas beiras de rio, onde não há luxo de caixão.

Solari ouviu a história e preparou correndo seu equipamento. Seria a oportunidade de completar com imagens uma história de vida e morte no rio. Ele havia fotografado na véspera uma criança que acabara de nascer, o décimo primeiro filho de um barranqueiro, agora era a vez de fotografar um velho que acabava de morrer. Saiu em disparada, barranco acima. Perguntou pelo morto, apontaram-lhe a casa onde ele tinha sido velado até o amanhecer, mas dali o enterro já tinha saído fazia um bom tempo. Solari conseguiu uma bicicleta emprestada e correu o mais que pôde na tentativa de alcançar o enterro, que — calculava — devia seguir devagar, os homens se revezando, dois a dois, sob o peso do morto na rede pendente de um caibro. Já perto do cemiteriozinho, no meio da caatinga, encontrou os homens que voltavam com a rede vazia.

De volta ao portinho, Solari anunciou, desconsolado, carregando mais nos “erres”:

— Perdi o enterro!

Em Bom Jesus da Lapa, Bahia, aguardava-nos o repórter Carlos Moraes, que conosco deveria seguir até a foz do rio. Ele viajara de avião até Petrolina, para escrever sobre os projetos de irrigação, agora vinha reforçar o trabalho pelas beiras do rio, no trecho de sertão brabo que tínhamos pela frente.

Moraes era “meio padre”, tinha deixado a batina havia poucos meses, mas ainda dependia da dispensa de ordens pelo Vaticano para cair de vez no mundo. E tinha pendente, também, um processo na Justiça Militar, acusado de “pregação subversiva” na paróquia de Bagé, no Rio Grande do Sul. Foi parar na redação da *Realidade*, onde logo descobriu que tinha mais jeito para fazer reportagens do que para pregar no púlpito.

No porto de Bom Jesus da Lapa, diante da gruta transformada em templo, ele informa que tinha acabado de cumprir a obrigação de rezar para “o ex-patrão”, o Bom Jesus ali representado em imagem venerada por milhares de romeiros. “Agora”— disse — “vou rezar para esse rio que merece o Prêmio Nobel da Paz”. E explica por que: um rio como o São Francisco, que bem podia ter rumado pelas terras ricas do Sudeste, mas terminou viajando por essas terras pobres e secas, merece todas as homenagens.

Rio abaixo, em Xique-Xique, vamos reabastecer o barco de provisões e de gelo. Carlos Moraes encarrega-se do gelo, que procura por toda a cidade, mas não encontra. Porém, não voltou ao porto de isopor vazio: recorrera a uma sorveteria, onde arrematou todo o estoque de picolés. O isopor estava cheio deles, de diversas cores e sabores. Não era o ideal, mas poderia pelo menos manter a água de beber gelada e, protegido num saco plástico para não pegar o gosto dos picolés, um surubim de três quilos que Zé Mudinho fisgara de manhãzinha.

Algumas horas de navegação depois de Xique-Xique, encostamos ao pé de um barranco que tinha, na parte mais alta, enfileiradas sobre o rio, umas duas dúzias de casas, o povoado de Boa Vista do Lagamar. Não demorou, um menino apontou no alto da estradinha que liga o povoado ao pequeno porto. Foi descendo devagar, meio resabiado, até chegar bem perto do barco. Outros meninos foram encostando e, de repente, eram uns dez. Logo, Carlos Moraes

estava no meio deles, num papo animado. Foi quando, de um estalo, teve a ideia: foi ao isopor dos picolés, voltou com uma porção deles e começou a distribuir aos meninos, que no começo estranharam — era a primeira vez que experimentavam sorvete na vida —, mas logo tomaram gosto, e o portinho virou uma festa. Alguns subiram a ladeira correndo e lá em cima contaram a novidade, outros foram chegando. Chegaram até umas velhinhas magras que também ganharam picolés. Num instante a caixa de isopor estava vazia. Foi uma comunhão de crianças de rostos lambuzados.

Jean Solari brincou:

— Foi o milagre da distribuição dos picolés.

De Juazeiro-Petrolina, descemos por terra, margeando o rio até Paulo Afonso, divisa da Bahia com Alagoas, onde as turbinas da hidrelétrica zuniam mandando energia para o Nordeste. Por aí abaixo, até Piranhas, Alagoas, o São Francisco corre mais depressa e vai se estreitando em águas verdes e profundas, apertado num cânion. Dali até Penedo, a primeira cidade erguida às suas margens, volta a se esparramar, entre Alagoas e Sergipe. Por esse último estirão navegável, coisa de 200 quilômetros, seguimos embarcados num pequeno gaiola, o “Comendador Peixoto”, até Penedo, no lado alagoano.

Em Penedo, falamos por telefone com o pessoal da Redação, a viagem estava por terminar, voltaríamos em poucos dias. Havia um recado para Carlos Moraes: ele deveria se apresentar com urgência em Bagé, sua ex-paróquia, para ser ouvido no processo por subversão. Lá fora considerado um comunista de batina, pregador contra os militares no poder.

Tinha de voltar o mais depressa possível para enfrentar o tribunal que o condenaria a anos de prisão. Reclamou:

— Bah, não me deixaram ver a foz do Chico!

Até a foz do rio, onde terminaria a reportagem, restavam apenas uns 30 quilômetros.

• • •

À margem

Realidade

Março de 1972

AURELIANO, METIDO EM BOTAS DE BORRACHA, sobe aos escorregões pelo barranco. Os pescadores que saíram pela manhã com suas canoas já estão voltando, encostando no pequeno porto — o próprio barranco — de Ibiaí, Minas Gerais. Aureliano sobe depressa, vai abrir a sua casa de negócio na rua principal da cidade.

A casa de negócio: um salão de chão batido, balcão de madeira no meio, uma velha balança de ferro na frente, uma caixa de zinco atrás. Aureliano é comprador de peixe, põe-se atrás do balcão, um tanto solene, e fica à espera. Na pobreza de seu negócio, um homem importante, um dos poucos compradores de peixe em 100 quilômetros de rio, daqui até a boca do Urucuia. Intermediário de um frigorífico de Pirapora, única cidade de todo o São Francisco onde a exploração da pesca é mais ou menos organizada. Do frigorífico, ele recebe gelo para conserva do peixe e comissão por quilo comprado dos pescadores.

No mundo pobre em que faz negócio, um homem importante. A caixa que está sob sua guarda é do frigorífico. Revestida de isopor, com capacidade para até 800 quilos de peixe. Quem fixa os preços é o frigorífico, assim: o rio dá muito surubim, paga a 1,50 cruzeiro o quilo; dá mais ou menos, paga a 2,50 cruzeiros; se dá pouco, até 3 cruzeiros. Em tempo de boa pesca, Aureliano pode ganhar até 20 cruzeiros por dia. Por isso é um homem importante. E pode, dependendo do movimento, financiar os pescadores com pequenas quantias para compra de material ou mesmo para a alimentação em época de peixe escasso. Antônio Soveia, pai de quatro filhos, é um dos pescadores “aviados” por Aureliano. Tem débito — “uns 25 contos” —, mas hoje não vai abater nada. Nem vai a Aureliano, manda o filho maior, Fernando (14 anos), levar o peixe, o único que conseguiu pescar com sua tarrafa. Na balança, 2 quilos e meio; a cotação do frigorífico é 80 centavos o quilo, o curimatá vale dois

cruzeiros. O garoto, olhos brilhando, espera com ansiedade logo entendida pelo negociante, que abre a gaveta e apanha duas cédulas amarrotadas de 1 cruzeiro. O menino sai quase correndo, volta para atender ao nosso chamado e para dizer o que vai fazer com os 2 cruzeiros:

- Pai mandou comprar farinha.
- Pra comer com peixe?
- Não, senhor, nós só peguemos esse.
- Então, a farinha é pra comer com quê?
- Com nada.

O dia não foi bom para ninguém, dinheiro quase não entrou para a gaveta de Aureliano. Quase anoitecendo, ele fecha a porta de sua casa de negócio. Vai para casa, levando um curimatá de 2 quilos e meio. Lá estão esperando para o jantar a mulher e nove filhos pequenos.

A uns 120 quilômetros de Ibiaí, descendo o rio, a casa de Simão Antônio de Jesus, 54 anos, pai de seis filhos, proprietário de 20 alqueires de terra. A casa é mais ou menos igual a todas as outras dessas beiras do São Francisco: paredes de barro batido sem reboco, piso de barro. A dele tem dois detalhes que podem ser considerados luxo — é coberta de telhas e tem um quartinho rebocado e caiado de branco onde são guardados os produtos da roça. Mas o quartinho está quase vazio, a seca matou todas as plantações de Simão, só sobrou a mandioca para a farinha. Toda a família trabalha na roça, ninguém pesca para vender. Agora, os filhos maiores andam com uma tarrafa tentando a “mistura”. Hoje conseguiram, o jantar é de peixe com farinha.

A vida de Simão está muito ruim, por causa da seca. Pior do que é normalmente. Ele já viveu melhor, tinha até dois bois de carro — o Estrelo e o Sobrado — que puxavam lenha para os vapores. Lenha de longe, até de 4 léguas, que a da beira do rio foi acabando toda. Mas sempre ajudava. Os bois ficaram velhos, se acabaram, Simão ficou na dependência da roça no *lameiro*. Lameiro é terra de vazante, áreas invadidas pelo rio nas cheias. Quando as águas recuam, fica a lama, a umidade, a terra fertilizada que se aproveita palmo a palmo. São incertas essas roças: com muita frequência o

rio volta, em cheias inesperadas, e afoga tudo. Outras vezes, mantém-se comportado e deixa as plantações crescerem normalmente. Ou, como no ano passado, míngua debaixo do olho grande do sol, passa por longe das roças, que se perdem em secura. Simão conta seu ano perdido:

— Plantei feijão, milho, arroz, mandioca. Adoeceu tudo, sobrou um *poquim* de mandioca, que me deu essa farinha.

Dinheiro, ele não conseguiu nenhum, a farinha ficou em casa para garantir a comida até o rio subir novamente, molhar as terras, voltar e deixar o lameiro para novas plantações. A família inteira voltará a trabalhar na “vazante” e, se tudo for bem, poderá se dar ao luxo de um passeio à cidade de São Francisco, nas festas. São Francisco, a 20 quilômetros, é o ponto mais distante do mundo que o povo de Simão conhece. O filho mais velho, Calorindo, 23 anos, anda impaciente:

— Tem dia que o vapor passa por aí, e eu fico aqui em riba do barranco, só olhando e com uma vontade danada de pegar ele e sumir por esse meio de mundo.

A filha Belinha, 14 anos — a única que tem disposição de andar 2 léguas para frequentar a escola mais próxima —, anda pintando com tinta de barro (tabatinga) bois de sexos enormes nas paredes caiadas do quartinho depósito e pensando em conhecer Pirapora, “uma cidade muito longe”. Pirapora fica a menos de 200 quilômetros, mas para ela é tão distante quanto um milagre. Simão é o único que rompeu mundo e foi a muitas léguas de seu barranco, a Bom Jesus da Lapa, pagar milagre.

— O boi Estrelo e o boi Sobrado, só os que eu tinha, se perderam extraviado nos matos. Eu digo ao senhor, campiei eles no tempo de catorze dias, sem sinal deles, nem rastro eu via no chão. Coisa do Tinhoso. Me peguei com o Bom Jesus da Lapa, eles voltaram sozinho, sem precisão de ninguém campiar.

Ainda hoje, Simão se lembra da Lapa, onde foi pagar o maior milagre de sua vida:

— A igreja lá é muito importante, dentro debaixo dum morro, o Bom Jesus lá no altar, rebrilhando.

Os olhos das meninas — Belinha, Laura e Clara — brilham muito quando o pai conta essa história.

No barranco do Cascalho, logo abaixo do lugar onde o rio Pandeiros se encontra com o São Francisco, em terras de Januária, há uma festa no terreiro de Brasilino Batista, que se molha de suor girando a moenda de um engenho, ajudado pelos braços dos vizinhos. Os meninos dele, mais os meninos dos vizinhos, estão todos de olhos fixos na moenda, vendo a cana ser espremida e a garapa escorrer para dentro de um cocho de madeira. Toda essa máquina maravilhosa que faz garapa é de madeira: dois esteios, dois rolos grossos — as moendas —, um eixo em espiral, duas rodas dentadas, um travessão por cima de tudo, para girar a máquina. Não há uma só peça de metal em toda a engrenagem. O único metal que brilha em cena é o das latas de cerveja que os meninos empunham como canecas, ansiosos pela garapa. São os restos deixados pelos sócios de um clube de pesca que fica perto. Brasilino explica:

— São uns homens doutores que vêm de Belo Horizonte.

Brasilino planta em terra alheia no regime de terça, comum à região mineira do São Francisco. É mais pobre do que Simão. A cana que está moendo — “um bocadim só que planto na beirada” — veio de canoa, numa viagem de légua, mais de uma hora de remo. Para fazer rapadura, não dá: precisava levar para engenho grande, de recurso. Mas quem tem engenho assim fica com a metade da rapadura. E não vale a pena, a cana é pouca.

— Mais melhor fazer a garapa pros meninos.

A roça, na terça, não deu nada. Quando dá, o dono da terra fica com a terça parte do produto. Semente, desmate, trato — tudo fica por conta de quem planta.

— Os home só faz medir o pedaço de chão e depois vem apanhar a parte deles.

Entre Simão e Brasilino vive Alfred Franz Hanneman, alemão, um dos poucos estrangeiros que se agarram aos barrancos do São Francisco. Dono de 800 hectares de terra, um proprietário médio. Mas não vive muito melhor do que Simão e Brasilino. Com seu

sotaque forte, apesar dos trinta e tantos anos de Brasil, oito de beiradeiro, ele comenta quase com o mesmo conformismo dos outros:

— Tem dia que a mulher chega e diz: “Alfred, só tem feijão e farinha em casa”. Então eu digo pra ela: “Sabe, menina, o jeito é aguentar”.

Alfred Franz Hanneman, 66 anos, fala quatro línguas, foi técnico, gerente de uma grande indústria de óleos vegetais no Rio Grande do Sul, homem tão importante que chegou a ter quatro secretárias. Tinha saído da Alemanha porque uma avó era judia. Os amigos insistiram para ele ficar, mas Hitler já estava no poder, e ele argumentava:

— Vai ficar difícil. Vou viver a liberdade no Brasil.

A guerra lá, ele alemão aqui, suspeito de quinta coluna. Perdeu o emprego importante, enfiou-se pelo interior, foi parar em Montes Claros, onde montou máquina de beneficiar cereais e serraria. Um dia, os negócios ficaram malparados, resolveu ir viver “sossegado na beira do rio”, comprou a terra, iniciou grandes plantações de algodão e criação de bois. Quando esperava a colheita mais importante — 2.000 arrobas de algodão —, veio a seca e veio a praga de lagarta. Colheu 10 arrobas e ficou com uma dívida grande no Banco do Brasil. Aí, virou beiradeiro de verdade, tentando como os outros recuperar o tempo perdido.

— Tô aqui, preso a essa beira do rio.

Alfred Franz Hanneman, casado com Maria, beiradeira de 22 anos, tem dois filhos, o Natércio, de 3 anos, e o Alfredo, de 1. O que nasceu primeiro, o Gunter, morreu com sete dias de vida, de diarreia. Está enterrado no barranco, ao lado da casa, que o cemitério é longe. A casa de Alfred Franz Hanneman não é muito diferente das de seus doze agregados: é de taipa, chão batido, as paredes cheias de buracos. A única coisa que a diferencia das outras, marcando a casa do alemão: uma banca de ferramentas, porque de tudo que se foi ainda resta um barco a motor ancorado no portinho. E quem conserta é Alfred. Com a volta das chuvas, ele está animado, pensando em empréstimo para tocar novas roças, plantar pastos, criar bois.

— Você não tem medo de perder tudo outra vez e ir ficando cada vez mais pobre, como os seus vizinhos?

— Mas o que é que eu vou fazer? Vou ficando por aqui. Nesta idade, só se eu fosse pro Amazonas ser intérprete dos americanos. Não vou, não. Se acabar tudo, tem peixe aí no rio.

Rio acima, rio abaixo, corre a fama de outro estrangeiro que virou barranqueiro, homem que está fazendo milagres em seu pedaço de terra.

— Já ouviu falar no Manuel Espanhol?

Manuel Souto, espanhol, galego de Vigo, tipo vermelhão, forte, a obstinação marcada na cara. Ex-mecânico de barcos pesqueiros que percorriam mares da Europa e chegavam até as costas do Canadá, veio para o Brasil em 1956, para ser mecânico da Secretaria da Agricultura de Pernambuco. Por aquele tempo estava dando uma febre na margem pernambucana do São Francisco: a plantação de cebola irrigada por bombas a óleo. Manuel foi para Cabrobó, um sertão brabo onde a febre começara. Era mecânico das bombas, mas um dia descobriu que todo mundo — até juiz, padre e delegado — plantava cebola; resolveu plantar também. Não havia garantia de preço para a cebola, que num ano podia enriquecer todo mundo e no outro deixar todos na miséria. Manuel percebeu e decidiu que o negócio era diversificar as lavouras.

Vendeu o que tinha, foi para Belo Horizonte, de lá para Pirapora, ver “como o rio era lá em cima”. Pegou um gaiola e foi descendo, parando aqui e ali, olho nas margens examinando a terra. Até que encontrou o pedaço que lhe servia, no município de Manga (MG), perto da grande fazenda irrigada — Companhia Vale do Médio São Francisco — dos Diários Associados. Comprou 150 hectares de terras boas e próprias para irrigação, baratas porque ficavam longe de qualquer estrada que não fosse o rio. No peito e na raça, desmatou e destocou — sem queimar, como faz todo mundo — 20 hectares, a área que cultiva até hoje, com o auxílio de uma motobomba e de um pequeno trator.

A casa de Manuel é grande e bonita, pintada de branco. Pouco além do jardim, as plantações de tomate, melão, milho, pimentão,

cebola, feijão, uva. Mais além, no pasto, 25 cabeças de gado. E o mangueirão dos porcos.

— Vai tudo bem, não vai, Manuel?

— Vai, mas podia ir melhor.

É só ter estrada, e ele derrubar sua reserva de mato, plantar tudo. Sabe que não adianta produzir mais se não tem condição de escoamento para a produção. A cebola, por exemplo: dá 30 toneladas por hectare, uma produção excelente. Mas no primeiro ano teve de jogar fora 15 toneladas porque apodreceram por falta de transporte. Uma vez levou uma carga para Janaúba, a pouco mais de 150 quilômetros, gastou uma semana, o caminhão atolando a cada légua.

— Agora mesmo tem um trator atolado aí nessa entradinha.

E, mesmo tendo diminuído a área da cebola plantada, Manuel jogou neste ano mais de 3 toneladas no rio.

Ele não acha que faça nenhum milagre com seus melões, suas uvas, seus tomates. Clima, solo, topografia — tudo ajuda para se fazer boa agricultura. Só que precisa irrigar, não se pode ficar na dependência da chuva incerta. E outra coisa: a plantação com enxada, os métodos primitivos usados pela maioria têm de desaparecer.

— Por que as máquinas existem? Elas foram feitas para ajudar o homem, não é verdade?

Em águas de Carinhanha, Bahia, a velha máquina do “Wenceslau Brás”, o primeiro gaiola que navegava no São Francisco depois da grande seca, vem trabalhando a todo vapor. E “Wenceslau” vem subindo a 6 quilômetros por hora, de volta a Juazeiro, com trinta e um tripulantes, vinte passageiros — seis na segunda classe, que é o espaço em volta da caldeira — e dois bodes. Um dos passageiros da primeira classe é Pedro Manduca, 83 anos, que só paga meia passagem.

São 6 horas da manhã, o rio ainda coberto de neblina, quando o comandante Francisco Batista Barbosa atende ao chamado do barranco e encosta o gaiola. De um camarote da primeira classe, na parte superior do navio, sai um tipo magro, enfiado num pijama

listrado, a toalha de rosto no braço. Acena com a toalha e volta para o camarote. Quando reaparece, é de japona cinza cheia de botões dourados, sorrindo como um menino. É Pedro Manduca, mais de sessenta anos de rio, quarenta e três como comandante de gaiola. Agora está aposentado, faz oito anos que deixou o comando dos gaiolas. Mas não se acostumou em terra. Vive de cima para baixo, Juazeiro, Pirapora, Juazeiro.

— Não aguentei a saudade do Velho Chico.

O Velho Chico, o rio, foi a paisagem que seus olhos viram desde menino em Remanso. Nessas viagens que faz agora, com regalias de passageiro muito especial — o pagamento de meia passagem é uma delas —, só faz ver o mundo, seu velho conhecido.

— Conheço tudo por esses barrancos, dou conhecimento até com os matos e os bichos.

Trabalhou em quase todos os gaiolas: agora só viaja e conta histórias para os mais moços. As mais tristes são as do tempo da “imigração”, quando não havia essas estradas de asfalto para o sul, e os nordestinos subiam em massa pelo rio, para alcançar a ponta de trilhos em Pirapora. Histórias que deram romance de livro.

— Era de ver: aí embaixo, na segunda classe, vinha mais de duzentos, um por riba dos outros que nem bicho. Adoecia muita gente, os pobres nem tinham tempo de esperar as privadas desocupar. Tinha muitos que morriam na viagem. Menino novo é que morria mais. A gente não tinha o que fazer: ia enterrando aí por essas beiras de rio. Muita cruz que a gente vê por aí fui eu que botei em cima dos pobres.

Manduca não tem só histórias tristes para contar. Algumas são tragicômicas. No tempo dos retirantes, por exemplo, teve de fazer muitos casamentos.

— Sabe como é, né? Aquele pessoal tudo amontoado... Aí chegava o pai da mocinha e dizia: “Seu comandante, esse daqui fez mal pra moça, vai ter de casar, senão eu mato ele”. Aí eu casava, né?

Agora, sem muitas aventuras, Manduca desce e sobe o rio. É boa essa vida?

— Ah, é muito boa.

À noite, no porto de Carinhanha, a lancha "Pinta" ancorada. A cidade está às escuras, motor de luz pifado, o povo dormindo cedo. Só há luz, música, vozes no porto, na "Pinta" — lancha moderna que anda com motor *diesel*, sem gastar lenha, e pega 100 toneladas de carga — e nos outros barcos, motores e veleiros que sobem e descem o rio mascateando.

O comandante da "Pinta", Raul Nunes dos Santos, 47 anos de idade, quinze de navegação, é um menino perto de Pedro Manduca. Mas já pegou o gosto do rio, acha que não tem mais jeito de sair. O barco pertence à frota dos irmãos Coelho, de Petrolina, gente que mexe com tudo no rio. Além dele, há outros, lanchas grandes como a "Santa Maria" e a "Nina", nomes que os Coelho foram buscar na frota de Colombo. Mas esses barcos não navegam aqui para descobrir nada: vão beirando barrancos mais do que conhecidos. Levam rio acima produtos industrializados, voltam com os produtos da terra — fibras, mamona, cereais, pele. Muitas vezes, a maioria dos negócios é feita sem que se veja a cor do dinheiro. É à base da troca: ficam tantos sacos de farinha de trigo, na volta o barco apanha tantos couros de bode ou tantos sacos de mamona ou de algodão. Uma viagem entre Juazeiro e Januária, menos de 1.000 quilômetros, pode levar até 45 dias, ida e volta. Os barcos pequenos levam muito mais. Cada barqueiro é um mascate, vendedor e comprador. Vive praticamente dentro do rio, sem jeito de pisar em terra firme. Para em qualquer barranco onde haja uma casa. Nem que seja para vender 1 quilo de sal e levar em troca um couro de bode.

A "Pinta" é uma embarcação de relativo conforto, com sala de jantar, cozinha, camarotes para os tripulantes. De noite, toda iluminada, é uma beleza. Por isso, o pessoal dos pequenos barcos de madeira que estão no porto gosta de se chegar para ela, subir para o bate-papo, feito de histórias de rio, lendas de *Caboclo-d'água*, de *mão do ouro*, do *pé de gancho*, de capetas em todas as formas, de milagres, do *São Bom Jesus da Lapa*. Ciano, dono do barco "Esperança em Deus", chega com sua sanfona de oito baixos e toca a "Asa Branca" e diz versos do rio, versos antigos, do tempo

em que as barcas andavam só a vela e na vara, levadas pela força dos remeiros, cantadores de portos e cidades:

Juazeiro da Lordeza/ Petrolina dos missais/ Santana dos cascais/ Casa Nova da carestia/ Sento Sé da nobreza/ Remanso da valentia/ Pilão Arcado da desgraça/ Xique-Xique dos bundão/ Icatu cachaça podre/ Barra só dá ladrão.

Ciano nasceu barranqueiro em Sergipe, quase onde o rio se encontra com o mar, subiu para mostrar dentro do rio “mais de riba”.

— Essa vida de rio compensa?

— Compensa, não. Mas o senhor sabe como é? É uma cachaça: a gente nasce, vive e morre sem deixar ela.

No barranco do limoeiro, margem esquerda, município de Barra, Bahia, Canuto, um caboclo amarelo, assiste à chegada de uma lancha e saúda os que vêm embarcados:

— Boa-vinda, essa desse povo. Andar por esses mundos embarcado navegante.

Canuto nasceu e vive nesse barranco, agregado filho de agregado de uma grande fazenda, domínio de 6 léguas ao longo do rio por outras tantas mato adentro — mais de 30 quilômetros quadrados. Não é a maior fazenda do município de Barra, que tem imensos latifúndios em seu território, 19.000 quilômetros quadrados das margens do rio até a fronteira do Piauí, área maior que a do Líbano (10.170 quilômetros quadrados), quase todo o tamanho de Israel (20.600 quilômetros quadrados). Mas essa fazenda é talvez a que tenha maior número de agregados, dentro dela há até povoados, como Fazenda Grande, na beira do rio, e Pedrinhas, no meio da caatinga. Por uma razão muito simples: o dono, Plínio Mariani, não cobra arrendamento das terras, planta quem quiser plantar. Mantém seus capatazes, seus vaqueiros criando bois “na solta” e vive longe, em Salvador.

— Vem de ano, pra ver o gado.

No barranco do limoeiro vivem outros agregados com roças de vazante. Um pouco mais para dentro, os vaqueiros Dioclides e

“Carrinho”, Carlos Duarte. Todos plantaram mandioca para garantir a farinha nas terras úmidas que o rio deixou quando foi secando. Agora, o rio voltou de repente, cobriu as plantas, só aparecem as folhas dos pés mais altos boiando nas águas barrentas. Todos trabalham apressados, em suas canoas, arrancando as raízes do fundo do rio. É preciso andar depressa, senão a mandioca se estraga, apodrece. Ainda não era tempo de arrancar, as raízes estão magras, mas quem ia esperar que o rio descesse com tanta água?

A casa de farinha, indústria secular nessas beiras de rio, está movimentada. Aqui é de uso comum, diferente da maioria, cujos donos cobram o quinto pelo uso das primitivas engrenagens: de cada cinco sacos de farinha, um fica para ele. O vaqueiro Dioclides comenta:

— Se tivesse de pagar o quinto, tava ruim; num vou tirar nem um saco dessa mandioquinha minguada.

Dioclides, 29 anos, filho e neto de vaqueiros. Está sem o gibão, a armadura de couro que usa para correr boi no meio da caatinga. Faz dez dias que não pode vaquejar porque da última vez, quando foi atrás de um garrote “arrelioso”, feriu o pé numa ponta de galho, infeccionou, está uma ferida feia. Dioclides veste roupa comum, calças de brim ordinário com enormes rasgões que vão da barra até os joelhos. Não lembra em nada o herói descrito em mil páginas de livros. Assim como está, sem seu gibão e sem seu cavalo, é um barranqueiro comum. Valente ele é, que tem muita coragem no seu correr de léguas pelos matos cheios de espinho. Um herói, mesmo. Mas um herói em andrajos.

Dioclides e todos os vaqueiros do São Francisco trabalham no regime do quinto: de cada cinco bezerros nascidos do gado a seus cuidados, um é seu. No ano passado, ele ganhou quinze bezerros, morreram cinco novinhos, de bicheira. Quando pode esperar dois anos para vender — na maioria das vezes, o próprio dono da fazenda é o comprador —, vende os garrotes a 80, 100 cruzeiros cada.

— Nunca dá pra gente juntar, não. Vai vendendo pra comer.

— E essa ferida no pé, como é que você está tratando?

— Com folha de São Caetano, remédio do mato.

Dioclides não tem médico para cuidar de sua ferida, nem dinheiro para ir a Barra, muitas léguas, comprar remédio na farmácia. Se a ferida piorar, qual vai ser o jeito?

Noite madrugada, tempestade violenta. Dioclides e os outros na casa de farinha ouviram a zoadá de um motor de lancha. Assustaram, estranharam aquela embarcação navegando com tanto perigo, mas só de manhã ficaram sabendo a razão: a lancha passara com um morto, o velho Valeriano Ludovino, falecido com uma “dor de banda” no barranco do Roçado, 4 léguas rio acima, na casa de uma filha. Foi levado para o povoado da Fazenda Grande e de lá para o cemitério no meio da caatinga. Enterrado numa rede, que por ali nenhum morto se enterra em caixão.

No povoado, setenta casas, ficou a tristeza da morte. Mas a vida do povo barranqueiro continua — só um pouco mais triste — igual a todos os dias — uns na roça, outros na pesca, outros pastoreando bois. E num casebre próximo ao que ficou o morto em velório tem um menino novo, nascido na véspera, o 11.º filho de Germano e Laudelina. É o primeiro que nasce em terra firme. Os outros dez nasceram na ilha da Fome, onde Germano vivia de plantar em lameiro, mas teve de sair porque o dono da terra começou a soltar boi nas roças. Aqui não tem lameiro, planta em terra seca, na incerteza da chuva, mas pelo menos não paga arrendamento. Laudelina olha o filho, diz que as coisas estão difíceis, mas podem melhorar, quem sabe.

— Tem que melhorar. Pelo menos pra esse menino, tem que melhorar.

A vida de Francisco Bicuíba de Lafuente Guarani, vida longa de 83 anos, não é de plantar em lameiro, nem de pastorear boi, nem de pescar, nem de cortar a lenha para caldeira de gaiola — esses trabalhos comuns a quase todos os viventes do São Francisco.

Guarani é um artista, está na história do rio e até em romance — *Porto Calendário*, de Osório Alves de Castro — por causa de sua profissão: é o único homem do mundo que vive da profissão de

carranqueiro. Carranqueiro foi uma profissão que surgiu no século passado, no São Francisco, quando todas as barcas usavam na proa enormes figuras esculpidas em madeira, representando cabeças de animais, figuras estranhas — as carrancas. Guarani é filho de um dos primeiros carranqueiros. Cornélio Bicuíba, mas do que gostava mais era fazer imagem de santo, que aprendeu a esculpir com João Imaginário, artista de arte fina. Aprendeu tão bem que uma vez esculpiu dois Cristos, depois botou cada um num prato de balança, os dois pesaram igualzinho. Só deixou de fazer essas belezas de imagens quando precisou ganhar a vida, e fazer carranca era mais negócio: “Tudo que era barca tava usando”. Em 1899 fez a primeira, para a barca “Americana”, de Luís Miranda de Juazeiro. Tão benfeita que espalhou sua fama pelo mundo inteiro. Nos anos 1930, com o aparecimento dos primeiros barcos a motor, as carrancas foram caindo de moda, os carranqueiros sumindo. Ficou Guarani, com sua fama, vivendo até hoje da profissão. Tem carrancas em museus da Alemanha, da França, da Argentina, dos Estados Unidos. Depois dele só apareceu um artista importante — Davi Miranda, em Pirapora —, mas este não vive da profissão, é marceneiro da Companhia de Navegação, faz carrancas, nas horas vagas, de encomenda. Guarani vive só das carrancas que faz, não dá conta das encomendas feitas pelas galerias de arte. Pequenino, magro e curvado, ele vive os seus dias cavando com um formão as figuras que marcaram época no rio e dele desapareceram como que por encanto. Ficou o mistério em torno de suas origens, discutido em livros, alguns autores chegando a afirmar que foram introduzidas no São Francisco pelos fenícios. E as razões de seu uso seriam religiosas. Guarani, que viu as primeiras saírem das mãos do pai, em fins do século passado, explica tudo com mais simplicidade:

— Um dia uma barca encostou de tardezinha na praia, tempo bom, a família do barqueiro foi dormir numa esteira na areia. Tinha um menino novo que rolou da esteira, jacaré pegou e levou. Aí o barqueiro achou que devia ter qualquer coisa na barca pra espantar bichos brabos e chegou num mestre carpinteiro e mandou fazer uma figura de cara bem feia. Aí todo mundo começou a botar

carranca. E diz também que elas serviam pra espantar assombração, caboclo-d'água, capeta, essas coisas ruim.

Em Santa Maria da Vitória, na beira do rio Corrente, afluente importante do São Francisco, onde já recebeu até diploma de honra da Academia Brasileira de Belas Artes, Guarani continua a esculpir carrancas. Elas têm expressão estranha, bocarras e dentes enormes que vão para os museus e para os *livings* ricos das cidades grandes. São o passado do rio, os mistérios do rio.

A maratona do beijo

Maio de 2012

SEMPRE QUE ME ENCONTRAVA, Juca Kfoury tinha uma provocação engatilhada:

— Quando é que você vai voltar a fazer reportagem?

Eu respondia com outra provocação:

— Não dá mais, estou destreinado. E a culpa é sua!

De certa forma, eu dizia a verdade. Juca tinha sido um dos mais ativos participantes do movimento de oposição que indicou o meu nome para a presidência do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, nas eleições realizadas em abril de 1975.

Eu fazia parte da oposição, mas não me passava pela cabeça concorrer à presidência. Eram os tempos bravos da ditadura militar, eu tinha consciência de que a luta que teria de enfrentar seria mais política do que sindical, não sobraria tempo para reportagens, pelo menos das que estava acostumado a fazer, aprofundando-me ao máximo em cada história a ser contada.

Chegou um momento em que tive de escolher entre a reportagem e a convocação dos companheiros. Ganhamos a eleição, e, não demorou muito, o Sindicato estava na mira dos militares, apontado como um ninho de comunistas.

O que aconteceu depois faz parte da história recente do país.

O país mudou e mudou a minha vida. Percorri muitos caminhos. Um dia, já em 1993, li num jornal que estava em curso uma estranha competição a que davam o nome de “Maratona do Beijo”. Lembrava outra reportagem que eu fizera em 1963, sobre um concurso de “resistência carnavalesca”. Fazia quase dois meses que a disputa se iniciara, mas ainda restavam casais resistindo. Uma luz antiga se reacendeu. Liguei para o Juca, então diretor da revista *Playboy*:

— Tenho um assunto pra você. É sobre beijo. Interessa à sua revista?

Do outro lado da linha, Juca não quis saber de detalhes. Disse simplesmente:

— Manda!

Em agosto de 1993, uma semana antes de terminar a Maratona do Beijo, promoção bolada pelos donos de um *shopping center* de Santos, sp, eu estava decidido a acompanhar a competição passo a passo, até que se descolassem os lábios do casal vencedor.

Iniciada no Dia dos Namorados, 12 de junho, com a participação de 49 casais que disputavam o título mundial de campeão do beijo e o prêmio de um carro, um Gol, a competição caminhava para atingir a marca de 60 dias — um recorde que o patrocinador esperava ver consagrado no livro *Guinness*. Uma glória para o Brasil, pois a marca anterior registrada em concurso do mesmo tipo nos Estados Unidos, nove anos antes, não passara de 17 minguaados dias.

A resistência dos competidores era espantosa. No 57.º dia da prova, três casais permaneciam na disputa, os lábios colados, o corpo em frangalhos. Dois deles resistiram até o fim, no 62.º dia, a se beijar durante 19 horas e meia por dia, com apenas 15 minutos de intervalo para engolir alguma comida e duas paradas de 5 minutos para aflitas corridas ao banheiro.

Quando cheguei, com o fotógrafo Jean Solari, para acompanhar aqueles últimos dias de suplício, pairava no ar uma ameaça repetidamente insinuada pelos organizadores e pelos implacáveis fiscais da maratona: a competição passaria a ter 24 horas de duração. Ninguém entre os promotores da competição admitia, mas todos eles estavam, na verdade, cansados do *show* de horror que tinham montado. Em fiapos de conversa que ouvi no início da madrugada do 57.º dia, sobraram frases como “não aguento mais” e “esses caras não desistem”. Daí a ideia de prolongar o tempo de beijo para 24 horas seguidas, mantendo-se apenas os 15 minutos para a refeição e os 5 de ida ao banheiro. “É para derrubar mesmo”, confessou um fiscal.

Mas, além do tédio e da ameaça, havia comemoração entre os promotores da maratona. Os donos do *shopping* festejavam o crescimento dos negócios. A resistência não esperada dos últimos concorrentes, o que levou a um renovado interesse da imprensa pelo espetáculo, atraiu mais gente ao *shopping* e, conseqüentemente, houve aumento de vendas.

Certamente por isso, quando me apresentei como jornalista, e ainda mais quando anunciei que a matéria sairia na *Playboy*, fui recebido com entusiasmo pelos organizadores da maratona. O mais entusiasmado era um sujeito muito magro, esticado num terno de tropical brilhante, que desempenhava a dupla função de relações-públicas do *shopping* e de supervisor do concurso. Ele aparecia em horas incertas, olhava tudo com seus olhos de pássaro agressivo e distribuía ordens. Deve ter partido dele a ameaça das 24 horas de beijo. Afinal, não seria a primeira vez a se alterar o regulamento do concurso. Um duro regulamento que não permitia, em momento algum, que os concorrentes descolassem os lábios. Permitia-se que se tomasse água ou sucos, mas de canudinho, pelo canto da boca.

Minha disposição de acompanhar todos os momentos daquela agonia foi aos poucos se afrouxando.

Cheguei a me hospedar num hotel próximo ao *shopping*, disposto a dormir o mesmo tempo concedido aos concorrentes e estar a postos às 7h30 da manhã, quando tudo recomeçava. Mas não fui além do segundo dia. Não tanto pelo cansaço físico, mas pela depressão que aquelas longas jornadas de beijo me causava.

Na verdade, como na véspera dissera uma garota carregada de sacolas, depois de 10 minutos de contemplação do espetáculo, "cansa só de olhar".

Cansado de olhar, diminuí o tempo de permanência junto ao tablado em que os casais se beijavam, mas o suficiente para contar o que ali ocorria, o essencial de um drama cujo desfecho esperava que ocorresse o mais depressa possível. A cena daqueles beijos sem fim e sem amor causava-me, realmente, um profundo cansaço. E, logo, enjoo, náusea. No entanto, era preciso prosseguir, cumprir a tarefa de repórter. Era preciso registrar momentos como o da crise de tosse que sofreu um dos dois últimos concorrentes. Uma

tosse boca a boca, porque o regulamento não permitia que se descolassem os lábios.

Os dois casais que resistiram até o fim, no 62.º dia de prova, receberam prêmios iguais, pois a direção do concurso, num gesto de oportuna magnanimidade, decidiu oferecer mais um carro. Tudo terminou em festa, com ampla cobertura de jornais, rádios e até da Rede Globo para maior alegria dos donos do *shopping*.

Tão espantosa quanto os longos e angustiados beijos que se prolongaram por 62 dias foi a cobertura da mídia, que deu à maratona o tratamento de um espetáculo qualquer.

• • •

A maratona do beijo

Playboy

Agosto de 1993

RESTAM TRÊS CASAIS SE BEIJANDO. Eles se movimentam lentamente, como se compusessem uma cena de filme em câmera lenta, no 3.º piso do *shopping center* Miramar, o maior e o mais movimentado da cidade de Santos, no litoral de São Paulo. Faz 57 dias que eles se beijam diante da curiosidade do público e da rígida observação dos fiscais da maratona. Os consumidores que se agitam nos corredores do *shopping* já não se espantam com aquela disputa que começou com muita festa e 49 casais precisamente do Dia dos Namorados, 12 de junho.

Os três casais que resistem se sustentam, de lábios colados, como exige o regulamento, na esperança de ganhar um carro, um Gol 1000, e o título de campeão mundial do beijo. Um longo, desmesurado beijo — o mais longo da História, segundo registraria um jornal no dia seguinte ao final da maratona.

O carro do prêmio está entronizado em lugar de destaque, refletindo as luzes do *shopping*. Um cartaz avisa: "Para cair de boca neste Gol zerinho é só beijar, beijar, beijar".

Cada um dos casais ainda na disputa tem uma história cujo fim é a razão de tanta resistência. O casal número 8 — os outros são o 2 e o 3 — é o que dá mais sinais de cansaço. O rapaz, magro, rosto negro encovado, olha para os lados com os cantos de seus olhos arregalados e aflitos. Sua companheira é cheinha de corpo, morena jambo de bunda grande, arrebitada, fato que provoca um comentário de ordem profissional do médico encarregado de acompanhar os concorrentes: "Não sei como a coluna dela aguenta esse peso 57 dias seguidos".

Os pés da moça estão muito inchados, sobrando das sandálias verdes. Ela olha em torno, com o rabo dos olhos semicerrados, como se avisassem que o sono pode desabar a qualquer momento, pondo um fim àquele sonho de aflições.

O sonho. A moça número 8 sonha ali mesmo, de pé, lábios colados aos de seu companheiro, a se agitar lentamente de um lado para outro, o corpo indo e vindo, como um pêndulo, os pés em brasa. É um sonho de quem não pode dormir, quebrado em pedaços, de mistura com realidade — aquela gente em volta, olhando como se olham os bichos no zoológico, as luzes, os letreiros, os sons de vozes e de músicas embaralhadas. Ela sonha, imaginem, com o seu próprio companheiro de maratona, seu namorado, aquele que está ali, de lábios colados aos seus. Mas estão em outro lugar, só os dois, beijando-se de verdade. Desperta, ele segurando sua cabeça para evitar que se descolem os lábios, porque o regulamento não permite.

O regulamento da Maratona do Beijo é duro, implacável, até mais do que nele está escrito. Algumas novidades foram acrescentadas no decorrer da prova, para tornar as coisas mais difíceis. No início, o beijo começava às 10 horas da manhã e terminava às 10 horas da noite, com intervalos de uma hora para o almoço, outra para o jantar, além de 15 minutos de manhã e 15 minutos à tarde “para ir ao banheiro, tomar água etc.”. Agora, começa às 7h30 e termina às 2h30, com apenas 15 minutos para uma refeição e duas paradinhas de cinco minutos cada, para as corridas ao banheiro. Por isto, certamente, muitos casais já foram desclassificados; além do beijo muito puxado, o inevitável xixi nas calças.

Agora, no 57.º dia, há mais novidades: ameaças, inclusive a de que o beijo passará a ter a duração de 24 horas seguidas. “É pra derrubar mesmo”, admite um dos coordenadores da maratona.

O casal número 8, o que dá mais sinais de cansaço, avalia, num intervalo, as horas difíceis que terá pela frente. Mas decide continuar. Tudo recomeça, e a moça — ela contaria esse sonho depois — volta a sonhar, outra vez com seu companheiro de maratona, seu namorado, a quem pergunta: “Onde você mora?” Outra vez de olhos abertos, vê que ele, como ela, mora ali no *shopping* mesmo, há 57 longos e duros dias.

Para se manter desperta, a moça número 8 conta as coisas em redor, recurso comum à maioria dos participantes da maratona. Conta os letreiros luminosos, as vitrines, até as pessoas que sobem

e descem as escadas rolantes, tarefa impossível, visto que há sempre mais gente chegando.

Para ela, como para os outros concorrentes, é difícil saber se é dia ou noite. De repente, o tempo se mistura, e não é noite nem dia. É só um mundo sem divisão de tempo. O tempo, aqui, é o de um beijo que nunca termina, sem amor.

Na tarde do 57.º dia, um sábado, o movimento no *shopping* é grande. Esse momento, aliás, é a razão pela qual foi organizado o concurso. Os patrocinadores — o *shopping* e uma rádio, a 95 FM — estão satisfeitos, festejam o crescimento dos negócios. Mas os frequentadores já não parecem tão interessados nos casais que se beijam. Formam-se e desfazem-se os grupos em volta dos três, em intervalos que não chegam a dez minutos. “Cansa só de a gente olhar”, diz uma garota carregada de sacolas.

Mas há comentários mais profundos, como o de um senhor magro, solene em seu terno e gravata: “O Brasil não merece isso”, diz ele, gravemente. Foi pracinha da Força Expedicionária, foi brigar na guerra, na Itália, contra os nazistas. “Pra quê?”, ele pergunta.

Escoa-se a tarde de sábado, 7 de agosto, entre os comentários dos espectadores, o tédio dos fiscais e dos coordenadores e o silêncio dos concorrentes. Eles não podem falar, por isso se comunicam entre si e com o mundo em redor por gestos. Antes do endurecimento do regulamento, podiam falar pelo canto da boca, com cuidado para não desgrudar os lábios. Pelo canto da boca, também, tomam água e sucos de canudinho.

Está no ar a ameaça de nova alteração do regulamento. A partir de segunda-feira, dia 9, vai ser uma pauleira só, 24 horas seguidas, conforme faz questão de repetir um coordenador. Todos, inclusive os organizadores da maratona, achavam, no início, que a coisa não passaria de 30 dias, mas já está chegando aos 60, e, pelo jeito, pelo menos dois casais mostram pique para ir além. O casal número 3, por exemplo, já anunciou a disposição de prosseguir até o fim, “até cair”, se for preciso. Os dois são namorados (ele tem 20 anos, ela 19) e levam pelo menos uma vantagem sobre os concorrentes: têm quase a mesma altura, o que facilita manter as bocas grudadas. Já o casal número 2 enfrenta uma dificuldade extra: ele

tem quase 20 centímetros a mais que sua companheira, o que o obriga a manter-se curvado o tempo todo. São casados (ele tem 20, ela 26 anos) e têm um filho de 4 meses, por quem afirmam estar fazendo o sacrifício: “O nosso bebê está crescendo, e a gente nem pode ver; ele só tinha 2 meses quando a gente entrou no concurso”.

Essa história, repetida no noticiário dos jornais e nas chamadas da rádio que promove a maratona, comove as pessoas. Algumas chegam a considerar o prêmio uma mixaria, onde já se viu, um carrinho desses, pelado, não vale tanto sacrifício. Mas o rapaz número 2 não reclama do carro. Problema é ter que ficar curvado quase 19 horas por dia e, quem sabe, ter que beijar o tempo todo, quase sem parar. No começo, não havia problema, pois era permitido a ele e aos outros concorrentes de alturas desiguais usar listas telefônicas e até banquinhos, para os mais baixos. Já o problema de sua mulher, além do cansaço e de “uma vontade doida de cair dormindo”, é de ordem estética: seus longos cabelos, que eram louros no início da prova, agora têm duas cores — a metade, até o alto da cabeça, castanho-escuro; a outra, louro-desbotado, de uma rinçagem antiga. Ela promete que, antes de terminar tudo, ainda vai “igualar” os cabelos.

A noite, que para esses três casais se faz igual ao dia, traz uma angústia a mais: quando o *shopping* vai-se esvaziando, aquele mundo de gente a se escoar pelos corredores, pelas escadas rolantes e pelo elevador panorâmico, o silêncio que se vai fazendo aos poucos começa a pesar, como se sublinhasse as horas. As luzes vão-se apagando nas fachadas das lojas, vai-se aquele clarão que dói nos olhos, mas chega a meia-luz, que aumenta o peso das pálpebras e o perigo do sono.

Nessas noites e dias misturados, os casais em disputa foram buscando e encontrando meios de superar as dificuldades; alguns truques, como o de “segurar o sono” do companheiro: um começa a baquear, avisa o outro, que, se tiver condições, “segura”, escora o sono do outro grudando-se o mais possível em seu corpo, sustentando-lhe a cabeça, colando mais os lábios, para não haver perigo de se desprenderem. Desse jeito, dorme-se de pé. Como se

consegue tal proeza? “São os mistérios da resistência humana”, sentencia um fiscal.

Essa resistência começa a cansar inclusive os fiscais, mesmo os mais rigorosos no mister de zelar pelo cumprimento do regulamento. “Esse pessoal não vai cair, não?”, reclama um, depois de longo bocejo. Nesses 57 longos dias, alguns deles se destacaram pela dureza e, por isso, mereceram dos concorrentes apelidos como “Kid Malvadeza”, “Urso”, “Madame Min”.

Agora a poucos minutos do final de mais uma longa jornada de beijos, eles aguardam com a mesma ansiedade dos concorrentes o momento da contagem regressiva.

— Nove, oito, sete, seis, cinco, quatro, três, dois, um, já!

São 2h30, os casais se separam. Têm os lábios brancos, sem sangue. O rapaz número 8 olha em redor e comunica que não sente os pés, está flutuando.

8 de agosto, 58.º dia, 7h30

Tudo recomeça. O dia corre pesado, mais lento, porque é domingo, e o movimento no *shopping* diminui bastante com alguma animação à tarde, quando começa a “Feira Cultural” — negócio de pintura, escultura, artesanato. Por cima de tudo, na cabeça de cada um, o peso da mudança anunciada para amanhã, que será, na expressão de um coordenador brincalhão, o primeiro dia de “extermínio”, com 24 horas de beijo.

9 de agosto, 59.º dia, 7h30

Apesar da ameaça de “extermínio”, nenhum dos casais concorrentes se manifesta por um acordo de dividir o prêmio. Agora, é tudo ou nada. Bem que haviam tentado antes, mas não houve jeito, a moça 3 não quis saber. Além das tentativas de acordo, houve ameaças de paralisação, “greve”, segundo um coordenador. Foi no 45.º dia, quando oito casais ainda resistiam e se anunciou mais uma mudança no regulamento. Um dos concorrentes, mais afoito, gritou a palavra de ordem, momentos antes do horário previsto para o início da prova do dia: “Ninguém entra, ninguém aguenta mais!”. Um casal que insistiu em entrar, o número 3, foi barrado. Mas aí

chegou o pessoal da coordenação, e uma voz de muita autoridade sentenciou:

— Atenção, vamos fazer uma contagem de 30 segundos. Quem não voltar está desclassificado!

Pouco antes de terminar a contagem, os oito casais estavam se beijando.

11 horas

Cada um está acreditando ser capaz de resistir até pôr a mão naquele carro. Menos o rapaz número 8, que anuncia à sua companheira, com gestos nervosos, sua decisão de desistir. Ela insiste, apertando contra o seu o corpo do companheiro, mas ele repete o gesto dizendo “não, acabou”. Um fiscal considera que eles estão acabando o namoro, e a maratona continua, apesar daquele torpor, daquela incômoda sensação de ter o corpo boiando que tomou conta do rapaz número 8.

15 horas

O fiscal aciona seu cronômetro e faz a contagem regressiva para o almoço. Os concorrentes têm 15 minutos para a refeição, saem correndo, é preciso não perder tempo. Só o número 8 não corre. Seus lábios descorados estão trêmulos. Toma um suco de laranja, tenta comer um sanduíche e diz: “Não mais, tô mal, não deu”. Bem que o médico, no intervalo da manhã, havia considerado difícil o número 8 continuar: sua pressão arterial andava baixando muito. Ele insistiu, não queria ser desclassificado por fiscal nenhum, mas ele próprio sairia, na hora que escolhesse, assim como foi, no intervalo para almoço. Sua namorada, “vendo” na cabeça aquele imenso e doloroso beijo de dias, disse que se pudesse continuaria, não dá, “não posso continuar sozinha”.

22h21

Os dois casais que sobraram movimentam-se lentamente, à meia-luz do 2.º piso do *shopping* (a cada dia a coordenação altera o local da maratona, para “prestigiar” todos os comerciantes). O casal número 2 pede tempo, os cinco minutos a que tem direito, sai em disparada para o banheiro e volta ainda com tempo de engolir

algumas colheradas da sopa que um parente acaba de trazer. Começa a contagem regressiva, os dois engolem mais que podem da sopa de macarrão e pedaços de carne. No quinto segundo, os dois colam novamente as bocas, numa só aflição.

2h30

A ameaça das 24 horas não se cumpriu. O médico não concordou, seria perigoso. E pensar que tinha gente, na organização, querendo até suprimir o intervalo para comida, só permitindo água e refrigerante. A decisão trouxe novo ânimo aos concorrentes, já adaptados ao ritmo de 19 horas diárias de beijo. Além do mais, insinua-se a possibilidade de algum prêmio extra para o segundo colocado. A surpresa, anunciam os organizadores, será revelada numa entrevista marcada para as 11 da manhã do dia seguinte.

11 de agosto, 61.º dia, 22h15

Os dois casais avançam na noite e no cansaço, mas estão “de cabeça boa”, pois as notícias que correram pelo dia são animadoras. Poderá haver o prêmio extra. Os organizadores do concurso estão cansados, ninguém é de ferro.

1h19

Mesmo com as boas notícias, o rapaz número 3, desde o primeiro dia um dos mais resistentes, está baqueando. A companheira, grandes olhos espantados, usa uma garrafinha de água presa à cintura, com esguicho para molhar seu rosto, mas ele reage tossindo, muito vermelho. É uma tosse difícil esta de quem não pode descolar os lábios. Uma tosse boca a boca.

1h23

Passada a crise de tosse, o rapaz número 3 parece relaxar. Tanto que o sono chega, inarredável, apesar dos esforços desesperados da moça, que usa sua garrafinha com esguicho de água, dá tapinhas no rosto do companheiro, puxa-lhe os cabelos da nuca.

1h25

A moça número 3 continua agitada, fazendo tudo para manter seu namorado desperto, mas ele volta a dormir. Ela aperta cada vez

mais os lábios contra os dele, segurando-lhe a cabeça com as duas mãos.

2h13

O rapaz número 3 dorme de pé. Sua companheira “segura” como pode o sono dele, que está “desligado”. Foi numa noite, ou num dia assim, já não se sabe em que altura da maratona, que ele viu, enroscado na cabeça de sua parceira, um enorme gato. Não deu para saber se estava dormindo acordado. Faltam só 17 minutos para terminar o 61.º dia da maratona.

12 de agosto, 62.º dia, 7h30

O beijo, nesta manhã de quinta-feira, é menos amargo. Alguma coisa importante vai acontecer — o próprio cenário do beijo foi alterado. Ainda há poucas horas os casais se beijavam num corredor, pisando o chão de granito, mas agora eles estão num pequeno tablado, em frente ao elevador panorâmico, e o Gol 1000, objeto supremo do desejo, está ali pertinho, as luzes piscando, cheio de balões coloridos. Circula a notícia de que os organizadores da maratona vão dar outro carro, premiando, assim, os dois casais. Apenas um boato sem confirmação.

11 horas

De onde estão, no piso térreo, os casais e o carro podem ser vistos pelas pessoas que se acotovelam nos parapeitos dos pisos superiores. As luzes da televisão começam a se acender, mais gente vai se juntando, tudo parece estar pronto para um grande final. Está sendo aguardada a figura principal da maratona, Armênio Mendes, dono do *shopping* e das decisões. Por isso, todas as luzes e todas as câmeras se dirigem para ele, que chega para a entrevista coletiva. Vem acompanhado por Sinésio Bernardo, seu sócio na rádio. É um homem baixo, de calva acentuada e bigodinho, de quem se aguarda, com ansiedade, um anúncio importante. Do público vêm palmas e assobios. A maioria grita, em coro:

— Chega! Para, para! Dá dois carros!

Armênio anuncia o segundo carro, a notícia corre o *shopping*, ele recebe palmas. Mas a maratona, ele faz questão de dizer, não

termina ali, quem decide isso são os concorrentes!

— Isto é uma disputa, tem que ter um vencedor!

O repórter da Rede Globo anuncia: "Se passar das 17 horas, não vai para a televisão!" Começa um corre-corre. A maratona tem que terminar logo.

No meio da confusão, os dois casais continuam se beijando. Armênio não dá conta das perguntas dos repórteres. Faz considerações sobre os resultados da promoção, boa para o *shopping*, para os lojistas, para os concorrentes. E acentua, com seu sotaque português:

— Só falta agora termos um vencedor. Nós queremos um vencedor!

11h35

Os dois casais continuam a se beijar, a coordenação resolve fazer uma pausa, para que os concorrentes sejam informados. Mesmo com os dois carros, o título de campeão do beijo será de quem resistir mais tempo. Além do segundo carro, já se fala em outros prêmios, contratos de publicidade, entrevistas para a televisão japonesa. Os dois casais resolvem continuar. O público se divide. Primeiro, uma longa vaia e gritos de "para, para", depois um coro, mais fraco — "continua, continua!"

15h49

Mesmo com o anúncio do segundo carro e das entrevistas do dono do *shopping*, ficou no ar algo de anticlímax. O brilho esperado pela moça número 2, que na madrugada perdera preciosos minutos de sono "igualando" a cor dos cabelos, não aconteceu. A que horas tudo aquilo terá um fim? Sinésio, o homem da rádio, vem e diz que estão esperando o segundo carro. "Preciso de mais meia hora".

15h58

A rádio está anunciando que "dentro de meia hora haverá uma decisão", chega mais gente, voltam os repórteres dos jornais e da TV. A rádio continua a chamar: "Dentro de meia hora vai terminar a

Maratona do Beijo. Um já anunciou que vai desistir. Corra para o *shopping*, que vai ser legal. E nessa hora rola o *rock* aqui na 95”.

16h15

As informações não batem com as chamadas da rádio, estão querendo um final em grande estilo, com o segundo carro dentro do *shopping*. Mas o carro não chega, e os jornalistas começam a ficar impacientes. “Se passar de 17 horas, a matéria não entra”, diz o repórter da Rede Globo, que já ensaiou o texto cinco vezes: “Estes dois casais são mesmo heróis da resistência. Conseguiram ficar 900 horas de lábios colados”.

16h48

Até os repórteres de jornais já estão aflitos e pressionam por uma definição, pois têm que cumprir horário. Um deles reclama, já havia passado a matéria informando que a maratona terminara, com base no anúncio da rádio.

17h05

Corre, entre os jornalistas, o boato de que estão retardando o final para dar tempo à reportagem do *Aqui Agora*, que vem de São Paulo. “Eles vão terminar sem televisão”, adverte o rapaz da Globo. Esse argumento provoca um corre-corre entre os organizadores. Mais ainda quando um fotógrafo pergunta, em tom irônico, se “a imprensa tem ou não tem poder”. Pelo jeito, tem: anuncia-se o fim da maratona para as 18 horas.

18h10

Só está faltando a presença do dono do *shopping* para tudo terminar. Ele chega ainda a tempo de ser enquadrado pelas câmeras da televisão.

18h15

O palco está tomado pelos organizadores e pelos jornalistas. Por isso, mal dá para o público ver quando o casal número 2 descola os lábios.

18h16

Como se estivesse à espera de uma deixa, o casal número 3 para de se beijar e é proclamado campeão da maratona. Acaba de ser triturada a marca de 17 dias estabelecida nos Estados Unidos, em 1984, mas o feito não merecerá consagração no livro *Guinness dos Recordes* — por dificuldades em fiscalizar a prova, explicará Solange Souza, redatora-chefe da edição brasileira da obra. Um fotógrafo pede uma pose especial, sugerindo que os dois casais se beijem, “para comemorar”. O rapaz número 2 reage:

— Socorro!

O beijo que morreu na praia

Uma hora depois do fim da Maratona do Beijo, com o anúncio da entrega de dois carros aos vencedores, o casal número 8 estava reunido com a família num pequeno apartamento de Ponta da Praia, em Santos.

Fazia uns três dias que eles tinham desistido da disputa, abatidos pelo sono e por uma dor muito grande e funda, “que parecia do miolo dos ossos”. A dor física, àquela altura, estava mais leve. O que pesava muito era o sentimento da derrota, o desperdício daqueles 59 dias de sacrifício, sem compensação nenhuma.

Eles esperavam alguma recompensa, mesmo porque os organizadores tinham prometido. “O homem da rádio, o Sinésio, disse pra gente passar lá na quinta-feira, às 11 horas, que ia ter um prêmio”. Foram, mas não havia prêmio nenhum, nem qualquer explicação.

Restavam, apenas, as amargas lembranças daqueles dias, como a de outro casal que foi obrigado a desistir porque a moça teve um desmaio muito forte, com convulsões, no final de um dos últimos dias da maratona. Não havia médico, o que revoltou todos os concorrentes. Mesmo assim, o casal voltou e ficou se beijando mais um dia, na esperança de um acordo para a divisão do prêmio. Não houve, “eles se beijavam e choravam até que não aguentaram mais e desistiram”.

No 59.º dia, o casal número 8 sabia que a maratona estava chegando ao fim, porque a resistência dos casais já estava incomodando os organizadores. Era coisa de dois ou três dias para

terminar aquela agonia. Mas o casal número 8 não conseguiu resistir. Depois da queda em um sono agitado de 15 horas, o rapaz número 8, que é de falar pouco, resumiu numa frase o que estava sentindo:

— É como se fosse veneno!

APÊNDICE

Prefácio da 1ª edição do livro *O circo do desespero*

Ricardo Kotscho

22 de novembro de 1976

TEM CARA DE LIVRO, capa de livro, preço de livro, papel de livro.

Mas não se enganem. Isso aqui é um jornal de hoje ou, na pior das hipóteses, uma revista da última semana. Ao menos, foi essa a impressão que me deu, terrível.

É melhor que vocês leiam logo. Depois a gente conversa.
Cuidado!

Então? Poderá alguém dizer:

“Mas como? Jornal? Revista? Hoje em dia nada disso acontece mais... Coisas de antigamente. A imprensa agora está se preocupando com outros assuntos...”

De fato, histórias como as relatadas por Audálio Dantas nesta antologia de reportagens praticamente desapareceram da nossa imprensa. Parece mesmo que se trata de pura ficção, ambientada em outro país, num século qualquer do passado ou do futuro.

Que terá acontecido?

Quem sabe tenha sido isto: já que não se podia mudar os acontecimentos, pois eles insistiam em continuar acontecendo, resolveu-se, por livre e espontânea vontade — ou não —, mudar a narrativa dos fatos. Ou, simplesmente, mudar de assunto.

Num momento em que se fala no renascimento da reportagem, ou na tímida tentativa da imprensa de retomar sua tarefa de retratar fielmente uma época, nada melhor do que contar como se fazia — e nem faz tanto tempo.

Sai em boa hora esta incrível reportagem de Audálio Dantas, feita de tantas histórias distintas como se fossem uma só: a nossa

história, enfim, contada pelo repórter, em que a data, o tempo pouco importam.

Sejam lá como for, tenham o nome que se queira, estas páginas impressas nos farão muito bem, nem que seja só para incomodar a poeira dos descrentes da conveniência e provar que, um dia, ontem mesmo, as coisas já foram ditas com todas as letras, sem firulas ou preciosismos, com franqueza.

Mais do que tudo, porém, a leitura destas páginas serve para desmistificar algumas verdades absolutas, tantas vezes apresentadas como desculpas para atitudes menos decentes, em que muitos acabaram acreditando.

Como, por exemplo, aquela de justificar todas as omissões com uma frase: “Meu filho, a reportagem morreu em 1968”.

Muleta que durante todo esse tempo serviu para muita gente cuidar do patrimônio, sem maiores dramas de consciência, essa verdade absoluta é aqui desmentida sem perdão. Várias das mais contundentes e dramaticamente verdadeiras reportagens de Audálio Dantas, como o livro prova, foram publicadas depois do dia em que o país entrou no quinto ato. Foram feitas, assinadas e publicadas em 1969, 1970, 1971, 1972 e 1973.

E mais: não saíram nos anos seguintes unicamente porque o veículo que as publicava, a revista *Realidade*, resolveu mudar de assunto negando seu nome, até morrer de morte natural.

A Realidade morreu.

O *Cruzeiro* morreu.

A Folha de S. Paulo correu da reportagem.

Mas o repórter sobrevive, vive, apesar de tudo.

Taí, sem negaças: o repórter vivendo e sofrendo a vida e morrendo a morte, em cada frase, em cada vírgula, de todas as formas. Formas e conteúdos que se fundem como a letra e a música de um Chico Buarque de Hollanda.

Taí, sem entrelinhas nem metáforas, o tempo — antes e depois de 1968 — em que o povo era personagem. O povo brasileiro, do presidente aos catadores de caranguejos, das crianças da mortalidade infantil mortas de fome ao Joaquim Salário-Mínimo —

os personagens da nossa realidade estão aí, livres de enfeites ou rapapés.

Taí, sem perdão, o brutal contraste com o jornalismo bem-comportado, oficialesco e fútil dos dias atuais, em que para ser personagem digno de ser impresso o cidadão tem de ocupar necessariamente um cargo público do primeiro escalão, se não for jogador de futebol, grã-fino colunável ou artista de televisão.

Taí um repórter que escreve com a franqueza da gente da rua, trabalhando as palavras com o cuidado de quem lida com uma arma ou uma criança, que põe o dedo na ferida e não pede licença pra dizer o que acontece.

Neste país sem memória, não deixa de ser um acontecimento a publicação de reportagens já publicadas. Quem será capaz de ficar insensível a essa constatação de que a nossa vida, hoje, vai-se perdendo por entre os dedos feito areia, sem quase ninguém para contar?

Para mim, e para muitos de minha geração, tenho certeza, esta antologia cheira mais a notícia, a revelação, a coisa nova, a desafio do que a qualquer boleresca, nostálgica lembrança.

Chega-se, é claro, a ter saudade de 1967. Pior, contudo, é a sensação de que, liberdade de expressão à parte, praticamente nada mudou. As desgraças de uns, os privilégios de outros continuam correndo paralelamente, impunemente, pois que não há, ao menos, quem descreva os novos cenários e os novos personagens com a garra e a certeza dos audálios dantas da vida que a vida tirou das ruas e escondeu atrás das mesas de burocratizadas e homogeneizadas redações.

Das mazelas das grandes cidades, dos restos humanos, do supérfluo e da fome à esperança, à salvação sempre adiada, ao mormaço, ao sol e à seca dos sertões, o homem e o meio continuam numa luta danada, desigual — que leva ao meio homem, à meia verdade, a tudo pela metade, se tanto.

Nada é exótico, pitoresco no mundo que Audálio desnuda, com simplicidade e clareza — bem diferente dos textos bem embrulhados hoje, impingidos aos leitores por aqueles que, sem

coragem de dizer as coisas como elas são, brincam de juntar letras sem maiores compromissos com seu tempo e sua gente.

Capaz de entender o conjunto, sem arrotar erudição, sabendo das coisas para poder contar, o autor destas reportagens vai contando as pequenas tragédias do nosso cotidiano com a grandeza dos que não se limitam a assistir.

Audálio é daqueles poucos que não confundem cara feia com seriedade e prova que o importante não precisa, necessariamente, ser chato. Por mais complexo que seja o assunto, nunca esquece o fundamental sobre as consequências. Um país, uma doença, um prédio ou uma entidade — o homem está sempre no centro das suas histórias não porque o autor queira, mas porque ele realmente está, assim é, por mais que se procure camuflar os fatos.

Lendo o que o Audálio repórter escreveu, fica mais fácil entender o Audálio líder de uma classe quase em extinção, que luta para sobreviver com dignidade. Nada como a vida do repórter percorrida sem freios nem fronteiras para saber fazer a hora, sempre de pé no chão.

Como dizia Antônio Bruega, o personagem do seu trabalho sobre “A nova guerra de Canudos”, que Audálio ouviu com muita atenção:

“A verdade eu falo; gosto da verdade e não piso nela, senão escorrego e caio”.

Os contos das coisas acontecidas²

Samir Curi Meserani

30 de novembro de 1976

“A VERDADE EU FALO; GOSTO DA VERDADE e não piso nela, senão escorrego e caio.”

Assim disse (e se verá que disse mais) um homem de Canudos, de nome Antônio Bruega, “que foi menino de olhos e ouvidos abertos para tudo o que aconteceu”. Está num dos textos deste livro em que Audálio Dantas, descobridor desse e de outros antônios, reúne parte de suas narrativas de repórter.

De quem são tais falas? De Antônio. Mas também da voz de Audálio, que poderia pronunciá-las: de consciência, ação e criação. Pois, no gosto da verdade, se fez repórter.

Suas reportagens saíam nos jornais e nas revistas para o consumo diário da leitura. Havia então uma esperança: a de que os fatos contados se consumissem, visto que eram a narrativa da “fome à mesa”, do absurdo estabelecido, da degradação humana.

Agora, nesta eternização em livro, incomodam por não serem contos de tempo ultrapassado. Ainda tempo presente que não passa, é a estória que consome na ação suas personagens famintas: inanição. Reverte-se em história. O contexto que gerou o texto comparece contaminando a leitura: intertexto.

Se no ato da leitura o texto dialoga ainda com o mundo que o gerou, na sua criação também se presente igual processo.

O repórter saía sem destino, às vezes dentro de um elevador fantasma (“O prédio”) e outras no pátio do Juqueri (“Nossos desamados irmãos loucos”). Nesses caminhos do acaso se destinava: era um descobridor. Inconformado com as formas visíveis, aprofundava o olhar para dentro de porões dos prédios e da arquitetura humana. E descobriu nesses subterrâneos o inimaginável. Descobriu ainda que as formas convencionais de

escrever a reportagem eram precárias para esses fatos: encontra o conto.

Sem sacrifícios da veracidade, procura uma nova linguagem, produção mais próxima da literatura que do jornal.

Às vezes essa procura é explícita:

“Dentro das fronteiras do Juqueri, o repórter sente que está numa encruzilhada da profissão: olha para todos os lados, perde-se no meio da tragédia e conclui que não é possível fazer uma reportagem comum, dessas de contar simplesmente o que vê. Porque não é possível contar. Tudo aquilo que a gente vem aprendendo desde os tempos de ‘foca’ se desmorona aos nossos pés.”

“Mas no Juqueri nenhuma regra é válida, porque o Juqueri é uma anomalia.”

Perdido no meio da tragédia que descobre, o repórter se encontra como escritor, inventor das transgressões da linguagem, normalizador das anomalias.

E assim se enformam as reportagens/contos, histórias das coisas acontecidas. Fotogramas verbais narram o que nem o surrealismo de Buñuel pode imaginar, coisas mais assustadoras do que as carrancas de João Imaginário, artista de arte fina (“À margem”). Narram o quarto de despejo da sociedade. “Por que ter vergonha? Nós não podemos ter vergonha”, diz um mendigo a outro, na disputa pelos restos de lixo. E outra ou a mesma voz faminta agradece: “Você deve dar graças a Deus de o homem deixar a gente comer a comida dos porcos dele”.

É desses lixos que o escritor opera sua colagem, dos restos disponíveis da dignidade humana.

Enfim, outros leitores que se preparem para o espanto desses fatos e para o prazer de sua construção em linguagem. Não resisto em dizer, é um livro de criatividade.

Nem poderia não ser: é obra de Audálio Dantas.

O monumento anda, fala (e depois come dois ovos fritos)

Eliane Brum

Junho 2012

A SÉRIE "REPÓRTER", DO ITAÚ CULTURAL, nasceu porque Audálio Dantas nasceu. Em Tanque D'Arca, Alagoas, 80 anos atrás. Estávamos então no final de 2011, a alguns meses deste aniversário, e Audálio caminhava pelas ruas de São Paulo, gastando seus sapatos, como diz o amigo Ricardo Kotscho, e metendo o nariz nas novidades do mundo como se ainda fosse menino. Para quem cresceu e sonhou ser gente grande no jornalismo assistindo às façanhas do Audálio na *Folha da Manhã*, na popularíssima *O Cruzeiro* e na mitológica *Realidade*, era como ver uma estátua viva, vivíssima, andando pelas ruas. E, não só andando, mas também assuntando. Apalpando as esquinas e auscultando as gentes, olhando o Brasil do parapeito dos seus óculos. Como assim, seu Audálio anda por aí sem saber que é monumento?

Pois anda. O monumento anda. Era preciso então inventar alguma desculpa para poder fazer perguntas ao Audálio Dantas. Um monte de perguntas para aquele que sempre foi um perguntador afiadíssimo. Colocar o Audálio no palco diante de uma plateia composta de duas ou três gerações que perderam a chance de ler as reportagens do grande repórter quando elas engalanavam as bancas. (Porque era assim, jornaleiro que vendia jornal ou revista com matéria de Audálio Dantas, no dia ficava metido.)

A desculpa foi uma homenagem. Coisa de jornalista: inventamos que Audálio era o homenageado da série "Repórter", quando quem ganharia o prêmio de ouvi-lo seríamos nós. Criada por causa dele, a série se dedica a pescar repórteres de respeito nas ruas, alguns deles quase à força, para colocá-los no palco na posição que eles menos gostam: a de entrevistado.

Audálio Dantas foi o primeiro porque o Brasil é maior por causa dele. Audálio marcou o país como o repórter que fez algumas das melhores reportagens da imprensa brasileira. E, depois, virou protagonista da História ao denunciar, como presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, a execução de Vladimir Herzog pela ditadura militar, em 1975, e tornar-se um dos principais articuladores do movimento de resistência que assinalou o começo do fim do regime. É esta a envergadura do homem miúdo apenas na aparência, retirante nordestino que chegou a São Paulo sozinho, aos 12 anos de idade, para, como ensinou o mestre Graciliano Ramos, usar a palavra para dizer. Apenas dizer.

Audálio Dantas disse — disse bem, disse muito, disse com verdade. Disse o que escutou de brasileiros que costumavam ter a voz silenciada ou ignorada. E nos momentos mais soturnos do país continuou a dizer — com e apesar do medo. É a verdade de um homem que atravessa o tempo que testemunhamos nesta entrevista feita por Claudiney Ferreira, por Ricardo Kotscho e por mim. Aberta ao público e gravada para o programa *Jogo de Ideias*, do Itaú Cultural, em 1 de dezembro de 2011, ela foi o marco da série “Repórter”.

Longa, será sempre curta. Quando o tempo acabou, a sensação era de que a conversa tinha começado há cinco minutos. Audálio então já descia do palco apressado, no seu jeito de estátua com alergia a pedestal. (Ele, é preciso registrar, abomina ser chamado de monumento e costuma dizer que estátuas têm problemas com os pombos... Mas que é monumento, é. E fatos são fatos.)

Depois, a bordo dos mesmos sapatos de pontas gastas com que cutuca as ruas todos os dias, ele e sua inseparável companheira Vanira escapuliram do coquetel chique e dos canapés de nomes esquisitos. Na noite desta entrevista, Audálio foi visto na companhia de meia dúzia de cúmplices num boteco próximo à Paulista. Em nome da fidelidade aos fatos, é preciso dizer que, perto da meia-noite, Audálio batia um prato composto de bife acebolado 15 × 15 cm, dois ovos fritos, arroz e feijão. E exigia do garçom a reposição da cerveja.

Mas este foi o fim. O começo é bem aqui, na próxima frase.

Entrevista em homenagem a Audálio Dantas

Instituto Itaú Cultural

Dezembro de 2011

Claudiney Ferreira: Estamos aqui na Sala Itaú Cultural em São Paulo para mais uma edição do programa *Jogo de Ideias*, do Itaú Cultural. Este programa faz parte da série sobre o Repórter Brasileiro, idealizada pela nossa entrevistadora de hoje, Eliane Brum, jornalista, documentarista e escritora. A série começa com uma espécie de homenagem que a gente faz a este senhor que é um dos grandes repórteres brasileiros, um dos grandes textos e um dos grandes militantes da imprensa, que é o Audálio Dantas.

Audálio: Obrigado a vocês. Obrigado, Eliane.

Claudiney: Para ficar com a gente em dois programas que homenageiam a trajetória pessoal, humana e profissional do Audálio Dantas, está um outro grande repórter brasileiro, uma figura extraordinária, um papo sensacional, o jornalista e também escritor Ricardo Kotscho. Obrigado por você estar aqui.

Ricardo Kotscho: Boa noite. Obrigado pelo convite.

Claudiney: O Kotscho já tem uma experiência do *Jogo de Ideias*, esteve duas vezes aqui.

Eliane Brum: Estou muito feliz, Audálio, porque eu acho que o mundo é melhor porque tu existes. E nós todos temos uma grande dívida contigo. Então, muito obrigada por tu existires.

Audálio: Começa a pagar...

(risos)

Claudiney: Estamos aqui para isso...

(palmas da plateia)

Eliane: Queria começar te perguntando o seguinte, Audálio. Na abertura deste livro aqui, que é maravilhoso, *O circo do desespero*,³ tem reportagens da década de 1950 até 1970...

Audálio: ... de 1960 para frente. Tem uma do final de 1950.

Eliane: Na abertura deste livro, tem uma frase que eu achei muito bacana, que é a seguinte: "Repórter, meu senhor, é uma pessoa que pergunta. Esta foi a resposta do jornalista Acácio Ramos a um figurão irritado com sua insistência". Com 60 anos de reportagem, o que é ser repórter para ti? Repórter é uma pessoa que pergunta?

Audálio: Essencialmente. Não é à toa que eu usei essa frase como epígrafe e dei o crédito, né? Aliás, uma das obrigações do repórter é dar crédito a quem falou. No caso, ao Acácio Ramos. Ele falava com muita graça isso: "Repórteres são seres que perguntam". Se você não perguntar, você não tem resposta. Mas não é só isso. Você faz a pergunta e tem a obrigação de dividir a resposta com as pessoas a quem você se dirige: o leitor de jornal, o espectador de televisão, enfim, aquele que consome a informação. Então você tem de levar essas respostas e, se possível, contestá-las quando não são verdadeiras. É o que eu acho que sintetiza a coisa. Mas antes eu gostaria de dizer que, por uma coincidência, o autor do prefácio desse livro está aqui, que é o Ricardinho Kotscho, que era um repórter... não era iniciante...

Kotscho: Era novo, era novo...

Audálio: Era novinho, mas ele fez esse prefácio com muita competência e ajudou muito.

Eliane: É bem bonito o prefácio. Nesta abertura tem uma outra frase que também é muito interessante, Audálio, que é "O povo é quem tem as respostas para todas as perguntas". Tem uma matéria tua neste livro, sensacional. É "A nova guerra de Canudos", quando tu voltas para lá. Tu entrevistaste um cara incrível, o Antônio Bruega, que diz uma frase que é antológica. Ele diz o seguinte: "A

verdade eu falo; gosto da verdade e não piso nela, senão escorrego e caio". Quais são as tuas ferramentas para buscar a verdade na reportagem, Audálio? Existe uma verdade só? É possível alcançar essa verdade? Como é que a gente, como repórter, alcança "as verdades"?

Audálio: Talvez seja a grande angústia do repórter procurar essa verdade. De tentar não levar adiante, não transmitir uma coisa que ele não tem certeza de que é verdadeira, porque senão ele está traindo aqueles que garantem o ganha-pão dele, que é aquele que consome a informação. Acho muito bom que você tenha feito essa pergunta, porque acho que essa é uma das lições mais importantes. Acho que em nenhuma faculdade de Jornalismo alguém sintetizou tão bem como esse velho Antônio Bruega. Eu vou dizer quem era esse Antônio Bruega. Quer dizer... "a verdade eu falo; eu não piso nela, senão escorrego e caio...". Ele estava contando a história que ele presenciou como criança. Ele era uma criança durante a Guerra de Canudos. Quando eu o entrevistei, ele já era velhinho. E ele dizia isso com muita convicção. Qualquer repórter — e há muitos — que escorregue na verdade está traindo a profissão. Isso não é nenhum sacerdócio, não é nenhuma coisa mística. É porque essa é a ferramenta essencial. É obrigação do sujeito que se mete a contar histórias falar aquilo que seja a verdade. Se não for a verdade do outro, ele tem de dizer que ele percebeu que não era verdade. Por isso diz. Entendeu? É mais ou menos isso.

Eliane: Porque a verdade é como um peixe que escapa da gente, né?

Audálio: Exatamente.

Eliane: Como é que tu fazes, como repórter?

Audálio: Um dos segredos acho que está colocado na frase do Acácio Ramos: "Repórteres são seres que perguntam". Não basta perguntar. É preciso, primeiro, saber por que está perguntando; segundo, saber perguntar (risos); e terceiro, conferir se a resposta está correta. Porque, se não tiver certeza disso, o repórter corre

pelo menos o risco de passar à frente uma coisa que não seja verdadeira. Mas posso contar uma historinha do Bruega?

Eliane: Por favor!

Audálio: O Bruega é o seguinte: eu sou um apaixonado pela história de Canudos, pelo Euclides da Cunha, um grande mestre. E eu fui a Canudos umas cinco ou seis vezes. Desta vez, não me lembro se eu estava ainda na *Folha*,⁴ ou se já estava no *O Cruzeiro*⁵ ... acho que já no *O Cruzeiro*. Mas eu fui sozinho. Eu quis fazer a experiência de ir sozinho. Porque aquela história de Canudos me incomodava muito, principalmente aquilo que estava acontecendo na aldeia de Canudos, que era aquela que foi construída em cima da outra que foi arrasada no fim do século XIX, e ali o povo reconstruiu um pequeno povoado. Eu dizia:... quero ir lá principalmente porque eu tinha uma história da família. O meu avô, o João Martins Dantas, de Alagoas, era soldado do 20.º Batalhão de Caçadores, se não me engano, um negócio desses... Era recruta, estava virgem, quase (risos). E foi mandado para Canudos.

Claudiney: Lutou?

Audálio: Ele foi com esse batalhão lá — porque foram vários batalhões —, e os jagunços do Conselheiro derrotaram quase todos (risos), só no final é que conseguiram pegá-los. E o meu avô, a certa altura, desertou do batalhão. Inclusive eu acho que ele fez muito bem em desertar, porque ele ia lá atirar contra quem? Em gente dele mesmo, da mesma origem, da mesma condição. Ele, eu acho, não pensou isso, mas mesmo sem pensar acertou. Então, eu fui... sozinho. Eu queria sentir a emoção de estar sozinho naquele lugar. Cheguei num final de tarde, o sol quase se pondo, a aldeia estava para ser inundada, porque iam construir a represa que está lá hoje, ia sumir aquela paisagem toda, e eu digo: quero ver como eu vou passar essa noite aqui em Canudos. Perguntei: “Tem um lugar aí para eu dormir?”. Disseram: “Tem uma pensão ali na beira do rio Vaza-Barris, que é histórico, em frente à velha igreja do Conselheiro” — destruída já, só as ruínas, e tinha uma pensão. Mas

essa pensão só tinha eu de hóspede. Só. E uma senhora que me atendeu, de véu — isso é comum, parece um costume árabe, lá no sertão —, de véu preto, aquela coisa toda. E ela disse: “O senhor se sinta à vontade. O senhor quer comer já?”. Eu digo: “Se tiver, eu tô com fome”. Ela preparou um cuscuz, assou carne de bode, fritou ovo, me deu. Estava bom. Eu comi, gostei muito. Deu café. Ela disse: “O senhor terminou? Então, boa noite”. E foi embora. E para dormir tinha uma rede armada no canto da sala, não era nem no quarto. Foi embora, e eu digo: e agora? Vou viver aqui com os fantasmas da Guerra de Canudos. E fiquei a noite inteira sem conseguir dormir. Dormia, acordava, dormia, acordava.

Eliane: Muito fantasma?

Audálio: Tive alguns pesadelos de procissão de jagunço... uma coisa impressionante. Mas acho... aquilo que o Zé Hamilton (o jornalista José Hamilton Ribeiro) estava dizendo agora há pouco, que... o repórter precisa sentir, precisa viver a coisa que ele vai narrar, a história que ele vai contar. Porque, senão, ele faz como a maioria hoje faz — por telefone! (O Kotscho tem algumas histórias também...) Não olha no olho do sujeito que ele pergunta e faz uma coisa fria, sem calor humano, sem verdade, digamos assim, para encurtar a história.

Kotscho: Grande contador de histórias, né, Audálio?

Audálio: Quem?

Kotscho: Você.

Eliane: (risos)

Audálio: Pensei que fosse o Antônio Bruega. Porque o Antônio Bruega me contou histórias da Guerra de Canudos que dava para você ficar ouvindo a noite inteira.

Kotscho: Tem uma frase que não sei se é sua, mas que eu uso muito e atribuo a você: “uma história, para ser bem contada, tem de ser contada como foi desde o começo”.

Audálio: Não, isso eu acho que é do Zé Hamilton, do “Zé Parmito”.

(risos)

Kotscho: Eu confundo vocês dois...

(risos)

Kotscho: Mas eu segui essa lição. Eu tenho a sorte na vida de ser amigo do Audálio e do Zé Hamilton, que são os grandes mestres — são os melhores da nossa área de reportagem. E aprendi isso, Audálio, de sempre perguntar em qualquer entrevista como foi desde o começo. Então, como aqui tem muitos jovens, eu queria que você contasse um pouco de onde você vem, de onde você veio, como é que você virou o Audálio Dantas, porque às vezes a pessoa encontra aqui e acha que foi tudo fácil. Fala um pouco da sua família, de Tanque D’Arca, cidade lá de Alagoas. E lhe perguntei de Maceió, que você esteve lá na feira do livro recentemente...

Audálio: Bienal Internacional do Livro!

Kotscho: Bienal Internacional do Livro de Alagoas.

Audálio: É, por favor.

(risos)

Kotscho: Não é pouca coisa, não. Como é que você chegou aos 80 anos, ou quase isso... aproximadamente.

(risos)

Kotscho: Sessenta! Há controvérsias, aí. Mas não vamos entrar nesses detalhes, que isso é confuso.

Audálio: (risos)

Kotscho: Sessenta anos de profissão e tendo feito tanta coisa na vida. Eu queria ligar as duas coisas, que é para começar por aqui. De onde você vem e como é que você foi virar um Audálio Dantas aos 80? Qual é a receita?

Audálio: Caramba, ele quer que... aí terminou o programa, porque tem muita coisa para contar aí. Para começar, eu vim — e você já adiantou aí — de uma cidadezinha. Eu sou retirante, né. Eu vim de uma cidadezinha do interior de Alagoas chamada Tanque D'Arca. É uma cidade em que o nome D'Arca tem um apóstrofo. Isso é um sinal de nobreza. Coisa com apóstrofo tem mais força.

Eliane: É bonito.

Audálio: Né? Tanque D'Arca. Tanque da Arca. Essa arca era uma lenda. Nasce lá o rio São Miguel, que termina sendo um rio importante lá para baixo, e dizem que um dia uns tropeiros deixaram cair uma arca cheia de ouro e pedras preciosas. Até hoje os moradores estão esperando que a arca reapareça. Mas não. Ali a pobreza é enorme, a arca não apareceu. Antes da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, da qual fui patrono (ênfatisa o nome do encontro — risos), eu visitei, como sempre faço, a minha cidadezinha. Fui com a Vanira, minha mulher, e a Mariana, minha filha; o prefeito foi esperar na entrada da cidade, com uma caravana de carros... Foi um negócio impressionante. E me levou logo para um estúdio, não deixou nem eu conversar com as pessoas. Tem uma rádio, lá, sabia?

Kotscho: Você me contou.

(risos)

Audálio: Aí me levou para lá, me entrevistou e queria saber das minhas glórias, as glórias da cidade, etc. Bom, resumindo, eu vim duas vezes para São Paulo. A primeira, com pai, mãe, os irmãos, de navio. Naquele tempo era navio, não havia estrada de rodagem. E foi uma coisa boa, uma experiência muito interessante.

Kotscho: Seu pai fazia o que lá em Tanque D'Arca? Qual a origem da família? Seu pai ganhava a vida como?

Audálio: Ah, o meu pai era um inventor.

Kotscho: Inventor?

Audálio: É verdade, é verdade. Ele inventava coisas. Isso não é propaganda, não. Qualquer coisa que quisesse fazer, ele fazia. Ele via uma máquina, qualquer coisa, e conseguia reproduzir. Arrumava um jeito. A última vez que eu o visitei lá — no ano de 1970 e pouco —, ele estava construindo um silo de zinco de, sei lá, cinco, seis metros de altura. Digo: “Como é que você tá fazendo isso?”. Ele disse: “Aprendi...”. Ele fazia essas coisas. Mas essa cidade aqui desagrega muito as pessoas. Ela junta, depois separa...

Claudiney: São Paulo?

Audálio: Aí houve a separação da família, etc. e tal. Voltei e depois vim aos 12 anos sozinho de lá para cá. Quer dizer, a minha vocação de migrante é um negócio muito forte. E aí comecei a me virar aqui, como todo mundo se vira. Até que um dia — sempre gostei de ler —, comecei a descobrir autores importantes; primeiro os brasileiros, depois outros. Jorge Amado, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Graciliano Ramos... Aí, um dia, lendo Graciliano, eu disse: “Eu vou escrever”. E comecei a pensar em escrever. Era assim que nasciam alguns jornalistas. Caí na *Folha* no início dos anos 1950 como fotógrafo, que era um meio de você se aproximar. Tinha uma vaga de fotógrafo — de fotógrafo não, de laboratorista — no laboratório fotográfico.

Claudiney: Você tinha experiência nesse trabalho?

Audálio: Tinha. Foi um dos meus trabalhos. Aprendi a lidar com fotografia. E aí eu disse: “Aqui é que eu vou”. E foi assim, a partir de 1954, por aí, eu estava escrevendo.

Eliane: O que tinha no Graciliano que te... (faz um gesto)?

Audálio: Acho que aí tem alguma coisa atávica, né. Eu acho que certamente tem de ter. O texto do Graciliano Ramos é aquele que acho que todo jornalista devia se mirar e se preocupar. É aquele texto que tem uma beleza, mas uma beleza em si próprio, ele não precisa de nenhum enfeite. Aliás, ele tem uma frase maravilhosa a respeito disso, sobre a palavra. Ele diz que a palavra não foi feita

para enfeitar, para brilhar como ouro falso. A palavra, diz ele, foi feita para dizer. E ele dizia tudo. Em *Vidas Secas*,⁶ Graciliano diz as coisas com um texto absolutamente simples, direto, sem rebuscado nenhum. E eu digo: “Pô, é por aí, né”. Eu acho que esse é o segredo do bom jornalista. Isso não quer dizer que ele faça texto desinteressante. Ele tem de dar “sustância”, como diz o texto.

Kotscho: O importante é a história.

Audálio: Exatamente.

Claudiney: Audálio, você está dizendo que a sua atividade de jornalista veio fundamentalmente da sua leitura da ficção.

Audálio: Sem dúvida.

Claudiney: Como era a reportagem naquela época? Quais reportagens você leu? Quais são as referências como repórter que você tinha — você trabalhava num jornal — de outros jornais, principalmente do eixo Rio-São Paulo, que foram importantes para você? A sua reportagem veio da reportagem também?

Audálio: Muito. E uma das referências principais foi o Joel Silveira, pela capacidade extraordinária de contar história, primeiro, e segundo pela capacidade de buscar histórias que tivessem sentido e interesse. Nisso ele era um mestre. Ele foi uma das referências. Havia referências também que não tinham muito a ver com a reportagem, mas tinham a ver com o texto, em si. Aí era o Rubem Braga, que era um excelentíssimo texto de crônica, a Raquel de Queiroz...

Claudiney: Tem um que escreveu uma reportagem, se não me engano.

Audálio: O Rubem?

Kotscho: Ele foi correspondente de guerra, também.

Audálio: Ele foi correspondente de guerra, como o Joel Silveira na Segunda Guerra Mundial. Então, essa leitura e, depois, a vontade

de dizer foram muito importantes. E a *Folha* estava passando por uma mudança importante. Aliás, nessa fase chegou o Zé Hamilton Ribeiro e alguns outros repórteres importantes que transformavam a linguagem. Porque a linguagem do jornal, até então — acho que o Ricardinho (Kotscho) não pegou isso — era uma coisa muito provinciana. Na *Folha* ainda havia repórter que escrevia preocupado em não repetir as palavras. Então ficava buscando sinônimos que eram lugares-comuns horríveis. Cemitério era necrópole, incêndio era sempre sinistro, água era precioso líquido, etc.

(risos)

Audálio: Sempre, “precioso líquido”.

Eliane: Era rebuscado...

Audálio: Exatamente, era uma coisa meio empolada. O sujeito não repetia palavras.

Kotscho: Cortando um pouco... como é que foi a passagem da fotografia para o texto? Você começou na fotografia e logo passou para o texto. E do jornal você passou para revista. Como foram essas passagens? Eu conversei com uma moça que conhece bem a sua vida, que me contou algumas coisas, e eu queria que você contasse para o público.

Audálio: Como eu disse, a minha entrada na fotografia era com os olhos voltados para o texto. Eu era amigo dos padres salesianos lá no Alto de Santana, onde eu morava, do Externato Santa Teresinha, e um dia eles organizaram uma excursão para Santa Catarina — para Rio do Sul, que é lá perto de Blumenau. Eu fui e me encantei muito com aquela paisagem do Vale do Itajaí, construções diferentes de arquitetura alemã e costumes também, alimentação. Eu fiquei impressionado com aquilo. Eu fotografei. Quando voltei, escrevi um texto. Ninguém me mandou. Quer dizer, quem fez minha primeira pauta fui eu mesmo. Então, eu cheguei e escrevi um texto e entreguei. A *Folha* tinha três edições: a *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e a *Folha da Noite*. A *Folha da Tarde* saía às 10h, 11h da

manhã, e a *Folha da Noite* saía depois do almoço. Na *Folha da Noite*, que era um jornal mais leve, o vespertino, publicaram essa matéria com as fotos, e todo mundo achou muito bom. E os caras da redação automaticamente me apadrinharam. Pau de arara, magrinho, frágil e tal, mas escrevia com certo jeito. Foi assim.

Kotscho: E como é que você foi parar na maior revista do Brasil na época, que era *O Cruzeiro*?

Eliane: Posso fazer só uma pergunta? É que essa coisa da foto e do texto... Tem uma reportagem tua chamada *Restos*,² em que tu acompanhas as pessoas que esperavam os restos de um restaurante. Os restos de comida iam para os porcos, e as pessoas interceptavam esses restos para comer. E aí tu contas uma coisa que eu acho muito interessante: tu levantas a câmera (eu entendi que era tu que levantavas a câmera, ou o fotógrafo que estava contigo) para fotografar, e uma mulher que estava esperando os restos cobre o rosto. Aí o marido dela diz o seguinte: "Por que vergonha? Nós podemos ter vergonha?". E aí tu não fotografaste. Por que tu não fotografaste? Quais são os princípios que te levaram a não fazer essa foto (que são os princípios de repórter)?

Audálio: É, eu acho que, infelizmente, essa não é a regra. Há pessoas que vivem — principalmente fotógrafos — caçando o momento dramático, o momento miserável, enfim, essa coisa toda. Por uma questão de personalidade, eu sempre tenho muito respeito pelo outro, seja ele de que condição for, e principalmente nestes casos, em que estas pessoas são indefesas. Então, há uma certa compaixão que deve funcionar aí. Eu acho que é isso: compaixão. Nessa mesma matéria, eu recebi uma lição. Havia um sujeito meio bêbado e exaltado com qualquer coisa ali — acho que alguém passou na frente dele. Eram imensos tambores, cheios de comida, tudo misturado, aquela coisa. Aí ele se exaltou. Eu cheguei e disse para ele: "Amigo, calma, calma". Aí ele disse: "Calma, por quê? Você já passou fome?". Eu disse: "Eu não!". Ele disse: "Então...". Quer dizer, recebi uma grande lição ali e respeitei a lição. Aliás, eu reproduzi essa história na matéria.

Kotscho: E qual foi a história que você fez na *Folha* que levou *O Cruzeiro* a contratá-lo — aquela grande revista, a mais importante revista do país na época? Você lembra qual foi a matéria, como você fez esta matéria?

Audálio: Sim. Bom, primeiro a *Folha* estava passando por uma mudança importante — esses novos repórteres que chegavam. Desde o começo, não fui um repórter do dia a dia, noticiaria. Eu comecei a fazer reportagem. Eu propunha reportagens. E havia esse clima de aceitação que ajudou muito. Eu fiz algumas reportagens importantes na *Folha*. Uma delas, logo no começo, o diretor da *Folha da Manhã*, que era o Mário Mazzei Guimarães, que está aí ainda hoje, ele disse: “Olha, vai fazer uma matéria sobre a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, que está começando a funcionar. Vai ver como é que isso vai influir na vida...”.

Kotscho: Mudar a vida.

Audálio: “... na região, no Nordeste. E depois você faz o que você quiser”. Olha que coisa... se hoje me dessem uma pauta dessas, eu até voltaria a escrever reportagens. Aí fui. Passei lá uns 15 a 20 dias. Voltei com umas 10 reportagens. Fiz aquela e fiz outras nove. E aí fiz várias reportagens para a *Folha*, até que surgiu o assunto Carolina Maria de Jesus,⁸ uma favelada aqui de São Paulo, da favela de Canindé, que tinha um diário em que registrava a vida na favela. Evidentemente, eu não sabia disso. Eu fui lá, eu propus a reportagem. Favela era uma coisa mais ou menos nova em São Paulo. Falavam que a vida era muito difícil.

Claudiney: Qual era a favela?

Audálio: Era a favela do Canindé, perto do estádio da Portuguesa.

Eliane: Tu tinhas oito anos de reportagem nesse tempo, pelos meus cálculos...

Audálio: Não, eram cinco anos. Comecei na reportagem em 1954, e era em 1959 isso. A proposta era fazer como é a vida na favela — eu ver isso. Estava uns três dias por lá quando apareceu uma

mulher dizendo que ia botar uns caras que ela não gostava no livro dela. Eu quis saber qual era o livro. E ela tinha um diário maravilhoso que contava o dia a dia da vida dela e da favela em que ela vivia, as brigas, as misérias, as safadezas. E aí eu vi isso, voltei para a redação e escrevi... sei lá, como nós chamamos, no "abre", com umas 10, 15 linhas, e depois o diário — cenas descritas por ela. Porque a minha reportagem acabou. Agora essa história quem conta é quem vive. Isso foi um grande sucesso.

Eliane: Quer dizer, a reportagem já estava escrita, foi isso que como repórter tu descobriste.

Audálio: A reportagem já estava escrita.

Claudiney: O livro é *Quarto de despejo*, que é um dos livros mais estudados pelos estrangeiros, da literatura brasileira. Mas me impressiona uma coisa. Você não se deu o direito de escrever a matéria. É isso o que mais me impressionou nessa reportagem. Acho que chegou um momento em que você falou: eu não tenho o direito de escrever.

Audálio: Foi isso. É isso que a Eliane acabou de dizer. A reportagem já estava feita naqueles cadernos. Eram cerca de 20 cadernos que eram encontrados no lixo. Cadernos já iniciados, cadernos de contabilidade, caderno escolar, um monte de coisa. Estavam comigo, porque muita gente — há uma certa visão, um senso comum, principalmente na classe média — acha que ninguém faz nada de graça. E aí as pessoas acharam que eu inventei aquela história, que eu escrevi aquela coisa. Então eu guardei esses originais comigo até uns três, quatro meses atrás. Resolvi doar à Biblioteca Nacional.

Eliane: Eu acho, Audálio, que não é só a coisa de ganhar alguma coisa. Tem um grande preconceito com a gente que é repórter, que ouve histórias dos brasileiros. A gente vê analfabetos fazendo literatura pela boca. O brasileiro tem uma linguagem oral muito sofisticada, com achados, mas não se respeita isso. Tem um

preconceito com isso. Quer dizer, tu enfrentaste o preconceito porque acharam que a Carolina não era capaz de escrever aquilo.

Audálio: Muita gente não admitia, dentro de suas concepções pequeno-burguesas, que aquela negra favelada semianalfabeta fosse capaz de escrever aquilo, porque ela tinha uma força descritiva maravilhosa, lírica. Por exemplo, ela descreve uma cena de fome, que é uma coisa recorrente no diário. Tinha um lixão por perto, e um menino foi lá e comeu uma comida estragada, ficou doente e morreu. E aí ela conta essa história sem apelos. Conta, simplesmente. Eu acho que é isso que a gente deve fazer. Sem apelo nenhum, ela contou essa história. E depois ela tem uma frase que é como você disse: a literatura pela boca, pelo oral. Ela diz que ela também já sentiu fome muitas vezes. E às vezes ela sentia fome, se sentia tonta, desmaiava e via tudo amarelo. Todo mundo amarelo. E ela concluía: a fome é amarela. Quer dizer, isso é uma criação literária da maior profundidade.

Eliane: Eu só queria contextualizar, porque acho que muita gente não conhece o livro *Quarto de despejo*. O Audálio encontra a Carolina Maria de Jesus, descobre que a reportagem já estava escrita e ajuda a publicar esse livro com esses diários, que se chamou o *Quarto de despejo*. Esse livro foi traduzido para 13 idiomas, foram mais de 1 milhão de exemplares vendidos...

Audálio: Sei lá quantos...

Eliane: A Carolina Maria de Jesus foi a primeira favelada no Brasil a escrever. E o livro não é bom porque ela é favelada, o livro é bom porque é bom. E esse livro influenciou o movimento *hip-hop* em São Paulo, nos anos 1980 e 1990, e vem influenciando o movimento de literatura periférica desse começo de milênio. Então é um livro muito importante, que não tem o valor devido hoje, e que inclusive está esgotado.

Claudiney: Eu ia falar exatamente isso. Quem conhece hoje o Sacolinha, o Sérgio Vaz, o Ferréz, por exemplo,⁹ eles todos, num outro contexto — num contexto completamente diferente, mas eles

são todos tributários —, como nós todos somos tributários do que foi a Carolina Maria de Jesus. Mas eu só queria fazer uma observação sobre a pergunta do Ricardo Kotscho. Porque o Ricardo pergunta: que matéria o levou da *Folha* para a revista mais importante do país naquele momento? Foi uma matéria de 15 linhas, Ricardo.

Kotscho: Mas muitas vezes não é você escrever 10 páginas, é você descobrir o personagem. É esse o grande desafio da gente. Quando você foi fazer a matéria na favela, e lá, fazendo a matéria na rua, pisando ali, você descobriu a Carolina. E aí você deu a palavra a ela.

Audálio: Exatamente. Se houvesse telefone na favela, e eu telefonasse, nunca ia fazer essa matéria (risos)!

Kotscho: Você simplesmente foi honesto com a personagem e deu a palavra, que é uma das coisas do repórter daquele tempo — e acho que deveria ser hoje também: é dar a palavra às pessoas que não têm voz, que normalmente não têm acesso aos meios de comunicação, que não têm telefone, não têm *e-mail*. Mas eu queria insistir nessa pergunta, Audálio. Que matéria foi essa que marcou você como repórter e o levou a *O Cruzeiro*, e o que mudou no seu trabalho de repórter do jornalismo diário numa revista semanal?

Audálio: Bom, a pergunta é importante porque foi uma passagem muito importante da minha vida profissional. A maior revista do país me convida. Eu fiquei todo “pimpão”, né.

(risos)

Claudiney: O salário era bom?

Audálio: Era o dobro, mais do dobro. E lá vou eu... Mas essa matéria da Carolina de Jesus certamente foi uma delas. Tanto é que eles me pediram para fazer uma nova matéria sobre a Carolina de Jesus. Antes eu preciso explicar: este livro, o texto da Carolina, eu fiz a seleção. Se chama “compilação”, porque o diário dela era imenso. Repetitivo, inclusive. Então o que eu fiz foi editar, sem

alterar o texto dela. Esse foi o grande trabalho que eu tive: não alterar nada, manter o original, mas cortando, porque senão os dias eram muito iguais, etc. e tal. Mas, com o sucesso do livro no início dos anos 1960, fizeram coisas horríveis com a Carolina de Jesus. Imagine você: revistas estrangeiras publicaram grandes matérias sobre a Carolina de Jesus — *Paris Match*, *Life*, *Time*, *Le Monde*, e por aí fora.

Claudiney: As maiores do mundo...

Audálio: Pois é, as maiores publicações. E o repórter da revista *Time*, chamado David Saint Clair, imagine, veio fazer uma reportagem só sobre a Carolina de Jesus. E levou a Carolina de Jesus para o Rio de Janeiro. Era a coisa dos valores dessa sociedade que ele queria introduzir rapidamente na Carolina. Levou, hospedou no Copacabana Palace, o hotel mais rico do Rio de Janeiro. Levou para os restaurantes mais finos, e boates, e o diabo a quatro. Quer dizer, esta visão do consumo. Eu fiquei indignado com isso, mas eu não podia fazer nada, mesmo porque ela estava deslumbrada com aquela nova vida. Mas há uma passagem aí que vale a pena. Ela escreveu depois um livro chamado *Casa de alvenaria*, sobre a outra situação. Disse que a levaram para um restaurante — era um do Antonio's, ou qualquer coisa assim, lá no Rio de Janeiro —, e na hora da sobremesa sugeriram que ela comesse *Crêpe Suzette*. Ela achou bonito o nome, aí trouxeram o *Crêpe Suzette*. Veio o *maître* e uns cinco ou seis garçons, um fogareiro, acenderam o álcool, queimaram, estalaram os ovos e aquela coisa toda. Bateram e trouxeram, botaram. Ela comeu: "Comi e não gostei".

(risos)

Audálio: Se eu for contar a história aqui, não tem fim. Vamos lá.

Eliane: Só para pegar ainda mais uma coisinha da Carolina. Quando a gente faz grandes reportagens com que a gente tem um envolvimento muito grande... acho que a gente sempre se envolve muito com os personagens. Como foi lidar com a Carolina, que era

uma mulher muito difícil, e que a tua reportagem trouxe uma transformação para a vida dela? A voz dela foi ouvida. Isso é uma situação complexa, né?

Audálio: Se a gente não tiver cuidado, a Carolina não vai embora daqui, ela baixou e vai ficar aí... Mas foi realmente muito complicado. E eu nem respondi direito à pergunta do Kotscho, porque passar para aquela revista foi, primeiro, fazer aquilo que eu mais gostava. Porque, apesar de eu não ser um repórter do dia a dia, eu fazia um pouco de noticiário e me cansava muito fazendo noticiário. Eu preferia ir para a reportagem. Mas aí em *O Cruzeiro* foi uma maravilha, porque eu fiz um monte, aí virei famoso.

Kotscho: E lá nessa época, Audálio, você trabalhou com o homem mais poderoso da imprensa brasileira, que era Assis Chateaubriand,¹⁰ o dono da revista *O Cruzeiro*. Não diretamente, mas ele era o dono. O pessoal mais jovem ouviu falar muito do Roberto Marinho, o dono da mídia. Como era trabalhar com Assis Chateaubriand em *O Cruzeiro* naquela época, anos 1960? Como era o Brasil? Como você se situava? Encontrava com o Dr. Assis? Tinha algum contato com ele? Como era o poder dentro de *O Cruzeiro* — como tem hoje a Rede Globo, por exemplo?

Audálio: É interessante a pergunta, mas eu não quero deixar de responder a Eliane. Vou responder as duas juntas.

Eliane: Minha pergunta não é só sobre a Carolina, mas sobre a relação com as fontes, com as pessoas.

Kotscho: Você fica meio responsável...

Eliane: É uma relação complexa que a gente desenvolve.

Audálio: É verdade. E no caso aí foi um sentimento de responsabilidade muito grande porque ela virou um estranho no ninho. Ela catava papel na rua. De repente, era fotografada, pediam autógrafa, e tudo isso. E em alguns momentos eu me perguntava se aquilo tinha sido uma coisa... boa.

Claudiney: Ela nunca saiu da favela? Ou saiu?

Audálio: Saiu.

Kotscho: Fez *Casa de alvenaria*.

Audálio: Tem muita história! Mas na verdade, Eliane, eu me sinto responsável pelas pessoas. Esse problema, realmente, acho que é uma preocupação que eu tenho. Há as pessoas que fazem conscientemente o trabalho de repórter e aqueles que acreditam que é possível mudar o mundo de alguma forma... acho que essa preocupação tem de existir. Pessoas pelas quais a gente até se apaixona assim, do ponto de vista humano. De dizer: "Olhe, esta pessoa tem a ver comigo". Quanto ao Chatô, o Assis Chateaubriand era ao mesmo tempo um gênio e um grande escroque. Ele construiu o acervo do Museu de Arte, que está aqui na Avenida Paulista, com chantagem. Ele pegava os homens de dinheiro, encostava na parede e dizia: "Você vai doar aí uns R\$ 5 milhões para comprar um Renoir" — qualquer coisa deste tipo —, e conseguiu fazer isso.

Claudiney: Porque ele sabia de algum podre do cara...

(risos)

Audálio: Mas ele não interferia direto na revista *O Cruzeiro*. Ele ficava mais ou menos por cima, escrevia aqueles artigos. Depois ele ficou doente, teve um derrame, uma coisa grave. Na revista *O Cruzeiro*, entre outras maravilhas, era você conviver com pessoas que você admirava. O Millôr Fernandes, o Ziraldo, o Jânio de Freitas, o Luiz Carlos Barreto...

Kotscho: David Nasser...

Audálio: O David Nasser.. Mas esse era um outro tipo de escroque.

(risos)

Audálio: É verdade. Era um bom repórter, mas o que ele escrevia não era bem... o nosso.

Claudiney: Audálio, infelizmente o Zé Hamilton Ribeiro não pôde participar, está com um problema na coluna, mas ele deixou uma pergunta. Ele falou: “Por favor, faça essa pergunta que eu gostaria muito de ouvir o que o Audálio tem a dizer”. É sobre a questão emocional, psicológica e a formação do repórter. Quais são para você as melhores e as piores características psicológicas de um repórter? Para autoanálise, esta.

Audálio: É uma pergunta complicada, difícil, mas acho que ele fala numa coisa que acredito ser fundamental no jornalista, principalmente no repórter. É ter a humildade necessária para abordar o outro, a pessoa que vai falar. Porque, infelizmente, acho que é um traço comum a uma porcentagem muito grande de jornalistas, a prepotência: “eu sou jornalista, eu sou um sujeito importante”. Esse aí nunca será um bom repórter. Nunca. Ele sempre acha que está acima dos outros, que sabe tudo. O Zé Hamilton é um exemplo desse traço psicológico do sujeito que não mostra que sabe, mesmo sabendo. Ele chega e pergunta. Eu estava contando agora há pouco para a Eliane que uma vez o Zé Hamilton foi fazer uma reportagem sobre a saúde bucal do brasileiro e, para entender o assunto — ah, também isso, né, o sujeito tem de entender o que ele vai fazer, mesmo que se coloque como quem não entende —, para começar, ele foi fazer uma reportagem com um catedrático de Odontologia da USP. A primeira pergunta que ele fez foi: “Doutor, o que é dente?”.

(risos)

Audálio: Aí o sujeito, que era empolado, todo catedrático, não sabia... “Como é que eu vou falar?” (risos). Acho então que é importante isso: muitas vezes se colocar no lugar do outro, principalmente se são pessoas do povo. Porque as pessoas do povo podem parecer que não sabem, mas há uma consciência coletiva que está lá na cabeça do sujeito.

Claudiney: A gente quer falar muito sobre os processos, as ferramentas de trabalho que são mentais, intelectuais. Vou contar

uma historinha que tem a ver com isso. Tem um documentarista mineiro, o Cao Guimarães, um cara jovem. Ele fez um documentário muito importante sobre profissões que já estão terminando...

Kotscho: Desaparecendo...

Claudiney: E aí ele encontrou um profeta. E falou: "Como é que eu chego e falo com um profeta?". Ele pensou... Era ele e a equipe. Deu um estalo nele. Bateu na porta, o cara atendeu, ele falou: "E aí, profeta? Esperando a gente?" (se o cara é profeta, tem de estar me esperando).

(risos)

Claudiney: Porque ele não sabia chegar no cara. Ele rondou alguns dias... Pô, não é isso, não é isso... Você já ficou travado para chegar em alguma pessoa que fosse importante para fazer uma matéria, e aí você pensou, pensou, e aí a ervilhinha caiu no buraco? Conta essa história pra gente, como é que você superou, ou não superou?

Audálio: Poxa, essa pergunta é muito boa porque não foi uma vez só. Tive várias vezes esse sentimento de quase paralisação diante de algum personagem muito importante. A intimidação... Na primeira experiência, eu estava na *Folha*, no dia a dia, e chegou a São Paulo o Gilberto Freyre — sociólogo da maior importância no Brasil, todo mundo sabe disso, e com uma fama. Agora, além de ele ser um excelente estudioso dos problemas sociais, ele era um pavão, né. Ele era mais pavão do que o Fernando Henrique Cardoso (conseguia ser!).

(risos)

Audálio: E me mandaram entrevistar o Gilberto Freyre. Ele estava no Hotel Othon. Naquele tempo, todo cara importante ia para o Othon, no centro. E como eu me sentia intimidado fui para o arquivo pesquisar, eu não conhecia muita coisa. A gente ia para o arquivo do jornal para saber o que é, como é, etc.

Claudiney: Arquivo de jornal é a coisa que veio antes do Google...

(risos)

Kotscho: Em pastas com recortes.

Audálio: E aí cheguei lá com as perguntas, e aquele sujeito imponente, todo empolado. A primeira pergunta que eu fiz (eu acho que cometi um erro de fazer essa pergunta): "O que o senhor acha da situação atual (eu era mais verdinho ainda, né) da Sociologia brasileira?". Aí ele disse: "Sociologia brasileira? Não existe Sociologia brasileira!!! (me deu uma bronca) Sociologia é Sociologia em qualquer parte do mundo! Fique sabendo!!". Eu digo: "Tá, obrigado, hein...".

(risos)

Audálio: E aí fiz o resto da entrevista assim... meio cabreiro. Outra vez, aí já estava escolado, estava na revista *Realidade* [11](#)...

Kotscho: Isso que eu ia... dar um corte. Porque você e Zé Hamilton Ribeiro participaram do momento, talvez, mais importante da história brasileira, que foi a revista *Realidade* — para mim e para muita gente, porque até hoje é objeto de estudo nas faculdades. Nunca houve nada parecido. Você saiu de *O Cruzeiro*, foi para a Editora Abril e ali foi parar na *Realidade*. Queria que você falasse um pouco disso. Não dá para falar de reportagem no Brasil sem falar da revista *Realidade*.

Audálio: É verdade.

Kotscho: Até hoje é o grande modelo. Qual era a receita ali? Como eram as reuniões de pauta? Como se criava a *Realidade*? Lembra de alguma matéria, como foi feita? Eu nunca trabalhei lá.

Audálio: É uma falha sua, hein?

Kotscho: É. Eu nunca tive essa oportunidade. Então eu queria que você contasse um pouco pra gente como era trabalhar na *Realidade*.

Audálio: É uma pergunta importante nesta conversa toda, e até eu estou chateado de o Zé Hamilton não estar aqui porque... o Claudiney mostrou o livro: *Realidade, as maiores repostagens*,¹² e realmente foi uma coisa muito importante, porque a minha definição da revista *Realidade* é que é a primeira revista em que cada repórter era uma grife. O repórter Lacoste (risos)...

Kotscho: Era uma revista de autor...

Audálio: Era uma revista de autor, exatamente. Então essa convivência era muito rica porque, entre outras coisas, lá estavam pessoas que não eram jornalistas na origem, mas eram vocações jornalísticas. Uma delas era o Roberto Freire, que era médico psicanalista, mas ele escrevia muito bem, era um romancista. E fazia matérias que tinham, evidentemente, fundo psicológico, essa coisa toda. O João Antônio, contista maravilhoso — o Claudiney sabe muito bem de quem eu estou falando —, tinha escrito alguns livros de contos muito importantes e também era um dos repórteres que estavam lá. Enfim, aquele grupo — o Zé Hamilton, que é essa figura que vocês viram agora há pouco, e vários outros. O clima naquela redação, sendo uma redação, digamos, de estrelas, tinha, ao mesmo tempo, um sentido gregário muito forte... As pessoas se ligavam muito, e as reuniões de pauta eram grandes farras, na maioria das vezes (nem sempre). E ia-se para a casa de um ou de outro, abria-se garrafa de uísque e começava a discutir a salvação do mundo (risos). E aí surgiam grandes ideias. O Sérgio de Souza,¹³ que era o editor de texto — foi citado aqui —, o Myltainho,¹⁴ o Zé Carlos Marão¹⁵ e vários outros. A maioria das matérias que eu fiz para a *Realidade*, assim como outros, você mesmo propunha: “Olha, eu tô pensando nisso...”. Mas, na primeira que me deram, chegaram e disseram: “Ó, você vai fazer uma reportagem sobre Minas Gerais”. Eu digo: “Pô, tô frito! Minas Gerais é um país, e um país complicadíssimo! Vocês precisam explicar melhor o que vocês querem!”. “Não, é que Minas Gerais tá passando por uma crise tão grande que tem até banco fechando”, falaram. Ah, bom... “E outra

coisa: estão querendo proibir a minissaia”. Isso era lá nos 1960... Aí eu fui mais... contente. Depois eu falo sobre isso.

Eliane: Como é que tu conhecestes a dona Lalá?

Audálio: Conheci a dona Lalá, claro! A dona Lalá, que era a presidenta da Tradicional Família Mineira. Mas sobre essa questão colocada pelo Kotscho, realmente foi um grande momento da imprensa brasileira por causa disso. O repórter, o texto dele, era quase uma coisa sagrada. Evidente que, se ele cometesse erros de português, coisa assim, tinha alguém para ver isso. Mas a maneira de contar, a liberdade de contar era dele. Mas eu queria falar sobre esse livro, porque eu já falei com o Zé no dia do lançamento. Este livro diz: a revista *Realidade*, as maiores reportagens. A *Realidade* tem dois momentos. Um, a primeira equipe, que veio em 1966, quase 1967, e que tinha um sentido, assim, de turma muito forte. As pessoas se gostavam e brigavam, etc. e tal. E depois houve uma retirada — um grupo forte e grande do Sérgio de Souza e vários outros jornalistas: o Carlos Azevedo, o Marão e outros saíram da revista. E este livro para aí, como se a revista tivesse acabado. É um grave erro isso aí. É um erro gravíssimo.

Claudiney: Ela muda até de tamanho.

Audálio: Não, não, isso só depois.

Kotscho: Foi a última fase.

Claudiney: A terceira fase.

Audálio: Porque as grandes reportagens, como a do Vietnã,¹⁶ não estão, porque o Zé Hamilton escreveu essa reportagem depois dessa fase. A reportagem que escrevi sobre o povo caranguejo na Paraíba¹⁷ não está lá, e vários outros assuntos.

Eliane: Pois é, eu queria te perguntar sobre essa reportagem, Audálio, do povo caranguejo. É muito interessante porque tu escolhes contar ela do ponto de vista do homem e do ponto de vista do caranguejo. Como é que foi essa escolha? Como tu

percebeste — como que a gente percebe — que esse era o jeito de contar?

Audálio: Poxa, isso aí foi quase mágico, e foi a saída que eu encontrei para não fazer mais uma reportagem igual. Porque a gente vai dizer: “Puxa, que vida miserável, os caras passam fome, vão lá caçar caranguejo pra sobreviver...”. O que é isso? Já foi contado várias vezes. Eu comecei a pensar. Eu fui viver a coisa. Aquela história: você tem de viver a história. Eu fui viver e enfiei o pé na lama, literalmente. E não só o pé — até a barriga, naquele tempo. Estava com uma fotógrafa maravilhosa, chamada Maureen Bisilliat,¹⁸ que também estava com lama pelo pescoço para fazer as fotos dela. E aí, a certa altura, quando voltei, eu disse: “E agora?”. Porque é uma aldeia no litoral da Paraíba, numa região de mangue, em que as pessoas vivem só da caça ao caranguejo. Eles saem de manhã, voltam à tarde, depois levam para o mercado em João Pessoa. O que seria o ponto de vista do caranguejo? É uma ousadia, é uma subversão, sem dúvida.

Claudiney: Praticamente uma ficção.

Audálio: Quase, né. Mas não é.

Eliane: Mas não é.

Audálio: Aí é que está. O caranguejo tem os olhos assim numas hastes, lá na ponta, e são divergentes. Então o ponto de vista dele deve ser meio complicado.

(risos)

Kotscho: Parecido com o Jânio Quadros.

Audálio: Quando se discute o tal do Jornalismo Literário, isso é uma outra questão, né, Ricardinho (Kotscho)?

Kotscho: É o *New Journalism*, que parece que foi inventado nos Estados Unidos e na verdade começou aqui...

Audálio: Depois vamos lá conversar sobre isso. Então eu digo: o caranguejo não fala, o caranguejo não tem nenhuma maneira de se expressar, de protestar, mas ele deve ter sentimento. Ele está com a vida ameaçada, e como uma criatura com vida ameaçada deve... reagir? (não vamos falar em pensar). E foi assim que eu escrevi a matéria. Era quase uma peça teatral que era homem-caranguejo. O homem dizia ou pensava uma coisa, e o caranguejo reagia de outro modo. Não há ficção... a ficção apenas... Aí, sim, se pode falar em reportagem com sentido literário, porque você se apropria de técnicas literárias, de linguagem literária, não de linguagem empolada (é bom que se diga isso), para contar. Então, os sujeitos iam pisando fundo. Onde tinha um buraco de caranguejo, na lama, ele pisava fundo. Ia para a frente — ia numa distância, digamos de 100 metros —, aí ele voltava para o começo. Os caranguejos que estavam no buraco estavam aflitos para sair, estavam tentando sair. É nessa tentativa que você presume, você pode constatar, ele se cansava, ele ficava desesperado. Então eu conto isso.

Eliane: Tu descreves o comportamento, não tem nada de ficcional.

Kotscho: Da observação.

Audálio: E não é nenhuma mentira.

Claudiney: Hoje o jornalismo é tão fragmentado — você pega as mil editorias, tem lá uma editoria Comportamento. E mesmo as revistas: hoje você tem de ter uma matéria forte de política na capa; na semana seguinte, saúde; e na outra, sobre comportamento. Comportamento, política, economia, vida — que tipo de matéria você gostava de fazer mais, ou isso não tinha importância alguma?

Audálio: Tinha muita importância, porque eu tinha uma tendência — que aliás até hoje tenho — de me envolver nas questões sociais, nos problemas humanos. Então a maioria das minhas matérias eram sobre problemas sociais: sobre uma maratona de dança no carnaval aqui, em que as pessoas dançavam quatro dias seguidos para ganhar prêmios; essa do caranguejo; o hospital psiquiátrico do

Juqueri, aqui em São Paulo; e várias outras. Essa é a minha motivação. No entanto, você pode, de repente, fazer matérias que não tenham esse sentido social. Eu acho que você perguntou sobre a maneira de abordar as pessoas importantes...

Claudiney: Não só importantes, qualquer tipo de pessoa.

Audálio: A reportagem era uma coisa tão forte, na *Realidade* principalmente, que em 1970 eu fui ao Chile para fazer o começo das reações que levariam ao golpe que derrubou Salvador Allende em 1973. O que eu fiz aí simplesmente? Eu percorri quase todo o país perguntando para as pessoas: "O que você acha? Estão dizendo que o Allende vai transformar esse país em comunista". Gente rica, gente pobre, gente inteligente, analfabeto, intelectuais, etc. E um dia eu me vi frente a frente num evento, num sindicato, com o Salvador Allende, que era um sujeito baixinho, assim meio troncado. E de repente eu ia perguntar para ele a mesma coisa que eu perguntava, e eu me senti intimidado, porque ele era o símbolo, ele não era apenas uma pessoa. Era um símbolo que representava a luta democrática, a luta pela transformação social, enfim, um monte de coisas. Eu me senti meio intimidado. Terminei falando com ele, claro, porque a obrigação do repórter é essa, de falar. Mas eu voltei do Chile e me mandaram no dia seguinte para o Canadá. Olha só! O Canadá, aquele país asséptico, tudo arrumadinho. Mas tinha um drama no Canadá: a província de Quebec, que até hoje não se conformou, acha que aquilo lá é deles só, do pessoal de língua francesa. E havia um estado de sítio no Canadá. Quem podia imaginar: estado de sítio no Canadá! É ou não é verdade? Aquele país todo certinho... E aí eu conversei com um monte de gente, como sempre. De repente, eu digo: "Eu vou conversar com o primeiro-ministro". O primeiro-ministro se chamava Pierre Elliot Trudeau. Ele tinha um nome inglês e um nome francês.

Claudiney: O ministro de tênis. Ele usava tênis.

Audálio: Isso! Ele era um sujeito modernoso, andava com uma rosa na lapela.

Eliane: A tua descrição dele eu acho antológica.

Audálio: E aí eu digo: “Pô, mas como é que eu vou falar com esse cara?”. Aí eu descobri por que o cara conseguia, de certa forma, juntar as coisas. Não tinha tempo de fazer entrevista, marcar audiência, aquela coisa toda. Eu digo: “Vou esperá-lo na entrada do Parlamento”. O Parlamento do Canadá era num prédio igualzinho — cópia fiel — do Parlamento inglês. Pobre Canadá (risos). Fiquei lá na porta. Ele veio, apareceu, e eu não tive nenhum problema de falar, porque era esse cara de tênis. O cara da rosa na lapela. Era diferente do Salvador Allende, que era um líder popular, quase uma estátua. O Trudeau não. Entendeu?

Kotscho: Audálio, é impossível neste papo nosso de repórter, que está muito bom, a gente não lembrar e falar de um episódio que foi muito importante na sua vida e na vida do país, como presidente do Sindicato dos Jornalistas, da morte do Vladimir Herzog. Você vai lançar um livro agora...

Audálio: Terminei outro dia de escrever. Agora estou arrumando as palavrinhas...

Kotscho: Eu queria pegar um pouco isso da sua experiência de repórter, de líder sindical que enfrentou a barra desse episódio do Herzog, depois deputado federal. Foi um período da sua longa carreira que você não trabalhou como repórter. Queria que você falasse desse outro lado que não está nos livros. O que você sentiu quando não estava nessa atividade de que você gosta?

Claudiney: Importante que se diga que o mais importante líder sindical do Jornalismo no Brasil naquele período da ditadura era o Audálio Dantas.

Kotscho: Foi um divisor de águas entre a ditadura e depois a democracia brasileira. Eu sei que é difícil resumir, mas dá uma de repórter e resume para nós.

Audálio: Isso não tenho dúvida de dizer: foram os dias mais tensos, difíceis e de medo que eu já passei em toda a minha vida.

Aproveito para dizer que a minha ida para a presidência do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo em 1975 foi um corte na minha vida de repórter. Eu fui porque achei que tinha compromissos com o país. Porque, naquele momento, ir para o Sindicato dos Jornalistas, ou qualquer outro sindicato, significava você contribuir na luta de resistência democrática. Foi por isso. Mas eu fui consciente de que eu praticamente ia encerrar a minha carreira. Então, quando se fala em 60 anos de reportagem, não é verdade. A minha vida de reportagem se encerrou em 1975, ou seja, 21 anos depois de eu começar na *Folha*.

Eliane: E foi uma decisão muito difícil?

Audálio: Foi muito difícil. Mas houve uma pressão muito grande, porque o pessoal vivia tentando. O sindicato estava na mão da direita, que era conivente. Não denunciava a morte de jornalista, esse tipo de coisa. E a pressão dos companheiros foi muito grande porque eles achavam que devia ser uma pessoa que tivesse prestígio na profissão, mas não fosse marcada politicamente. Era o meu caso. Uma pessoa de credibilidade, aquela coisa toda. E nessa história, lá vou eu. Aliás, eu costumo dizer que eu estive várias vezes em condição de liderança — não só aí, mas antes, até em redação —, sempre levado de baixo para cima. Nunca, nunca essa liderança veio de cima. Ela sempre veio da base, e eu tive consciência disso. E sempre busquei retribuir essa coisa de me levar para cima. Bom, e aqueles dias foram muito difíceis. E aí essa questão de deixar a reportagem, já que você falou (apontando para Kotscho), você era um dos repórteres que estavam todo dia no sindicato. O Vladimir Herzog, muita gente não sabe, estava sendo procurado pelos órgãos de repressão da ditadura militar acusado de pertencer ao Partido Comunista. Foi preso no sábado de manhã, 25 de outubro de 1975, e no mesmo dia, à tarde, ele morreu no do-Codi, aqui perto do quartel do 2º Exército. Era uma dependência do 2.º Exército. E o Sindicato dos Jornalistas, no dia seguinte, denunciou isso, porque dezenas de outras mortes tinham acontecido sem denúncia. E nós resolvemos denunciar. Quando eu

digo “nós”, refiro-me ao grupo que estava lá: primeiro a diretoria do sindicato, depois a categoria. Denunciamos nos seguintes termos, o que era muito ousado para a época: responsabilizávamos as autoridades militares pela morte do Herzog porque quem tem um preso sob sua guarda — isso é um conceito universal — é responsável pela sua integridade física.

Claudiney: Como você denunciou? Hoje pela internet a garotada “posta” alguma coisa. O que vocês fizeram e como essa informação circulou tão rapidamente como se tivesse internet hoje?

Audálio: Aí é que está. Os jornais estavam sob censura — ou era censura direta, ou autocensura. No domingo, no dia seguinte, 26, o sindicato se reuniu (a diretoria) e fez uma nota — essa nota em que denunciava. Então os repórteres mais ativos e conscientes estavam lá. O Ricardo Kotscho era um deles. Rapazinho, magro — até era magro esse cara (risos)!

Kotscho: Reportagem engorda.

Audálio: E eu me lembro de que, na sequência dos dias — foram dias terríveis —, todo dia ele estava lá. E eu via ele saindo do corredor do sindicato. No dia seguinte tinha reportagem no *Estado* e no *Jornal da Tarde*.

Kotscho: Isso que o Audálio está falando é uma coisa importante. Mesmo com censura, com medo, com repressão, com tortura, sempre se achava uma brecha. E o sindicato teve um papel importantíssimo. Você podia falar um pouco disso? Como os jornalistas tomaram a frente de um movimento de resistência fazendo um trabalho jornalístico?

Audálio: Não tenho dúvida em dizer que a resistência democrática que acabou levando ao fim da ditadura nasceu dentro do Sindicato dos Jornalistas naquele momento. Essa nota nem todos os jornais publicaram.

Kotscho: Mas alguns publicaram.

Audálio: O *Estado* publicou.

Kotscho: Tinha a imprensa alternativa e o jornal do sindicato, o *Unidade*. Fizemos uma edição do *Unidade*.

Audálio: A morte do Vlado fez com que alguns jornalistas tomassem vergonha e começassem a perder o medo. E alguns donos de jornais também. O caso da *Folha*, depois, se der tempo, eu conto. Aí houve uma semana de tensão, porque nessa nota nós fizemos uma coisa que foi importantíssima. Dissemos tudo o que tínhamos a dizer e no final convidamos para o enterro no dia seguinte. Então ficamos com o morto como testemunha praticamente dois dias. E isso foi num crescendo.

Claudiney: E a importância do ato ecumênico.

Audálio: Na segunda-feira, dia do sepultamento, 27, nós decidimos no sindicato fazer um culto ecumênico. No início, a sugestão era de uma missa. Mas, como o Vlado era judeu, um companheiro alertou que devia ser um culto ecumênico, e aí entrou Dom Paulo Evaristo Arns nessa história.

Claudiney: Foi Dom Paulo...

Audálio: O rabino Henry Sobel...

Claudiney: O Henry Sobel e o Wright.

Audálio: O James Wright. O rabino Henry Sobel, é preciso repetir, contra a opinião em peso da congregação israelita paulista — ele merece esse crédito — e da maioria, principalmente aquela maioria endinheirada da comunidade judaica. Então isso aí foi uma semana de tensão muito grande, que eu repito: todo dia estava lá o Ricardinho (Kotscho) entrando, saindo, perguntando coisas, o que muita gente não fazia. Mas um aqui, outro ali... No culto nós tivemos, então, uma semana depois, 8 mil pessoas. Não couberam na catedral, trasladaram para a praça. E aí é o marco inicial da queda da ditadura.

Eliane: Uma coisa que eu fico curiosa, Audálio. Por que só agora tu resolveste escrever sobre isso? E o que significa esse livro para ti? Porque acho que ele significa muitas coisas.

Audálio: Interessante isso, porque já se escreveram vários livros sobre o caso Herzog, e eu, desde o início — isso foi em 1975 — penso em contar essa história. O que me passou pela cabeça: que estava no olho do furacão. O medo de ser, como acontecia com qualquer um, alcançado, de ser levado para uma das casas de tortura e de assassinatos. Mas aquela história: há momentos em que o medo, ao ser enfrentado, mostra que você precisa ter coragem. É curioso, é uma contradição. É isso o que aconteceu. Então eu fiquei com isso, mas, ao mesmo tempo, havia um bloqueio psicológico muito grande. Como é que eu vou contar essa história? Já foi contada, recontada. Até que chegou um momento, e eu disse: eu vou contar porque eu tenho a minha visão dessa história. Vou contar com outras palavras, ué. Ou então com outros aspectos que não são lá muito conhecidos. O livro não procura trazer novidades, mas contar do meu ponto de vista e do ponto de vista dos companheiros que estavam lá.

Claudiney: Eliane, a gente está encerrando com uma pergunta sua e outra do Kotscho.

Eliane: Ai, só uma...! Então eu queria saber um pouco mais dessa história. Como é esse bloqueio psicológico? Tu viveste uma coisa muito forte. E quando a gente fala "o medo, o medo", mas como é esse medo? Como era viver com isso? Porque dizer que tem medo... às vezes é muito maior do que isso. E que processo de elaboração? Porque, no final, isso é uma grande reportagem para a qual tu acabaste (posso estar enganada) precisando deste tempo todo para ela. A gente vai para o mundo, tem contato com um monte de coisa numa reportagem, e a gente elabora ela. Só que isso foi um processo muito mais complexo, em que tu eras protagonista também. Como foi isso?

Audálio: Esse medo no momento, que era o medo da repressão, eu acho que ele se internalizou de tal forma que depois se transformou em medo de, digamos, tratar do assunto. Uma inibição muito forte de tratar do assunto. Esse medo, antes, tinha um sentido quase físico. Um dia surgiu um boato de que havia uma bomba no Sindicato dos Jornalistas. Evidentemente todo mundo ficou assustado e buscando meios de como tratar desse assunto. A primeira coisa: vamos dar ciência às autoridades policiais de que está havendo esse negócio aqui. E eu me lembro muito bem que eu falei, não lembro se foi com o delegado Romeu Tuma, que era o chefe do Dops — Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. Aí ele disse: “Tu queres que eu mande aí um pessoal de segurança?”. Não, por favor, não manda, não manda! Quer dizer, a gente tinha mais medo da polícia e dos militares do que até de uma bomba que eventualmente estivesse ali. Eu acho que todas essas coisas intervieram para que eu tivesse essa frustração, esse medo de tocar no assunto. Mas, como você disse muito bem, eu acabo de fazer uma reportagem. Era uma reportagem que estava sendo elaborada, assim, há muito tempo.

Eliane: Porque tu sempre deste voz a quem não tinha voz, e de certa forma tu te aproprias da tua voz numa história em que tu foste protagonista.

Audálio: É verdade. Isso é uma observação interessante. Eu estava censurando a minha própria voz (risos) e, de repente, eu liberei.

Kotscho: Eu queria contar um segredo para vocês, para não imaginarem que eu conheço tanto assim a vida do Audálio, que eu tenho uma grande pesquisa. Eu pedi sugestões de perguntas para a mulher dele, porque ninguém conhece melhor o Audálio do que a Vanira, que está aqui, e que é a grande companheira dele. Eu vou retomar a primeira pergunta que eu fiz, que você não respondeu. Você respondeu a primeira parte. Eu perguntei o fio condutor, de onde saiu e como é que veio parar aqui, com 80 anos, trabalhando com essa dignidade, respeitado por todo mundo. Qual foi o fio condutor para chegar a estar sentado aí como Audálio Dantas?

Audálio: Eu acho que um pouco — ou muito — é uma coisa que se chama coerência. Eu sempre busquei ser coerente com aquilo em que eu acredito. E às vezes até fico pensando: pô, será que a coerência, em certos momentos, não é uma burrice? Não é falta de você buscar outros caminhos? Por exemplo, por que até hoje, nestes últimos anos, depois de tudo isso, eu continuo pendurado no cheque especial, no cartão de crédito, essas coisas todas? É porque eu acho que é essa tal de coerência. Acho que é mais ou menos isso. Ao abraçar essa profissão, eu a entendi como sendo alguma coisa realmente fundamental de serviço público. Sempre achei isso. E isso me conduziu. Inclusive me levou a posições importantes — por exemplo, você acabou de falar, fui eleito deputado federal, mas com um dado fundamental: fui eleito deputado federal sem gastar um tostão, mesmo porque eu não tinha. Mas aquilo: eu fui levado, fui conduzido. O pessoal, os companheiros jornalistas, os estudantes, enfim.

Claudiney: Deputado federal pelo mdb.¹⁹

Audálio: Pelo mdb. Mas depois eu ocupei cargos importantes. Eu fui presidente da Imprensa Oficial aqui de São Paulo e saí em 1986 para concorrer à Assembleia Constituinte. Eu fazia dobradinha com o Fernando Moraes, que era deputado estadual. Aí o Fernando Moraes resolveu ser candidato a deputado federal também, então nós dividimos os votos. Mas não foi só isso, não. Eleição já exigia dinheiro. Nesse momento, o José Serra era secretário de Planejamento do governo de São Paulo...

Kotscho: do Montoro...

Audálio: ... e ele tinha uma rede vastíssima de apoio no interior. Cidade onde eu tinha tido 9 mil votos — era um milagre, quase —, aí de repente eu tive 800, 700, porque o dinheiro chegou, né, o dinheiro chegou. Mas, ao mesmo tempo, isso não me deu nenhuma frustração, porque eu acho que o que eu consegui fazer como deputado valeu a pena. Foi, digamos, o final da luta de resistência, porque depois veio a Anistia, depois, projetos que eu apresentei, ou

de que participei, como o Conselho Nacional de Comunicação, que até hoje (risos) não está funcionando. Mas eu não queria encerrar... Estou vendo aqui vários amigos, inclusive o Sineval Martins Rodrigues está ali. Na casa dele, ele me arrumou uma caverna para escrever o livro, porque em casa, na redação, não... Então eu escrevo numa caverna, uma cela. Ele tem uma enorme casa, mas eu digo: eu quero esse cantinho. E naquele cantinho foi. Mas você tinha falado do tal de Novo Jornalismo, e eu não quero encerrar sem falar sobre isso. Houve uma onda, e até hoje nas faculdades de Jornalismo se fala que o Novo Jornalismo teria sido a grande influência dessa imprensa de textos como *Realidade*, *Jornal da Tarde*, etc. e tal. E eu contesto isso. Primeiro, acho que é uma visão colonizada. Só porque nos Estados Unidos, nos anos 1960, surgiu um movimento muito forte, que tinha o Truman Capote, o Norman Mailer, Gay Talese, e vários outros, que usavam técnicas literárias no Jornalismo, ou usavam técnicas jornalísticas no romance. Isso foi muito importante, mas não foi lá que surgiu.

Kotscho: Foi aqui.

Audálio: Antes, em vários pontos, e inclusive aqui, com o velho Joel Silveira, em 1945. Então esse negócio de Novo Jornalismo é macaqueação, não existe.

Kotscho: De acordo.

Claudiney: Eu quero agradecer a presença do Ricardo Kotscho e da Eliane Brum nesses dois programas do *Jogo de Ideias* em homenagem ao Audálio Dantas. Obrigado, Audálio.

Audálio: Caramba, eu me senti aqui como o cristão na arena, e sem saber de onde partem os leões.

(risos)

Eliane: Temos que aplaudir o Audálio, né? E de pé, de pé.
(palmas, todos de pé, inclusive os entrevistados)

• • •

- 3 Livro *O Circo do Desespero*, de Audálio Dantas, Editora Símbolo, 1976.
- 4 Em 1960, os jornais *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* fundiram-se na *Folha de S. Paulo*.
- 5 Revista publicada pelos Diários Associados de 1928 a 1975.
- 6 Livro *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Primeira edição, 1938.
- 7 Reportagem de Audálio Dantas publicada em 23 de junho de 1957 no jornal *Folha da Tarde* e reproduzida no livro *O Circo do Desespero*.
- 8 Carolina Maria de Jesus (1914-1977) escreveu *Quarto de Despejo* (1960), *Casa de Alvenaria: Diário de uma Ex-Favelada* (1961), *Pedaços de Fome e Provérbio* (1963). Leia mais em http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/definicoes/verbete_imp.cfm?cd_verbete=12125&imp=N
- 9 Sérgio Vaz é o criador do movimento de poesia da periferia Cooperifa (<http://cooperifa.blogspot.com>); Ferréz (Reginaldo Ferreira da Silva) é escritor, compositor, roteirista, colunista das revistas *Caros Amigos*, *Literatura marginal* e editor da Selo do Povo (<http://www.ferrez.com.br>); Sacolinha (Ademiro Alves de Sousa) é escritor, ativista e coordenador de um centro cultural em Suzano-SP (<http://www.sacolagraduado.blogspot.com>).
- 10 Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, mais conhecido como Assis Chateaubriand, ou Chatô (1892-1968), foi dono dos Diários Associados, conglomerado de mídia que englobava, entre outros, a revista *O Cruzeiro* e a TV Tupi; fundador do Museu de Arte de São Paulo (Masp).
- 11 Lançada pela Editora Abril em 1966, circulou até janeiro de 1976.
- 12 Livro *Realidade Re-vista*, de José Carlos Marão e José Hamilton Ribeiro (Realejo, 2010). Engloba matérias publicadas pela revista no período entre 1960 e 1970.
- 13 O jornalista Sérgio de Souza (1934-2008) trabalhou no jornal *Folha de S. Paulo*, nas revistas *Realidade*, *Quatro Rodas*, na TV Globo e na Bandeirantes, entre outros veículos de comunicação. Foi o fundador e editor da revista *Caros Amigos*.
- 14 Jornalista Mylton Severiano da Silva, o Myltainho.
- 15 Jornalista José Carlos Marão.
- 16 O jornalista José Hamilton Ribeiro cobriu a Guerra do Vietnã pela revista *Realidade* em 1968. Em 1969 lançou o livro *O Gosto da Guerra*, relatando essa experiência. A obra foi relançada pela Editora Objetiva em 2005.

17 A reportagem "Povo caranguejo" foi publicada em março de 1970 na revista *Realidade* e reproduzida no livro *O Circo do Desespero*.

18 Sobre Maureen Bisilliat, consulte

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2768.

19 MDB: Movimento Democrático Brasileiro.

Índice

CAPA

Ficha Técnica

Diário de uma favelada: a reportagem que não terminou

O drama da favela escrito por uma favelada

O circo do desespero

O circo do desespero

Nossos desamados irmãos loucos

Nossos desamados irmãos loucos

A nova guerra de Canudos

A nova guerra de Canudos

Oh, Minas Gerais!

Oh, Minas Gerais!

Doença de menino

Doença de menino

Povo caranguejo

Povo caranguejo

Chile 70

Chile 70

Oh, Canadá!

Oh, Canadá!

Joaquim Salário-Mínimo

Joaquim Salário-Mínimo

O prédio

O prédio

À margem

À margem

A maratona do beijo

A maratona do beijo

APÊNDICE

Os contos das coisas acontecidas

O monumento anda, fala (e depois come dois ovos fritos).

Entrevista em homenagem a Audálio Dantas